







A ÁGUIA DE HAIA



SILO GONÇALVES

A ÁGUA
DE HAIA

(BIOGRAFIA DE RUI BARBOSA)



RIO DE JANEIRO

Livraria AGIR *Editôra*

1947

TOMBO 00 8427

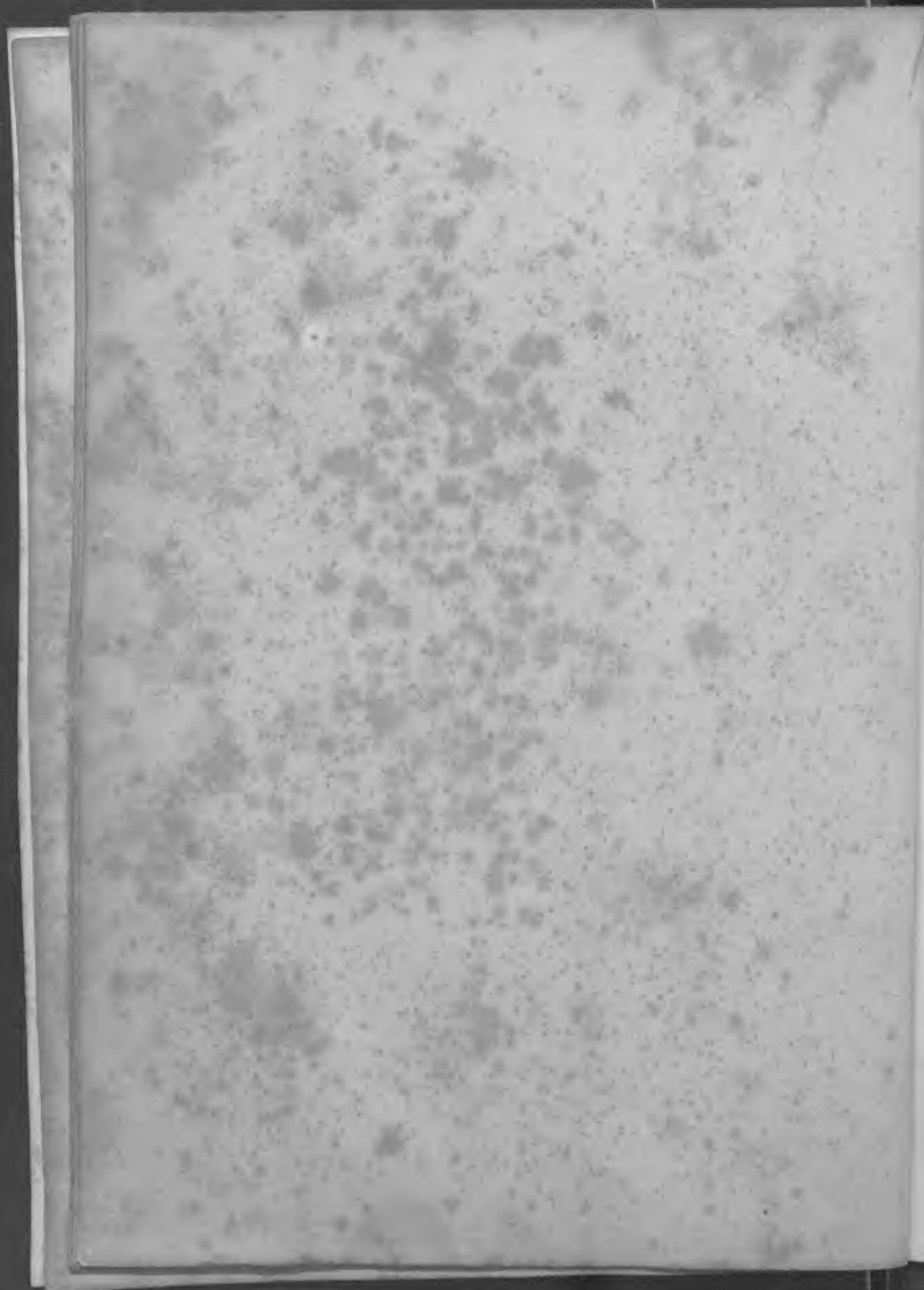
REVISÃO DO AUTOR



CATALOGO 00 8424

À Juventude Brasileira

O Autor





RUI BARBOSA

923.281
G635

PREFÁCIO DO AUTOR

A nobre e formosa História da Civilização Brasileira mostra-se desconcertantemente esquiva em desafio à paciência dos pesquisadores flebeis e inconstantes. Nem sempre a verdade coincide com a História.

Ainda não estão apurados nem o nome exato do verdadeiro descobridor do Brasil, Pedro Alvares Gouveia, ou Pedro Alvares Cabral, nem o seu destino, nem o ponto da terra firme primeiramente pisado, o ilhéu Corôa Vermelha ou o próprio litoral, nem o verdadeiro inspirador das leis abolicionistas que, segundo alguns, foi o próprio D. Pedro II, com o apoio da Princeza Isabel, inspirado no salutar exemplo de Abrahão Lincoln... O fato é que a mancha negra foi apagada...

A linda terra batizada pela côr vermelha do fogo e rubra da braza purificadora, do ibirapitanga, o páu brasil, o caule tão útil e resistente e do sangue, que é a vida e trabalho, não é, como, erroneamente, se faz crer aos turistas, o reinado do carnaval e da jogatina desenfreada e louca, é a pátria do cruzeiro e do maior lumínar da História Humana.

É a Pátria de Rui Barbosa, o Homem da Lei e da Paz, da luta e da ordem e progresso — a esperança do mundo cicatrizado pela guerra.

Estudar a vida eletrizante de Rui Barbosa, desde que era apenas uma aspiração, até que se impôs realidade solar aos olhos exigentes da notável conferência haiana, abrindo um lugar esplêndido ao Brasil, como nação civilizada e digna de sua independência e soberania no disperso e divergente pentágono mundial, é compor uma coletânea de 60 anos, os mais espiritualmente decisivos da vida brasileira, num desafio desanimador, mas edificante e brasilófilo. Uma poliantéia completa.

Hoje, limpo o caminho da enxurrada de preconceitos e das paixões partidárias que desceu abundante da montanha do oligarquismo, lançada pela ignorância, ressalta dêste livro, da figura dêsse homem-livro, o homem livre, a fôrça do direito, o pendor pela luta na defesa do bem, o realce estelar do saber e da virtude no céu azul-claro do bem estar e da fortuna, a vontade de afirmar, a coragem de viver, para a justiça e para a verdade, o Apóstolo da Liberdade de Pensamento.

A primeira cabeça do Brasil que traçou tôdas as diretivas da nossa política geral — a democracia pura, o arbitramento, o “*uti possidetis*”, o monroismo e o civilismo, integrando-o na marcha do mundo americano, está presentemente reconhecido, foi Rui Barbosa que verdadeiramente gastou tôda a sua vida na defesa ingente e estrênuo do direito e das liberdades cívicas, no exercício de um apostolado voluntário, espontâneo, ininterrupto, iniludível, consecutivo, permanente, eterno.

Tanto se tem dito e tão justamente, no Brasil e no Mundo, das benemerências do grande brasileiro, em todos os ramos dos conhecimentos humanos e da atividade social e política, que difícil seria hoje inovar no assunto, tão temido dos seus compatriotas que ainda o não retrataram definitivamente.

Este é um livro de coordenação, uma cooperação modesta, mas sincera, para a educação da mocidade brasileira, à luz suave e benéfica dos seus ensinamentos liberais e democráticos.

Os desenganos, as dôres, as angústias, os reveses, os contrastes, as dúvidas — oriundos do trabalho e da luta — são ensinamentos de grande força de persuasão, porque, para a compreensão real da vida é mister antes vê-la despida dos gozos, das festas e das galas efêmeras e revesti-la da realidade, encarando-a de frente.

A Águia de Haia conheceu os montes e vales do sofrimento e as planícies da glória. Viveu intensamente para o bem.

Defendeu a liberdade dos escravos, a República e a Constituição, a causa clamorosa de Dreyfus, a causa dos aliados de 1916 e a paz universal na Haia longínqua num meio atribulado e hostil.

Proclamou, enfim, uma nova Civilização.

Este livro, aberto a todo o mundo, constitue um ramo de louro, colhido no jardim da História Pátria. É assim a história de um brasileiro que dedicou tôda a sua vida ao estudo e ao bem da humanidade, cheio de convicção e sinceridade.

Éco autêntico e aplaudido da voz da verdadeira civilização cristã, Rui Barbosa, foi igualmente o Arauto da paz universal que já lançou nos ares o toque da alvorada promissora e messiânica.

Ao par e senhor da mais vasta e requintada cultura jurídica, com a nítida compreensão deste seu fadário de apóstolo da paz, da liberdade e do direito, tanto em Haia como em Buenos Aires, o mestre soube dar relêvo especial e brilho sem igual à civilização latino-americana e muito especialmente ao Brasil, defendendo o princípio de igualdade das soberanias, sobre o qual há de se estabelecer, definitivamente, mais cedo ou mais tarde, desafiando os séculos, para gaudío de todos, senão a paz do mundo, o equilíbrio da paz internacional, de modo mais du-

douro, eficiente e justo. O Brasil conquistou a primazia por seu intermédio no apostolado da Paz, assim como conquistara o Ar.

Só quem possuir vigor físico e mental incomum, poderá, no vasto campo das ciências néo-políticas e econômicas, ser senhor do seu próprio destino e alcançar o êxito almejado. Por isso não vacilamos em afirmar que Rui foi um forte, o modelo do trabalhador intelectual.

Desobedecendo ao conselho paterno, enveredou pela política, onde o aguardavam infindos dissabores, mas na qual traçou o rumo definitivo do Brasil: O seu sinal de alarme ecoou por todo o Brasil e, encontrando época favorável, repercutirá em todo o mundo.

Sim, quando o mundo for o polícia de si mesmo, pela vigilância de um instituto internacional com atalhas responsáveis, punindo englobadamente, numa frente única diplomática, ou nova sociedade de nações, qualquer atentado de uma nação forte a uma nação fraca, então todos os povos poderão desenvolver-se e progredir com tranquilidade e segurança, usufruindo a paz pelo direito e pela educação, pela lei universal apoiada na espada da justiça enquanto souberem se manter na nova ordem democrática e dentro da nova civilização.

Tal o ruismo na sua essência, doutrina que carece ser propagada pelo mundo inteiro. A partir da hora de luta entre o Direito e a Fôrça, entre as Nações Unidas e o 3.^o Reich, substituiu-se célere no novo relógio histórico de Versalhes por uma nova era em que seja adotado no concêrto universal, a revanche da guerra pelo sadio lema: todos pela paz e a paz para todos.

A humanidade tôda ansiava pela paz e por uma doutrina nova que a consubstanciasse. Sem doutrina, sobreveiu o fracasso.

Fomos pacientemente haurir, após longos estudos, que nos custaram cuidados e vigílias, pois que manuseamos meticulosa e premeditadamente tôda a imensa obra de Rui, na fonte inexgotável dos seus ensinamentos, compilados numa pilha de mais de 50.000 páginas, na documentação imensa do seu museu, o meio de obtê-la através dêste substractum. "Experiência uma, experiência nula".

A guerra, causadora da fome e da peste, foi sempre, assim, nos ensina a História, ciência mentora da vida e exortadora dos povos — o maior dos flagelos que costumam afligir a humanidade.

Os homens que se mostram cada vez mais sedentos de luz, à semelhança das mariposas, acabam por se fazerem, paradoxalmente, vítimas da própria luz. Já realizaram duas experiências fatais. Não precisam de outra.

Paradoxalmente, cuidava-se do homem com todo o carinho e esmero, dotando-o com uma educação cada vez mais especializada, efi-

ciente e aperfeiçoada, para servir de carne para canhão e para tanques, para atirá-lo por uma alavanca, avião-abaixo, em terra alheia, travestido e abandonado, exposto à sanha dos ódios e vinditas inimigas, atingidos pelo terror, pela surpresa e pelo desespero.

Concentravam-se e organizavam-se, cuidadosamente, tôdas as forças do progresso e da civilização para a faina maldita e desoladora da destruição e da chacina, das devastações e hecatombes, para o sacrifício inútil e desmedido do caro produto do trabalho cotidiano e secular, num desperdício antecipado e forçado do pão nosso de cada dia, o pão das crianças e dos órfãos.

Usavam-se as forças construtivas para as grandes destruições, as malditas e involuntárias sangueiras periódicas que abalaram profundamente os alicerces sociais.

Como remediar o mal, a não ser pela fé e persuasão?

A força domina a força, mas não vence nem convence. "Clama não cesses", diz-nos a Escritura Sagrada pela boca purificada pelo fogo do profeta Isaias e o Mestre lá do alto da montanha grandiloquente, quando falava para hoje e para todo o sempre com aquela doçura promissora da sua divindade, exortava-nos, manso e suave: "Bemaventurados os pacificadores".

Para todos os homens de boa vontade a cruzada sacrossanta da paz, hoje mais que nunca, em todo o passado cristão, se transforma e toma fóros do mais legítimo sacerdócio, magnífico e compulsório, porque visa arrancar os homens do círculo vicioso dos ódios nacionais e reciprocamente das sucessivas marchas em retrocesso, da civilização para a barbária, da fartura para a fome, do trabalho para a desordem, da vida para a morte. Urge renovar a face da terra.

O grande estilista lusitano Alexandre Herculano, sentido com o âmbito estreito que se oferecia à sua obra, tão bem lavrada, asseverou descrente ser a língua portuguesa o túmulo dos escritores e operários do pensamento.

Discípulo de Rui Barbosa, o autor desta sua biografia, crê firmemente que as gemas lapidadas pelo mestre e o ouro burilado da sua doutrina serão apreciados devidamente em todos os idiomas, na era que sucederá aos desenganos do tremendo cataclismo de 1939.

Este livro poderá ser combatido, mas certamente vencerá, tal a magnitude do seu conteúdo subjetivo.

O Brasil por tantos títulos e motivos, considerado o habitat da inteligência, e que numa mesma época viu florescer os talentos prodigiosos de Rio Branco, Oswaldo Cruz, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Santos Dumont, Pereira Passos, Paulo de Frontin, Henrique Oswaldo, Eu-

clides da Cunha e tantos outros, ufana-se em possuir dentre todos os seus filhos, um verdadeiro varão da humanidade, assinalado por toda parte onde passava, nos grandes prélios da inteligência, como o chefe da democracia brasileira, o verdadeiro e legítimo apóstolo novo da paz universal e cognominado pelos seus pares a — Águia de Haia e hoje — o Arauto da Era Nova da Paz Universal.

O gênio da raça, o nosso verdadeiro herói nacional, que, ampliando, surpreendentemente o seu raio de ação, por isso que falava, embora sem microfone e sem rádio, para o mundo inteiro, superou vantajosa e indubitavelmente, Pedro II, Caxias e Rio Branco e alcandorou-se a tais eminências intelectuais, que o seu nome se tornara um forte penhor de vitória para qualquer missão no estrangeiro, sendo por sem dúvida, o mais notável e útil dos brasileiros, ainda que pouco lido e meditado no seu país de maioria então fútil e semi-analfabeta.

Não é portanto, um estranho doutrinador, dentre os grandes mortos que, racionalmente, pelas suas obras mestras, como querem os positivistas, dirigem os destinos dos vivos.

Bem longe disso, urge retirá-lo, o mais breve possível, do sarcófago da língua portuguesa, analisar-lhe a fundo a obra formidável, interpretar-lhe os ensinamentos à luz do século em que se realiza a mais violenta transição social e a mais profunda reforma estatal, quando o direito é ditado pela necessidade e a força não mais se confunde e toma fôros de direito, para a definitiva organização mundial. No altiplano da mais ampla solidariedade humana, exaltemo-lo aos olhos das futuras gerações mais felizes que a nossa, que não conhecerão mais o militarismo. A bomba atômica, presente dos céus, extinguiu para sempre a guerra, inaugurando uma nova História.

Marcharemos agora unidos para a Terceira Conferência Internacional da Paz, invocando a figura impar de Rui Barbosa.

A codificação dos seus ensinamentos, à semelhança do que fez São Paulo, o apóstolo insigne, com os Evangelhos, no mundo ocidental, iniciando no país de um modo mais concreto e de acordo com a vida real, a sua propaganda mais intensa e eficiente, agitará o seu nome — como bandeira de paz universal.

Rui Barbosa não é, somente para o Brasil; é para todos os povos; é para todo o mundo. É a bomba atômica que cumpre revelar aos povos.

Eis o a que se propõe este livro, já que biografar não é somente narrar, mas interpretar à luz da época e cotejar os grandes feitos que contribuíram para o bem geral. Não adianta escrever muito, mas ele escreveu e falou sempre muito e bem. Foi uma exceção aos que falam e escrevem muito. Os alicerces da paz estão por ele lançados; espi-

tualmente, pelo Escritor de 150 volumes e juridicamente pelo Arauto da Haia. Escreveu muito mas não escreveu demais. Estudemo-los.

Mais cedo ou mais tarde, os grandes e verdadeiros líderes da humanidade terão que aproveitá-los, porque são a verdade pura e verdadeira. Num S.O.S. ansioso a humanidade apelava para a inteligência universal, na hora em que duas correntes equiponderantes se degladiavam na terra. Ei-la atendida.

Tremenda e pavorosa prosseguia a guerra no Oriente e no Ocidente. E num e noutro ponto do globo ecôa a acrimônia da destruição de homens e bens que uma civilização admirável acumulou para o bem estar, o adiantamento e a glória da humanidade.

Quanta riqueza sepultada no fundo dos mares, quantos prejuizos nos campos de batalha!

Haja, porém, o que houver, aconteça o que acontecer, a guerra teve o seu fim, a causa do bem triunfou sobre tôdas as forças do mal e a tirania e o despotismo foram abatidos, para que voltassem ao seu lugar o Direito e a Justiça que fazem a grandeza, a felicidade e o bem estar dos povos.

Na defesa dêste ideal, Rui Barbosa foi acoimado de prolixo, porém nunca é demais verberar os bandidos que tentam oprimir a humanidade. Os homens de Entre-Guerras não puderam evitar a debacle.

Que palavras seriam suficientes para uma defesa eficiente e antecipada da Democracia contra a tirania?

Desta acusação infundada e inócua, ventilada pelos levianos e homens-cigarras, assim se defendeu com saine e expressão, quando na defesa de certa causa:

"A arguição de prolixidade, tão ineptamente barateada pela dispepsia da clientela dos cafés, contra qualquer trabalho que não se deixe ingerir com a mesma facilidade que um pastel ou um cock-tail, não valeria nada comparada à taxa de injustiça, ou de erro, que essa reserva poderá suscitar contra os ilustres prolores da sentença. A preguiça intelectual de certos críticos não sabe tolerar ao exame das questões mais graves um pouco de tempo habitualmente empregado numa partida de bilhar, ou num ato de opereta.

Habituaados ao jejum eucarístico em matéria de idéias, parece-lhes igualmente fácil exgotar o exame dos mais árduos problemas nas poucas linhas de um local, ou nas largas páginas de um livro. Engraxadores de frases baldas de pensamento, perderam o senso da proporcionalidade entre as exigências de cada assunto e do desenvolvi-

mento natural do seu estudo. Mas a justiça passou às mil maravilhas, sem o beneplácito de tais censores : e demais, ainda sem lhes incorrer nas iras, o tribunal poderia ter-nos desvendado o mistério das origens jurídicas de sua decisão, articulando simplesmente, ao lado de cada uma das alegações, em que a fundou, o seu respectivo **porquê !**"

O Hercules da tribuna, o arquiamigo do seu povo e da humanidade, que chegou a ser caricaturado com uma biblioteca no cérebro, não podia passar pela rama, ao defender as causas sagradas do povo, a Liberdade, o Direito e a Justiça. Surgira cedo e para alguns ia sempre tarde... O silêncio nem sempre é de ouro. O silêncio nem sempre é dos fortes.

Quem taxará de prolixa esta descrição magistral da calmaria referente às acomodações políticas do seu tempo ?

"Calmaria ainda não vi igual. Não sopra o vento ; não gemem as vagas ; não murmuram os rios ; não cantam as fontes ; não ramalham as árvores ; não ondeiam as menses ; não acenam as flores ; não bolem as folhas ; não trinam as aves ; não zumbem os insetos ; não alvoejam as borboletas ; não se move o ar ; a luz não oscila ; não se mechem as sombras ; a vela não se enfuna ; o lago não se increspa ; o homem não respira ; como que não vive a natureza." Tudo com precisão.

E assim, desde os seus primeiros trabalhos nos periódicos escolares, até o cântico de cisne da Oração aos Moços no Colégio Anchieta, que não poudes proferir, e até a carta dirigida ao Presidente Epitácio Pessoa, declinando, já por enfêrmo, ao convite que êste então lhe endereçara, para assistir a seu lado às solenidades comemorativas do Centenário da Independência do Brasil, aprofundava-se em tudo quanto escrevia ou dizia ; a sabedoria nunca é prolixa, porque sempre renova e dá novos aspectos aos panoramas da vida, dependendo a sua extensão da magnitude do assunto tratado. Eis a missiva referida :

"Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Epitácio Pessoa, digno Presidente da República — Do fundo do meu humilde leito receba V. Exa., com os meus agradecimentos ao carinho do seu convite, para assistir a seu lado às solenidades comemorativas do Centenário, a minha homenagem por esta antevisão do Brasil futuro, que V. Exa. realiza tão nobremente, e que eu não vejo, mas a que assisto presente em espírito e de coração. Praza ao Altíssimo e Senhor de tôdas as cousas, das Repúblicas como dos Impérios, que quando o sol rasgar pertinaz nebulção que há tanto nos envolve, o mundo não veja neste quadro, senão o que vós quizestes fazer : a reunião dos povos civilizados, laboriosos e livres em torno do lar de uma nação que se constrói ; nem se escutem nesse imenso oceano de vagas humanas senão os rumores da nossa uníssona adesão ao Evangelho dos bons. Deus vos abençõe para celebrardes com autoridade no

altar das esperanças do século o Ofício Divino do culto que lida por substituir ao carcomido nome do Estado arquipotente a aspiração cujo dia se aproxima, do Estado reto, limitado e justo." Como vemos, Rui também sabia quando necessitava, dizer muita coisa em poucas linhas. É que confiava na voz da consciência que Deus alteia em todos os homens, aumentando-lhes a força de expressão e mal' disfarçava a amargura justificada de não ser o Presidente no Centenário da Independência.

Lord Halifax, Ministro das Relações Exteriores da Inglaterra, ergueu, em frente à mais tremenda ameaça, a sua voz autorizada e reafirmou a sua fé e a confiança ilimitada do povo britânico no poder de Deus. Referiu-se à chamada "5.^a Coluna" que assombrava as nações em cujo seio se instalava sutilmente e realizava o seu famoso trabalho de sapa e disse que, em contraposição a ela o povo de seu país — homens, mulheres e crianças — haviam formado a "6.^a Coluna", cujo programa consistia em orações fervorosas dirigidas ao Omnipotente em favor, não somente da Grã Bretanha, mas também das demais nações que precisavam ser salvas da tirania e do despotismo totalitários.

E foi essa coluna que afinal alcançou a vitória, para o bem da humanidade e a glória de Deus, porque essa Coluna não é hoje nem inglesa, nem alemã, nem chinesa, nem japonesa. Ela é constituída por todos os homens de boa vontade, de todos os povos, raças, tribus, línguas e nações, espalhados em tôdas as partes da terra, formando a Frente Cristã Universal. Conseguirá ela a vitória pelas armas espirituais? Dolorosa e plangente interrogação.

Integrêmo-nos, todos, então na Sexta Coluna, sob o lábaro sagrado da Cruz e sejamos nela soldados valerosos, para exaltação dos direitos do homem, aperfeiçoamento da democracia e defesa da Civilização Cristã Ocidental, ora em marcha de retôrno.

Organizemos, sábia e praticamente, a Sexta Coluna no Brasil. — A Frente Cristã Democrática — para disseminação da propriedade e defesa do patrimônio espiritual do Brasil e do Mundo.

Basta de sangueiras, sobressaltos e destruições, impulsionadas pela pavorosa e sacrílega centopeia da espionagem secreta que ainda estende os seus ramos entre os povos desavisados. Organizemos o trabalhismo cristãmente e a juventude democraticamente sob a inspiração da Águia de Haia. Tal o humanismo político contemporâneo.

A vida, como disse Carlyle, é um milagre. Cabe ao homem aproveitar êste milagre, valorizando-se a si mesmo e engrandecendo a civilização. Foi êste o grande exemplo de Rui. Que êste livro seja o seu ressuscitador no Brasil e no mundo. VAMOS GANHAR A PAZ.

Rio, Junho de 1947.

S. G.

CAPÍTULO I

O HOMEM

Os grandes povos têm o seu grande homem. Alguns têm ligado o seu nome, quais ponteiros de uma raça, à vida do seu País — como, Rui Barbosa. Este foi um Messias e a expressão máxima do povo brasileiro, atingindo a imortalidade e à glorificação.

Em 1849, a 5 de Novembro, na mui brasileira ou melhor brasileira cidade do Salvador, nascia um menino braquicéfalo ao qual foi dado o nome de Rui, sendo filho legítimo do médico Dr. João Barbosa de Oliveira e da Exma. Sra. D. Maria Amélia Barbosa de Oliveira. Matrona austera de conhecidas e peregrinas virtudes, autêntica representante das damas nortistas do 2.^o Império, era o arrimo da família que vivia do fabrico exclusivo de doces, naqueles bons tempos de antanho, fartos e faceis em que a mulher não deixava o lar.

O antiquado e modesto prédio de esquina aladeirada, situado à rua dos Capitães n. 5, com sua fachada residencial de três janelas de frente, duas das quais conjugadas, indicando a sala de visitas por onde se divisavam tôdas as noites os serões elocubrativos de João José Barbosa de Oliveira, mais letrado que esculápio e que vivia sempre ocupado a ler e escrever, num alheamento completo da realidade ambiente, mal disfarçava pela aparência as agruras financeiras do seu locatário descuidado e sonhador.

Situado num quarteirão de pardieiros e espeluncas da cidade mais velha do País, pouco distante da zona infecta do meretrício, como o presépio de Belém, nada tinha que indicasse a glória futura do nascituro — PALADINO DA LIBERDADE E DO DIREITO.

Hoje, demolido aquele quarteirão histórico, para remodelação da velha metrópole do Brasil-Colônia, ergue-se em seu lugar o cinema Ideal, como se fôra premeditada e justa homenagem à bôa estrêla de quem tanto lutaria pelos mais caros ideais da humanidade, posto que vítima do seu gênio contuméllico e obstinado.

A rua tomou o nome de Rui Barbosa. O menino tornou-se patrono do Brasil, guieiro inconfundível da nacionalidade e do mundo.

Descendente embora de Antonio Barbosa de Oliveira que fôra escrivão do Tesouro no tempo do Reinado português, era modesta a sua genealogia, posto que lhe coubesse o direito, fato de alta significação no seu tempo, de usar o brazão dos Barbosas — “em campo de prata, sua bandeira azul, carregada de três crescentes de ouro entre lesões vermelhos batalhantes.”

Levado à pia batismal exatamente após um semestre, no dia 5 de maio de 1850, na capela particular do seu padrinho e primo Antonio Gravatá, capitalista e negociante que custeou o início da sua educação, tão esmerada, ostentava como joia única a cabeça que com os traços fisionômicos visivelmente herdara do pai.

Não precisaria na vida, dos brazões da família. A sua heráldica seria de natureza intelectual como a de João Barbosa.

Médico fracassado no exercício de sua profissão propriamente dita, posto que houvesse apresentado excelente tese na Faculdade de Medicina da Bahia e tivesse feito várias comunicações à Sociedade de Cirurgia da Côrte, não de todo destituídas de interesse, tanto assim que das mesmas foi tomado conhecimento pelo plenário, o que lhe dava um certo relêvo social e nomeada entre os colegas, era um político mais idealista que partidário, só vindo a alcançar alguma evidência e prestígio como militante nas fileiras do Partido Liberal, muito mais tarde, em 1859, por ocasião da passagem pela Bahia do Imperador D. Pedro II, quando o monarca em uma de suas excursões mais científicas e ilustrativas que administrativas, demandava a Cachoeira de Paulo Afonso e diante de quem, foi o fiel intérprete dos sentimentos da família baiana, tendo, por isso, recebido uma comenda e um abraço do monarca.

Era um teórico a sonhar com novas formas de govêrno, embebido das idéias novas da Europa e da América do Norte.

Praticamente se mantinha com a pequena indústria de doces dirigida pela incansável espôsa em companhia de algumas escravas herdadas, fato que sempre repugnou o filho, genuinamente liberal.

Contudo, numa tentativa de compreensão e de síntese do meio e dos costumes do seu tempo, via-se algo de nobreza e filosofia no progenitor que bem cedo havia de brotar no rebento, mais que o mau gênio — a eloquência — visto que estava sempre pronto a discursar e de boa vontade aceitava todos os convites que neste sentido lhe faziam. Pouco ou nada verdadeiramente conhecia da vida material, tão dura e ingrata, mesmo para os que nasceram sob a proteção dos mais autênticos, brazões de fidalguia e dotes de inteligência.

Formara o seu espírito e a sua personalidade sob a inspiração um tanto utópica e idealística dos publicistas liberais norte-americanos e ingleses do seu tempo, que devorava àvidamente, na expectativa de alguma missão pública que nunca veio e assim encarecia o moral e desprezava o material.

Dados não lhe faltaram, portanto, para ser, como de fato foi, o cicerone do filho unimásculo no áspero estudo de humanidades. Dir-se-ia que a sua missão, a sua obra mais sólida e duradoura, foi justamente o preparo metódico e dedicado do herdeiro do seu nome, afinal de contas modesto, mas honrado.

Logo de início, procurando um nome estrondoso, encontrou um tão incomum — Rui — que lhe advinha do avô paterno.

Tirada a casca grossa, adquiriu Rui, igualando-o e até o excedendo, o salutar hábito de estar sempre ocupado em algum trabalho intelectual o que se tornara inerente a João Barbosa.

Para gaudio paterno, revelou o menino, desde cedo, muito cedo mesmo, os maiores lampejos de uma inteligência viril, o amor dos livros, o zelo pelos deveres cotidianos, a assiduidade à escola, o gosto pelo trabalho que lhe dariam por certo, como herança, o mais precioso de todos os dotes — a austeridade de costumes, o horror ao jogo, a prática da honestidade e toda a prova, o apêgo ao lar e à família.

Da experiência paterna provieram-lhe a energia moral, filha da pureza de costumes, a desilusão dos homens, o semblante preocupado, os dotes oratórios que haviam sido recalçados pela falta de habilidade no trato com a sociedade, o pendor pela política, a coragem cívica.

Aos cinco anos de idade e somente com três meses de estudo, conseguiu aprender a ler correntemente pelo novo método de silabação introduzido no Brasil pela cartilha do poeta e pedagogo português Antonio Feliciano de Castilho, aplicado pela primeira vez, a título de experiência, mas com ótimos resultados, pelo Professor Ibirapitanga.

O método do professor e poeta, já então cego, viria desde aí deramar um verdadeiro jorro de luz no Império, também ainda tão necessário na República cuja percentagem de analfabetos continua assustadora e gritante. Em quinze dias de estudo da gramática portuguesa o ultimogênito de João Barbosa conjugava todos os verbos regulares e fazia a análise léxica o que fez o seu mestre considerá-lo com orgulho o seu aluno mais inteligente nos vinte e cinco anos de sua meritória carreira magisterial. Não se enganara o mestre-escola: o menino revelava a sua pinta de intelectual do mais fino quilate, cabendo agora ao tempo, transformar a esperança em certeza, mostrando quem era Rui.

Entusiasmado com o tão grande progresso do nável aluno, publicou Ibirapitanga um anúncio que lhe veio dar grandes proventos. Rui era o menino-prodígio. Esta fama não seria desmentida, antes exalçada, pois aos nove anos prestava êle, obtendo aprovação distinta, o seu primeiro exame final (preparatório) de português, para o qual se exigia o máximo rigor, dependendo de bons conhecimentos do Latim e tal foi o seu sucesso que tôda a sala o abraçou calorosamente.

A partir dessa data, o pequeno Rui, o eterno estudante, não teria mais descanso. O seu destino estava traçado pela filosofia paterna — viver para os livros e lutar com a cegueira do analfabetismo.

Julgando-se mal orientado na vida prática, porque fôra talvez contrangido a trair a sua verdadeira vocação — o estudo do direito — o pai de Rui, contando com o auxílio do compadre, resolveu fazer dêle um grande orador parlamentar, para o qual não faltasse a indispensável base clássica. Por falta de recursos, como lhe sucedera, não deixaria o seu menino de ir a Recife ou a São Paulo, beber as luzes da ciência jurídica: estavam a seu dispôr a bolsa de Antonio Gravatá e a fêria diária de 6 taboleiros de baianas, bem fartos, expostos à gula dos pretos.

Seria o rapaz um grande erudito, destinado à oratória, apto para as lutas públicas em grande estilo que já se debuxavam no seu tempo.

Chamava-o constantemente e obrigava-o com insistência a ler e a declamar longos trechos de Castilho, Camões e Vieira, neste afã.

Fazia-o subir a uma tribuna improvisada, uma velha arca ou malacorcunda dos tempos de antanho e depois de bem explicados e decorados os escolhidos excerpotos, numa longa aula de calefasia, como vingança à sua falta de oportunidades para extravasar em público todo o conteúdo democrático e renovador do seu coração, obrigava-o a declamá-los em voz clara, penetrante, com desenvoltura, elegância e naturalidade, como se diante fôsse do mais seletto e exigente auditório. Isso tudo não podia deixar de influir poderosamente no caráter do rapaz, já por si mesmo tendente à mais intensa emoção intelectual, e que, bem ensinado com era, já tinha na infância os autores da sua predileção.

Outrotanto, com relativa cultura, pois lia tudo que lhe vinha às mãos, contando as suas dez primaveras, assim bem vividas, completava o seu curso primário, bem feito e já com um exame preparatório-final, graciosamente prestado por licença especial, dado que o mestre-escolá lhe ensinára tudo o que sabia, ao mesmo tempo que recitava com garbo e perfeição, tornando-se alvo de atenção em tôdas as festas a que comparecia. Com galhardia pronunciava palavra por palavra, claramente, a todos por igual impressionando pela sua memória.

Na recordação enternecida de Rui a imagem paterna jamais se apagará e num forte lampejo de gratidão e devotamento, exclama o ar-

quetipo de autêntico democrata de todos os tempos: "Era êle, na minha província a maior cabeça de sua época, o orador mais perfeito que já conheci, distinguindo-se, ao mesmo tempo, como um caráter de limpidez e inflexibilidade adamantinas". "Falei-vos de meu pai", declarava abertamente em outra oportunidade; — "o que sou, menos o coração em que minha mãe entrou grandemente, dêle nasce quase exclusivamente, como a água que corre da água que já correu. Esta palavra de que uso, em mim diminuída, era dêle, o maior orador que jamais conheci. Esta cabeça que eu tenho, não é mais que uma apagada sombra da sua. Esta paixão da liberdade, do direito e da justiça, herdou-ma êle, a mais justa das almas, o mais irredutível liberal que eu nunca ví, liberal à inglesa e à americana. O amor da Pátria, a intransigência da honra, a firmeza da vontade, o culto dos princípios, o desprezo dos perigos, o fundo religioso do sentimento e das idéias, isso tudo é seu. De modo que a cada passo de minha vida (era a reabilitação de João Barbosa), o que eu sinto dentro no mais íntimo de mim mesmo, é meu pai. Êle não morreu: em mim vive, e reviverá, enquanto alguma coisa de mim restar". Aliviara o recalque paterno.

A progenitora formou-lhe o coração: todos os dias, à noite, à luz de um lampeão de querosene, lia atentamente uma passagem de um Novo Testamento ilustrado, com toda a reverência, em companhia de sua irmã Brites. É de ressaltar-se, destarte, o seu caráter amoroso.

Mostrava sempre o maior carinho e a mais terna afeição fraternal para com a sua companheira de infância — a irmã única — que Deus lhe dera, chegando a sua amizade a ponto de estudar a música e iniciar-se mesmo ao piano, com o intuito único de despertar-lhe o gosto pelo estudo, incentivando, ao mesmo tempo, em ambos, o gosto pela arte sublime dos anjos. Barbosa acompanhava tudo com alegria indifereçável e razões de sobra tinha para aguçar o sexto sentido, tão comum aos pais amorosos e pressentir na pequena prole promissora um grande homem e uma prendada senhora da sociedade baiana. Quanto a Rui, como fruto daquele esforço, êi-lo tomando parte num concerto público no qual obteve algumas palmas que mesmo ainda na aurora da vida já lhe eram familiares mas que lhe premiavam o amor fraternal.

Satisfeito com a alegria sadia do seu coração e com os resultados práticos da sua espiritualidade doméstica, obtidos certamente pela leitura diária do Livro Sagrado, cântaro de ouro sempre cheio da água da vida, o futuro grande homem com a sua pequenina letra infantil em apostilha, ainda hoje conservada no Museu que tem o seu nome, escreveu com a tinta da esperança: "Ce livre appartient à Mr. Rui Barbosa".

E assim crescia em estatura e sensibilidade. Educar é despertar os sentimentos. Sob a orientação do Professor Ernesto Carneiro Ribeiro que da nacele da sua cátedra dirigia o vôo de uma geração baiana, fez-se em pouco tempo versado no Grego e no Latim,, base e fundamento da sua cultura humanística, cuja solidez cimentava os seus indestrutíveis períodos construídos para todo o sempre como condutos argamassados donde jorrava a palavra viva, a eloquência demosteniana.

Naquele colégio colheria o primeiro florão de sua vida. Fôra o primeiro aluno do Colégio Abílio e por esta causa estava eleito por unanimidade dos seus colegas de turma o orador, o *primus inter pares*, para a solenidade de entrega dos diplomas.

João Barbosa, ao ouví-lo, não podia acreditar que houvesse feito sozinho tão belo e substancioso discurso, cujos conceitos varonís ultrapassavam a sua idade e chegou a indagar do Dr. Abílio Borges, se êste não colaborara no mesmo, pois que êle, de volta da Côte onde estivera como deputado geral, em 1861, não encontrara na Bahia fa-
ceis lazeres para os longos e peripatéticos ensaios declamatórios do filho. A precoce maturidade de Rui a todos assombrava.

— A mesma pergunta eu desejava fazer-lhe — respondeu-lhe o notável educador salvadoreense.

O Arcebispo Primaz do Brasil, Marquês de Santa Cruz, colocou então ao peito do heroi da festa a medalha de ouro. O menino heroi com o seu terno branco ostentava com orgulho aquele símbolo de aplicação e bom comportamento, sem esquecer os serões passados com o livro santo em boas relações familiares.

O Ginásio Baiano, no qual plasmara o seu espírito, dirigido pelo emérito Dr. Abílio Borges, que pelos seus serviços prestados à causa do ensino seria posteriormente agraciado com o título de Barão de Macaúbas, era um estabelecimento modelar no País, gozando boa fama de liberal e progressista.

Foi o primeiro a abolir a palmatória, mantendo embora a primazia na adoção dos mais modernos métodos pedagógicos. Rui, contudo, não deixou de ser castigado, sofrendo o vexame de permanecer obritoriamente de pé algum tempo para escarmento de sua teimosia em discordar de um padre-mestre do idioma de Cícero, o qual naturalmente sofrera um cochilo.

Velha mansão senhorial, com aspecto nobiliárquico, contornada por frondosas mangueiras seculares, com as paredes pontilhadas por dezenas de janelas coloniais e rústicas, a antiga residência do Marquês de Barbacena, varrida constantemente pela brisa fagueira da baía de Todos os Santos, proporcionava aos estudantes um ambiente sadio, pró-

prio à meditação e aquele menino de cara de velho e aparência doentia, extremamente pálido e arredio aos brinquedos e jogos infantís, o aproveitava nas horas cobijadas do recreio para a leitura e o recolhimento, sentado a uma pedra do páteo, completamente absorto e alheio aos que o rodeavam. Era a concentração do espírito que já o seduzia.

Às vezes propositadamente tomavam-lhe o lugar; retirava-se sem protesto; botão em flôr dos ideais de justiça e respeito ao próximo, conformava-se; não havia ali lugares privilegiados; já despontava nele a mentalidade sempre preocupada em reprimir abusos. Mantinha latente em seu coração juvenil o espírito de equidade e justiça.

As leituras ininterruptas afetaram-lhe a visão, surgindo-lhe inchações da pálpebra inferior (saquinhos de lágrimas). Passou a usar lentes. Era um sintoma de velhice precoce. A inveja já o perseguia. Davam-no por muito mais velhusco. Criavam-lhe um ambiente atribulado. Mas nada detinha a marcha do menino-homem.

Em 1864 concluiu os seus estudos de humanidades, mas só no ano seguinte deixava o colégio. Ainda uma vez, falando aos colégios, no fim daquele ano, sentenciava, autorizadamente:

— “Ânimo! que os espinhos se hão de converter em flôres e as palmas do martírio se hão de trocar em laureis de triunfo.” Revelava o pensamento vivo, o beguin pela luta que o caracterizava, a insofreadável bossa oratória. Não podendo, no entanto, conforme era o seu desejo, ingressar naquele ano no curso jurídico, passou a travar relações com a língua de Goethe. Não contava os 16 anos do regimento escolar, e por isso seu pai não consentiu, mesmo porque o julgava franzino e anêmico, que lançasse mão de um certificado falso, coisa fácil e vezeira naquela época: “Não quero que ingresse na vida pública por uma porta escusa.” E ficou todo o ano recordando os preparatórios e aprendendo uma lição de moral, inesquecível e edificante.

Mais tarde, com a cabeça prateada, recordaria em oração memorável, aquele episódio paterno que redundaria no apuro de sua educação secundária: “Espírito severo de meu pai, que me ensinou a sentir o direito e a querer a liberdade, a ser sempre reto e sempre tolerante, justo e nobre!” Tirada e evocação sublime da mais reconhecida e exaltada gratidão ao escrúpulo e aos pendores do progenitor.

Matriculado na Faculdade de Direito do Recife, começavam a realizar-se no filho os sonhos da adolescência do pai. Gente nova tudo vê com alegria. Correram-lhe bem os dois primeiros anos do curriculum acadêmico enquanto gozava as delícias da liberdade estudantil.

Nos primeiros meses habitou o velho Convento de Olinda, onde estava provisoriamente instalada a Academia. Num ambiente próprio à vida meditativa, sentia-se como o pato na água. Passou pouco de-

pois a morar numa pensão inglesa onde praticava diariamente o idioma shakespeareano no qual já se havia enfronzado.

Ao prestar, porém, os exames para a 3.^a série do curso jurídico, foi injustamente simplificado, fato que pela primeira vez ocorrera em sua vida de estudante, atribuindo-se-lhe a uma alteração que tivera com um dos "conspícuos" membros da banca examinadora. "Os Barbosas não possuíam bom fígado," como diz Luiz Viana Filho.

Voltando à Bahia e após um ligeiro e salutar estágio na pitoresca Ilha de Itaparica, transferiu-se para a Faculdade de São Paulo. No amplo edifício claustral do Largo de São Bento conseguiu formar-se. Em 1868 desembarcou na Paulicéia com uma apresentação para o Presidente da Província e precisamente a 28 de Outubro de 1870 colava gráu em coroamento a um brilhante triênio de notas distintas, tendo dispensado a hospitalidade bondosa do governante, desde o início.

Na Mulata Velha todos eram amigos e compadres; em Piratininga todos se retraíam, exceto os estudantes que nas repúblicas da rua do Lava-Pés, se entregavam a tertúlias e vigílias, em imitação aos costumes da velha Coimbra de além-mar, descuidada e boêmia.

Esquecido das mágoas da nota baixa com a qual infantilmente se julgava espoliado, das enfermidades que o acometeram no início da vida e até mesmo da enxaqueca de que sempre seria vítima pelo excesso de aplicação ao estudo, e, sobretudo, mais conformado com a perda da mãe pela qual ainda se conservava de luto fechado — ei-lo revestido de calma, entregue com todo afincio ao estudo, entre acadêmicos que já tinham atingido a notoriedade como Rodrigues Alves e Castro Alves, o maior poeta do Brasil. Começou a fazer-se homem. Amanhecia para a vida sob o estímulo do grande poeta.

Cidade de pouco mais de cinquenta mil habitantes, predominando as casas baixas e acaçapadas, em ruas tortas e aladeiradas, São Paulo fôra um mundo novo par o estudante nortista, triste e bisonho, transplantado do claustro de Olinda, da terna e poética Veneza brasileira.

Fôra-lhe cenário para o trato da vida pública que se prolongava na sua terra onde em vários comícios e reuniões sociais de beneficência já se manifestava letrado e culto, frequentando às vezes as tribunas improvisadas na Praça Pública, imitando o poeta do Navio Negroiro.

Afastado dos seresteiros e notívagos incautos, como que se impunha à mocidade do seu tempo. Nunca seria muito acessível. Desde o meio bandeirante primava pela decência. Era o mesmo homem que detestaria os bondes-bagageiros e os padeiros sem gravata. Liberalismo não é desordem. Democracia não é anarquia. "A República é a liberdade e a democracia na lei", segundo suas expressões, não é a plebe.

Entretanto, no último ano do curso, já bacharelando, a enfermidade o acometera novamente. Não há doenças, e sim doentes, diz a medicina moderna e somente a viagem à Europa o tornaria curado algum tempo depois deste episódio.

Referindo-se a esta fase de sua vida, disse: — “tudo flutuava em derredor de mim.” Mas os instantes de desânimo, eram-lhe passageiros. No fundo do quadro, dominando-o, havia uma restea de luz. E êi-lo vigoroso a trabalhar e lutar pelo novo conceito de liberdade.

Em 1874 o pai escrevia a um amigo a respeito das primeiras vitórias do filho: “Devo ao Rui muitos dias de vida, pelo quase orgulho que me vem do seu procedimento e do seu bonito talento, que é tão incontestado que V. não me levará a mal reconhecê-lo. Em 23 anos poucos o igualam; porque, muito aplicado, e com os dotes intelectuais que tem, meu filho propõe-se a escritor notável e a orador de primeira ordem.

“Severo na dicção que sempre o fiz cultivar, muito dialético, já com algum cabedal, boa voz e imaginação bastante, com mais anos e amor ao estudo que sempre o caracterizou, êle será de algum nome, se Deus quizer e a saúde que hoje tem, lhe não faltar. Eis a trama de seu tecido moral. “Eu sentia em mim uma paixão entusiástica pelo trabalho e pelo estudo, tinha a vontade heróica do trabalho.”

E cincoenta anos depois? Madrugada. A cerração empresta à rua de São Clemente um mistério de cidade sitiada. Alguém está atento e vigilante no seu gabinete de trabalho. É Rui Barbosa que semeia. O galo canta. O sol renasce. A vida se renova. O homem medita e domina. Planeja e constroe. Salva a Pátria e a Humanidade.

Tôda a sua vida se completa, se integra, coerente e única, na indestrutibilidade das preocupações intelectuais e espirituais, sem que deixasse de ser um homem de ação, forte e epicurista.

O período de 1860 a 1888 é o da sua verdadeira formação. Em 1874 perde o pai na Bahia e em 1876 a irmã casa-se com um negociante, falecendo pouco depois, ficando Rui, assim, sem família, o que bastante influiu no seu espírito revoltado contra o destino ingrato.

Em 1870, terminada a guerra do Paraguai, começou de fato no Brasil a campanha abolicionista. Paradoxalmente, o Paraguai derrotado deu ao império um exemplo de liberdade, pois ali, como no Prata, não havia a mancha da escravidão que tanto envergonhava a mocidade brasileira. Os nativos viviam livres na terra guaraní.

Numa tentativa de compreensão e de síntese para o pensamento vivo de Rui, veremos que o mesmo ligava o teorista ao trabalhador resoluto e incansável, desde os bancos acadêmicos, pondo-o em ação e finalmente, realizando muito mais tarde as suas idéias. “Três âncoras deixou Deus ao homem: o amor da pátria, o amor da liberdade, o

amor da verdade. Cara nos é a pátria, a liberdade mais cara; a verdade mais cara que tudo. Pátria caria, carios Libertas, Veritas carissima. (Lieber, Reminiscences, p. 42). Damos a vida pela Pátria. Deixamos a pátria pela liberdade. Mas pátria e liberdade renunciamos pela verdade. Porque êste é o mais santo de todos os amores. Os outros são da terra e do tempo. Êste vem do céu e vai à eternidade."

Jovem, despido de formosura, contrastando a cabeça enorme e bem penteada, levemente inclinada para a esquerda, com o seu corpo débil e ligeiramente encurvado, à moda descuidada e romântica da época, tinha uma simpatia respeitosa, embora pouco comunicativa talvez grave demais para a idade que sempre lhe foi gratuitamente aumentada, posto que suavizada pela vivacidade do olhar. Corpo de criança; cabeça de velho. A inteligência transparecia somente pelo olhar.

Lançando sempre aquela voz aguda e cheia que foi a sua arma de combate, capaz de ser ouvida por todos no mais recôndito de qualquer recinto, fácil que era a sua dição, acompanhada de uma atitude sempre calma que não impedia uma ligeira gesticulação apropriada e lenta, inabalável às circunstâncias, assenhoreava-se rápida e prontamente do auditório com verdadeiro domínio pessoal. Enfim, exceptuando-se a beleza fisionômica e o porte franzino, tinha aparentemente ocultos todos os dotes de um verdadeiro tribuno e grande orador.

Era um desses eleitos para os grandes empreendimentos que nada faz desviarem-se do caminho traçado e insistindo num assunto com tenacidade, exgotava-o. Os trabalhos mais ingratos são sempre os mais recompensados e nos labôres do cérebro, entre pilhas de livros, foi que descobriu a ruptura da palavra, o segredo da fascinação.

Enquanto decorria tranquilo o seu noviciado jurídico, a política agitava-se em todo o Brasil. João Barbosa, há muito condenado ao ostracismo do qual não mais sairia, rompera com o cunhado Luiz Antonio que algum tempo depois deixou o governo da Província da Bahia, sendo substituído por Manoel Dantas a quem Rui consideraria pai pela amizade e igualmente cortara relações com quase todos os seus amigos políticos. O nome de Dantas significaria para Rui a apresentação na política, através do "Diário da Bahia", quartel-general do liberalismo.

De um modo inesperado rompera a guerra do Paraguai com o Império de armas ensarilhadas e Solano Lopez aparelhado com um exército de 120.000 homens, bem armado; se não se apresentou como voluntário num dos batalhões patrióticos, foi porque o seu físico não o faria aceito. Mas como não partiu para a guerra, aliou ao trabalho de propaganda patriótica e ideológica todas as suas forças. Oferecia todos os dons, animando a mocidade acadêmica, fazendo vibrar a sociedade paulista, desde o Clube Acadêmico Radical Paulistano até às

colunas dos órgãos estudantis e às sacadas, improvisadas em tribunas, onde a sua voz soava altaneira, como um sino chamando os fiéis.

Tudo pela vitória do Brasil! — clamava, oferecendo-se qual diamante humano ao eterno lapidário, sem medir sacrifícios, para cumprir a antevisão paterna, tornando-se bem cêdo, sem favor, um grande da Pátria e mais ainda, prometendo ser o inolvidável reformador da política brasileira — tal a novidade dos conceitos expendidos.

Por uma dessas coincidências que quase sempre decidem o destino dos homens, encontrou em São Paulo Castro Alves, o poeta da Abolição, que juntava a beleza ao estro e de quem recebeu as mais fortes inspirações, ao mesmo tempo que com Álvares de Azevedo, botão em flôr do romantismo e da cultura humana integral, adquiria vigor no debate e na expressão. Contudo falava sempre de olhos fechados, numa atitude humilde... Era um astênico lançando entusiasmo.

E assim passaram os devaneios da mocidade.

Antecipando a primavera, fechou com chave de ouro a sua estadia em São Paulo, falando por três noites consecutivas ao povo, conquanto insistentemente ameaçado na própria vida por cafagestes do Partido Conservador e maus elementos escravocratas, já em favor da Abolição, já saudando os batalhões de voluntários que voltavam do campo da luta. Consagrara-se, assim, antes de tudo em Piratininga, na planície do povo, no planalto da independência e da libertação.

As manifestações dos estudantes liberais que constituíam a maioria, concretizaram-se num banquete ao Deputado José Bonifácio, o Moço. Derredor do Mestre, orador consumado cuja única falha consistia na falta de alguns dentes incisivos, reuniu-se a mocidade avançada da época. Dentre os oradores que ali investiram contra o Imperador, contava-se Rui que o alcunhou de Pedro Banana, que iniciava numa constante faturação literária a sua atrevida vida pública, florida na Abolição e frutificada na República. Dela jamais sairia. Do marco zero atingiria o cincoentenário comemorado faustosamente, numa linha reta, sob o carinho da nacionalidade que ajudara a construir.

Iniciava a carreira política, oferecendo as primícias da sua genialidade ao professor e conselheiro das primeiras lides liberais que o iniciara na Imprensa através das colunas do Ipiranga, escolhendo-o com dedo profético e armando-o cavaleiro da democracia.

Já as suas palavras haviam-lhe grangeado o renome quais verdadeiras explanações da ciência do Direito. Mostrava-se nos exames órais mas versado que os mestres, prognosticando o alarife do Direito e da Justiça na Terra de Santa Cruz.

Nesta época nos folhetins do "Diário da Bahia", assim pintava o quadro negro da escravidão: "... No meio do campo luxuriante, vêde a senzala nua e esboroada.

"Sob êsses tetos há um mundo, que vegeta, como a planta vive; entes que têm paixões, filhos, enfermidades, agonia e morte, bem que não conheçam a Pátria, nem noivado, nem lar, nem olhos chorosos sobre o túmulo.

Um e outro, o vegetal e o escravo, elaboram-nos o pão; um e outro consomem-se por nós; de um e outro somos os soberanos.

Todayia, nem um, nem outro, podemos, podeis, empregar o nosso, o vosso amor.

Porque o amor é a identificação da unidade; e entre eles e nós há o abismo do espírito, da liberdade que lhes falta.

Notareis apenas que, no reino silencioso das plantas, consentiu o Onipotente os efeitos prismáticos da luz, a folhagem viridente, a flôr de côres festivas, os pomos de ouro.

A multidão cativa, porém, traz nas carnes inviolável luto.

Dir-se-ia o manto imóvel de um féretro sem europeis. Féretro de um povo."

E mais adiante: "Segue o heliotropo, com afetuosa perseverança, desde o dardejante oriente ao poente rubro o curso do sol esplêndido.

Ao escravo, porém, onde fica o astro da sua vocação?" Surgira o jovem abolicionista a encarar a realidade brasileira e cooperar na construção moral do Brasil, lutando com a hostilidade dos próprios parentes.

Lograva ser eleito Presidente do Conservatório Dramático.

Antes, de passagem para São Paulo, ouvira de seu parente conselheiro Albino: "Seu Rui, talento não é juízo." Mas o temperamento é sempre difícil de ser dominado. O entusiasmo venceu a malícia.

Por isso, com indizível emoção, natural dos vinte anos, numa solenidade ainda desconhecida para ele, em meio às figuras mais representativas da política liberal paulista, proferiu o seu primeiro discurso propriamente político que, já era amostra do seu talento destinado a agradar em cheio e cujo conteúdo revelava os seus ideais cristãos e democráticos:

"Quando as nações, já sem arrimo e sem crenças, extenuadas pelos esforços de lutas contínuas e desanimadoras, contra as tendências corrutoras da autoridade e dos partidos, vêem cair uma a uma as suas aspirações mais santas, as suas esperanças mais nobres, as suas instituições mais venerandas; quando, voltando os olhos para o passado, não encontram senão uma arena de transformações estêreis, e, contemplando o futuro, não vêem mais que um horizonte sombrio de incertezas e ameaças — a Providência, levantando sobre elas a mão cheia de bênçãos, faz surgir do lodo da miséria, que envolve as sociedades, o princípio fecundo, a idéia regeneradora, que as há de salvar da disso-

lução iminente. É a regeneração moral da humanidade — o cristianismo — operando no seio da sociedade mais aviltada pelos vícios: é a regeneração política dos Estados — a revolução francesa levantando-se no solo do absolutismo, para esmagar os governos despóticos que oprimem nações civilizadas.

Esta verdade, senhores, lição eterna da história, acabou de receber entre nós a confirmação mais solene e indelevel. Refiro-me a esse acontecimento inaudito, a esse golpe revolucionário, que, conculcando as mais sagradas leis do sistema representativo, suscitou, ao mesmo tempo, e reabilitação dos princípios em nosso regimen político a esse fato brilhante que imortalizou na História do Brasil o dia 17 de Julho.

Com efeito, senhores, a política, essa nobre ciência que engrandece os Estados constitucionais, degenerou entre nós em marte maquiavélica, em instrumento mesquinho de paixões facciosas: em vez de se identificar com a opinião, tem sido quase sempre uma violação acintosa das nossas instituições representativas, uma traição sistemática à consciência pública, um desafio constante à soberania nacional. E, quando esse falseamento de tôdas as leis constitucionais, êste sacrifício de todos os direitos civis e individuais, havia derramado o ceticismo político no espírito do país, a sessão parlamentar de 17 de Julho veio renovar a face das coisas. Sim, senhores, o dia 17 de Julho é uma das datas mais brilhantes de nossa história política; porque realizou entre nós três grandes ideias, porque significa três acontecimentos imorredouros: em primeiro lugar a regeneração dos parlamentos pela nova resistência às solicitações de um ministério ditatorial; depois a queda de um governo pela sustentação de uma grande verdade constitucional, a responsabilidade absoluta do poder moderador; e, finalmente, a confraternização do imenso partido liberal, fracionado pela dissidência desgraçada que o enfraquecia.

Saudemos, pois, senhores, as tradições brilhantes, gloriosas, imortais do dia 17 de Julho, porque essa data eclipsa todos os nomes, enche todos os corações patrióticos, porque ela veio reanimar as nossas crenças políticas, restabelecer a moralidade dos parlamentos, levantar três grandes artigos do crédito liberal."

Formado, adocera logo. No retiro forçado de Plataforma, na Bahia, conheceu todas as sutilezas de Shakespeare. E escrevia a um parente: "Imagine o sofrimento em que vivo, com a idade que tenho, com o brio que Deus me deu e com a sede de trabalho que de dia para dia sinto crescer dentro de mim."

Afinal, após uma visita à Europa por conta de dois amigos generosos, conseguiu curar-se e entrementes retomar o fio das suas várias atividades. Um deles era Rodolfo Dantas, filho do Senador Dantas.

João Barbosa afirmara nesta fase da vida do filho predileto: — “o Dantas e o Albino dizem-me que o Rui é superior a José Bonifácio e sustentam que, certamente, hoje não se fala melhor do que êle.”

Nesta época a perda da noiva levava-o ao desalento. E resolveu transferir-se para o Rio onde mal acabando de chegar, se desiludia e já recebia as boas-vindas da mordacidade do conselheiro Zacarias, a quem entregara, esperançoso, uma carta de apresentação: “O senhor é mais pequeno do que seu pai,” Nunca mais o procurou... Neste estado de espírito foi que traduziu — O Papa e o Concílio. Entretanto, seus verdadeiros sentimentos cristãos seriam despertados mais tarde, quando no “Diário da Bahia” defende a liberdade de D. Antonio de Macedo Costa o professor do Colégio Abílio que lhe fôra mais afeiçoado nos seus tempos de solitário ginasiano. Publicou-o mais tarde.

Derrotando o maior orador do seu tempo, na Câmara, Silveira Martins, começava declarando, como golpe mortal que “ante as leis da decência parlamentar, como ante os princípios mais triviais do poder comum” afigurava-se insustentável a posição daquele paredro no pandemônio dos últimos tempos da política imperial, combatendo um governo de que participara até à véspera. Estava visivelmente doente, mas a tribuna reanimou-o. Recuperou as forças.

“Não recebo lições, retrucou o ex-ministro. E querendo fazer verve: — “Há muito que já morri.” E um deputado: — “Apoiado; e foi para a vala desconhecida”. E Rui: — “... como muito bem observou o nobre deputado por Pernambuco, não escaparia da vala comum, do lugar que tão justo horror parece infundir-lhe.” Silveira Martins, desistindo de apartear, silencioso, contrariado, cabisbaixo, limitava-se a ouvir enquanto, batia, disfarçando, com os punhos sôbre a carteira, como era seu hábito.

O jovem pálido, de corpo de criança, franzino e inexpressivo, trajado todo de preto, dominava o gigante — ao qual se referia, finalizando a oração de um modo impiedoso, demolidor, triunfante: — “As sociedades regem-se com o tridente netuniano, que abonança as ondas; não com as bochechas de Boreas, que não servem senão para soprar e devastar.” Rui era irrequieto. Alcançava a sua primeira vitória no Parlamento, espetacularmente, mostrando à Nação o seu espírito combativo de político intolerante e debatedor invencível.

E continuavam a cair as folhas do calendário ruiano...

Sagrando-se orador para as lides liberais porvindouras com Luiz Gama, Américo de Campos e Bernardino de Campos, assim se manteve garbosamente na jornada, por meio século, até o seu jubileu, a festa do sol, quando já havia na sua bibliografia, além dos 200 discursos par-

lamentares e improvisos, quatro volumes desse gênero cultural — Discursos e Conferências, Orações do Apóstolo, Elogios Acadêmicos e o livro póstumo, coligido por Homero Pires, Novos Discursos e Conferências, nos quais se poderiam inscrever as suas verdadeiras legendas públicas, encimando-os: "Paz pela Lei". "Parler, c'est se donner; bien parler, c'est se donner genereusement et tout entier".

Mas, falar a verdade, mesmo ostensivamente, com sinceridade e evidência comprovada, não como fez Renan que vendeu a sua consciência ao judaísmo por um milhão de francos, para escrever o livro mais ruinoso da sua era, a falsa e insidiosa — Vida de Jesus — é que é dar-se de corpo e alma. Dar-se contra o veneno espiritual.

A filosofia moderna de Jean Jockues Rousseau e o falso marxismo ou socialismo, degenerado em comunismo, desvirtuaram os verdadeiros objetivos políticos da Revolução Francesa de 14 de Julho de 1789, bem como o legítimo e exéquível socialismo-cristão propagado por Leão XIII. A verdade está, positivamente, no meio termo democrático — socialista, fora do errado jacobinismo à outrance e dentro da fórmula — Menos liberdade e mais bem-estar — antevista pelo sábio sagitário da palavra, cuja mocidade se iniciava sob tão bons auspícios.

No Clube Radical Paulistano e no jornal do mesmo, juntamente com Luiz Gama, Américo de Campos e Bernardino Pamplona, Rui, escolhido para redator, veiculava já essas idéias como um brado progressista para o mundo inteiro. Era uma antevisão da verdadeira democracia.

Os falsos mestres do liberalismo brasileiro não compreenderam o espírito democrático-cristão que Rui demonstrou, desde o início de sua fertilíssima vida pública de mais de meio século, em sua mocidade "avançada", e daí lançarem mão da calúnia — afim de que a patuleia o repelisse. É história antiga a qual entre nós originou o cerceamento da liberdade política e o aviltamento das instituições como entre os judeus gerara pela perda do espírito nacionalista, a avareza, a ruína e a dispersão. Caluniar é mais fácil do que compreender e produzir.

Formado em direito, em 1870, satisfeita que estava desta forma a grande aspiração da sua juventude, que igualmente fôra a da juventude paterna, não quiz, como lhe lembraram alguns mestres e discípulos, dedicar-se ao magistério, pois que sempre preferiu a vida intensa mais adequada ao seu espírito combativo, atendendo, advertido pelo exemplo do pai, destarte, docilmente, à vocação e às sugestões do seu ego, forte e decidido.

Orador elegante e aplaudido, falando e escrevendo o português (vernáculo) com rara perfeição, pois segundo João Barbosa "ninguém falava melhor do que Rui", havia de causar sucesso como advogado, podendo oportunamente enveredar pela política. Isto, no entanto, não

bastava às suas ambições. E conforme já vimos anteriormente, voltando à terra natal, teve de perder um ano, por doente, sofrendo síncope continuas, sem poder travar relações com o fôro do Salvador, imprevisto que lhe causou sérias contrariedades e acabrunhamento, motivado pelos esforços dispendidos no curso jurídico. Assim, como se queixa na correspondência dirigida a um íntimo, dado o seu caráter altivo e independente, sofria muito, então, por se ver constringido pela falta de saúde física e não ingressar, desde logo, como tencionava e necessitava, nas lides forenses. Sofria, mas não era um parasita e sim ainda um estudante esforçado, preparando-se para a sua esplendorosa missão, atitude que lhe seria ininterrupta. O princípio, porém, lhe foi duro.

A vida de Rui é um exemplo de tenacidade e vigor. No trabalho jamais esmoreceu ante os obstáculos que se apresentaram em seu percurso, às vezes como montanhas enormes e inacessíveis a ameaçarem a continuação de seus passos de moço pobre. Todo caminho depende de um passo. Tôda vida de uma decisão. Preparava-se para ela.

Falta de recursos, enfermidades várias, inclusive o tifo, indiferença, má vontade, incompreensões, despeito, desânimo, perseguições, injustiças — nada conseguiu interromper a sua marcha gloriosa e ascencional. Ele tudo soube vencer, até a própria enfermidade e fraqueza física, tornando-se credor da gratidão nacional, pois que poder-lhe-ão negar o primado político, o êxito de seu plano filantrópico de paz universal pelo princípio de igualdade de soberanias, porém, uma concessão fez à sua geração e ao século: provou que nas democracias o nascimento por mais modesto, não impede a ascensão aos mais altos postos e, implicitamente, através da defesa desse princípio, mostrou o Brasil ao mundo.

Estudante de escôl, eterno estudante, como se considerava, mesmo depois de alcançar a celebridade, ainda enfermo, continuou os seus estudos, aperfeiçoando-se no direito e, uma vez restabelecido, justamente quando perdera os seus pais, entregou-se ao "struggle for life" "à sua profissão natural", havendo obtido, em sucessão ao próprio pai, uma modesta colocação na secretaria da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, que lhe rendia duzentos e cinquenta mil réis mensais, com os quais se mantinha e à sua irmã D. Brites, agora órfã, tendo pago todas as dívidas de seu pai, no valor de doze contos de réis, cuja responsabilidade, voluntariamente assumiu, mantendo-lhe a honradês.

Sem desanimar, continuou o lidador êste viver modesto, num labor cotidiano, por anos a fio, ao mesmo tempo que, debruçado todas as noites sobre os livros, atitude de tôda a sua vida, preparava-se para receber os futuros aplausos cívicos dos brasileiros. A luta árdua e incessante é estimulante; fazia parte do seu complexo individual.

Os livros estavam integrados em sua personalidade e sistematicamente adquiria, com os poucos recursos de que dispunha, quantos podia.

Seguia obstinadamente os conselhos de Antonio Vieira: "São os livros uns mestres mudos que ensinam sem fastio, falam a verdade sem respeito, repreendem sem pejo, amigos verdadeiros, conselheiros singelos; e assim como à força de tratar com pessoas honestas e virtuosas, se adquirem insensivelmente os seus hábitos e costumes, também, à força de ler os livros se aprende a doutrina que elles ensinam."

Obedecia, outrossim, ainda, como jovem prudente, às palavras equipolentes e santamente inspiradas do inolvidável e arrebatador Castro Alves que guardava de cor:

"Oh! Bendito o que semeia
Livros... livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo nalma
É germem que faz a palma,
É chuva que faz o mar."

Foi esse sempre o característico de todos os moços futurosos — amar os livros, trabalhar e obedecer às grandes vozes da humanidade, concomitantemente com o treinamento escolar e físico, o que só pode acarretar benefícios e benesses, e confiar no futuro sempre promissor aos que trabalham.

Ininterruptamente, prosseguia na luta, com o seu casaco já cosado, mas ostensiva e impavidamente, mantendo o seu idealismo, forte, calado, ordeiro, inermé, morigerado, puro e pacifista, conforme os inesquecíveis exemplos de honradez que recebera de seus pais, enérgico porém tratável, vigilante mas bondoso, exigente e não despótico, e sempre sobranceiro a toda espécie de dificuldades, porque seguro de si mesmo, consciante do dever cumprido, em paz com as vozes interiores, certo de haver feito em cada dia o que podia, assim como mais tarde colocaria cada dia um tijolo novo de palavras e de frases no grande edifício da civilização.

Os dois últimos anos passara metodicamente na expectativa, divididos entre os estudos e o que chamava de sua campanha política.

A inveja, eterna companheira do êxito, já o alcunhara de Ruim Barbosa, pela boca de adversários impenitentes. Ruim para os maus.

Polígrafo multiforme, artista surpreendente de imaginação e colorido, assim como não passara a infância entre brincos e flôres, mas como menino triste que despertara a atenção do Padre Antonio de Macedo Costa, estudando, lendo e praticando os principais idiomas vivos e particularmente o seu, no qual já se fizera mestre acatado pela ri-

queza de vocabulário e pelos efeitos e recursos maravilhosos de um estilo inimitável de penetração, capaz de abordar e dissecar exaustiva e exgotantemente os assuntos mais sutis e profundos com a clareza do gênio e a irradiação estrondosa do guia de povos, deveria passar a mocidade toda no trabalho penoso e irremunerado de imprensa a que todo se dedicou com afincos e ardor, como auxiliar de Manoel Dantas, gravando páginas cada vez mais admiradas na província e na corte, onde foram por múltiplas ocasiões transcritas e largamente citadas e comentadas nos meios intelectuais. Entrando em férias, Dantas entregou-lhe o jornal. Estava definida a sua posição na sociedade.

Enfronhando-se na advocacia e entregue com o mesmo ardor dos estudos ao trabalho absorvente de jornalista no "Diário da Bahia" deixou a Santa Casa, com a sua monótona escrituração de enfermos e entêrros, sem saudades, pois jamais sentira atração pela burocracia, embora ali sempre se fizesse, como em toda parte, credor do respeito dos que o rodeavam, pela sua assiduidade e pontualidade, e, aos poucos, pelo seu esforço, foi-se libertando dos tentáculos da pobreza, imposta pelas responsabilidades das dívidas paternas.

Espreitava-o já, alguriz, o centauro da politicagem partidária, na caça às contribuições inteligentes e propagadoras da sua liberalidade intelectual e inexperiente. Ali, no palácio dos Condes de Passé, gasta, o melhor do seu cérebro.

O gerifalta que assolaria com a sua astúcia, servindo-se de todas as manhas e vís insídias, o icosagono nacional, não conseguiu assenhorear-se totalmente do esperançoso publicista baiano.

Em 1871 estreiou num juri memorável o jovem advogado, aos 22 anos, vencendo galhardamente, em defesa da honra de uma pobre moça do povo, contra os interesses de um mandão e argentário da terra, que foi forçado a comparecer à barra altas horas da noite.

Também a advocacia não sequestrou Rui Barbosa por completo, apesar de já na maturidade haver conseguido rendosa banca no Rio.

Eis que aos vinte e três anos, em 1876, casou-se venturosamente com a sua contrerrânea D. Maria Augusta Viana Bandeira, tipo de beleza que foi a companheira desvelada da toda a sua vida tumultuosa e vibrátil, desde o rosicler da imprensa combatente e da campanha abolicionista, até o lusco-fusco das afirmações consagradoras do seu jubileu político e das comemorações centenárias, quando as personalidades mais eminentes do mundo que vieram saudar o Brasil, como o honrado Presidente Antonio José de Almeida, de Portugal, "médico dos pobres que vem visitar o pobre enfermo" e Mr. Charles Hughes, representante dos Estados Unidos da América do Norte, não se dispensaram de visitar o maior dos brasileiros, a Águia de Haia, doente, combalida.

Por tôda a parte ela o acompanhou firme e impassível, com a serenidade de uma fervorosa crente nos seus ideais e com a sujeição digna da mulher cristã, com a compreensão e a afabilidade da família baiana e com a profunda honestidade da mulher brasileira. A Vila Maria Augusta, o seu lar, imbuido do são idealismo, pois que sempre viveu abertamente e às claras, foi a rocha da água, fonte perenemente renovadora de suas forças físicas e morais, refúgio do trabalho incessante e do estudo cotidiano, onde se colocava tranquilamente, a salvo dos interesses comuns e imediatos, das competições sociais furtacôres e das paixões terra-a-terra que afinal o vento acaba levando. Ali passava as horas fugazes do descanso, à noite, em colóquios simples com os seus, recuperando as energias, afastado o buril valoroso, burnindo o coração e o corpo, para as novas lutas da vida, ou espirecendo o espírito com a leitura de romances e livros policiais e de aventuras, como as aventuras policiais de Nick Carter e as viagens de Gulliver, gênero que muito apreciava e comentava no recesso da sua intimidade com os netos. Apresentou-o à sociedade da Côrte o Conselheiro Abino.

O jornalista que todos temiam, por trazer sempre dentro de sua pasta, um amontoado de verdades, foi surpreendido um dia com uma frase daquela que foi para êle o princípio e o fim de tôdas as coisas: "Rui, estou cansado de ser pobre..." Com estas palavras, com a intuição feminina, carinhosa advertência de quem deseja o bem de outrem, D. Maria Augusta, despertou o bom senso, ainda pouco prático de seu sensível e devotado espôso. Foi o sôpro que veio reavivar as suas múltiplas atividades. Desde então, nada mais faltava em casa...

Os seis escravos que herdara passara à irmã e nada possuía agora, mas, conhecido largamente, dentro em pouco, com as premissas alviçadeiras de uma oratória nunca vista e a fascinação da sua palavra escrita, propagando a bôa causa do liberalismo que tão bem ficava à sua radiosa mocidade, pobre, mas convicta e feliz, consagrou-se por completo à política, tão logo tomou pé na advocacia.

Tribuno é bem o título a que fez jús o grande brasileiro na sua juventude trabalhosa e fecunda, chegando a ser indicado pelo Conselheiro Dantas como o deputado que valia uma Câmara. Ingressando com armas e bagagens no liberalismo, oferecendo-se de corpo e alma à causa negra, por ela, e sómente por ela, desvendando, nos albores inquietantes, nos dias tumultuosos e devassadores da mocidade, a Maçonaria, na Loja América, em São Paulo, na ânsia incontida de apôio ao que julgava verdadeiro e incapaz de suportar mais protelações — a reforma radical do regimen — não se lhe negue todavia, um outro a que de modo incontroverso tem direito: o de chefe de família exemplar. Era fi-

lho exemplar, pai amantíssimo e até mesmo patrão amigo como afirma o "Seu Antonio," seu criado fiel na velhice.

Ressalta de toda a sua personalidade, predestinada à glória inconfundível e eterna, o fato, constatado fartamente na sua correspondência íntima e nas homenagens prestadas em referências e fotografias várias dos seus, carinhosamente zeladas e tidas como relíquias por toda a casa, verdadeiro santuário, o cunho que sobressaía amoroso, comunicativo e sentimental, de prezar a família e honrar a seus pais. Declarava preferir vê-la morta a sabê-la escravagista. Mas isso era frase de efeito...

A sede incontida de cultura nos homens do seu estofo mental e moral, torna-se, inevitavelmente, por fim, em verdadeira obsessão, sobrepondo-se, geralmente, a qualquer inclinação sentimental.

Toda paixão cede ao aparecimento súbito de outra mais intensa e justificável. A época contemporânea, não é individualista nem coletivista: é nacionalista e transitória. Natural seria o conflito, vencendo o senso moral, i. é, os interesses maiores da coletividade, especialmente, se estes não implicassem na defesa da família, do indivíduo e da honra.

Rui foi o padrão da nacionalidade em todos os sentidos: cívico, humano e educacional, porque nos fornece todos os exemplos de quem atingiu a estatura de varão perfeito, quer na família, quer na pátria, quer na sociedade, deixando transparecer em todos os seus vários caminhos, verdadeiro fascínio por tudo que implicasse justiça, pela lei e sua reta aplicação, pela liberdade, enfim, pelo bem, quer, no íntimo, através dos seus escritos de sociólogo e pensador, de doutrinador e intérprete egrégio das leis, quer no seu espírito religioso e familiar.

A sua atuação na vida pública, não diferiria das suas atitudes na intimidade do lar: mostrava sempre o seu caráter firme, ambas corriam paralelas. Não temia devassas de qualquer ordem.

As reações contra as injustiças e aos frequentes atentados ao direito sob a forma de esbulhos eleitorais, eram seguidas da convivência terna, carinhosa e acalentadora da família, no manso regaço do seu lar honrado, onde, estremecidamente, todas as noites ia procurar novas inspirações. Para o gênio, como para os bons, tudo é motivo de encantamento. A satisfação é o índice da saúde física e moral. Revivia.

Convidado pelo conselheiro Dantas, com ele associou-se, desde os 23 anos na sua banca de advocacia. Pela sua mão entrou definitivamente na vida de homem público. Com 24 anos de idade, em 1874, assumia a direção do "Diário da Bahia", em substituição ao velho Dantas, agora seu grande admirador e amigo, o homem que foi o seu descobridor na vida pública e que nele depositava a máxima confiança.

Perfazendo a última etapa do seu apronto, ostentando em tôda a linha a costumeira performance para o trabalho que fizera coeficiente de sua notória prosperidade, honesta e segura, na indizível aridês do primeiro posto de trabalho, que lhe haviam inculcado, ainda encontrou meios e modos de aperfeiçoar-se nas línguas vivas, especialmente na de Goethe, o poeta que morreu pedindo "mais luz", completando desta maneira o seu conhecimento prático e teórico de todas as línguas vivas. É que não perdia tempo e aferia o êxito na política pelo valor intelectual e moral. Dantas prosperava nas costas de Rui. Depois abandonou-o.

Audição obrigatória na sociedade baiana, passou, da praça pública para a política, organizada, partidária e militante, alistando-se nas fileiras liberais e conseguindo ser eleito deputado provincial e, finalmente, deputado por duas legislaturas sucessivas à Câmara Geral, onde se notabilizou, sobretudo, pelos formidáveis e eruditos pareceres acêrca da reforma da Instrução Pública, peça inteiriça e inovadora, vasada em moldes liberais e em grande estilo, sendo então galardoado com o título de conselheiro, em 1882. Foi o pioneiro dos esportes.

Político de envergadura, acarretava, ao mesmo tempo, pelo seu espírito devastador e combativo, ódios encarniçados e grandes simpatias, enchendo-se, dia a dia, de novidades e experiências, à proporção que desenvolvia os seus dons de homem público e lutador, visto como a pobreza e a política, são as duas maiores mestras da vida.

Dotado de uma memória prodigiosa, verdadeira aberração da natureza, verberou com presteza e graça, em plenário, certa frase — plágio de José Bonifácio, o seu festejado mestre e precursor, de São Paulo, citando-lhe à queima-roupa o autor, o lugar e a época em que fôra proferida, desnorteando-o por completo, apresentado-o de antemão vencido, perante o auditório. Queria aparecer a todo custo.

E desde êsse dia, começou a luta em grande estilo, contra os conservadores, contra o carrancismo e a rotina.

Autorizado por um imenso cabedal literário e imbuído das idéias políticas da era vitoriana, começava a sua vida que seria longa no Parlamento Nacional, por uma atitude um tanto antipática.

— "Os aplausos às palavras de V. Exa. constituem a sua própria condenação" — dizia o deputado paulista.

— "Palavras de Montalembert na Câmara dos Pares".

Autorizado pelo Partido Liberal, dominou pela eloquência os Conservadores. Já começava a ser temido pelos adversários. Era o Líder Liberal de fato e abalava todo o Parlamento.

Na Côrte, onde chegou já com dez anos de vida política, ensaiou vários gêneros literários, inclusive a poesia, para a qual não tinha grande queda, embora nessa quadra da sua vida, ainda, como durante a es-

tadia na terra bandeirante, houvesse tomado parte em recitais e declamações, tão usadas nos saraus e reuniões daquela época em benefício da libertação ou pela alforria direta de escravos, e até mesmo compondo alguns raros sonetos e traduções livres, recitasse nos salões do Conselheiro Albino, velho magistrado de suas relações familiares.

Firmou-se, porém, como era seu desejo, na imprensa, fazendo aí, definitivamente, da sua pena de ouro imaculada, uma verdadeira espada de fogo e do jornal a panoplia invulnerável a serviço da justiça e dos ideais de liberdade que então empolgavam a mocidade brasileira, em sua totalidade, com exceção talvez única, de Machado de Assis — o príncipe dos escritores brasileiros. — que, sendo intelectual inteiramente alheio à vida política, ao que parece, sofreu mais e tornou-se mais céptico na monotonia diária do funcionalismo público de que o jovem Rui na secretaria da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Rui reagiu.

Verdadeiro vulcão de idéias, numa época em que os D. Quixotes proliferavam, à procura de novos combates com os moinhos monarquistas, em que pudessem aparecer, a todos sobrepujava pela eloquência sem igual, natural, espontânea, variada, indomável e vertiginosa, capaz de exgotar por completo todos os assuntos jurídicos e sociais, durante horas e horas a fio, sem o menor cochilo, a todos cansando, qual verdadeira vitrola moderna, como máquina humana que causava pasmo e assombroso pelas reservas que continha em sua retentiva prodigiosa.

Este o segredo do seu triunfo — cansar o advearsário.

Combatente da primeira linha, franco atirador, escoteiro disposto mesmo ao que desse e viesse, arrostava varonilmente, como tal, arrojado, revezes e dificuldades sem conta e, a despeito da sua pobreza e do grande número de adversários poderosos que enfrentava, somente com a arma flamejante da sua palavra escrita e falada, válvula de escape dos povos civilizados, senão de todos os homens que não sejam presas da insânia, vencia. Era difícil acompanhar o seu raciocínio.

E, se na tribuna era temível, nos prélios agitados da imprensa onde dava largas ao seu franco espírito combativo, era mais que vencedor.

Em 1889, já era portador de um nome notável, ganho nas pugnas do abolicionismo. De resto a república sorria à nova geração.

Em Outubro daquele ano a agitação política atingira ao auge no Rio e em algumas províncias, estando em acôrdo as guarnições da Côrte e do Rio Grande do Sul para um levante militar simultâneo. Rui seria eficiente e útil nas trincheiras da imprensa. Que argumentador!

Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, que então governava o país, encabeçando o Ministério, enfrentando varonilmente a maior de todas as oposições no regimem monárquico, aceitara a questão militar no pé em que fôra colocada, não estando ao par de

desenvolvimento da conspiração e da articulação das duas grandes guardas, sem temer por isso os seus inimigos declarados e ocultos.

Procurava remover da Capital batalhões anti-ministeriais, reforçar a guarda-nacional que pensava transformar na "Guarda Negra" e a polícia, nas quais depositaria sua confiança. Mostrava assim qualidades negativas para o momento que exigia tato e habilidade.

Rui, que tomara parte saliente na Abolição, aguardava cautelosa e intuitivamente a hora da república. Já em 23 de Outubro de 1877, da redação do "Diário da Bahia", no discurso de saudação ao General Osório, o maior soldado brasileiro, dissera, em nome do Partido Liberal: "Para esses tempos só a Providência conhece o papel que lhe predestina." Doze anos após, decorridos em sucessivas investidas liberais, Deodoro desempenhava aquele papel anunciado pela palavra sônica de Rui que encontrava eco na Escola Militar.

Contra o Gabinete lutavam, tanto o Partido Conservador, apeado do poder, ao que se dizia, pela "Camarilha da Princeza", como o que o próprio Ouro Preto aconselhara a "crescer e aparecer". De fato, o Partido Republicano que tinha a seu favor o entusiasmo viril da mocidade, desafiando os conluios dos aulicos e a ironia do governante, cresceu e apareceu, guiado pela pena cavalheiresca de Quintino Bocaiuva e pela palavra austera de Benjamim Constant, abrangendo totalmente a Escola Militar, o exército moço e a boemia que se compunha dos intelectuais da imprensa e das rodas literárias e acadêmicas como Lopes Trovão, Coelho Neto, Olavo Bilac e Pardal Mallet, caracteristicamente vestidos à francesa ou à jacobina, nas manifestações públicas; com colete ou uma gravata vermelha e chapéu de feltro desabado, à guisa dos revolucionários e terroristas da jornada de 1789.

Eis que um grande sôpro espiritual vem inflamar ainda mais o brazeiro da reação republicana às inhábeis violências governamentais. Rui Barbosa, o porta-voz liberal de 77, o líder da Reforma, condenando a truculência do governo Imperial e a própria dinastia decadente, tornara-se vogal dos republicanos, por isso que se unia pelo clamor ao fundador e chefe da agremiação que os interpretara, autorizada e elegantemente, até o advento de 89. O político liberal cuja voz arrebatava as multidões, pela grandiosidade do seu estilo, pela força de sua argumentação, pela firmeza dos seus conceitos, acordava todos os dias a opinião com os disparos da artilharia pesada dos seus artigos de fundo que, parecendo visar o ministério, já por demais incompatibilizado com o exército, destruíam como verdadeira broca movida pela força elétrica do ambiente — os alicerces do regimen. Era um elemento útil, mesmo como prócer avulso e político quase independente e radical.

Como preito de admiração, vejamos alguns escritos seus, instantâneos da sua personalidade íntima, incompatível com os excessos revolucionários de sua geração e da sua época agitada, para que se possa avaliar a sua coerência de idéias. Em tôdas as fases o pensador é o mesmo.

Como Pensador e Homem de Letras, na plenitude de seu desenvolvimento verbal, em plena maturidade, eles comprovam a sua moderação e sensatez, o seu equilíbrio e contrôle, mantidos em todas as fases de sua vida agitada, mesmo depois da república.

Não é preciso comentar o vernaculista. A Réplica é a sua credencial irrecusável. Basta apreciar — Cartas de Inglaterra — em alguns de seus valiosos conceitos, para que se tenha uma idéia do homem de letras e pensador profundo que foi o nosso augusto guia político de mocrata e imortal, animador involuntário dos republicanos.

1. — “Mas a fôrça militar se converte, naqueles que a possuem, em tentação quase irresistível contra os vizinhos desaperebidos”. Adequado ao Brasil atual, parece que escrevia para os tempos de hoje em que tudo é possível na luta pelo poder e na conquista do território alheio.

2. — “Nunca decaiu tanto entre nós o sentimento de nacionalidade, entretanto que se procura desenvolver furiosamente esse nacionalismo, cuja expressão é o ódio do estrangeiro, sentimento estúpido, dos povos impotentes.” Palavras de fogo e bom aviso contra o avançado e desambientado jacobinismo florianista, applicaveis aos povos.

3. — “Aqueles que exerceram a tirania, a história não concede o benefício do esquecimento.” Advertência a todos os déspotas do globo.

4. — “O interêsse do país não está em ser governado, consoante a fórmula dêste ou daquele sistema, senão em ser bem governado; e os govêrnos bons são os temperados e fiscalizados pela discussão.” O que todos querem é liberdade e bem-estar, lema do Partido Único.

5. — “O que o país está pedindo, não é uma revolução em prol de um cétro, mas uma união entre os espíritos sólidos, cultos e moderados de todas as convicções no sentido de um movimento educador, pacificador, reconciliador, que restitua ao país a civilização, isto é, a segurança, permitindo a nação orientar-se, retemperar-se em sangue novo e conquistar o govêrno de si mesma.” Êstes sòmente no prefácio de Janeiro 20, 1896 do Livro — “Cartas de Inglaterra” — considerado sua obra prima. O liberal aqui falava para o século XX.

Quantas foram as idéias que Rui advogou é impossível dizer. Mas republicano só se declarou em 1889. Todavia aconselhava a evolução liberal em marcha para o federalismo e para a República. Abraçava as grandes idéias como os rios correm para o seu natural desagudouro.

Todos os grandes homens são passíveis de censura nos seus gestos e atitudes patrióticas. Assim Rui foi censurado como adesista republicano de última hora, da hora H. Mas quem sabe, se a sua adesão inoportuna e desassombrada, não alertaria os governantes? Se não resultaria em prejuízo para a causa? Na elite do seu meio jamais falou em república, porque não fazia questão de fórmulas ou sistemas: achava, e isto ressaltava claramente dos seus escritos acima, que o povo tem o direito inalienável de ser bem governado, gozando a liberdade e o bem-estar, sob qualquer governo, com qualquer rótulo, monarquista ou republicano. De fato, que adiantam certos rótulos para uso externo, quando não traduzem a realidade? Jamais negou o seu atrazo republicanista, pois que o não movia interesses materiais.

Comentando do observatório da Inglaterra o processo Dreyfus, cuja defesa imortalizou Emilio Zola, disse mui judiciosamente: "Nada seria menos estimável, neste mundo, que a democracia, se a democracia fôsse isto. Esses escândalos representam o pior desserviço à dignidade do povo, e constituem o mais especioso argumento contra a sua autoridade. Não é sob tais formas que ele se há de mostrar digno da soberania, cujo cetro as tendências da nossa época lhe reconhecem.

Se o número não souber dar razão dos seus atos, se as maiorias não se legitimarem pela inteligência e pela justiça, o governo popular não será menos aviltante que o dos autócratas. Nem a invocação da pátria imprime a tais desvios fisionomia menos antipática'.

Pelos efeitos se conhecem as causas. Acha que são bons todos os regimes que fazem a felicidade dos povos. Justificando Dreyfus, Rui antecedeu Zola, ainda que sem espalhafato e sem renúncia à democracia. Não visava militarismo nem civilismo, mas justiça, liberdade e bem estar para todos sob uma crítica construtiva e serena.

Sim, expoente máximo da humanidade contemporânea, foi um livro sempre aberto para todos os brasileiros, verdadeiramente patriotas que queiram encontrar meios e modos de contribuir para o conagraamento sólido e desenvolvimento espiritual da nacionalidade, pela adoção e propagação de uma doutrina de sã brasilidade, ao mesmo tempo que para todos os homens de boa vontade, que queiram propugnar pela paz universal e pelo direito. Fé cristã, tolerância religiosa e respeito a todos os modos de crêr; acompanhamento da evolução dos povos, tanto política como social, pela reforma periódica, pacífica e sistemática das instituições, para aperfeiçoamento do regimen auto-governativo de cada povo, de acôrdo com as necessidades da época e mesmo do século, visando sempre o bem estar geral e as garantias individuais independentes de rótulos; pacifismo pela educação e pela lei ou respeito absoluto ao princípio de igualdade de soberanias das nações, mantido pelo pres-

tígio de uma sociedade universal, isto é, repúdio à guerra pelo direito apoiado na força de todas as nações em conjunto; eis o a que poder-se-á denominar — Civilismo ou Cidadanocracia — ou governo de um cidadão universal (Presidente da Côrte Internacional, para todos os cidadãos, essência e substratum da sua doutrina civilista e pacifista). Tal o homem — Ecce homo — em espírito e verdade, que urge fazer conhecido, nesta encruzilhada do século, ao Brasil e ao mundo, sequiosos de uma nova doutrina pacifista e capaz de harmonizar todos os povos, filântropica e humanitária que dê fim às ondas de aviões, que lançam por tôda a parte inconcebivelmente a destruição, a cegueira e a morte. Que não sofreria Rui, se fôsse vivo no momento presente de mecanização e paraquedismo? Nesta hora do mais crú materialismo?!

Não está longe, contudo, na História, o dia em que a doutrina ruiana venha a ser compreendida pelos homens, movidos pela própria necessidade e em que a maior força como já se esboçou na guerra europeia, será a econômica, sem se cogitar da diferença de regiões.

Por enquanto e talvez por todo o século XX, as vitórias diplomáticas dependerão ainda exclusivamente dos carros de assalto, dos canhões, dos aviões, das esquadras, das forças armadas, do atomismo.

Chegará, porém, a tal aperfeiçoamento a indústria militar e atingirá um grau tão alto de eficiência destruidora, que tôda e qualquer defesa poderá ser prontamente improvisada ou anulada na vertiginosidade dos seus efeitos mecânicos e científicos. Será a era atômica integral, a era do urânio, da televisão, da paz.

Rui Barbosa, êste mundo em carne e osso, desde senador, cargo que exerceu em três décadas consecutivas, com assiduidade, espírito público e uma linha de conduta impecável, já defendia alto e bom som o pacifismo à outrance, independente de monarquias ou repúblicas, de regimes e ideologias políticas.

Sól que não se pôs, deixou no mundo, gravada pela palavra escrita, a sua doutrina, qual lança da liberdade e espada da justiça para todos os povos. Que saibam os locutores irradiá-la.

Rui foi incontestavelmente, quando contemplado por julgadores imparciais e serenos, em qualquer de suas facetas, uma personalidade dominante. Uma verdadeira máquina cerebral a serviço da Humanidade.

O bom êxito em quaisquer empresas e consequentemente o sucesso, na vida, resultam do produto do esforço persistente pelo hábil aproveitamento das fugazes oportunidades.

Todo vencedor foi sempre um oportunista ou pelo menos um aproveitador de oportunidades únicas. Rui aproveitou Haia.

Superior a todos os reveses, sem perder o contrôle, o homem forte vence quaisquer obstáculos, porque sabe, que o seu dia breve chegará

e mantém as suas forças, com o senso da oportunidade, armazenando conhecimentos para a sua hora.

Rui, às vezes aparece-nos contra Rui. É justamente na época de sua formação de cidadão. Na quadra em que esperava pacientemente a sua hora. Na ascensão paciente dos degraus da escada.

Há um amigo de quem nunca se deve duvidar; o que não engana, nem é ingrato, não mente, nem se faz surdo à súplica alheia; o que é afável ante a maior rudeza; o que não distingue grandes e pequenos, nobres e plebeus, ajudando-os semelhantemente; o que sabe melhor passar o tempo; o que dá a tranquilidade de consciência; o que deixa, no decorrer da existência um gesto, um traço ou um exemplo dignificante; aquele que nos enche, aumenta e desdobra a vida, dando-nos a alegria sã e os meios de dignificá-la e enobrecê-la; aquele que sempre nos estende a mão franca e acolhedora; o que encara de frente todas as vicissitudes; o que desafia todos os revezes e superstições; o que é soberano reparador de todas as ruínas; o que reergue e ampara os que tombaram ou ficaram à margem da estrada da vida; o que redime todas as faltas e defecções; o que nunca persegue e jamais se vinga; o que não distingue poderosos e humildes, ricos ou pobres, tratando a todos igualmente no mesmo nível de justiça; o que espanta a miséria e é o pai da prosperidade; enfim, o que afasta todo o mal e é a fonte do bem — o trabalho.

Estudar os grandes homens é dignificar o trabalho, notando as suas oportunidades e verificando como souberam esperá-las pacientemente; é revivê-los perante os conterrâneos e os pósteros, é analisar o seu oportunismo inteligente e sensato, a coordenar os axiomas do século, a pesquisar os grandes pensadores do seu tempo, a espreitar as ocasiões mais propícias, a despertar a força unificadora do entusiasmo.

À frente de todos os grandes vultos que ornamentam, como estrê-las no firmamento nacional, as páginas resplandecentes da História Pátria, surge consagrado pelo pensamento o maior dos brasileiros — Rui Barbosa, nome universal, fruto da inteligência aliada ao trabalho perseverante e tenaz.

A altura moral a que atingiu pela sua inteligência prodigiosa e pelas lições exemplificadoras dos seus gestos e atitudes firmes de arauto instalado do civilismo e da paz universal, por certo não o exime de culpas e de êrros quais foram um pouco de gênio e teimosia, a violência de linguagem nas campanhas políticas, o sarcasmo e a ferina mordacidade na crítica, a averiguante dubiedade religiosa, uma dose de violência quando no governo e o desinteresse por uma justificação plena e rehabilitadora, talvez — quem sabe? — filho de justificável vaidade perante a política partidária que desrespeitava e mesmo desprezava.

Mas, nem por isso deixaram as suas palavras de ter o brilho das pedras preciosas, já recolhidas ao espírito do patrimônio da nacionalidade e lançadas ao câmbio internacional.

O homem — verbo que com a sua palavra sempre fluente, empolgante e transbordante de sinceridade, foi o cidadão brasileiro que mais exaltou o nome do Brasil no concêrto universal, e que, saindo do ambiente provinciano da arcaica Bahia, ascendeu pelo seu mérito à primeira plaina nos prélios da nacionalidade e nas assembléias e instituições culturais do mundo, já não faz parte sòmente do patrimônio espiritual do seu país, porque cumpriu a sua finalidade transcendental, porque passou a liderar — “Sub umbra alarum tuarum” — frase com que invocara a memória materna, a sã política dos povos, porque foi, indisputavelmente, um cidadão do universo, pertencendo ao panteon da humanidade.

O mágico da palavra, o artista da 1.^a constituição republicana, chegando à 2.^a Conferência Internacional da Paz em Haia, em 1907, como Embaixador Especial do Brasil, no apogeu da sua vida pública e no esplendor dos seus cinquenta anos bem vividos, por um dêsses senões da natureza, teve de vencer inesperadamente, surpreso, dada a alta cultura daquela assembléia, tôda a má impressão causada pelo seu feio físico, raquítico, em flagrante contraste com o seu talento de escól e com a sua voz poderosa e agradável de um estranho timbre e ressonância, prodigiosa e atraente.

Risos e olhares cruzaram a sala das sessões, mas, dentro em pouco, conseguia êle impôr-se ante a assistência estupefata, pelo seu imenso saber jurídico, pela facilidade com que manejava todos os idiomas vivos, neles respondendo a qualquer aparte, pela vivacidade e sutileza do seu espírito e pelo extraordinário traquéjo parlamentar. Chegou mesmo a perguntar a seus colegas em que língua desejavam que falasse.

Assim, ganhando a confiança de todos os seus pares, que por seu valor, soube grangear parâ o Brasil, foi eleito por unanimidade secretário da 1.^a comissão, pôsto de relêvo nos trabalhos da memorável conferência e, ao findar a mesma, era cognominado por todos os delegados — a Águia de Haia. Águia fôra êle desde a mocidade. Águia espiritual lá do céu vela hoje pelo Brasil e pelo mundo.

Assim já o tratava o seu maior amigo da juventude — Rodolfo Dantas que o levou como secretário e cicerone à Europa em 1868, a bordo do “Illimani”. E seu pai já dizia: “É mais fácil fazer recuar o mar do que tirar o Rui dos livros”. Jamais recuou dos livros e das lutas espirituais. Dantas rico, foi proprietário do atual Palácio do Catete, mas sua estrêla apagou-se. Rui, pobre subiu à cumialas da glória e da fama, sem o apoio de qualquer máquina política.

É que o ourives da palavra universal vivia para o trabalho e o estudo, habitando nas três últimas décadas de sua vida uma casa denominada o oceano dos livros no qual imergia todas as manhãs num banho lustral de renovação de seu espírito progressista.

Revela-se o homem pelos livros que lê; quem muito lê muito vê, muito "viaja" e muito sabe. A leitura instrue mais do que as viagens.

A casa em que residia o mestre, à rua São Clemente 134, no Rio, hoje "Casa de Rui Barbosa", museu — propriedade do Estado, era um verdadeiro templo das letras e do direito, pois ali se encontrava a maior de todas as bibliotecas particulares, quase toda jurídica e literária.

Certo jovem admirador ruiano, após visitá-la, propoz num grémio que, robustecida a consciência nacional brasileira com as lições e os ensinamentos cívicos irradiados da "casa verde" de Botafogo, cabe ali, por tantos títulos e motivos, a ereção do novo edifício da futura Biblioteca Nacional onde deverá ser hasteada qual lâmpada votiva, em louvor perene, a bandeira da paz universal, como estandarte do Instituto das Nações, com a constelação do Cruzeiro Austral, numa esfera azul safira, com a legenda em ouro — Paz pela Lei — em campo branco. Aí fica consignada a idéia para exaltação do trabalho pacífico de Rui.

"Sub legis pax" — pode-se assim traduzir o lema ruiano em Haia, propagado através de uma vida exemplar, e devotada de trabalho, estudo e meditação. Não desprezemos este sonho pacifista e honorífico. Nesta hora de reorganização mundial de após guerra apeguemo-nos a ele. Vamos a Rui Barbosa e ele nos iluminará.

Rui, durante toda a vida, levantava-se habitualmente com o cantar da ave doméstica e jamais o astro-rei logrou precedê-lo em sua jornada fecunda.

No formidável conflito das forças humanas, no entrelaço das paixões e personalidades onde estas se afirmam, impera a força do hábito. Era vêsio seu visitar todas as tardes a Livraria Brigueit onde se informava das últimas novidades sobre livros e publicações.

Na velhice mantinha os mesmos hábitos da mocidade, variando apenas o ambiente, então bastante luxuoso. Trabalhava, estudava e escrevia, seguidamente, quatro a cinco horas por dia, nos seus inúmeros gabinetes, quase sempre o verde-musgo ou no grande salão de sua enorme biblioteca, verdadeira livraria, cuidadosamente selecionada e catalogada, que ele próprio arrumava.

No meio dos seus trinta mil volumes (chegavam a 38.800) quase todos lidos e anotados, era o operário do pensamento na oficina do direito e do saber.

Assim passava a manhã, das 5 às 9½ horas, o que comprova a sua grande resistência física, conservada por uma vida metódica e austera

de hábitos sadios e higiênicos, tais como a jardinagem de cinco mil roseiras, que considerava, juntamente com os livros, os seus companheiros matinais, os mais sinceros e inspirativos.

Já na velhice, entre perfumes e flores, ainda bebia inspiração para o trabalho, à luz da estrela dalva, sob os ditames da lei e da natureza.

Chegara mesmo a declarar os livros como os seus melhores amigos, posto que a estes tivesse em grande conta e em número inumerável, só se amolestando, quando lhe chamavam de gênio; então respondia sempre com modéstia e circunspecção: "qual gênio qual carapuça; estudem, leiam e trabalhem e farão o que faço e repetindo Cícero — "o hábito é a segunda natureza".

Fazia a toilette, barbeando-se diariamente; consistia a sua indumentária habitual num terno de fraque cinza com colete branco e bem cuidada gravata de fustão do mesmo tom, chapéu de fino feltro também cinzento claro ou chile, e botinas pretas inteiriças de elástico e óculos de míope; como joias usava somente o relógio de ouro em cuja corrente havia uma medalha com o retrato da esposa e dizem que só ostentara o anel de gráu nos dias memoráveis de Haia, em banquetes e cerimônias oficiais.

Após almoçar, às 11 horas ou meio dia, sobriamente, em palestra cordial com a família e alguns íntimos, metia-se numa vitória, puxada por dois muares, à guisa de dois jericos da páscoa florida, a qual tomava exatamente à porta da sala de jantar, encimada por um docel (para os dias de chuva), e descia para a cidade, sempre disposto de saúde e para as lutas cotidianas, como advogado e político militante.

À tarde passeava pelo centro da cidade e era visto, sempre acolhido com o máximo respeito, nas ruas do Ouvidor, à porta das livrarias Alves ou Garnier e Carioca — no Cinema Ideal, onde possuía uma cadeira especial que lhe foi oferecida como homenagem da gerência, na qual assistia as sessões do começo ao fim, aguardando na sala de espera, pacientemente, o seu início. Passava todos os dias pela rua Uruguaiana, onde se achava localizada uma companhia de seguros da qual foi o advogado e chegou a presidir — Globo.

Vida de um homem normal, equilibrado e vigoroso, confirmada pela lhanza de trato, afabilidade de maneiras, simplicidade no trajar, posto que sempre asseiado e correto, mas invariavelmente simples. Era feio no físico, não há negar. Mas atraía. Ele teve um sósia no Rio, Alfredo de Mesquita, Contador do Banco do Brasil, de pouca notoriedade. Distinguiam-se somente pela côr do traje. O outro variava.

O apêgo à família, à palestra despretenciosa e a sociabilidade, completavam-no; pronto a atender a qualquer pessoa com a mesma afabilidade e circunspecção, era acessível a todas as classes.

Se fôsse o debil que parecia, não resistiria às lutas tão galhardamente nos últimos dias de sua longa existência, como homem da época.

Ao contrário, foi sempre um forte na real acepção do termo, possuidor de um fôlego e uma memória assombrosos e insuperáveis.

O sentido cívico e pacifista de sua obra deve ser destacado para perfeita compreensão da sua excelsa personalidade de Líder.

Falar de Rui Barbosa é declamar, tal o entusiasmo cívico que transmite a todos o seu estilo inimitável e pujante, animador e eterno.

Purista da linguagem, lapidário da boa forma, vernaculista, enfim, ele o foi na mais alta significação da palavra, porém, a tribuna foi o seu carro de triunfo, no qual como que escrevera o lema — “Pro Brasília Fiat Eximia.”

Conscio de sua missão no mundo, servia-se da tribuna como janela aberta donde falava à nação e aos homens em defesa da justiça social, que por fim concretamente advogava e anteavia.

Na contemplação de sua vida os comentadores dividem-se em duas correntes igualmente fortes, querendo uma que tenha sido Rui um literato, um teórico, um idealista, e outra um político, estadista e diplomata-modêlo.

Qual das duas estará mais certa? É difícil dizer, visto que o idealista de hoje é o realista de amanhã. Todavia, fixam-no todos os fotógrafos com um ar triste no semblante, como se não fôsse um homem de ação.

Quais as razões da tristeza do mestre? É que desde a sua mocidade foi atingido pelos mais rancorosos inimigos, tendo sido, mesmo, o político mais combatido no país, cujos tenazes adversários procuravam insistentemente tirar-lhe todas as possibilidades de sucesso. Como poderia o mestre assim perseguido e que via a humanidade caminhar a passos largos para o abismo dos regimens de opressão e para a guerra, o exatamente opôsto ao que aconselhara no seu ministério público, conservar um semblante alegre e sorridente, a menos que não fôsse humano? Entretanto esta campanha somente o dignificava.

Eis o homem no seu aspecto físico e moral. Vejamo-lo em luta, nas suas doutrinas e atitudes, onde se revela pouco impressionista e nada influencial, tendo na mocidade por modêlos — Castro Alves e Tobias Barreto — ambos inovadores. Um condoreiro, o outro eclético incompreendido. A tanto não se abalançara na maturidade.

Conservando até à velhice o mesmo fôlego de orador de horas a fio, ainda encontrou em si fôrças para aos setenta anos percorrer os sertões da Baía. É o atestado do homem físico de perfeita saúde.

A visão panorâmica do mundo hodierno está em contradição aparente com o ruismo, todo abnegação e desprendimento, todo altruísmo.

No entanto, já se vislumbra e anuncia mesmo um movimento latente em tôda a humanidade que se encontrou na guerra em prôl da paz ou na campanha pacifista. Ganhar a paz — eis o lema americanista.

Como florão do mundo tropical, qual vitória-regia rodeada das orquídeas e nenúfares da sua polimorfa cultura, exposto ao mundo no mostruário de uma nova fórmula política internacional, o seu nome, portador de uma doutrina contemporânea e oportuna, deve ser exaltado e propalado, para conquista de uma era nova e unificadora, equitativa e construtiva, restauradora e educativa, de liberdade, justiça e paz — paz, justiça e liberdade de que tanto o mundo necessita.

Revelando ao mundo intelectual do seu tempo a pirâmide verde e amarela, o colosso do Cruzeiro do Sul, a terra privilegiada de Santa Cruz ou terra de Vera Cruz, nome que significa verdadeira paz e verdadeira liberdade, tornou-se por sem dúvida, tal o brilhantismo que deu ao desempenho estupendo e inesperado de sua missão, uma das maiores, senão a maior de todas as celebridades mundiais modernas.

Mundialmente conhecido e largamente comentado pela imprensa enropéia, principalmente a da cidade-luz, tão avara em encômios e ditirambos, o "Dr. Verbosa" como, a princípio o apelidaram em Haia, passou a fazer parte, oficialmente, da elite cultural da época a todos asombrando já pela exatidão dos seus claros conceitos e pela força prodigiosa de sua imaginação, pela precisão e acerto de suas citações, já pelo exito oratório previsto 50 anos antes por Antonio Gentil Ibirapitanga, João Barbosa e Dantas.

Dando cabal desempenho à sua missão, servindo-se do cabedal de conhecimentos jurídicos que armazenára durante tôda a sua vida acadêmica, em dia com todo o direito internacional, juntamente com os de poliglota, apresentou o Brasil ao mundo nos fortes e diferentes instantâneos de sua glorificação, nas diferentes facetas da sua personalidade.

A História do Brasil que não possui páginas negras ou vergonhosas, porque o próprio véu da escravidão, aos poucos foi rasgado, até que se diluiu por completo numa chuva de flôres que, refletindo no céu da Pátria o sol da liberdade, em 13 de Maio de 1888, se decompoz no arco-iris da aliança definitiva ra nacionalidade, é das mais impressionantes, exortadoras e pacifistas, visto que mostra à posteridade, um povo que sempre fez das fraquezas força, uma raça fértil em improvisações e que tomando Deus para sua bandeira, fez do nada tudo, subjugando os elementos, dominando a natureza áspera e medonha, conseguindo o milagre social de manter ante a insaciável cobiça estrangei-

ra, êste imenso bloco hemicontinental com a mesma fé e a mesma língua, repelindo em sua Lei Magna a guerra de agressão.

A raça brasileira honra o gênero humano, devendo ser considerado falso e infame o labéu que lhe têm atirado certos sociólogos apressados e cabotinos, de uma raça doentia e ociosa; os enfermos tem direito à cura pelo Estado, a seu tempo; a raça porém, é forte, integrada que seja no conforto da civilização, pelo aproveitamento de uma maioria educada nos modernos preceitos higiênicos do corpo e da alma. Conquistar o áspero sólo brasileiro não é tarefa para quâtro seculos, apenas.

Basta considerar o gênio da raça, o homem que aos cinco anos de idade, na precocidade espantosa de sua inteligência pujante, que a muitos se afigurava loucura ou pelo menos, supernormalidade, conseguiu ler e escrever correntemente em três menses apenas de aprendizagem, estarrecendo o próprio mestre; que em sete dias somente, visto se achar enfêrmo e ausente, quando insolitamente acusado em sua reputação, preparou e proferiu a mais veemente e deslumbrante defesa parlamentar do país; que, aguia universal, nuncia da paz e do direito, pairou sôbre os dois hemisférios, ativa e invencível, com a sua doutrina de respeito à lei tanto pelos fracos como pelos fortes; que, doutra feita, atacado violentamente pelo seu ex-mestre de língua pátria o professor Ernesto Carnelro Ribeiro, escreveu em sua defesa, em sete semanas, menos de dois meses, numa quaresma ilustradora e erudita, a monumental e opalina Réplica em favor do projeto do Código Civil, o mais completo trabalho da filologia brasileira, revelando-se autorizado e consumado vernaculista e sagrando-se campeão das pugnas gramaticais, porquanto o próprio contendor se declara vencido, ao passar publicamente de preceptor a discípulo, ante o verdadeiro codificador da Língua Brasileira, o Camões do século XX.

Tôda a sua vida, consoante os seus escritos e ensinos, foi uma tremenda réplica à injustiça, e à opressão. Ser grande no Brasil é ser forte.

Êmulo de Bento Gonçalves o arauto da República no Brasil, Rui jamais temeu a defesa da justiça; poder-se-ia tornar comum a ambos o lema de Piratiní — Liberdade, Igualdade e Humanidade.

Paladino da verdade, por ela afrontava todos os perigos. Tinha, à semelhança dos alciones, a volúpia de voar nas tempestades. Não se justificava: defendia-se. Impunha-se. Causticava, Prêgava.

Não podia deixar de ser uma personalidade pela sua independência e excentricidade, menos que pelas paixões que despertava, clamando contra todos os erros e injustiças, viesses donde viesses, fortemente discutida e acremente negada e combatida.

Mas, tendo engastada no coração e entronizada no salão de sua biblioteca-templo a cruz adorável do Salvador, símbolo universal da fé e de todo o bem que transformara numa verdadeira cruz de flôres, para a escalada da montanha do saber e da virtude, e à sombra da qual desdobrou a sua vida e formou a sua personalidade angusta e sem rival na terra, sobrevoava às paixões adversas e malsãs da cainçada e sereno, magestoso e forte, atravessou a jornada terrena, firme, numa verdadeira odisséia pelo direito, puro, até que, despindo as vestes terrenas, alou-se para alcançar um mundo melhor e mais feliz. A sua vida que constitue uma odisséia, contém uma das maiores lições, quicá das mais inspiradoras e edificantes, não sòmente da História Pátria, como da própria História da Civilização, pois o seu nome será algures relembrado em todos os tempos, em páginas as mais belas e rutilantes, sagrada que está pelo entusiasmo que sempre provocou em todos os brasileiros. Não teve émulos, nem rivais, nem ciceronis, nem sucessores. Foi único.

Não foi a de um ateu, anti-militarista ou demagôgo como assoalhavam os seus inimigos mais apaixonados: foi a de um bemfeitor da humanidade, a de um arquiteto da paz universal.

Deputado provincial, dominou a Assembléia, aos 29 anos, sendo já célebre pelo seu anti-esclavagismo que na própria casa paterna proibira castigos aos escravos e apressou a sua alforria dispendiosa.

Deputado geral aos trinta anos, foi segundo Primitivo Moacyr na História da Instrução, farol que orientou os rumos da educação nacional, apreciado pelos seus relatórios até no estrangeiro, senhor que se mostrou dos métodos ultra-modernos da escola ativa e prevocacional.

Em páginas fulgurantes, artisticamente lavradas, insuperáveis de lógica e inexcedíveis de erudição, repletas da mais variada e fina cultura, o formidável combatente das Assembléias, das Letras e dos Tribunais, sempre mantendo uma argumentação exaustiva, insuperável e irretorquível, dando a impressão de uma chama ascendente, envolvente e inevitável, a causticar o adversário, inclemente e impiedosa, verberava todas as injustiças e violências da sua época, agitada e organológica, com um zêlo apostólico, destemeroso e indefesso, por todos temido e respeitado. Palinuro impertérito da vigilância anti-governamental, era sempre o mesmo homem da lei e das letras a clamar pela justiça e pela verdade, a traçar o roteiro da administração nacional na monarquia e na república, a guiar a sua geração.

Parece que ainda sôa em nossos ouvidos e ecôa profundamente nos corações de todos os brasileiros e compatriícios, senão de todos os homens cultos de sua época, qual harpa de ouro dedilhada pelas mãos da justiça, a sua voz de sentinela sempre alerta e sempre armada de novos e inexgotáveis ensinamentos, em pról dos oprimidos e espolia-

dos, da liberdade contra a opressão, da verdade contra os preconceitos, da honestidade contra a velhacaria, do bem contra o mal. Eis o homem na sua personalidade dominante de verdadeiro estadista da república, quer como oposicionista, quer como braço forte governamental.

Celebrá-lo é subir mentalmente, enaltecendo o estudo, a honra e o trabalho, através das suas múltiplas atividades e entretenimentos.

É que de menino-prodígio a ídolo do povo, na trajetória dos seus cinquenta e cinco anos de vida pública, jamais depôs o malho invencível do labor, incarnando altaneiro a vitória do trabalho e morrendo honrado, de alma e mãos limpas, merecedor do preito da hodiernidade.

As vezes Rui procurava entrar em férias, a conselho médico, mas positivamente nunca teve sorte com elas. Acabava de desembarcar do trem ou da charrete, quando os veranistas que ali se encontravam, descobriam a sua identidade e novidades políticas lhe eram trazidas e a sua tranquilidade perturbada.

De certa feita, nem mesmo tinham começado as suas férias em Friburgo, quando teve que atender as extravagâncias dos fans e correligionários que não se esqueceram do seu destacado papel na República.

Mas aí é que a história muda de figura, pelo simples motivo que Rui não sabia descansar, cruzar os braços e tapear. E Rui não pode atender satisfatoriamente os seus "fans," pois nunca descansou.

Queriam que ele escrevesse certa carta e se recolhesse à noite e ele voltou, inesperadamente à cena. O seu feitio era a luta e seu apanágio a lealdade. Jamais deixou-se embair pelas filarmônicas locais. Era o homem do Brasil e do Mundo. Personificava admiravelmente a genial concepção emersoniana do "homem das circunstâncias."





CAPÍTULO II

O PROPAGANDISTA

Quando se comemorar o centenário Ruiano, se dirá que Rui não fez propaganda propriamente republicana: defendeu antes o liberalismo e a adoção de um sadio regime governamental. Ele mesmo se proclamou adesista de última hora. Escoltou os proclamadores.

Grande já era a influência do terrível polemista a cuja campanha Ouro Preto mais tarde na serenidade do exílio iria atribuir a máxima responsabilidade na derrocada fragorosa do seu governo e consequentemente na fácil queda do trono.

Caso singular no indiferentismo pelo fardão de ministro de Estado, deixava que no conteúdo dos seus substanciosos trabalhos se lhe adivinhassem, conforme expressão sua a respeito de Nabuco, "grandes horizontes de glória, vastas perspectivas de luminosa celebridade." Não lhe tentavam as lantejoulas do poder, as gloriólas do situacionismo: vi-sava um ideal e neste sentido tinha uma sensibilidade de hetaira.

Trazia por lema os dois grandes princípios que, estando acima das formas de governo, foram guardados tôda a vida no cibório do seu coração, como hóstias consagradas pelo sacerdote da democracia e da paz, os quais fazem respeitadas, hoje como sempre, tanto as monarquias como as repúblicas — a liberdade e a justiça. Resumira todo o seu programa político numa palavra: Federação. Todos recorrem à sua Musa para obterem inspiração. Foi sempre assim... Assim seria agora com Rui e a República...

Nimiamente liberal, era uma bandeira de conciliação entre a monarquia e a república, como o seria posteriormente o seu princípio de igualdade de soberania das nações a bandeira de confraternização de todos os povos, o estandarte da paz universal, transformando-o em — Arauto-expoente máximo da humanidade, prêgoeiro incansável da fraternidade dos povos, com os estigmas do desinteresse e abnegação, destemor e denodo.

Fazendo obra perfeita, fruto de experiência e de justiça, lutaria pró-paz, para fazer doutrina a que poderíamos chamar — propacismo, pela sua oportunidade, originalidade, idealismo e isenção absolutas naqueles tempos recuados, naqueles idos radiosos.

Na seleta literária, carinhosamente colhida por Batista Pereira, constata-se que em todas as suas obras ele sonhava, como idealista combatente, com uma humanidade melhor e mais feliz, livre inteiramente da corrida armamentista e dos extremismos violentos.

Não era um ambicioso vulgar, por isso que tinha um programa pelo qual se sacrificava, revelando-se, como afirmou a revista capichaba — "O Tempo — no seu grandioso e valiosíssimo número especial, inteiramente consagrado à sua memória, "sempre sincero na defesa de suas convicções." A sua personalidade como as montanhas só poderá ser analisada de conjunto e não passo a passo. Tal o nosso método.

A. Tenório de Albuquerque diz-nos que no seu tempo era unânime a opinião de que o Dr. Rui Barbosa através das colunas do "Diário de Notícias" foi elemento decisivo cuja colaboração seria indispensável ao advento da república. A sua pugnacidade foi sempre a mesma em todas as campanhas. Era uma verdadeira penicilina política para todos os casos.

Fôra a alma, o dínamo, o espírito, o animador de todos os gabinetes em que Manoel Dantas, o mais avançado dos chefes abolicionistas, predominára, com o seu elan liberal, no entanto, jamais pleiteou qualquer pasta, quase todas mais de uma vez ao seu alcance, especialmente a do Império, por ser esta a pasta política, bem como a chancelaria que exige sempre um prócer inteirado e apoiado na política interna.

Nunca solicitou favores para si ou para os seus. Abandonara abnegadamente os seus chefes, dando um exemplo de magnanimidade e correção, pelo seu alentado programa: "Federação com ou sem República", convencido que estava de que na autonomia dos Estados estava o segredo do progresso do Brasil, pela liberdade de ação regionalista, pela maleabilidade administrativa. Aliás era este o seu perfil político.

Desde a campanha aurea da Abolição, ao lado de Castro Alves, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Luiz Gama e tantos outros de honrosa memória, já desassombradamente, nos torneios da imprensa e da tribuna, desfraldara aos quatro ventos do país, rumo à era nova do liberalismo democrático, a bandeira federalista que defenderia intransigente e inabalável, com o ardor, a coragem e o denodo próprios tão somente aos homens de convicções arraigadas e definidas em público.

No dealbar da república já ostentava o seu penacho, já era um nome feito na política e nos inumeráveis trabalhos esparsos pela imprensa, em panfletos, revistas, discursos, etc., já mostrava, sobejamente,

os três estilos característicos da sua imensa e incalculável atividade, dado que naquele tempo não havia o auxílio da escrita mecânica; de filólogo, jurista e orador, todos vasados na tinta rubra das idéias revolucionárias.

Meticuloso em tudo, sempre achava tempo em todos os seus afazeres, sem o enxerto de auxílios estranhos, pois até as contas particulares sempre trouxe até à morte a bico de pena. Não tirava a pena da mão. Era a sua arma predileta e inseparável.

Chamava para si a atenção do mundo intelectual, já então em nosso país, como se observa no presente, composto de uma elite altamente esclarecida e excessivamente teórica e doutrinária, que, honraria qualquer nação das mais civilizadas e cultas, em contradição com a massa analfabeta e impraticável, indiferente, leviana, carnavalesca e futebolística ou fetichista, com a plebe abandonada.

Daí se depreende facilmente, embora ainda não estivesse consolidada a mentalidade fantástica e cinemista da hora que passa, porque a república embora tivesse de arcar com dificuldades de certo tomo, seria uma surpresa para a grande maioria, assim como a queda do Estadonovismo mal despertou o povo do balípodó e das filas.

Não foi, no entanto, recebida como surpresa pela personalidade mais interessada no caso — o Imperador D. Pedro II — o monarca futurista, o incentivador excelso e magnânimo dessa elite cultural e da própria intelectualidade militar que, paradoxalmente, o deportou, ofertando-lhe em troca dos seus serviços durante meio século ao país, a bela quantia de cinco mil contos de réis, que o orgulho do Conde d'Eu fez com que fôsse recusada, para agravo da consciência proclamadora e ingenua... dos novos estadistas da queles dias.

Há serviços que não se pagam com dinheiro. A formação do Brasil não tem preço. Sim. Que quantia se avaliaria para José de Anchieta, Caxias, Tiradentes, José Bonifácio, Pedro II, Rio Branco e Rui Barbosa? Nenhum prêmio, dos que lhe foram oferecidos pelo Congresso, aceitou em vida. Nem podia ser outra a sua atitude.

Não coube, entretanto, a êste a iniciativa da idéia: ela partiu do remorso descontrolado de Deodoro e Benjamim que tudo deviam ao Imperador, que aceitara a república com raro estoicismo, filosoficamente, parece que até mesmo julgando-a inevitável e capaz naquela época de reorganizar o Brasil. A diabete exigia-lhe descanso.

Há épocas que assinalam um surto de renovação e recondicionamento progressista concomitantemente pleno de devoção moral, de cooperação solitária, enfim de espiritualidade, compreensão e entusiasmo fácil. Todos os patriotas compreenderam a república.

Todos os imponderáveis concorreram, na sua elaboração surda e sutil, para a república.

O paladino destemeroso, cavalheiro do sonho, soube aproveitar a situação. Zeloso do seu idioma, primava pela forma, posto que lhe não sacrificasse a idéia e assim atraia a intelectualidade, fadado que estava a ser o para-raios da república, a ponta de platina que iria aparar todas as desilusões e desapontamentos inevitáveis à implantação do novo regimen.

Tudo quanto saía de sua pena ou da sua boca de ouro, era asseado, insubstituível, medido, alinhado e escoreito, até mesmo no ardor da peleja, nos sobressaltos da luta, porque, desde a infância, nas primeiras pugnas da vida pública, travadas nos bancos escolares da Bahia, no regaço da "Mulata Velha", onde acrisolára a sua fé e o seu civismo, caldeando as idéias novas, já demonstrava o trato íntimo com os clássicos e afinava a música invencível da palavra, acaso exercitada.

Contudo, só à frente do "Diário de Notícias", no combate sem tréguas ao Gabinete Ouro Preto, qual escudeiro do federalismo ou franco-atirador das liberdades políticas, foi que se apresentou em toda a pujança de seu talento, defendendo espontaneamente e sem remuneração, em artigos repassados de beleza literária e vibrantes de sinceridade e de fé, as vítimas do governo ouropretano, como que adivinhando algo de novo na chamada questão militar.

Ultrapassando seu tempo no ódio contra a intolerância, aproveitando inteligentemente todas as circunstâncias do momento político, distinguu-se pelo ardor na defesa dos militares perseguidos, chamando para si a atenção de todo o exército, ao mesmo tempo que dava à campanha contra o gabinete um sentido nacional e entusiasta. Era o mesmo homem que sabia tirar motivos de tudo, que via mais do que os outros, clarividente e profético e que pelo brilho de sua palavra e pelo desenrolar do seu incessante idealismo, o qual procurava pôr em prática na resolução dos problemas vitais à felicidade dos homens, viria conquistar mais tarde em Haia, um renome universal, apresentando a contribuição do Brasil ao mundo para implantação definitiva da paz perpétua, visando estabelecer entre os Estados uma sociedade análoga à existente entre os indivíduos, por intermédio de um pacto, quer contra o pseudo clericalismo, quer contra o escravagismo, quer contra o armamentismo ilimitado.

O seu segredo era a fé recôndita no sacrário do coração. O seu alento o estudo. O seu objetivo a liberdade e a paz que propugnava em gritos lancinantes com toda a força dos seus pulmões.

Como já era do domínio público todos os seus inimigos que enxameavam, examinavam os seus trabalhos, tomados de assombro, ante a grandeza de seu idealismo na luta áspera e desigual que com coragem

e vontade de ferro empreendera, visto que quanto mais se afirmava cavalheiro andante do liberalismo, mais lhe minguavam os recursos materiais e aumentavam as dívidas, a ponto de lhe haverem os credores cessado o fornecimento de víveres e utensílios.

Progredia moralmente: retrogradava financeiramente. Com os olhos rasos de lágrimas prosseguia, reproduzindo as façanhas, até que a república o encontrou quase arruinado, num momento de vida ou de morte para o destino que se lhe afigurava duvidoso e ameaçador.

Ouro Preto, com a intuição de valores que deverão reconhecer-lhe os espíritos desprevenidos, tudo envidara para ter ao seu lado o formidável lidador. Três vezes pôz-lhe nas mãos o bastão de sub-chefe. Três vezes insistiu, para que aceitasse no seu gabinete a pasta do Império. Três vezes, com assombro e desconfiança, viu-a recusada por aquele moço de trinta e nove anos, que assim praticava a loucura de fechar obstinadamente o caminho que levava, segundo a rotina, à Presidência do Conselho de Ministros, como mais tarde fecharia o da Presidência da República. Extranhou, sôbre tôdas a última recusa.

Essa recusa deu a Rui Barbosa, como antecipação à grandeza do seu nome republicano, uma autoridade moral difícil de ser bem compreendida nestes tempos de puro imediatismo aulicista, cujo posto último estava justamente no Gabinete.

A pasta do Império não seria talvez a mais importante. Ocupada por êle, certamente obteria o relêvo que a tudo sabia imprimir na curva da sua carreira, desde o nascente ao poente, alimentado pelo estudo acurado e constante e não como chegou a propalar a ironia carioca, por pílulas tônicas, vindas sistematicamente da Inglaterra e dos Estados Unidos especialmente para êle. O pigmeu físico encobria o gigante moral.

Essa recusa, forte propaganda, verdadeiro anúncio indireto, deu-lhe imenso prestígio nos meios anti-governistas e perante a opinião pública que sentiu poder confiar naquele homem diferente da craveira comum, inacessível a seduções e transigências, que renunciára por um princípio às tentações do govêrno. Era então o maior jornalista do seu tempo.

Contrariamente à vontade de amigos políticos e da própria família, com exceção da corajosa e devotada companheira de existência, que sempre pensou pela sua cabeça, considerando-o infalível, preferiu permanecer no "Diário de Notícias" como simples redator, entregando-se à arte escrita de corpo e alma, pois era, desde o modesto emprego da província, destes homens de fibra de aço, herois ocultos que fazem os cargos que ocupam.

A sua campanha no histórico "Diário de Notícias" abalara estrondosamente a opinião, grangeando-lhe o respeito dos chefes republicanos e da mocidade militar que chegou a imprimir os seus escritos.

A primeira visita de Deodoro, ao chegar de Mato Grosso com o halo das vítimas governamentais, fôra para êle, que já recebera a auréola da imprensa independente e ganhava a confiança de gregos e troianos. Fôra proibida terminantemente a entrada dessa folha nos quartéis. Entretanto, o primeiro cuidado das praças de dia consistia em destacar na véspera um camarada que a esperasse, à porta das oficinas tipográficas, afim de que todos a pudessem ler de madrugada, comentando as notícias mais sensacionais, transmitidas na linguagem mais veemente, à luz de um côto de vela, às primeiras horas da manhã. O jornal despertava o entusiasmo de oficiais e soldados que não sabiam para onde se marchava.

Já então, a caricatura, a charge, o close-up causticavam impenitentemente as figuras do Império. Era o ridículo. Seria o fracasso.

Naquele tempo não havia ainda nos quartéis a espionagem governista e a polícia secreta e traiçoeira dos comandos e corredores. Em vão proibiram aquelas vigílias esperançosas em tórno da estrepitosa folha cujo valor, tanto política como literariamente, se concentrava no grande jornalista do momento, cujos exemplares se guardam como reliquias na Biblioteca Nacional.

Quem estudar detalhadamente os primórdios do Quinze de Novembro, chegará irrecusável e definitivamente a esta conclusão: Rui Barbosa, o centralizador da reação a Ouro Preto, era o eixo da política nacional e a esfinge republicana.

Jamais alguém pela simples fôrça das idéias e pela beleza literária conseguiu solitariamente tanto prestígio no cenário da política nacional. Nem Nabuco, nem os dois Rio Brancos. Nem Patrocínio.

A poliantéia ruiana obumbra todos os demais próceres republicanos. Liberal e oposicionista entrou na conspiração à última hora, porém, intrínseca e virtualmente, esteve sempre nas cogitações dos conspiradores, tal era, indiretamente o seu valor no combate ao ministério. Implicitamente já ocupava um lugar marcante na hábil e discreta propaganda republicana subterrânea que avassalava os quartéis.

Somente lhe faltava a declaração pública e formal.

Esta seria mais eloquente, como o foi, pelo fato, no dia 15 de Novembro de 1889, na falange proclamadora, incarnanado a cidadania, ao lado de Quintino, secundando Deodoro e Benjamim, ao transpor o limiar da nova era em que iria irradiar o pensamento republicano, organizando democraticamente esta décima quinta parte da superfície do

globo, que há de ser o baluarte da democracia, o reduto invencível do liberalismo.

A hora que passa, a mais grave da História da Civilização é também a mais decisiva da História do Brasil, em que pesem os ultrages eixistas, vingados nas fôrças de Nuremberg.

Uma prolongada e dolorosa provação vem demonstrando que estão completamente errados os métodos e processos de vida adotados até agora pelos povos que atingiram um avançado estágio social e progressista. Não há tolerância. Reina o mesmo egoísmo dos últimos dias do Império. Erguem-se as mesmas fôrças do passado.

Dêsse gravíssimo êrro decorrem as onerosas crises econômicas, as lutas entre os diferentes grupos sociais, as intolerâncias religiosas, as tentativas malogradas para fixar em um molde imperecível os aspectos e problemas cambiantes da evolução dos estados, a inquietação do gênero humano, e enfim, a guerra com todos os seus horrores e devastações injustas e macabras.

Bem razão tinha Rui, aparentemente fracassado na egoística política partidária, embora com uma fulgurante vida pública e cuja figura se afirmava dominadoramente em contornos cada vez mais nítidos, em não se declarar republicano nem monarquista, presidencialista, nem parlamentarista, mas tão somente federalista, democrata, liberal, e sobretudo pacifista, ordeiro e defensor acérrimo da justiça e do bem estar do povo, porque estas é que serão as bases da democracia definitiva que há de reger a humanidade maior e verdadeiramente emancipada dos preconceitos terrenos. Não será o coletivismo, mas o solidarismo, o altruísmo. Os rótulos pouco ou nada influirão. A prática será tudo.

As guerras vêm neste século enfumaçado e transitório como um aviso implacável, para punir e corrigir, para prover a falsidade das convenções caducas em que se fundamentam os daltônicos e teimosos condutores de povos, que não vêem a necessidade do aperfeiçoamento democrático, conforme prégava o grande cinésiforo do Governo Provisório.

O fim da última conflagração há de ser a reforma social, sem perda da propriedade e da cidadania, pois, por tôda a parte os hinos do triunfo patricio abafam os soluços dolorosos das coletividades sofredoras. Há foine no mundo recém-lavado da sangreira e da fumaça.

Defrontam-se hoje no mundo revoltado duas doutrinas de características claramente definidas. Uma prega o estado natural e tradicional da guerra, a necessidade das sangueiras periódicas, para alívio da pletera humana e sociológica, dando-lhe um cunho orgânico, justificando ou procurando justificar, ainda que com falsos argumentos, a necessidade inelutável em que está e estará sempre o homem de impôr pela fôrça

os seus ideais, o seu característico racial, a sua hegemonia. Esta foi dominada.

Outra, mais sensata, considera a guerra como um fenômeno passageiro, uma enfermidade natural à primeira infância, um resíduo que há de ser afastado da psicologia humana, como os vícios e a imoralidade, que tende a desaparecer para sempre, mais cedo ou mais tarde, pela própria força, em virtude das reiteradas experiências das gerações sucessivas e ao estabelecimento gradativo de novas fórmulas de entendimento comum para toda a humanidade. Esta exige o restabelecimento da confiança recíproca entre as nações, pelo entendimento mútuo.

Mas, tudo se revela ou executa no tempo próprio; porque a prudência e sabedoria não chegam senão com o esforço mental e o que é extemporâneo não atinge a necessária e imprescindível formosura; estudando-se os efeitos, para se conhecer das causas; ou contrariamente, para se verificar a origem real das causas através dos fatos conhecidos.

Se o progresso é um fato real, social e indiscutível, esta última concepção há de vencer, afugentando a guerra, porquanto a felicidade não é tribal ou racial e sim internacional e anti-belíca.

Mas como conseguí-lo? Primeiramente, opondo-se força repressiva e defensiva à força agressora em seus transbordos e frequentes paroxismos, e, em seguida, procurando, evolucionariamente, dar solução equitativa e racional aos problemas humanos, de forma tal, que afaste e derroque todos os pretextos, as místicas totalitárias e agressivas, válvulas de expansão da violência, do egoísmo, da cobiça, da crueldade, de todas as manifestações da besta apocalíptica encarnada no homem.

Cumpra dar à civilização seu sentido prático, profundo e humanista, procurando melhorar a humanidade pela vereda realista, em concretizações ideológicas, sadias e exequíveis, sólidas e praticáveis.

O que dá a impressão de dominar o conceito moderno de civilização, bem como a moderna concepção estatal, é a faculdade social de se considerarem os homens solidários, não somente com todos os seus contemporâneos, como também com os que já passaram e com os que hão de vir através dos séculos.

Essa solidariedade pressupõe um espírito evoluído, como o de Rui, de justiça, compreensão dos males e dos erros, tolerância, previdência e sacrifício, e, sobretudo, previsão.

A família, instituição divina, de adaptação natural por excelência, é fundada nesses princípios sagrados e inalienáveis.

Quando eles se irradiarem e encontrarem eco na caixa de ressonância dos quadros nacionais e internacionais, a civilização cristã vitoriosa terá atingido o seu apogeu, visto que todos os elementos materiais e mo-

rais componentes de uma civilização — a cultura, a saúde e o aperfeiçoamento eugênico — lhes serão subsidiários. Não se paga um estadista só para representação, mas, principalmente, para prever e prevenir os fenômenos sociais e suas mutações e conseqüências internacionais.

A civilização deste quartel de século, continua, como dizia Zola no século passado, sem apresentar os meios de remediar o mal, a servir-se de máscaras e embustes, de passa-tempos e ilusões, por baixo das quais está à espreita a barbárie primitiva, pronta a se revelar em toda a sua brutalidade e a aplicar ao povo o ópio religioso ou político.

A ciência se preocupa exclusivamente em crear sistemas filosóficos e morais para o aperfeiçoamento espiritual dos homens e em tornar sua vida material cada vez mais confortável e mais fácil, rica em requintes de comodidade e prazer, graças aos seus maravilhosos inventos. Alcançamos a época do rádio, do cinema falado e da aviação, não tardando a hora do transporte aéreo individual independente e da televisão ampliada e facilitada. Os povos não querem ópio nem granfinismo: querem paz, bem-estar, pão e liberdade, mesmo sem helicóptero.

Mas, nas crises internacionais, os tristes períodos convulsivos, o bárbaro remanescente imediatamente substitue o homem civilizado, os códigos éticos prestes são olvidados e tudo aquilo que foi creado para enriquecer, aprimorar, salvar, regenerar e sublimar o bípede implume de Platão, é inopinadamente convertido em instrumento de ruína e de morte, de trucidamento impiedoso, revelando a fera humana.

A paz pela educação, contudo, não é absolutamente uma utopia vã, como a quarta dimensão, o motuo contínuo ou a quadratura do círculo. É um reclamo universal. É um imperativo histórico.

É uma necessidade que depende só e exclusivamente, para sua completa execução, do fator tempo ou dos ensinamentos tirados da própria guerra que vieram confirmar as previsões que Rui desenrolara na toalha de ouro dos seus ensinamentos, mantida qual pálio aberto pela coerência impecável de suas atitudes: "Educar é a necessidade mais urgentemente intante." Não somente para o brasileiro, mas para todos os povos.

A educação nos países mais adiantados constitue a máxima preocupação dos governos. É ela, insuperavelmente, o sinal de uma civilização em marcha, amoldando o material humano, transformando o onix em diamante, o carvão em luz, dominado o materialismo desumano.

Mas na guerra como na guerra e lá surgem os mais cabais e categóricos desmentidos aos salutaros ensinamentos do mestre e do catequista e os educandos, ainda adolescentes, são arrancados dos bancos escolares para a carnificina das batalhas. Opera-se moralmente à sabotagem do ensino, para camuflagem das ambições incontentáveis dos pequenos grupos especialistas em aproveitamento das oportunidades.

A primeira máscara é a do conforto sem segurança, a segunda também linda e bem sedutora é a do aperfeiçoamento progressivo da raça a seleção sistemática dos mais aptos, a proscrição dos tidos como inferiores e dos tarados, como se, afinal de contas todos os que nasceram, não tivessem direito à vida e a assistência governamental.

No entanto, a conscrição para os exércitos às vésperas de choque só admite os rebentos válidos e viçosos da raça, a melhor carne para o açougue, deixando na retaguarda, para a procreação, o rebutalho masculino a fecundar o campo estéril da mulher cansada pelo trabalho, pelo susto, pelo medo e pela dor.

Bem razão tinha Rui em não se declarar precipitadamente. Ainda não aparecera a definitiva fórmula social e política. Caber-lhe-ia a glória de apresentá-la em grosso. Lapidar o diamante será a missão dos governantes. Não se deve por isso descrever da civilização cristã. É que a humanidade está em sua primeira infância. Ainda está na primeira fase do sêgrêdo da esfinge e tem que aprender à sua custa a arte social e política. Que são dois mil anos para a História? Os milênios são os seus dias. Novas idéias ainda surgirão no campo da política. Rui tinha uma visão total do mundo.

O eclipse da civilização há de passar, para dar lugar a uma nova etapa de entendimento e de paz educativa entre os homens.

Discordamos por completo dos maus profetas que julgam e proclamam estar a humanidade nos últimos tempos. A humanidade está no início de uma nova era, prevista pelo grande propagandista liberal. Como entrou o propagandista liberal nos arraiais republicanos? É um fato histórico que, cumpre esclarecer devidamente. Sequestrado pelo seu valor intelectual, que antevia a mudança do regime e o fomento à produção, não mais pelo braço servil, mas pelo elemento imigratório.

No dilúculo da monarquia para a república, Rui, como já demonstramos, era uma personalidade sugestiva, alargando a esperança dos moços, abrindo os olhos da ignorância, tapando a bôca da estupidez. Era o signo da liberdade, sobrenadando do carrancismo beato, convidando insistentemente o povo à auto-direção e a tudo o mais. Quintino, abolindo varonilmente o preconceito, saturado do espírito conservador e rotineiro, foi a centelha que lhe transmitiu o fogo sagrado, foi o alertador, o primeiro que contou com o seu concurso para as novas instituições. Estava de antemão certo de que Rui abraçaria a República.

Não o declarara êle mesmo no seu programa de homem de imprensa? Que significariam estas palavras? — "Federação mesmo sem monarquia". A república, porém, era um sonho. Nela não falava.

Contudo o primeiro que lhe falou em República foi Benjamin Constant. Em 9 de Novembro de 1889, no mesmo dia decisivo em que,

à noite, Benjamin pronunciava resolutamente o seu célebre discurso no salão do Clube Militar no qual se comprometia a ir para a praça pública, no caso em que não se solucionasse de vez a questão militar, Rui publicava no "Diário de Notícias" o seu vibrante artigo sob a epígrafe — Crime contra a Pátria — que fez Benjamin subir a escada do seu escritório, sito à rua do Rosário, para dizer-lhe, avisada e confiantemente: — "O seu artigo de hoje convenceu-me. Precisamos precipitar os acontecimentos. Quero saber certamente se já podemos contar com o seu concurso para a República. Vamos quanto antes. Não há mais tempo a perder. Mais alguns dias e será creada a Guarda Negra. Pensa que a crise atual comporta outra solução?" Virou-lhe a cabeça. Encheu-lhe as medidas.

Rui, embora mostrasse a sua concordância de idéias, respondendo-lhe que não, obtemperou parecer-lhe cedo e um tanto temerária a idéia da arrancada imediata. De fato, a figura de barrete frígio ainda não era conhecida pela maioria, nem as suas doutrinas haviam caído no gongo do povo, habituado ao governo tradicional. No fundo temia o militarismo e a demagogia, ambos redundando em caudilhismo.

Incontestavelmente, o movimento republicano podia fracassar, porque não aparentava possuir raízes profundas no seio da opinião nacional, tendo sido a proclamação da república para muitos, civis e militares, a maior das surpresas, visto não passar de uma utopia.

Na própria Escola Militar o capitão José Maria Marinho da Silva caiu, tomado de um ataque cardíaco, ao saber do evento. Este oficial que atingiu o generalato no novo regime ao qual serviu com o mesmo devotamento que à Corôa, declarou que para a maioria dos veteranos do Paraguai a idéia republicana era inconcebível. O Imperador... Mal com ele, Pior sem ele... E a massa popular custou a acreditar nela.

Observador profundo e constantemente informado, Rui temia. Daí a demora do Arauto para a realização da sua pública profissão de fé republicana que seria retumbante. O traço predominante da sua personalidade foi a prudência no agir. Nos momentos mais sérios, decisivos e difíceis de sua vida agitada e laboriosa, medindo sempre o alcance de suas responsabilidades, mostrava-se calmo e sensato, senhor de si mesmo, e da situação, como um verdadeiro guia de homens, cujo único defeito era falar um tanto demasiadamente. Jamais se deixou levar pelo desânimo ou dominar pela fantasia, nem tão pouco perder tempo com as indecisões, atitudes estas tão brasileiras. Observava as coisas a fundo e resolvia, homem de ação que, como Camões, soube servir tão bem às letras quanto às causas sagradas da Pátria.

Era sempre o mesmo espírito atilado só assentando as suas resoluções com firmeza, sensatez e dignidade inabalável. Jamais recuava de suas atitudes. Escudava-as na prudência cristã.

Pode ser negado, porém, toda a vida nacional, desde a primeira república ao Estado Novo e à redemocratização atual, não tem sido mais que um desdobramento lógico e fixação da providente ideologia ruiana, prudente nos seus vários e múltiplos aspectos "nos livros, nas escolas, nas academias, nos laboratórios de pensamento humano" conforme o seu próprio dizer na velhice veneranda e turbulenta.

Confirma-se a sua afirmativa: — "As doutrinas precedem os atos". "Os professores, os jornalistas, os tribunos, são hoje, os que semeiam a paz ou a guerra". "As bocas de fogo sucedem às bocas da palavra. A pena desbrava o campo, é a espada. Voltaire, repartindo o mundo entre as três mais cultas nações de sua época, distribuía a uma o domínio da terra, a outra o dos mares, à terceira o das nuvens. Mas, se é nas nuvens que habitam os metafísicos, os utopistas, também dessas alturas, onde se condensam emanações de idéias, pode chover sangue. Não foi, porém, das nuvens que se pregou, em nossos dias, o catecismo da guerra. Foi das cadeiras donde se proporcionava a instrução à mocidade, donde os sábios falavam aos sábios, donde a história ditava os seus oráculos às escolas, donde se dava aos cidadãos a lição do dever, aos governos a da soberania, aos soldados a da obediência, aos generais a do mando." (Problemas de Direito Internacional — Conferência de Buenos Aires, Pág. 51).

É uma realidade óbvia que, se não houve derramamento de sangue na proclamação da República, foi devido à calma e prudência de Rui, que primeiro doutrinou e só depois do movimento bem articulado, bem avisado e firme, foi que deu o sinal de avançar. Outra não podia ser a atitude do pacifista, preparador do amanhã do Brasil e da humanidade.

No dia 11 de Novembro Benjamim, o fundador, na ânsia proclamacionista, procurava-o em casa, à Praia do Flamengo 14, em nome de Deodoro, que lhe mandava perguntar o dia e hora em que poderia ser recebido para uma conferência, sendo o assunto naturalmente já pressentido pelo entrevistado — a organização do governo.

Respondeu-lhe, imediatamente, de viva voz, que considerava seu dever visitar o velho e glorioso soldado e não este a ele. Ficou marcada a reunião para as vinte e meia horas. A ela compareceram Quintino, Benjamim, Glicério, Aristides Lobo e Solon, a nata revolucionária, a fina flôr dos denodados conspiradores de 89.

Ciente e inteiramente ao par do que se tramava, medindo bem as suas responsabilidades de nome feito na política e como escritor apreciado e jornalista de nome consumado pela riqueza de idéias e cintilância de estilo, sem abandonar o bom senso costumeiro, a sua presença ali após ao movimento nascituro o selo indispensável da prudência.

Dizem os filósofos que o gênio é cidadania do universo e por outro lado afirmam os poetas que a esperança é a última porta que se

fecha na vida. Sendo assim, e como assim foi, porque os filósofos e os poetas, como quase todos os que falam e escrevem, sempre têm uns 20% de verdade, a prudência de Rui há de ser ainda reconhecida e proclamada no Brasil e no mundo. Ele foi 100% brasileiro, porque extravasou a taça de ouro e a esperança da nacionalidade e a democracia que construiu, é obra integralmente sua. Não imitou: creou. O projeto da Constituição de 91, foi trabalho quase exclusivamente dele, todo escrito em dois dias e não totalmente copiado da Norteamérica.

Abrangia todas as conquistas democráticas liberais da época, embora propenso deliberadamente a revisões e adaptações.

Sem ele a revolução derivaria numa ditadura eterna. Veremos posteriormente a sua insistência reconstitucionalista que tanto o inflamava.

Nessa reunião já se falou em república, menos, porém, do que na queda do ministério. Já haviam transposto a segunda etapa da conspiração com a admissão do elemento civil e responsável. — “E se o Imperador resistir não assinando a queda do Gabinete? Perguntou calculada e industriosamente Benjamin a Deodoro. — “Não, respondeu Deodoro, o velho não resiste, diabético e alquebrado como se encontra”. — “Mas, se resistir?” — insiste Benjamim. — “Nesse caso, respondeu acossado, de modo peremptório e em tom categórico, o velho militar, a barra está aberta...”

Era o exílio, ainda que deixasse aos seus executores o remorso de haverem sacrificado o “pai dos brasileiros”. Há momentos custosos em que o cérebro sobrepõe-se ao coração, reclamando seu lugar.

Rui retirou-se da casa de Deodoro antes dos demais conjurados, manifestando-lhes completa e absoluta solidariedade e, destarte, como já previra, inteiramente comprometido com a insurreição. Quintino ficou incumbido de pô-lo detalhadamente ao par do que fôsse acontecendo na Corte e no Império. No dia 12, à tarde, senhor de mais alguns pormenores, Quintino entrou no escritório da Rua do Rosário. Sairam juntos. Pela rua do Ouvidor desceram apreensivos até a do Carmo 40, escritório de Quintino, onde poderiam conversar mais à vontade. Aí este comunicou-lhe, autorizado devidamente por Deodoro, que ele, Rui iria ocupar a pasta da Fazenda do novo governo, dando-lhe ao mesmo tempo ciência de todos os outros nomes que o completariam. Não podia recusá-la. Seria uma covardia ou uma pusilanimidade, incompatíveis com o seu passado e as suas convicções, indignas da confiança que os conjurados nele depositavam unanimemente.

Ademais, tendo entrado em contacto íntimo com os conspiradores, por iniciativa deles, tinha em mãos os seus planos e percebera facilmente a sua falta de tirocínio político e realmente, se não fôra a sua esclarecida cooperação, como ministro interino da justiça e vice-chefe

do governo provisório do qual foi de fato o cabeça, este teria redundado no mais estrondoso fracasso, pois ninguém ali sabia por onde começar e por 13 (escrita e oralmente) vezes fez-se demissionário, para apressar a constitucionalização e evitar fuzilamentos...

Estes episódios, baseados em documentos verídicos, elucidam quaisquer dúvidas e críticas sobre os intuítos republicanos do Quinze de Novembro e seu verdadeiro herói — o apóstodo da liberdade. Basta que se consulte a Imprensa da época. Somente era negado então pelo sectarismo positivista e ambicioso de Demétrio Ribeiro.

Se Deodoro hesitou a princípio ante o inevitável destronamento e consequente exílio do imperante, seu nobre e velho amigo, cuja fidalguia e magnanimidade experimentara no desenrolar da sua carreira militar, durante o apogeu do seu reinado patarcal, no qual dera sobejas provas de veneração à sua heroica progenitora, D. Rosa Fonseca, heroína brasileira, émula de Maria Quitéria e Ana Neri, e a quem tanto idolatrava, a solidariedade do monarca com o gabinete, fazendo esquecer todas as provas de carinho e respeito, pôsto que atribuída à sua já propalada irresponsabilidade senil e enfermiza, solidariedade julgada criminosa, com aqueles a quem abertamente chamava inimigos do exército, já quatro dias antes da data-marco do regime republicano, lhe desvanecera por completo no rol das coisas passadas — as últimas tergiversações e tibiezas. O seu sentimentalismo desaparecera no Q. G. e no Paço exclamaria: Acabemos logo com isto... dirigindo-se à família imperial. Deodoro ali aparentava o que não era.

Rui, uma vez entrando na conspiração, manifestou-se radicalmente republicano, com idéias formadas e planos já delineados preconcebidamente, sem hesitações.

Quintino, Benjamim, Glicério, Aristides Lobo e Demétrio Ribeiro não viam outra solução. Silva Jardim, o mais ardoroso dos propagandistas republicanos, que corajosamente embarcara para o norte do país no Alagôas e no qual seria deportado o Imperador, o mesmo navio em que ia o Conde d'Eu, anunciando a república, não se sabe, se devido ao seu temperamento excêntrico ou à inveja, foi posto à margem.

Ao lado destes a falange de obreiros menores não alimentava outra idéia, nem encontrava outra atração no movimento. Solon, Serzedelo Correia e Jaime Benévolo juntos manobravam os quarteis, espalhavam boatos e articulavam o pronunciamento, tendo já o último, que era engenheiro militar, desenhado inspiradora e grandiloqua — a Bandeira Republicana da Ordem e Progresso, cujo lema foi sugerido pelo Apóstolo Positivista Teixeira Mendes.

Entrementes o então tenente e posteriormente major Servílio José Gonçalves, pai do autor desta biografia, apresentava, como seu instru-

tor, para qualquer momento — a Escola Militar — que se tornava o baluarte da República, guardião da liberdade, merecendo por mais este título o carinho e o respeito de todos os compatriotas. Este só falava em casa em república. Foi um grande republicano. Por ela morreu, vítima de atroz perseguição política movida pelos anti-florianistas.

Insensivelmente, o país marchava para a realização do sonho de Tiradentes, Frei Caneca e Bento Gonçalves, os dois primeiros mártires da liberdade e o último dos quais primeiro chefe republicano nacional, por isso que jamais pensou em separatismo, fazendo de Piratini o ideal de todo o Brasil, como comprovaram e patenteiam documentos históricos reconhecidos incontestáveis e irrecusáveis, lançados à publicidade em 1935, por ocasião das comemorações centenárias riograndenses.

Os neófitos republicanos brasileiros encontraram um esteio para a concretização do seu ideal democrático no luminar imortal da raça, o experimentado batalhador de duas campanhas — a da Abolição e a do Federalismo. Serviram-se do seu verbo inflamado e convincente.

Os devotos das belas letras, que resistem aos divertimentos e alegrias fáceis, ao futebol, ao cinema e ao nervosismo post-bélico e rebarbativo da hora presente e que nelas encontram este não-sei-que de doce afeto e um tudo-nada de paixão doce-amarga, que os prende ao livro e quase os escravisa, encontrarão no luminar um motivo de constante encantamento. Mas os que pensam e se interessam vivamente pela causa pública e pelo interesse maior da humanidade, encontrarão, por certo, nele esculpido, não o mero vernaculista, talvez para alguns arcaico, jornalista e bisantino, mas instantaneamente, o salvador que precisa reviver para salvação da pátria e resguardo da humanidade. A preservação da espécie humana depende preliminarmente da democracia e do pacifismo, ideais sempre inatos em Rui, porque fóra da liberdade e da paz, o homem cairá inapelavelmente na despersonalização no coletivismo, na imoralidade e nas degenerescências. Nas normas democráticas advogadas por Rui e por ele ensaiadas na Carta de 91, está a vitória.

Assim falou, modestamente o mestre, de si mesmo, já no fim da jornada da vida, ante a precariedade do ser humano:

“Que sou, afinal, para me tocar, neste cenário soberbo, o papel a que me elevastes? Apenas um velho amigo do direito, um cultor, laborioso mas estéril, das letras, um humilíssimo obreiro das ciências. Nada mais. Tôda a significação da minha vida se reduz a ser exemplo de trabalho, de perseverança, de fidelidade a algumas idéias sãs”. “Espírito continuamente em busca de um ideal nunca cheguei a divisá-lo”.

Cabe a seus pósteros definir este ideal. — A verdade democrática.

Discernido assim o ideal ruiano, compreende-se claramente que o grande idealista era forçado a manter uma atitude discreta nos meios militares dos exaltados e desambientados cadetes proclamadores de 89 que iriam sair do regime monarquico, sem preparo, para a prática da democracia. Não podia deixar de alimentar receios bem fundados.

O próprio Demetrio Ribeiro era figura de segunda plaina.

Quando Rui Barbosa e seus companheiros chegaram ao portão do Quartel-General, a concorrência que se ofereceu à sua vista não parecia muito análoga ou de acôrdo com o objetivo da sua reunião. Batalhões iam e vinham sem explicação plausível para a sua procedência ou para seu objetivo. Era um pronunciamento militar sem rumo.

Havia uma aparente confusão e um tão visível nervosismo, embora se anteviesse o triunfo pela ausência de qualquer oposição armada, que a vitória da sublevação repousava no silêncio.

A artilharia, composta de dezesseis bocas de fogo, estava assentada para o edificio, a infantaria formava um quadrilatero e o povo, ao longe, distribuido em difirentes grupos, não atinava com a causa verdadeira do movimento e via tudo com desconfiança e surpresa.

Narra o jornal "Dom Casmurro" na reedição especial do cincoentenário republicano, que Deodoro saiu de casa, no Campo de Sant'Ana, hoje praça da República, 197, vetusto e arcaico prédio, encimado por uma placa de bronze com o emblema da república, na manhã de 15 de Novembro de 1889, intencionalmente, ainda que enfermo, havendo se levantado do leito a instâncias dos companheiros de jornada que não admitiam mais procrastinações, indo ao enecntro da tropa de São Critóvão, num carro com os arreios da sua montada de oficial-general metidos num saco. O Generalíssimo, com a fisionomia doentia, abatida, por haver sofrido na véspera a aplicação de um vesicatório, encontrou a artilharia no canal do Manguê. Só depois da tropa reunida foi que penetrou no Quartel-General, havendo Floriano, Quartel-Mestre General, mandado abrir-lhe o portão, reconhecendo no valente cabo de guerra — o porta-voz de toda a guarnição da Côrte.

Havia na praça tropas do Exército, Marinha e Polícia Militar.

Nada disto prova que Deodoro fôsse ali sòmente depor o ministério, mas ao contrário, corrobora a opinião geralmente aceita de que sondava, como militar experimentado, o momento, a oportunidade eletrizante, a hora H ou inicial, para desfechar o golpe de morte nas instituições, com aquele senso oportunista dos chefes que não se improvisaram, mas se fizeram no campo de batalha e se habituaram a fazer da vista o relógio pontual e infalível das horas graves e dos momentos heroicos. A extremidade dos homens é a oportunidade de Deus. O 15 de Novembro foi o dia V do Brasil.

Benjamim, com o contrapeso da sua inflexibilidade calma, controlava o chefe, até que este veio posar para a tela inapagável de Bernardelli com a sua sobrecasaca, de bonet na mão, montando um cavalo baio que parecia rebelde às mãos que o dirigiam tremulantes.

Afirmou Serzedelo Correia, testemunha ocular do magno acontecimento, que o proclamador, ao penetrar no salão nobre do vetusto e colonial edifício da praça da Aclamação, transformado pelo destino em último reduto da monarquia com todo o seu inveterado conservantismo inoperante — agitado, nervoso e ofegante — poz-se a proferir algumas palavras desconexas, narrando o seu passado militar e alegando os seus serviços no Paraguai, onde passára dias e moites no charco, ao que Ouro Preto com sangue frio e fidalguia sobranceira lhe retrucou: “No Paraguai não se abriam os portões com tanta facilidade e não acha o Sr. que em lhe ouvindo estou também servindo à Pátria? Não é só com a espada que se serve à Nação com destemor e sacrifício.”

Indignado, confuso, desnorteado, sem poder mais sustentar um colóquio, à altura, com o experimentado, calmo e arguto parlamentar e estadista que rudemente profligara a nonchalance traiçoeira de Floriano o qual lhe respondera — “No Paraguai as tropas enfrentadas eram inimigas e aqui são patrícias.” — retirou-se, sem pedir licença, da presença do chefe do governo, cuja esperança estava unicamente em qualquer eventual simulacro de resistência por intermédio da Armada e na influência moral do Imperador. Sua presença ante a tropa, de fato, seria capaz de desfazer toda a trama surrateiramente urdida. Breve desfez-se a veleidade ministerial e o General levou a dianteira.

Deodoro, acossado, magneticamente, por Benjamim, que era o verdadeiro instigador da idéia republicana, assim como Rui o fôra da democracia representativa, é que lhe segredou ao ouvido naquele momento psicológico em que o velho general necessitava de um desagravo como de uma táboa de salvação — “só a república, só a república” — repetida e refletidamente, provocando-o, montou o seu cavalo baio, seguido dos companheiros de conjuração anti-ministerial e, ao transpôr novamente o célebre portão-tunel, exclamou arrebatado, aliviado e vencedor: “Viva a República!” E integrou o Brasil na América.

A tropa, ansiosa e inquieta, mas em perfeita ordem pela força moral dos seus chefes, correspondeu com aclamações calorosas, com as armas levantadas e as barretinas nas pontas das baionetas, com o forte entusiasmo que a força armada, qual dínamo social, gera em todos os homens, e, ao som do Hino Nacional, cuja música o proclamador conservou no novo regime, foi dada uma salva consagradora de vinte e um tiros, enquanto no edifício fronteiro da Municipalidade, o desentendido saudosista José do Patrocínio, num gesto infeliz, tentava em vão hastear

a bandeira imperial, logo arriada por Bilac e Coelho Neto que aderiram à bandeira de Deodoro, abafando as poucas vozes que ainda defendiam, o Imperador, moralmente moribundo e deposto.

Por acaso ou intencionalmente, o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral no dia 22 de Abril de 1500. Para depôr o ministério, Deodoro acabou proclamando a república em 15 de Novembro de 1889, o que já estava nas suas cogitações, dependendo apenas da atitude de Ouro Preto. Se este se conformasse, salvaria a monarquia. Intransigente e truculento preferiu o exílio como José Bonifácio, à destituição pelas armas. É de justiça assinalar que caiu de pé.

Abalando o ministério de 7 de Junho de 1889, Rui foi indiretamente o verdadeiro propagandista da República. Saudando a República, por acaso, Deodoro foi o seu proclamador repentino e inesperado.

Todos passaram. Deodoro caiu. Benjamin ensandescceu. Rui venceu. O seu nome é sinónimo de paz e felicidade para o Brasil, pois simbolisa a lei e a justiça sem as quais não pode haver república nem democracia.

Numa antevisão profética deste quadro, Rui exclamava pouco antes da Abolição: "Pueril engano senhores, o dos que vêem no Abolicionismo o termo de uma aspiração satisfeita. A realidade é que êle exprime apenas o fato inicial de nossa vida na liberdade, o ponto de partida de uma trajetória sideral, que se desdobra incomensuravelmente no campo da nossa visão histórica: Cegos os que supõem na Abolição a derradeira página de um livro encerrado uma fórmula negativa, a supressão de um mal vencido, o epitáfio de uma iniquidade secular. O que ela é, pelo contrário, é um cântico que se desata. Abolicionismo é reforma sobre reforma. Abolicionismo é reconstituição fundamental da Pátria; abolicionismo é organização radical do futuro; abolicionismo é renascimento nacional. Não se há de indicar por uma sepultura, com uma inscrição tumular, mas por um berço, com um horóscopo de luta".

Eram os premonitórios da República.

CAPÍTULO III

O CONSTITUCIONALISTA

Rui, aparecendo embora cedo, foi a figura dominante do cenário nacional, repercutindo no esforço global da civilização brasileira, como o principal inspirador da primeira Constituição Federal. Um milagre da mocidade. Um tour de force para a consolidação da República.

Há cerca de vinte anos o Brasil unísono comemorava, auspiciosamente, o jubileu a que denominou com propriedade — a festa do sol. Luis XIV foi cognominado o Rei Sol. Rui era o próprio Sol. Sol eternamente meridiano. Sol da verdade democrática. Sol da Lei do Brasil.

Deveras difícil foi classificar aquele jubileu — político, cívico, social, jurídico ou literário — por isso que, defendendo idéias e princípios, sem preocupações de estilo nem apuros de literato, foi, no entanto, naturalmente, o homem que melhor escreveu e falou a maviosa e opulenta língua brasileira a qual precisamos uniformizar e apresentar, bem definida, numa ortografia definitiva, consubstanciando a sua doutrina pacificadora e dignificante, ao mundo sequioso de justiça e de paz.

Durante cinquenta e cinco anos, não mediu perigos nem poupou sacrifícios na defesa do ideal sagrado, constituindo-se verdadeiro exemplo no qual se deve mirar toda a mocidade estudiosa e todo o Brasil moço, toda a juventude pátria que nele beberá novos ensinamentos.

Onde houvesse um direito conspurcado, ei-lo intrépido pronto a defendê-lo. O poder de Deus se aperfeiçoa na fraqueza.

A sua vida está intimamente ligada à vida da república; precipitada ante a perspectiva sombria de um terceiro reinado sob a orientação irresponsável, gananciosa e exótica do conde d'Eu — o solerte príncipe consorte, sempre visto com antipatia. Rui foi o seu constitucionalizador. É do seu interesse tudo quanto o exalte e magnifique.

Proclamada a República, em 15 de Novembro de 1889, coube a chefia suprema do governo provisório ao Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, sendo vice-chefe e ministro da Fazenda o grande jornalista do federalismo — Rui Barbosa — que seria a alma do novo regime.

Completaram o ministério os snrs. tenente-coronel Benjamim Constant Botelho de Magalhães, na pasta da Guerra, chefe de esquadra Eduardo Wandenkolk, Marinha, Manoel Ferraz de Campos Salles, Justiça, Demétrio Ribeiro, Agricultura e Comércio, Aristides Silveira Lobo, Interior, Quintino Bocaiuva, Relações Exteriores.

A família Imperial, extinta a Constituição, com o velho Imperador Pedro II à frente, foi banida para a Europa a bordo de um vaso de guerra, a corveta "Parnaíba", passando depois para o paquete Alagôas, que a levou até Lisboa, onde alguns dias depois falecia a Imperatriz Tereza Cristina ralada de desgosto, sentindo a nostalgia da Pátria adotiva.

Antes que a Nação designasse os seus delegados para a elaboração da nova Constituição, o Governo Provisório iniciou logo nos primórdios, sob a orientação do Ministro interino da Justiça, o mesmo da Fazenda, uma admirável obra legislativa que, em vários de seus monumentais arcabouços resistiu a quarenta anos de regime republicano e ainda segue impávida em vários deles depois da revolução de 1930, sobrevivendo às constituições de 1934 e 1937. O que era iconoclástico e herético, passou a ser obsoleto, legal e positivo. É assim que a atividade legislativa do Governo provisório, do qual participaram ainda Cesário Alvim, que substituiu Aristides Lobo, Felisberto Freire, Glicério que substituiu Demétrio Ribeiro, e Floriano Peixoto, abrangeu a organização da Justiça Federal, a instituição do casamento civil, sem o divórcio a vínculo, o processo civil, as sociedades anônimas, hipotecas, registro Torrens, privilégios e ônus reais, medição de terras particulares, Código Penal, Lei Eleitoral, liberdade de cultos, reforma bancária, encaminhando a elaboração de um código civil. Coube ao Decreto n. 78-B, de 21 de Dezembro de 1889, menos de dois meses decorridos da implantação do novo regime pela revolução republicana, apoiada na totalidade das forças armadas do país, o que honra sobremaneira o desprendimento dos que dele se assenhorearam, após a queda do Império, a convocação da Assembléia Constituinte. Tudo isto representava trabalho herculeo.

Desejando, porém, o Governo Provisório encaminhar a essa Assembléia Popular um ante-projeto da Constituição, nomeou uma comissão composta dos srs. Saldanha Marinho, como presidente, Américo Brasiliense, Santos Werneck, Francisco Rangel Pestana e Magalhães Castro para aquele fim.

A Comissão, porém, a princípio não chegou a entendimento e cada qual apresentou de per si sugestões isoladas, notadamente Magalhães Castro, Américo Brasiliense e Werneck, que levaram ao conjunto esboços individuais de Constituições. O patriotismo desses homens fê-los entrar mais tarde em acôrdo, razão pela qual acabaram apresentando ao Governo o projeto único, do qual, todavia, Rui Barbosa fez tantas

e tais emendas que com justiça se lhe conferiu o título nobilitante de Pai da Constituição Republicana do Brasil. É quase tóda trabalho de sua lavra, o que não impede que um decênio após se capacite da necessidade da sua revisão.

A Constituinte reuniu-se em sua primeira sessão preparatória a 4 de Novembro de 1890, instalando-se solenemente a 15 de Novembro dêste mesmo ano. Elegeu por unanimidade seu presidente ao deputado paulista Dr. Prudente José de Moraes Barros que na Câmara monárquica tivera a hombridade de declarar — "Sou republicano" — organizou seu Regimento Interno, não se conformando com o que o governo lhe havia enviado e designou uma comissão de Vinte e Um membros para emitir final parecer sobre o projeto que o mesmo Governo oferecera à sua deliberação. Compuzeram esta comissão de constitucionalistas que em quatro meses deu conta de sua missão, os seguintes senhores, com a decisão peculiar aos verdadeiros convictos, com a força de seus caracteres inamalgáveis e resolutos:

Manoel Machado, Lauro Sodré, Casemiro Júnior, Theodoro Pacheco, Joaquim Catunda, Amaro Cavalcanti, João Neiva, José Higino, Gabino Bezouro, Oliveira Valadão, Virgílio Damasio, Gil Goulart, Bernardino de Campos Lapér, Ubaldino do Amaral, Lauro Müller, Julio de Castilhos, João Pinheiro, Lopes Trovão, Leopoldo de Bulhões e Aquilino do Amaral.

Um olhar retrospectivo sobre a celeberrima Assembléia deixa-nos perceber que, se a respectiva maioria era composta de homens leigos na matéria, que se discutia, visto que a Constituição em debate se inspirava primordialmente no direito público norte-americano, entre nós apenas conhecido a fundo pelo ilustrado senador Rui Barbosa e raros mais, havia na referida 1.^a constituinte um núcleo de homens de real e insofismável valor mental e de já longa experiência política que a transformaram num centro jurídico para gaudio das novas instituições, mostrando-se alentados do mais puro e idealístico patriotismo republicano.

Foi isso que permitiu ao Brasil com prejuízo da política realista, ter em 24 de Fevereiro de 1891 a sua Constituição promulgada. Prudente de Moraes, atuando com desusada energia e alto descortínio, muito contribuiu, para que uma assembléia de elementos vários e desordenados, inexpertos, sem terem ao menos uma coordenação partidária, atingisse incólume o fim incomparável para o qual havia sido precipuamente convocada — dar ao país uma sólida organização democrática, em meses, o que impunha a todos trabalhar rudemente com compreensão e patriotismo, o que se repetiu em 1946, justiça seja feita.

Na sessão solene de proclamação da Magna Carta, onde avultam os direitos do homem, realizada, auspiciosamente, sob a alegria geral da Nação que aceitara o fato consumado quinze meses antes, falaram os snrs. Leopoldo de Bulhões, de Mato Grosso, e Amaro Cavalcanti, da Paraíba, após o que o Presidente da Primeira Assembléia Constituinte republicana, levantando-se, seguido no gesto por todos os demais congressistas e expectadores, dentre os quais se notava, envergando os vistosos fardões da época, todo o corpo diplomático acreditado no país, declarou :

— “Nós os Representantes do Povo Brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição”. Segue-se o texto. O idealismo venceu o realismo.

A Constituição assim tão formalmente adotada, consistiu em verdadeiro padrão de glória para o Brasil, atestando a alta cultura jurídica sul-americana. Ao contrário do que dela disseram e escreveram os que a não souberam interpretar e menos ainda cumprir os seus avançados ditames, ela fez a grandeza do país, facilitou a rápida expansão de seu progresso, e os males que nos afligiram neste meio século de regime republicano e federalista, não podem e não devem ser levados à conta do monumento jurídico-político então elaborado sabiamente.

Vários autores, dos mais notáveis, do Direito Público e respeitáveis estadistas estrangeiros teceram-lhe os mais rasgados encômios, entendendo alguns que ela foi em seu tempo a mais sábia, a mais perfeita e liberal, atestando a clarividência do seu autor de fato — o Supremo Pontífice do Direito — Rui Barbosa, que nos arroubos de sua modernidade, como jurista provecto e inovador só encontrou êmulo no Brasil em Tobias Barreto. Não era obra perfeita, porque humana e transitória.

A Constituição de 1891, a mais justa e liberal de todo o continente colombiano, não era como queriam os seus detratores gratuitos e apressados, cópia servil do modelo norte-americano; apenas adotara o *modus-vivendi*, o sistema que esse creára, mas sob forma diferente e peculiar e não raro ganhando em clareza e acerto as suas disposições, posto que nele tão fundamente se inspirasse.

Há nela decerto muita modificação oportuna, muitas conquistas liberais, muito afeiçoamento às peculiaridades do país e muita inovação. A República e a Federação brotaram, aliás, como criações da própria Revolução, que as proclamou imediatamente após o 15 de Novembro. Ficou marcado o presidencialismo, mas o sistema de freios e limitações do poder executivo procurou consultar às necessidades da harmonia dos poderes entre si. Infelizmente esses freios, mais por culpa dos costumes e dos homens que propriamente da Constituição, não funcionaram

com a prontidão e a regularidade desejadas, donde resultou a hipertrofia do Executivo, com a auto-submissão do Legislativo e o enfraquecimento do Judiciário, fato afinal tornado legal em 1937 e que se procurou remediar em 46.

A Constituição promulgada guardou nas suas linhas gerais e em seu espírito o que fôra preestabelecido no projeto constitucional de iniciativa do governo. Numerosas alterações feitas, à sua revelia, visaram apenas expurgá-lo de algumas imperfeições inevitáveis, apesar da tarefa escoimadora do seu autor único e ímpar — Rui Barbosa, cuja letra minúscula o lavrara, pacientemente, do princípio ao fim, semeando para sempre a democracia brasileira, de maneira inalterável e progressista, hermeticamente fechada ao absolutismo e à tirania. Deodoro opoz-se até ao princípio de independência e harmonia dos poderes: "Não assino isto." Hoje bendiria o seu restabelecimento.

Por mais que se desconheça o conteúdo do ante-projeto; por mais que o inculquem de teórico e inoportuno; a verdade que ressalta desta resenha histórica é o valor jurídico de Rui e a sua força de vontade.

Mau grado esse escrúpulo do Congresso em não desarticular o primoroso trabalho que lhe havia sido enviado, para servir de base às suas deliberações, apontam-se algumas alterações que, sem destruir o fundo e a forma, devem ser levadas à conta da sabedoria dos legisladores.

Entre essas destaca-se a eleição dos senadores pelo sufrágio direto em vez de o ser pelas legislaturas estaduais; a entrega das terras devolutas aos Estados em vez de o ser à União; o período presidencial de quatro anos em vez de ser de seis; nova eleição para preenchimento de vaga, de presidente, desde que a morte ou renúncia se verificasse antes de dois anos do término do mandato, quando o projeto mandava o vice-presidente concluir o período, ainda mesmo no caso da vaga verificar-se antes de terminado o primeiro biênio; a eleição presidencial direta em vez da indireta; outorga da prerrogativa de prorrogar suas sessões ao próprio Congresso, sem sanção do Presidente, em vez de conferir essa prerrogativa ao chefe do Executivo, como se achava no Projeto; supressão da pena de banimento e abolição da de morte, salvo em tempo de guerra e nos casos previstos pela legislação militar; supressão da providência do art. 72, § 4.º, que mandava o casamento civil preceder ao religioso; rejeição do dispositivo que proibia a fundação de novos conventos ou ordens monásticas, e mantinha a exclusão da Companhia dos Jesuitas; modificação do artigo pelo qual se traçaram limites às constituições estaduais.

As modificações, infelizmente não melhoraram o projeto. Antes o tornaram mais ideológico e impraticável. Menos ianque e menos prático.

Construída deste modo, para um futuro talvez muito remoto, somente quando poderia ser de fato executada, dada a incultura popular, a Constituição ficou, finalmente, dividida em cinco Títulos, além das disposições gerais e transitórias, que por seu próprio caráter não puderam figurar no corpo da grande Lei e por isso apareceram à parte com uma nova numeração em seus artigos de 1.º a 8.º. A Constituição propriamente dita foi vasada em noventa e um artigos bem expressos e definidos, que constituem um modelo de conclusão. Por ela foi mantida a dualidade das câmaras legislativas e da magistratura, bem como a de processo, mas o direito substantivo ficou como atribuição privativa e perentória do Congresso Federal.

O Poder Judiciário teve notável desenvolvimento e o Supremo Tribunal Federal pode merecer, pela sua magestade e amplos poderes, o título pomposo de cúpula da organização política do país. A liberdade de cultos, o casamento civil, o ensino leigo, o habeas-corpus, o juri e a autonomia municipal tiveram nela garantias excepcionais. A autonomia dos Estados ficou plenamente assegurada, havendo o Presidente Prudente de Moraes, ao declará-la promulgada, afirmado que "o regime da mais larga federação era o único capaz de manter a Pátria unida". Assim foi por algum tempo, até a fundação das oligarquias.

No entanto, poucos anos depois, o próprio Rui levantou a bandeira da revisão constitucional, programa que considerava a sua vida e pelo qual se bateu durante toda a sua velhice, ao qual jamais abdicou nem mesmo quando, em 1919, Nilo Peçanha lhe oferecera a Candidatura oficial ao governo. Então escreveu, mui judiciosamente, o autor do arbitramento constitucional e candidato à Presidência da República a Nilo Peçanha:

— "A Constituição de 1891 precisa de ser reformada, para se conservar. As boas instituições hão de se conservar, melhorando-se, como as boas construções, refazendo os estragos do tempo, e acomodando-se com o correr dêle, aos novos hábitos e às novas exigências dos seus sucessivos habitantes." Duas correntes — conservadores e revisionistas — se degladiavam.

"De maneira que os verdadeiros conservadores são os amigos da reforma". Não havia perigos demagógicos e ideologias totalitárias então.

O artigo 90 do Estatuto de 1891 estipulava o método e o sistema da reforma do seu texto de 10 em 10 anos, o que não foi cumprido.

"Basta dizer, acrescentava o candidato civilista sem sair da disciplina cidadã, que uma só legislatura, em duas sessões anuais consecutivas, cujo trabalho não seria inexequível encetar e concluir em seis ou oito meses, poderia reformar a Constituição nas suas disposições mais importantes. Adotada em três discussões, por dois terços de duas câ-

maras, no derradeiro mês de um ano, e aprovada, pelo mesmo modo, em maio do ano subsequente a reforma teria satisfeito os requisitos constitucionais da validade, e introduzido na lei orgânica da nação as alterações a que se propuzesse." Rui Barbosa entendia que se deveriam excetuar da Sreforma as seguintes disposições essenciais do estatuto máximo: — as que declaram a forma republicana; as que instituem o princípio federativo; as que mantêm e asseguram aos Estados seu território atual; as que lhes garantem a igualdade de representação no Senado ou Conselho Nacional; as que separam a Igreja do Estado e afirmam a liberdade religiosa e de consciência; as que atribuem à Justiça o conhecer da constitucionalidade dos atos legislativos; as que vedam os impostos interestaduais; as que declaram inelegíveis os ministros de estado e estatuem a sua livre nomeação pelo chefe do Executivo; as que afiançam aos Estados a autonomia para organizarem suas próprias constituições, respeitada a da União, e, quanto à garantia de direitos de que tratam os artigos 72 a 78, da Carta Federal, entendia ele se deveria atingir para a ampliar.

Expunha assim com singeleza e sinceridade a mesma técnica constitucional de 1891, preservando as sagradas conquistas da Revolução Francesa.

E dizia desta vez a verdade, sem logomaquia, como todos os cultores do direito, magistrados e advogados.

Se fôsse ouvido, ter-se-iam evitado as comoções internas dêstes 20 anos de anarquia e confusão política premeditada.

Coerente com o seu passado, propugnava a reforma no sentido da unificação do direito processual e, partidário, embora, da unificação da magistratura, como se verifica no presente, condescendia com a organização então vigente, desde que a difícil remoção dos obstáculos que a impediam de tornar-se realidade, fôsem capazes de recomendar o adiamento da solução.

Entregava, entretanto, aos tribunais superiores, não somente o processo e sucessão dos magistrados faltosos, negligentes ou claudicantes, mas também o de sua escolha; propugnava-a mais ainda no sentido da definição clara dos princípios constitucionais, e dos meios e modos de garantir eficientemente a sua intangibilidade; da competência da União, para intervir nos conflitos econômicos entre os Estados; da regulamentação do Estado de Sítio, de modo a ficar explícito que os efeitos dessa medida de exceção acabam com êle e que os membros do Congresso Federal e da magistratura são indiscutivelmente imunes às medidas discrecionárias inerentes ao sítio; da faculdade, natural aos Estados e Municípios, de contraírem empréstimos externos; da proibição ao Congresso Nacional de incluir na lei orçamentária disposições extranhas aos servi-

ços gerais da administração, ou à consignação de meios para a observância de leis anteriores e da instituição do veto parcial de orçamento da despesa, onde êle colidisse com essa adiantada regra proibitiva.

Só aceitaria a sua candidatura à Presidência pelo situacionismo com a Bandeira da Revisão, pois já previa a Revolução.

Não pôde realizar êsse seu patriótico sonho côr de rosa, pois não logrou atingir a cúspide do poder.

Floresceu e frondejou o seu idealismo mesmo neste sentido, pois que a nova Carta, melhor orientada pelo determinismo geográfico do Brasil, realiza mais do seu plano saneador, se executada.

Apesar do formidável prestígio de sua palavra escrita e falada e da autoridade dela decorrente, Rui não conseguiu e com ele os demais revisionistas brasileiros, o que teria sido medida de prudência naquela quadra, levar novamente o barco ao estaleiro, vencendo as resistências opostas pelos interesses políticos da época e pela própria incultura dos opositores, alguns dos quais estribados nos falsos e idolátricos dogmas positivistas, ao passo que as descoordenadas constituições estaduais lo-gravam ser ameudo reformadas, nem sempre em harmonia e absoluto respeito à Constituição Federal, antes, geralmente, só no sentido anti-liberal e oligárquico das reeleições dos presidentes e governadores e da restrição aos direitos e prerrogativas do Poder Judiciário, isto é, sempre com tendências demasiadas a aumentar e fortalecer o Poder Executivo, tabul regional, objetivo único dos partidos políticos no País.

Cabe a Rui, no entanto, a glória inicial na sua carreira de haver sido o máximo batalhador pela constitucionalização do país, quando membro do primeiro govêrno provisório e de ter arvorado em tempo hábil a alva bandeira unificadora da revisão legal da mesma Constituição de 1891 a qual pode-se asseverar, sem medo de êrro ou omissão, em seu arcabouço, foi o primeiro e grande serviço que prestou ao país, encaminhando-o para a educação democrática. Não era, pois um intransigente, mas apenas irredutível nas suas convicções inabalaveis.

Com ela a sua vida opulenta de idealismo, ficou definitivamente ligada à vida da república, suplantando todos os constitucionalistas sul-americanos e implantando definitivamente a democracia no Brasil reestruturada pelo bandeirantismo de 1932 e pela guerra de 45.

O calígrafo que a copiou, durante quatorze horas a fio, caiu desmaiado, ao terminar o seu trabalho exaustivo e histórico, inevitável e inadiável. Rui marcara-lhe um prazo inapelavel, como lhe profetizara a revisão infalível, por não preencher os seus fins. Alicerçara a república. A SUA RESTAURAÇÃO SERIA A SOLUÇÃO DE TODOS OS NOSSOS PROBLEMAS.

Como coroamento mandou queimar os arquivos da escravidão. Que se queimem também os arquivos da ditadura no Brasil.

CAPÍTULO IV

O ADVOGADO

Rui Barbosa chegou a ser o Presidente da Ordem dos Advogados Brasileiros, eleito pela unanimidade dos seus colegas.

"Duas profissões tenho amado sobre tôdas: a imprensa e a advocacia. Numa e noutra me votei sempre à liberdade e ao direito. Nem numa, nem noutra conheci jamais interesses, ou fiz distinção de amigos ou inimigos tôda vez que se tratava de servir ao direito ou à liberdade." Assim falava o profissional — que devotava amor à profissão.

Impulsionado pelo seu amor ao direito e à liberdade, Rui sustentou que o habeas-corpus é aplicável "a todos os casos em que um direito nosso, qualquer direito, estiver ameaçado, manietado, impossibilitado do seu exercício, pela intervenção de um abuso de poder ou uma ilegalidade", contanto que a sua prova seja compatível com a natureza especial do processo.

Destarte, o habeas-corpus despertou a nova consciência jurídico-política do país, provocando a curiosidade popular, ao mesmo tempo que, garantindo a liberdade de opinião, dignificava a vida cidadã, e lançava a semente da reação democrática, brotada na Revolução de Outubro, quando o povo em massa, por todo o Brasil pedia armas.

Rui, o inigualável jurista, pela sua defesa do instrumento da liberdade — o habeas-corpus — constituiu-se eventualmente o advogado do povo, posto honorífico que nenhum provento lhe rendia, antes o prejudicava política e praticamente, em sua vida privada, como em sua vida pública, posto que fôsse o mais sábio e o mais completo causídico do Brasil. Trabalhava demais para um homem só.

É que Rui Barbosa, o astro da arte sônica, que é, segundo Latino Coelho, a mais bela das artes e cujo segredo de ascendência tribunícia applicava na defesa sincera da verdade, derramada qual fonte cristalina, nascida do seu coração de patriota, convencia os tribunais e arrebatava as multidões, mas não conseguia vencer as injunções da política, mais obediente ao chicote de Pinheiro Machado e ao guante dos fei-

tores paulistas e mineiros que incarnavam as consciências do momento, do que à voz do direito e da persuasão. O fato, é, porém, que o advogado não ficava na sombra dos tribunais. Merecia ser apreciado pelo grande público. Aatepoz-se-lhe um espantalho.

O Pinheirismo foi o seu maior inimigo político e gratuito difamador. Contra êle, porém, Rui agiu sempre como advogado. José Gomes Pinheiro Machado nasceu em Cruz Alta, na então Província do Rio Grande do Sul, em 8 de Maio de 1850. Ao rebentar a guerra com o Paraguai, fugiu da Escola Militar, onde assentara praça ainda menino, e seguiu para o campo da luta, tendo feito parte de um corpo de voluntários, sob o comando do Conde de Porto Alegre. Formou-se em direito pela Faculdade de São Paulo, diplomando-se em 1878.

Exerceu a advocacia em vários municípios do interior do Rio G. do Sul. Republicano da propaganda, fundou com Julio de Castilhos, Venancio Aires e outros o Partido Republicano Riograndense, em 1879. Recusou desde então, com fé acrisolada na República, todas as honrarias e posições que lhe foram oferecidas na monarquia, por intermédio de Silveira Martins que muito o admirava pela sua altivez.

Proclamada a República, foi Pinheiro Machado eleito senador pelo seu Estado, cargo que ocupou até o dia da sua morte. Em 1893, fiel ao governo de Floriano Peixoto, seguiu para o Rio Grande, comandando 2.100 homens da "Divisão do Norte", afim de combater os revolucionários, destacando-se pelo seu valor e sua bravura. No campo de luta ganhou os bordados honoríficos do generalato, "por serviços ao seu Estado e à República".

Duas correntes formaram-se em derredor da Constituição de 24 de Fevereiro de 91. Uns julgavam-na perfeita, impecável, não carecendo sequer de retoques, intangível, portanto, e foram os que se mantiveram irredutíveis até 1922; outros apontavam-lhe defeitos, fálhas, senões, que urgia corrigir sem mais delongas. Esta foi a chamada corrente revisionista à cuja frente se encontrava Rui, seu próprio autor. Com a sua proverbial e inconfundível sagacidade levantará esta bandeira, desde a campanha presidencial de 1910. Do outro lado estava Pinheiro Machado que exerceu a vice-presidência do Senado, durante quase toda a sua passagem pelo Parlamento Brasileiro, somente cedendo-a em 1907 a Rui Barbosa e numa legislatura a Joaquim Murtinho. Foi, afinal, como profetizara — "eu ainda acabo neste Senado como Cesar no Senado Romano, assassinado pelas costas" — apunhalado pelas costas, brutal e inesperadamente, quando palestrava com alguns deputados paulistas, a 8 de setembro de 1915, no saguão do Hotel dos Estrangeiros, sito à Praça José de Alencar, no Rio de Janeiro, em meio a uma época de agitações políticas, cheia de ódios e explosões partidárias insopitáveis.

Pinheiro Machado foi na República o homem que maior soma de domínio possuiu. Conseguiu um poder pessoal inédito sobre os amigos e correligionários. Por outro lado legiões de adversários se agrupavam para combatê-lo e aniquilar o seu comando. "Caudilho e sucessor de caudilhos — escreveu o sr. Alcides Maia — no sentido que damos à palavra, êle amava as sensações da luta." "Na sua época — diz Américo Palha — quando maior era a amplitude do seu fascínio sobre os homeus, foi acusado de êrros gravíssimos." Certamente os teve. E os praticou concientemente, como repto aos inimigos. Apoiado, incondicionalmente, em forças políticas solidamente arregimentadas sob a disciplina exclusiva de sua vontade, o Pinheirão, como os íntimos o chamavam, conseguiu até rasgar, nas duas casas legislativas da Federação, diplomas legitimamente concedidos aos seus adversários. Atentava assim, insolitamente, contra direitos dos que se apresentavam eleitos pelo povo. Hoje, no entanto, passado um quartel de século da sua morte, cumpre esclarecer que tais diplomas não representavam a soberania nacional, pois que a fraude eleitoral campeava por tôda parte.

Pinheiro Machado, invencível na política, não possuía, por certo, a formação de um estadista e nada tinha de intelectual nem de homem polido, chegando a receber de chinelos, altas personalidades. Tinha, porém, a plástica e sabia ser um forte. Foi, de fato, um forte. Quando sobre êle desabavam as tempestades parlamentares, quando a imprensa desregrada e livre de censuras o ataçalhava rudemente, ele a tudo resistia imperturbável e sereno. Da tribuna do Senado enfrentou a palavra esmaltada de Rui, conforme declarou, "com ardor, com coragem e com denodo, próprios tão somente aos homens de convicções." Nas fileiras de seus adversários de várias décadas contavam-se figuras eminentes da política brasileira. A todos, indefectivelmente, respondia com a fortaleza de um espírito continuamente retemperado pelo ardor de grandes e memoráveis pelepas das quais saíra vencedor.

Verdadeiro Gulliver acompanhado pelos anões da politicagem, a despeito dos seus êrros e lacunas, Pinheiro Machado era um patriota. Dentro dos seus métodos políticos amava o Brasil. Figura enigmática, "animal político", com um alto senso da realidade, tinha, entretanto, o fetichismo da República e foi um elemento de coesão nacional.

Jamais conseguiu ser um ídolo das multidões, mas foi o oráculo dos realistas. E, se também nunca cortejou a popularidade infundada e efêmera, jamais desceu à mesquinhês de inspirar quaisquer violências e vinganças contra os seus adversários. Possuidor de uma lealdade leonina, filha de um caráter forte, era amigo devotado de seus amigos, assumindo sempre a responsabilidade de todos os seus atos e repetindo ao próprio Rui em pessoa — "V. Exa. não me convence". Mas era um

inimigo terrível, tendo-se batido em duelo com o jornalista Edmundo Bittencourt e chicoteado o general Silva Teles em plena rua do Ouvidor, após aviso prévio, provocando um dos maiores escândalos cariocas.

Foi este gigante que Rui teve que enfrentar com a espada do Direito e o testemunho maior do seu valor foi-nos dado pelo maior dos seus adversários, Rui Barbosa, que a seu respeito tão tenazmente dogmatizou: "Em relação ao senhor Pinheiro Machado, folgo dar o público testemunho das qualidades de alta elevação moral que, estou convencido, ornaram o seu caráter: Se alguma vez, passou pelo meu espírito qualquer dúvida com relação a atos que os ódios da luta política podiam ter explorado, eu teria que fazer agora retratação plena, diante do meu país. Hoje, informado inteiramente, como me acho, dos fatos na sua realidade, posso assegurar que, ainda na hora dos combates, quando tão acesas se inflamam as paixões humanas e os nossos sentimentos naturalmente se inclinam para a crueldade, o seu papel foi sempre o de um protetor dos adversários, foi sempre o de um mantenedor rigoroso das leis de humanidade, no meio dos conflitos sangüinários em que a sua pessoa se achou envolvida." Rui soube ainda fazer justiça. Também Pinheiro sempre o respeitou e distinguiu.

Compondo sobre ele uma página comovida e sincera por ocasião do seu assassinio cruel, João do Rio, que previu a inutilidade do ato selvagem e covarde, assim definiu a sua vida: "A vida de Pinheiro Machado foi a mais bela tragédia do Brasil." Só a morte inexorável e cega, que a todos há de colher, mais poderosos ou menos poderosos, mais inteligentes ou menos inteligentes, conseguiu derrubar o Gigante.

Foi esse o homem que Rui teve de enfrentar em seu apogeu político, qual Davi ante Golias, com a funda do seu saber e a pedra da sua eloquência, na defesa da sua grande causa que foi a causa do povo, a causa do Brasil, do qual foi o grande advogado voluntário.

Nela jamais perdeu o equilíbrio vertical, a despeito da torrente caudal do seu verbo insuperável. Opulenta foi a sua contribuição a todos os ramos do saber jurídico ao qual aliava os seus pendores literários, especialmente em causas coletivas.

Ao poder imenso de Pinheiro Machado Rui antepunha o habeas-corpus; à maioria do Congresso o prestígio da sua personalidade; à força armada de que dispunha aquele — o seu saber — em novas interpretações, mais amplas da lei e até inéditas no mundo jurídico.

O remédio do habeas-corpus, quando bem aplicado, torna-se a salvaguarda da consciência cidadã e influe, poderosamente, no livre exercício da democracia. Isto não convencia o "pente fino".

Praza aos céus que a hermenêutica ruiana, ampla, com respeito ao habeas-corpus, venha a ser totalmente cumprida no Brasil onde aliás já teve a maior amplitude e aplicação na República Velha.

Em Rui soldaram-se, prudentemente, na mais forte e augusta personalidade o homem de ação pronta e imediata e o filósofo que sabia esperar. Ambos visavam a salvação da Pátria.

Por isso êle foi advogado na mais ampla acepção do termo: dos humildes e dos poderosos, do povo, da nação e da humanidade, enalteçando sempre a profissão que dignificou. Era dos que custam a aceitar uma causa, sendo demasiadamente sensível à justiça.

Abolida que foi a escravidão pela Lei Aurea de 13 de Maio de 1888, continuou, ainda mesmo pela república a dentro, a escravatura política e social dos chefes regionais e cabos eleitorais que exploravam, impune e impiedosamente, em nosso Brasil, a ignorância, a pobreza e a boa fé ou ingenuidade do sertanejo, havendo ainda, até pouco, escravos em grande número dos vastos seringais do Amazonas e nas segregadas fazendas do nosso hinterland, sujeitos para sempre e irremediavelmente, a contas intermináveis e à vontade férrea dos fazendeiros, os coronelaços da caudilhagem e dos latifúndios. Eis aí a explicação do pinheirismo e sua fácil aceitação — a miséria e a deseducação popular.

O arquiteto da república vigiava até mesmo as populações camponesas. Nunca foi indiferente às classes trabalhistas.

O habeas-corpus para o homem dos sertões foi o cooperativismo, fruto da árvore plantada, abnegadamente, para dar sombra às gerações vindouras pelas mãos abnegadas de Rui, que, empunhando o livro ou de pena em riste, combatendo virilmente todos os males sociais e políticos da época e exaltando o cidadão, fez-se o grande entrave do pinheirismo e o advogado — o maior advogado do Brasil, com inegualável descortínio assistencial e sempre escrupulosa dignidade profissional, num passado sem sombras e num futuro cheio de esperanças para todos.

Rui nunca foi um político profissional, pois tirava o sustento próprio, exclusivamente, da advocacia, a que tanto dignificou com seu prestígio social. A mais caluniada das profissões liberais no Brasil, constituiu, para o Titão das lutas sociais um padrão de glória e horadez. Escrupuloso na aceitação de suas causas, com a mais vasta clientela do Rio, confeccionando os seus pareceres de jurisconsulto com o esmero próprio às altas reesponsabilidades do seu nome adamantino, jamais foi derrotado no Fôro, tendo sido um dos pioneiros do previdencialismo no País pela garantia que estabeleceu ao seguro de vida, tendo igualmente em vista a doutrina e a legislação comparada e atuarial.

Como disse o notável advogado português Dr. Cunha e Costa: "dir-se-ia que Rui Barbosa, antes de pegar na pena, compunha as pregas da toga, exclamando, como São Paulo, à guisa de Viático: "civis romanus sum." Nada o perturbava. Encarava todas as questões com superioridade e insensação. E jamais perdia a calma.

A exposição metódica dos fatos mais notórios da vida ruiana, constituindo este ensaio biográfico, inspirado no grande trabalhador que foi Rui, prova o seu grande método. Uma visita ao Museu Intelectual ou Casa de Rui Barbosa, lança, à primeira vista, a suspeita de que o Mestre levava vida sedentária e calma, a gozar, e antegozar um futuro de esperanças... Mas na realidade laboravam ali, desde o criminologista até o atuário. E o dono também pernoitou em cabanas com pescadores humildes... A narração da sua vida é quase um romance.

Destarte, os fatos comprovam que a mais bela folha corrida do Brasil, pontilhada dos mais altos exemplos de honestidade e honradês, divinamente transfigurada, ao clarão da liberdade e do direito, pertence a um advogado, na mais lata acepção do termo, que ganhava o pão com o suor do seu rosto, com sugestiva e edificante persistência, patenteada no vulto das obras de consulta na sua biblioteca, onde idealizava as mais belas construções humanas, sem se negar a qualquer tarefa.

Em 1912, consultado por Evaristo de Moraes, o príncipe dos criminalistas brasileiros, émulo de Ferry, no talento e no vigor, o qual mostrava escrúpulos em defender o Deputado carioca Dr. José Mendes Tavares, que se vira envolvido por más companhias, no assassinio do Comandante Lopes da Cruz, pois aquele político não deflagrara a sua arma, mas sim os seus cabos eleitorais, sequiosos de zêlo, respondeu-lhe afirmativamente, em carta memoravelmente inscrita nos Anais Forenses, relembrando não haver réu sem defesa e que esta deve sempre ser feita, de acôrdo com a consciência do patrono, em que pese, às aparências sociais e às mais fortes circunstâncias agravantes.

A velha "carpideira da política", como lhe chamavam os inimigos mais acerbos, pôsto que ombreasse com todos os homens no seu labutar cotidiano, achava-se isento, pelo muro de fogo da sua personalidade augusta e impar, revestida de um moral exemplar, dos escândalos e disparates da patuléia, o que não o impedia de avaliar os perigos e calúnias a que estavam expostos os "políticos militantes ou profissionais.

Por isso, com o seu coração de ouro, não negou guarida, no templo da sua consciência jurídica, ao médico caridoso que decaíra no conceito social por um momento de precipitação e imprudência.

Mas o seu prestígio era tão grande, que se pode afirmar, que quem absolveu o criminoso, já não foi o então infalível Evaristo, porém Rui

Barbosa, que assim indiretamente salvou um adversário com uma simples opinião ou parecer verbal, graciosamente expendido.

"Advogado sou, há cinquenta anos, e, já agora, morrerei advogado." Assim se classificou abertamente na sociedade, nobilitando a trabalhosa profissão de causídico e representante de Themis.

O escritório de advocacia já foi considerado algures o cano de esgôto da sociedade. Mas quem ousaria entregar causas pouco lisas ao mestre da lei, ao legítimo "batonnier" do Brasil?

Quem maior do que Rui no Fôro? Quem mais brilhantemente militou na rua dos Inválidos? No velho pardieiro da rua da Relação?

Ainda que fôsse a pena mais faiscante e cobigada pelos abutres da fortuna alheia, sempre a poz a serviço da justiça e do bem e os seus pareceres eram irretorquíveis, mesmo na defesa dos interesses de Estados. Se defendem o Frontão é que a causa era justa.

Hoje que a justiça local já goza de um ambiente moral higienizado, a memória de Rui precisa ser mantida no Fôro com o zêlo dos seus verdadeiros discípulos, que são todos os advogados do Brasil, pois há muito trabalho apócrifo atribuído a Rui, o homem excepcional.

À Ordem dos Advogados do Brasil, mais que a qualquer outra instituição cultural, cabe cultivar sistematicamente a memória do príncipe dos advogados do Brasil e do Mundo. Perante o Mundo defendeu

A devoção a Rui Barbosa que, outrossim, deverá espetacularmente ocupar a intelectualidade brasileira e muito em particular a juventude, de preferência à política, ao futebol e aos malévolos jogos de azar, desde os casinos ora felizmente fechados, às fesinhas, tão comuns na atualidade, obriga ao estudo de sua imensa e utilíssima atividade, em todos os ramos das ciências jurídicas e sociais, não somente como jornalista do Império, abalando profundamente o Brasil de antanho, sob os pseudônimos ingleses, em editoriais e sob o próprio nome, como político militante nos dois regimes, como internacionalista em Haia, como filólogo exímio a polemizar erudito com o ex-mestre Professor Carneiro Ribeiro, descendo a minúcias exhaustivas, como jurista afirmando-se conhecedor profundo de todos os departamentos do direito, como causídico, quando exercia atividade descomunal e realizava a sua independência econômica através de montanhas de autos, honrando a classe.

Inexcedível em tudo, só se excedendo, a si mesmo, mantinha uma das mais rendosas e frequentadas bancas de advocacia desta capital, tendo sempre defendido, ou pelo menos tomado parte nas causas mais sensacionais da sua época. A sua palavra dada em consulta, ou um atestado seu, valiam como documento nos processos, ainda que sempre se mostrasse cuidadoso e exato na instrução e preparo dos mesmos, por

mais volumosos que esses resultassem e foram os mais volumosos da sua época. Patrocinou as mais altas questões interestaduais.

Tolerante na questão de liberdade profissional, independente de registro ou diploma, pois que por índole era contrário a todo e qualquer monopólio e sabia que quem tem valor real não teme a concorrência em toda e qualquer atividade, tratava os próprios colegas provisionados com todo respeito e cortezia sempre esquecido de que era o Rui, a figura continental, o popularíssimo Rui dos brasileiros, o jurista máximo do Brasil, numa quadra em que abundavam os ratos de fóro.

Onde culminou na barra, foi, porém, na ampliação do recurso de habeas-corpus no país, dando-lhe o máximo realce e utilidade e encantando e perturbando os magistrados, que, como Pedro Lessa, o denominaram a "voz viva da constituição." Era a Constituição mesma.

Dir-se-ia ali que Rui sódescortinava o Brasil do futuro, somente defendia idéias novas, atirando-se na luta como um leão, sem medir consequências, destemidamente, para desfôgo da opinião pública nacional, defendendo os próprios inimigos, num tom alto e inspirado de profeta, como que fora e acima deste mundo.

Excepcionalmente, no Fóro comum, ou mesmo no Supremo Tribunal Federal, podia falar o tempo que quizesse, podendo solicitar duas ou três prorrogações, tal o conceito de que gozava, a admiração e o respeito que inspirava aos seus colegas da magistratura que se extasiavam atentos em verdadeiro gozo espiritual, na contemplação do seu talento ímpar, servido por imensa cultura jurídica. Citava os autores mais modernos, bem como se mostrava ao par de todas as revistas jurídicas do mundo, que lhe eram, pontualmente, de toda a parte enviadas gratuita e graciosamente, a guisa de pedido de colaboração e totalmente folheadas.

— "V. Exa. só nos dá prazer, respondeu-lhe um Ministro do Supremo Tribunal Federal", quando êle já falara cerca de duas horas e temia solicitar nova prorrogação.

Condutor de povos, o mais atilado dirigente de opinião, verdadeiro guia, mais pelo mérito e valor social, do que pelo prestígio político na sociedade brasileira, conseguiu fazer do remédio jurídico do habeas-corpus, através doutrina própria, como pioneiro, um instrumento popular contra as vinditas da tirania, para reintegração da liberdade individual violada e da tolerância política, até mesmo em pleno estado de sítio. Por meio do habeas-corpus, na vigência do sítio, obteve a publicação no "Diário Oficial" de todos os discursos que pronunciava no Senado. Os três formidáveis discursos sobre a matéria pronunciados no Supremo, mostram a sua erudição inegável no assunto.

Por fim, ninguém mais o enfrentava. Era no Fôro um caso especial. Sòmente as injunções políticas o venciam pela força bruta.

Estava afinal com a vida financeiramente organizada. Deixava de ser o escravo dos credores. Obteve a independência e a abastança pela advocacia, a mais escrupulosa. O maior causídico brasileiro, assim consagrado nas grandes questões do Amazonas, da Carne Verde, do Duque de Saxe e tantas outras, que vivia exclusivamente da advocacia, porquanto consumia em livros todo o subsídio parlamentar, venceu pelo povo, dando nova interpretação ao recurso que tantos benefícios tem proporcionado até mesmo no cárcere, onde já faculta relativa liberdade e tem feito cessar pelo menos a prolongada incomunicabilidade. Dava preferência a qualquer habeas-corpus, mesmo diante dos mais rendosos inventários o que não lhe impediu a prosperidade.

Na cúpola do Judiciário a exégese do recurso em favor da liberdade política sofreu, infelizmente as mais trêmendas e injustificáveis restrições nestes últimos tempos.

Com a rigidez dos diamantes, a palavra ruiana debatia-se de encontro à lógica de ferro de alguns dos nossos supremos magistrados na Egrégia Còrte que há muito o delimitára ad libitum e porisso se mostravam impassíveis numa lamentável e triste mentalidade judicante.

A Revolução ratificou essa atitude contra os interêsses do povo, de encontro a todas as passadas Constituições nacionais — não tomando conhecimento de qualquer caso que afete as relações sempre ridiculamente amistosas entre o Judiciário e o Executivo, que redundavam em benefício mútuos e recíprocos, ainda que obumbrando o terceiro poder e a sua parincipal função de poder soberano: a interpretação constitucional. Substituíram-no pelo mandado de segurança...

A dilatação do recurso do habeas-corpus individual e político no Brasil, foi conquista exclusiva de Rui que não se cansava de invocar a magestade da Suprema Còrte Americana. O nosso S. T. F. é diferente. Não é cego à política. Levanta às vezes a venda da justiça. Vê favores.

Na Inglaterra, pátria da liberdade e do habeas-corpus, as circunstâncias são sempre muito diferentes para todos, tanto em relação aos pacientes, como aos denunciantes mais garantidos pelos braços fortes de uma legislação sábia e inquebrantável, porém flexível.

O habeas-corpus não podia implicar sòmente a liberdade de locomoção, mas deverá ser, quando bem interpretado o remédio democraticamente salutar a qualquer coação de ordem material ou política. Na sua defesa Rui sagrou-se o primeiro advogado do Brasil, mais que em qualquer outro trabalho, em dois brilhantes discursos proferidos no

Supremo Tribunal Federal em defesa de militares anistiados e casos políticos de intervenção federal. Bradava sem cessar. . .

Em ambos firmou doutrina.

O seu nome hoje é uma senha para todos os que sofrem coação e constrangimento ilegal como para todos os amigos da liberdade.

Rui no exercício da advocacia seguia a sua própria e insopitável vocação. Ela não o impediu, contudo, de situar-se no tempo e no espaço, na atualidade, no século e na História. Tal o seu talento criador. A tóga foi-lhe fonte de renda. Única aliás.

A sua integração na carreira de advogado deveu-a ao pai. Havendo com êle buscado um conselho sobre seus primeiros artigos na imprensa, foi-lhe recomendado procurasse uma carreira melhor, mais condizente aos seus dotes de inteligência e capaz de facilitar-lhe a subsistência. A carreira de Rui serviu de garantia aos oprimidos.

Percorre-a e não mais se lhe opõe obstáculos capazes de deter a sua ascensão vertiginosa para os píncaros da glória e da mais completa independência financeira e moral.

Não podemos por certo analisar aqui tóda a sua vida forense. Todos o enalteciam: poucos o avaliavam.

Rui Barbosa era um mundo. A sua biografia com todos os detalhes seria um colosso. Advogado êle o foi da mais alta estirpe.

Basta dizer que o mesmo succêso que obteve em todas as suas outras atividades, alcançou como advogado.

CAPÍTULO V

O ESTADISTA

Rui Barbosa ascendeu ao poder, chamado pelo movimento triunfante e indicado aos triunfadores pelo seu mérito pessoal, somente uma vez, para exercê-lo por pouco mais de um ano ou 14 meses, tempo que abrange toda a organização republicana.

Vivendo exclusiva e exaustivamente para o trabalho e os livros, a sua voz no governo era a voz da prudência e do saber, mostrando-se sempre ocupado, preocupado e avisado. Tudo sabia e sobre tudo fornecia informações detalhadas e seguras. Tornou-se, desde logo, a alma do gabinete, sem paralelo ou confronto com os demais chefes republicanos. A sua ascendência era patente.

Deodoro era a encarnação do exército antigo e o seu ídolo. Bravo, da mais temerária e mais inconcebível das bravuras, as suas façanhas no Paraguai desde o assalto a baterias que tomava de investida, não se contam, por inconcebíveis e inacreditáveis. Seria tomado por louco na época atual. Alto, desempenado, os olhos faiscantes sobre um nariz áquilino e adunco que lhe dava um semblante de águia, todo êle dava uma impressão de arremesso e energia. Ao vê-lo no seu traje civil de fraque preto, colete branco e botinas militares com salteiras douradas de oficial superior ou fardado no seu dolman branco de linho, irrepreensivelmente tratado, com os botões faiscantes, sempre com um garbo inquebrantável, tinha-se uma impressão de mocidade que a intonsa barba branca não conseguia remover. Inculto mas inteligente, violento mas generoso, familiar e até brincalhão, capaz de virar cambalhotas aos cinquenta anos, mas instantaneamente impertigado e austero, tinha inata uma cortezia esquisita e atraente, trazia sempre a alegria sadia e generosa dos predestinados, êste tom superior e amigável de quem tem consciência do seu próprio valor, o dom da urbanidade senhoril que não degenera em intimidade desleixosa.

Quem tratasse com o leal chefe republicano, senia mesmo nas horas do abandono e descuido recuperador do lar, quando sentado na ca-

deira de balanço recostava a cabeça nas mãos cruzadas, que a sua familiaridade tinha um limite intransponível.

Sentia-se mesmo, segundo observação do seu grande orientador político, o imortal organizador do regime, que um temperamento de fôgo, à primeira válvula aberta irromperia em chamas, podendo, uma vez sem contrôlê, degenerar na mais inaudita violência. Era um desses perigosos instrumentos humanos que só se usam poucas vezes na vida. O seu prestígio no Exército entre os seus inferiores e subalternos, ganharia imenso com esta arte natural de guardar distâncias, proverbial à aristocracia britânica como a discreção e a pontualidade a todos os ingleses, arte tão útil e necessária à disciplina, e que sem de todo impedir a camaradagem militar que é peculiar aos que suportam os mesmos sacrifícios e afrontam os mesmos perigos debaixo da mesma bandeira, é indispensável à hierarquia. Com um olhar profundo pressentira a vitória do movimento republicano para muito breve, entretanto, sem o contrôlê providencial de Benjamim, não saberia precisar o momento exato do golpe militar que lhe daria o triunfo garantido pelo seu prestígio e assegurado pela heroica elite intelectual republicana. Os homens públicos são sempre mal interpretados pelos seus contemporâneos. As montanhas só podem ser apreciadas ao longe. Os estadistas só têm mérito após a morte.

Conta-se que Rui, no Senado, certa vez, sendo censurado, por haver infringido o regimento interno, visto usar o termo indecente, quando defendia um projeto sobre educação física, provou a mancheias, como filólogo autorizado, que o termo tinha a acepção de desarmonioso e não somente de incorreto ou desasseiado, como lhe atribuíra um colega, representante sul-riograndense, apoiado pela mesa maliciosamente.

No outro dia o senador gaúcho pediu a palavra e começou propositadamente dizendo: — Sr. Presidente. “O Senador Rui Barbosa é um indecente.” Espanto geral. Protestos das galerias. Prossegue ao som do tímpano presidencial: “Sim, um indecente, repito, porquanto a sua prodigiosa cabeça não está em harmonia com o seu corpo.” Risos. O próprio Rui foi o primeiro a rir da afirmativa. Confessou então aos companheiros haver descurado a educação física, que tão incontáveis benefícios proporciona à mocidade, a despeito de ser filho de um médico e em troca de seu entranhado apêgo aos livros, absorvido que sempre esteve pelo estudo e pela meditação, nas vigílias incansáveis da sua mocidade e numa época em que vogava o romantismo macilento dos poetas boêmios e dos dandis pernósticos e smarts atrofiados.

No entanto, mostrava-se bastante resistente, nas asperezas da luta política, conquanto por vezes esquecido de que na ciência do ataque é imprescindível incluir a previsão da defesa.

Se Deodoro fôsse um mero impulsivo, não teria renunciado ao governo, abnegadamente, para evitar efusão de sangue, num gesto histórico e altruista, evitando, conforme o seu dizer, que houvesse "mais viúvas e mais órfãos", uma vez que a sua enfermidade era conhecida, costumeira e passageira.

Se Rui fôsse um débil, no sentido exato deste termo, não teria resistido tenazmente a tantas lutas, sem demonstrar o menor sintoma de abulia, guardando sempre a linha cavalheiresca, em que pese a sua fealdade santificada como a de Francisco de Paula, desde quando propoz a libertação de todos os escravos pertencentes aos sócios da Loja América com risco da sua própria exclusão.

Em nosso país tem-se descuidado a eugenia e sòmente agora se cultiva a educação física dos jovens. Sem um bom físico é impossível operar o espírito e manter um trabalho ininterrupto e concorrente.

O corpo humano, como diz o insigne apóstolo dos gentios, São trumento para a realização dos nossos objetivos na luta da vida.

O corpo, plasma a personalidade. Aperfeiçoá-lo é preparar o ins-Paulo, é o templo do Espírito Santo. É lamentável como nas festividades populares do nosso país o álcool anda a rodo, em balcões, barracas e mafuás, a cerveja corre a caudais e gente de toda casta e condição devora com ânsia tudo o que aparece no arraial, e esvasia em sucessivos e sufocantes tragos as batidas ou o paratí que outra coisa não são mais que a genuína cachaça sertaneja com todas as consequências tristes. O miserável já procura desfazer-se da fome e da sede de todo o ano com um dia de glotonices e embriaguês. O lavrador e o estancieiro saboreiam febril e inescrupulosamente as grosseiras "churrascadas" que com tanta abundância nesses dias são distribuídas sem criticar as comilanças e ingredientes, nem a habilidade dos fabricantes, dando todos a impressão de vítimas do êxodo nordestino. Parece que a raça brasileira não come normalmente bem e vive desnutrida.

Aquiescendo à advertência do colega, Rui desde então passou a cuidar do seu físico, pela jardinagem, sendo avistado em marcha sem chapéu pelas praias da Sebastianópolis um pouco mais preocupado com a saúde e alimentando-se menos sobriamente. E isto lhe foi útil.

Estudando, ainda que sucintamente as figuras que rodearam Deodoro e Rui no movimento republicano, que destituiu a dinastia de Bragança, conclue-se intuitivamente pela proeminência deste, o que asseverou a fina e penetrante observação psicológica do próprio monarca exilado, que em Canes, dissera em palestra com o seu ex-camareiro: — "Eles têm uma cabeça, o Rui" — mostrando que guardava indelével e desapaixonada a impressão que lhe causára o tão ilustrado e já viajado brasileiro, que percorrerá então quase toda a Europa, na sua en-

trevista acêrca do memorável e monumental parecer sôbre a Instrução Pública, revelando-se o homem que seria o maior ministro brasileiro e que, desde então, lhe mereceu o título de Conselheiro.

Quando na luta, encontrava o seu estado eufórico, sem perder o bom senso, mas nunca lhe faltou resistência física.

Pela resistência física, pelo valor intelectual e pela fôrça moral a todos superava, dirimindo o govêrno de muitas culpas e êrros injustificáveis, com as joias de fino labor da sua legislação moderna. Sua capacidade de trabalho era assombrosa. Era um assombro e uma aberração.

Artista-escritor, provocava o debate derredor dos decretos-leis renovadores que executava genialmente, certo da sua ratificação pela futura constituinte. Dir-se-ia que — "Dieu et mon droit" — fôra a sua doutrina a curul ministerial da qual dirigia de fato a Nação.

Não há mal algum que provenha dos debates da intelligência a da cultura, dos homens que sabem pensar e podem francamente dizer o que pensam. No Gabinete era o homem das discussões. Nenhum decreto foi apresentado sem prévia exposição perante os seus pares.

Da discussão nasce sempre mais luz. A fôrça da rotina, da pragmática, das idéias preconceituadas, daquilo que se incorporou sem prévio exame na convicção, de onde difficilmente se poderá extirpar, mantendo e repetindo êrros crassos e palmares, é que ocasiona os mais desagradáveis equívocos, as irritações e queimaduras, o embate das vaidades, o entrechoque dos interêsses contrariados e das ambições insatisfeitas, donde a aspereza das paixões. O êrro não pode constituir tradição. Mas, o que é certo é que, em meio a tais e tantos contratempos, cedo ou tarde, a razão retoma seus direitos, as vozes da verdade entram a falar, os agastamentos se aplacam, as ogerisas transigem, a intelligência reluz e os caminhos salutareos do entendimento por tôda a parte se rasgam e aclaram. Rui não logrou vencer todos os arraigados preconceitos da sociedade brasileira: malquistou-se com muita gente. Modesto e dinâmico, sabia transigir e mudar de rumo, quando admoestado para o bem, ainda mesmo desagradavelmente. Ridicularizaram-lhe o generalato honorário; êle não mais falou nisso. Deodoro chicotearia o atrevido senador gaúcho; Rui, sabiamente, aconselhou-se. Mudar é viver e êle sabia dar o devido desconto às fraquezas e inconstâncias dos viventes. A luta não o deixaria astênico.

E, abandonando por alguns minutos diâriamente o seu repositório sagrado, entregou-se ao ar livre, prognosticando no país, com as suas idéias, sempre adiantadas, como se infere dos seus hábitos após a maturidade, a civilização do sol, dela auferindo grandes proventos para a saúde, até nisso se declarando refratário ao nó cego conservador. De

vento em pôpa marchava no mundo moral e físico, como velho-moço sempre inspirado, progressista e renovador, acautelado contra todas as parilísias, em tudo preferindo a liberdade, à estática do estado conservador e o arriscado surto industrial à paralização bancária, à moeda, estagnada. A vida é movimento. Tudo andaria bem neste falho mundo, se andássemos mais. Como afirmou o Dr. Vitor Pauchet, tôdas as enfermidades são filhas da intoxicação. O grande conselheiro da marcha para a prosperidade, que foi Rui, tanto na ordem material e orgânica, como social, seguia a sentença tão frequentemente citada, quão raramente posta em prática de Johann Gottfried Seume, poeta e turista, cujas viagens a pé no século XVIII, o conduziram a Paris, à Sicília, à Rússia e à Suécia. Atualmente, só uns poucos adeptos da marcha seriam capazes de tais proezas. Todavia esta saudável afirmação de Seume deveria figurar, como conselho aos sedentários, em lugar de destaque e em fortes letras garrafais, na sala de espera de todos os médicos.

Sem dúvida, o esculápio, depois de haver redigido suas receitas e prescrições, muitas vezes apresenta casualmente: "...e dê cada dia um bom passeio." O que não impede que a cura pela marcha, prudentemente dosada, como qualquer medicamento, seja muito pouco usada. É, no entanto, que série enorme de curas inesperadas ou "miraculosas" não adviriam daí! De andarilho esportista passou a marchar com a República. Cultivador de flôres e rosas — colheu o lírio da paz... Sempre avante! — dir-se-ia o seu lema.

O Brasil de 1889 precisava marchar em acelerado. Encontrou o seu guia em Rui, que, como Don Basílio, sabia desprezar a calúnia: — "Calomniez, calomniez, il en restera toujours quelque chose." Sem digressões e esta biografia não comporta meias páginas estéreis, examinemos as demais figuras do govêrno que acelerava a marcha iniciada em 15 de Novembro sob as vistas do habil condutor que passou a rodar...

Quintino Bocaiuva, ático e blandicioso, conforme as achegas recolhidas da sua biografia, era o lábaro vivo da idéia republicana. Fôra o redator do manifesto de 1870 que é a sua certidão de batismo, cobrindo-o de glórias. Ditou-o inspiradamente de um jato, a Salvador de Mendonça. A sua carreira cristalina nunca se desviára do seu programa. Tôda a sua vida pública era um apostolado pela imprensa, manejando a pena como um florete. Coração de ouro, dava tudo quanto possuía, não sabendo dizer — não — e sendo, portanto, máu governante. Vivia escancaradamente às claras. A sua bolsa era de todos.

Alto, esbelto, esguio e moreno como um árabe, trajando sempre sobrecasaca e chapéu de feltro mole, desabado do lado, originalmente, à Quintino, e não dispensando as luvas, a sua presença grave e aristocrática, um pouco distante e inverosímil para os contemporâneos, dava

a impressão de uma patente superioridade moral pela ascendência magnética de pensamento que o seu trato confirmava. Nunca nas suas campanhas jornalísticas se desviou uma polegada, conscientemente, da mais estrita cortezia. A injúria e o doesto não se encontravam no seu arsenal. As suas luvas eram simbólicas: representavam os seus processos mentais. O seu preparo, menor que o seu talento, alimentava-se principalmente da cultura francesa e da filosofia moderna do século XVIII, como o de toda a sua geração, o que não impedia, que nos azulejos das variações da sua doutrinação anti-monarquista e anti-caciquista se apresentasse com incontestável fulgor mental e literário, combatendo os faunos da politicagem, os aulicos e aproveitadores solertes de todas as situações, a claque salafrária e infiel da politicalha que inutilizou o inspirador — Silva Jardim.

Assim que se encontrou na pasta das Relações Exteriores, como mais tarde no governo do Estado do Rio, queria colocar todo o mundo, dando largas aos seus instintos caritativos e aos seus pendores es-píritas. Oxalá fôsse isso sempre possível aos governantes. Pugnava pelos direitos políticos e abertamente preparara a República, mas com o sedativo dos seus artigos que pareciam mais endereçados à aristocracia que à massa popular. Jornalista da Côrte que não era ainda a capital dos desocupados, o Rio dos maus "dentistas e advogados", repentina e secretamente remediados, não se sabe se pela profissão ou pelos expedientes, em meio à renovação democrática e às contradições extremistas, viveu da república e para a república. Pouco familiarizado com as letras inglesas e yankees que formavam a maior bagagem ruiana, sua popularidade e o seu prestígio que eram imensos e inegaláveis, sofreram pela falta de ampliação e dilatação das idéias e processos liberais, recorrendo somente aos fogos de artifício da retórica e da escolástica francesa. Não tinha aquela frieza de raciocínio de Rui, estadista britânico, sempre pronto e capaz de abordar os assuntos mais complexos e variados e, não logrando atingir as belezas de estilo e a pompa vocabular e magistral da Águia de Haia com a qual jamais competiu nos altos remígios do pensamento hodierno, nem em erudição, nem no vigor da polémica e muito menos na dialética de gusa e na argumentação cerrada e intransponível, não deixou de ser considerado, como desbravador da floresta anti-liberal — o patriarca da República.

A águia dominou o ambiente republicano, descobrindo novos panoramas a todos os brasileiros, rejeitando mesmo a chefia do governo que lhe foi entregue por Deodoro, por várias vezes.

O condor da imprensa brasileira no regime incipiente sempre secundou e respeitou a águia que atingiu no terreno das idéias e da esplanada das mesmas, alturas inacessíveis a todos os homens. Como

era natural teria que arcar, soberano da palavra universal, com as reações da inveja e da calúnia à qual dedicou um volume inteiro de sua lavra — a Esfola da Calúnia.

Benjamim Constant, o Fundador, o George Washington brasileiro, o amigo e mestre dos cegos, o apóstolo desinteressado do positivismo sul-americano, que gozava no meio acadêmico militar das mesmas honras patriarcais de José Bonifácio e Quintino, foi o tanque da propaganda no preparo incessante do terreno, contudo sofria as consequências da sua formação agnóstica, não conseguindo ambientar-se no País.

Armando-se cavaleiro da república, paulatinamente, no desempenhar cotidiano e brilhante da cátedra de matemática da Escola Militar à qual dera o reflexo invulgar do seu espírito adamantino, era há muito no reçanto histórico da Praia Vermelha — “o propagandista do novo regime”, exercendo uma influência secreta sobre os alunos.

Havia muito que, predicando a filosofia conteana e a república, enxertadas pelo seu método na aridez das ciências exatas e no emaranhado dos cálculos a que denominára “bagaceira”, remava fortemente contra a corrente, compensado moralmente pelo halos resplendente da veneração dos cadetes que constituíam a velha guarda, a nobreza intelectual do Brasil. Tornara-se pela conduta moral e pelo saber profundo, o ídolo dos seus discípulos que lhe diziam finalmente num célebre e inapagável manifesto: — “Mestre, sede o nosso guia em busca da Terra da Promissão, o sólo sagrado da Liberdade.”

Era o toque de reunir, confirmando pelo gesto desassombrado e altivo do cadete Euclides da Cunha, que, precipitando os acontecimentos num assomo de patriotismo e mocidade, repentinamente, lançara o espadim de Caxias aos pés do então Ministro da Guerra, Tomaz Coelho, o inolvidável fundador do Colégio Militar, por ocasião da visita daquela alta autoridade ao seminário do exército. No dizer de Afrânio Peixoto a paixão nos faz diferentes do que somos e do que fomos. Já raiara a liberdade nos arraiais republicanos, mas Benjamim, comedido e reservado, ainda que lhe sobrassem oportunidades, seria incapaz de um gesto igual aos de Euclides da Cunha e Deodoro.

Caráter impoluto, formado na rigidez de princípios e na mais absoluta pureza de convicções, Benjamim teve, como Deodoro de colocar as idéias e instituições acima dos homens, para esquecer a amizade e a gratidão que o vinculavam ao Imperador, que o matriculára na Escola onde se mostrara a princípio medíocre, sendo até mesmo simplificado em Aritmética. Há deveres que têm a aparência de grandes traições. Acima de todos os homens, porém, está a Pátria e o Bem. Além do sentimento — o dever.

Como todos os idealistas, o fundador tinha em pequena dóse o senso da realidade. Pela sua inteireza moral, contudo, assim como pela sua fé imaculada e inquebrantável nas instituições republicanas, o seu nome está definitivamente incorporado ao patrimônio nacional. Infelizmente tendia para a insanja e de fato veio a morrer de alienação mental, consequência do excesso de esforço intelectual.

Batendo todos os récores da intelectualidade brasileira, Rui avulta no cenário nacional como triunfador, porque não era um visionário, mas o obreiro realista da democracia e da paz cuja contribuição máxima se processa como estadista no Governo Provisório com pleno conhecimento de causa.

Nem se tratava de um grande ambicioso de cargos, pois por dez vezes consecutivas rejeitou a pasta que ocupava no Governo Provisório e por três vezes a própria chefia. Seria grande em qualquer atividade.

Autoridade máxima em Finanças e Economia Política no seio do Governo Provisório, ao seu tempo tomado como salvador da débacle econômica que desafiava a própria valorização da moeda, não prevalecem as acusações e injúrias que lhe foram assacadas violenta e estrepitosamente, tal a espantosa absurdez dos conceitos e argumentos contrários, faltos completamente de expressão, coube-lhe organizar as finanças revolucionárias e quiçá republicanas.

Vindo ao mundo como um verdadeiro enviado, num trânsito de orientação para o futuro, tudo quanto fazia, parecia a princípio fóra de tempo e era mal recebido. Queria um mundo só. Falou para hoje.

Voz que ecoou altaneira nos dois lados da costa atlântica, anunciando novas conquistas sociais e políticas, as mesmas que seriam condensadas na *Rerum Novarum*, a famosa e eterna encíclica de Leão XIII e que já o haviam sido intrínseca, implícita e tacitamente nas solenes entrelinhas da Carta Magna, trabalhaya febrilmente para concretizar o direito, a justiça e o progresso, não servindo a interesses de grupos.

Imponente e emocionante era a luta do jovem estadista que tentava no país a reforma das relações do governo com a sociedade fundada por Cristo. Não menos tocante e inspirativo foi o combate à rotina, para a criação e avanço da indústria nacional, feito devido exclusivamente à sua inteligência que apesar de toda votada aos trabalhos do espírito, sabia aliar-se à ação, grangeando em todos os setores da atividade pública corôas de justos e imarcessíveis louros. Pensava sempre alto. Vivía sempre perigosamente. Sonhava com um mundo melhor. Parecia a garganta do Pão de Açúcar falando ao mundo.

Sobressaindo-se sobre os seus pares estava talhado para ser — o Organizador da República — moldando os diversos ramos da adminis-

tração republicana sem quebrar o padrão monetário, obediente às indicações do "gold point" e à realidade econômica.

O grande republicano era constantemente acusado de improdutivo, inclusive pelos contrerrâneos, por ainda não haver mudado o aspecto da Bahia, como se fôsse possível com uma simples penada, remodelar a arcaica e brasileiríssima capital nortista. Em vão procuravam denegri-lo; a tudo sempre resistia impávido e sereno, ativo e dominador, sem jamais perder a linha, espalhando os lampejos de uma inteligência maravilhosa por onde se vislumbra o condotieri seguro e inflexível.

Glória a honra aos que trabalham na sua intereza moral, era o seu lema, deixando os sapos coaxarem e os monos macaquearem, indiferente aos comentários das portas de confeitarias e cafés que impávido desafiava.

Político de envergadura, jurisconsulto bem informado e provecto, jornalista combativo, rijo e indefeso ao qual ninguém excedia no vivo colorido, na graça e no rigor do estilo irrepreensível e castigado de fond en comble, crítico justiceiro e incentivador, historiador minucioso filólogo classista, versado nos idiomas vivos e enfronhado suficiente e basilarmente nas línguas chamadas mortas, cultivando mesmo, já na maturidade com frequência o grego e o latim e abordando o hebraico, sempre culminou seguro em qualquer departamento da atividade mental que perlustrasse, sem jamais titubear ou bordejar e antes, penetrando fundo, fadouse por si mesmo, pelo seu próprio esforço, e mérito a dirigir qualquer pasta da administração pública, como com comprovada competência já dirigira qualquer seção dos jornais e regeria qualquer cadeira de humanidades ou do curso jurídico, senhor que era do seu destino. Como o ficus tomava qualquer forma no jardim da vida pública com a mais impressionante plasticidade ornamental.

Cabeça pensante do bem-fadado primeiro governo provisório da nóvel República dos Estados Unidos do Brasil que se fundara com um imenso acervo de tradições e preconceitos herdados de mais de meio século da única monarquia subsistente, na América Latina e do único império que a influência européia conseguiu implantar, formar e consolidar na América Meridional, tão cobiçada pelos imperativos expansionistas do velho continente, soube remodelar a casa e renovar-lhe os hábitos, sem quebrar a sagrada união nacional e a sempiterna formação linguística e religiosa sob moldes e figurinos cristãos e vernaculistas, porque a sua armadura era de ouro, fundida pelos seu saber imenso, porque a sua lança manejada dextramente, fôra forjada no mais puro aço das penas construtivas do bem e demolidoras do mal, e ele mesmo na sua irradiação inevitável e esplendorosa era todo luz na aurora republicana, como o sol nas madrugadas brasileiras.

Aos quarenta anos, quando a vida começa para a perfeição e a razão brilha como a alva no rosicler da aurora, tinha um nome feito e consagrado e era portador do característico mais forte da sua personalidade — o estilo que é o homem. Nos vinte anos decorridos da sua paradigmática vida pública, a partir daquele memorável 13 de Agosto de 1868, vivera intensamente, porque viver é ser útil, é lutar, é trabalhar, é sofrer pelo ideal, pelo bem do próximo e, sobretudo, preparar o futuro próprio e o da futura geração. O homem que nunca ensarilhara armas, não negligenciaria a pasta da Fazenda. Viver é aceitar responsabilidades. O Governo Provisório caiu sobre os seus ombros.

Tristão de Alencar Araripe Júnior, o escritor indígena que descreveu o fenómeno da pororóca, foi o seu melhor advogado, como seu sucessor na pasta da Fazenda onde afirmou que Rui a gerira "escrupulosa e cuidadosamente". Aliás, nunca fez coisa alguma às pressas, sem antes pensar e bem refletir, alinhavada e imperfeitamente. A carta que lhe enviou Floriano comprova a sua proverbial sensatez e jamais desmentida honestidade. A missiva longa e exaustivamente erudita dirigida por Silvio Romero, o filósofo e crítico máximo da vida literária nacional, autor da História da Literatura Brasileira, ou melhormente, seu verdadeiro e autorizado coordenador, é um apêlo e um atestado vivo da sua ponderação. Honesto, culto, ponderado, inteligente, arguto e sempre progressista, que atributos lhe faltavam como estadista? Somente aquele a que se referira na sua longa correspondência com o seu parente — o Dr. Jacobina — a compreensão dos seus concidadãos.

O Brasil, na linguagem alacre e ufana de Coelho Neto, é "a terra verde da esperança, a terra florida da beleza, a terra dourada da fecundidade". Não basta que assim seja. É preciso que a façamos fecunda e produtiva, não como queremos, à nossa "imagem e semelhança", mas de acôrdo com as nossas necessidades reais, segundo a técnica, amoldando-a à civilização hodierna, penetrando-lhe as minas, adaptando-a à era do ferro e do petróleo, rasgando os preconceitos e ofertando-lhe em holocausto ao seu progresso, os nossos filhos que ao invés de cabides de anéis, sejam os bandeirantes do labor, dóceis ao toque mágico da fada do trabalho e do mérito real do individuo, refratários à ostentação e presunção de mérito falso, irresistente, incomparável.

Rui, voluntariamente nunca pensou em ser um literato, entretanto, o foi e dos melhores, citado obrigatoriamente em várias e brevemente em tôdas as seletas e antologias das duas pátrias da língua portuguesa. Mais que a intensão, vale a ação e falam os fatos. Não pensando em ser economista, foi realmente o grande animador da indústria nacional ainda incipiente. O seu nome está ligado à nossa economia como o de Mauá e Paulo de Frontin, pela roda do progresso, como o do Bra-

sil ao de Portugal. É um ponto alto na História da Economia Nacional e abrange todo o período republicano.

Governar é dominar dificuldades; é vencer o homem e dominar a natureza. No Brasil é remover os obstáculos, curar o homem, desbravar a selva que se nega à semente e galgar montanhas intransponíveis. A mais alta de todas as montanhas da orografia brasileira foi constituída pelos preconceitos e rotinas geradas pelas facilidades do braço escravo e pela opulência da flora e da fauna que transformaram as nossas atividades econômicas em simples colheitas periódicas. Tinha-se a impressão, até há pouco, de que o brasileiro só sabia colher, plantando rotineiramente à mão livre, por processos arcaicos.

Somente S. Paulo adotara em 1889 a mecanização agrícola e iniciara a atividade industrial em grande estilo.

Foi Rui Barboza o primeiro impulsionador do crédito e portanto, da indústria, não lhe tocando a culpa do vício inicial, das companhias se formaram e não entraram em funcionamento, devido à pusilanimidade e catúrrice dos seus "acionistas" que, podendo enriquecer solidamente pelo trabalho unido ao crédito, que o governo generoso, solerte e patrioticamente lhes facilitara, preferiam desfazerem-se de seus títulos na incompreensão e no alvoroço dos primeiros êxitos, sob o peso da tara da ignorância, do comodismo e do falso preconceito, na jogatina desenfreada da Bolsa ou "ensilhamento", que originou a corrida aos bancos e à Caixa Econômica. O mal estava nos prestamistas.

O mau uso do crédito e a cobiça dos exploradores do cambio e dos sacripantas da praça do Rio é que deram lugar aos Condes de Leopoldina com suas carruagens e cavalariças. A culpa coube à incompreensão da realidade brasileira, ao falso luxo e suas terríveis consequências. É um crime alguém querer prosperar sem trabalhar e nenhuma terra mais difícil de ser dominada do que a brasileira. Também nenhuma se torna mais dadivosa e compensadora, mais surpreendente, nem mais digna do suor dos seus filhos e daqueles estrangeiros bem intencionados que com eles venham colaborar.

Chamado a ocupar a pasta mais importante no primeiro governo republicano, a pasta da Fazenda, Rui, sabedor de que os princípios são sempre duros e difíceis, trouxe já arquitetado um plano de expansão econômica, baseada no crédito e renovação financeira; compreendia essas verdades e tencionava pô-las em execução.

Não é dado a qualquer que não tenha conhecimentos especiais de Finanças, criticar levemente o alto e esclarecido plano financeiro da gestão do operoso baiano, que levária certamente o país à definitiva estabilização da sua moeda em correlação com a sua economia. Baixar

o cambio nem sempre é prejudicial, nem indício de atrazo. Demais o cambio brasileiro nunca esteve verdadeiramente ao par, ou a 27.

Se não visse a sua obra portentosa e avançada destruída pela incompreensão, pela intriga, pelo completo desconhecimento no país do direito cambial e pela crassa deshonestidade acobertada de alguns máus elementos, incertos e duvidosos, que o assediavam e cercavam, aproveitando a confusão natural post-revolucionária e os remanescentes do antigo regime que tanto dificultaram e prejudicaram a implantação do novo, teria êle alcançado a mesma glória de Oliveira Salazar na terra luzitana, antes talada pela anarquia, hoje colhendo os frutos da continuidade administrativa. Vontade e capacidade de trabalho não faltaram àquele pigmeu robusto que só conheceu duas enfermidades sérias: por ocasião da sua formatura e em 1921, pouco antes de sua morte motivadas ambas por contrariedades no estudo e na política ou melhor por esforço em demasia.

O ponto mais criticado da administração ruiana consistiu numa modesta emissão de cento e vinte e cinco mil contos de réis, em papel bancário, que a tanto se reduz, segundo um quadro levantado posteriormente pela gestão Murtinho, a moeda fiduciária, posta em circulação pelo primeiro governo provisório, vinte vezes menos que a massa emitida pelo segundo. Com isto, Rui foi alcunhado de papalista ou inflacionista pelos falsos repúblicos. Era uma questão de confiança.

No entanto, a época não exigia parcimônia, porquanto a república aumentou o crédito exterior do país, permitindo novos empreendimentos, e Rui, compreendendo o seu papel, e senhor da situação, teria sido mais acentuadamente, como realmente foi, o iniciador arrojado e futuro de nosso ciclo industrial, título que não lhe poderão sonegar, pois lhe cabe por justiça e realizaria os destinos do Brasil no mundo.

O Brasil já não era mais o rincão em que somente a aristocracia vivia os seus dias felizes de ócio, ele naqueles dias que transcorriam em reformas e adaptações democráticas, integrando-se no continente, fremia pelos verdadeiros republicanos no mais sincero anseio de grandeza e prosperidade, de avanço e renovação, de intercâmbio mundial.

O Imperio legara-nos 192.000.000\$000. Temos, presentemente, em 1947, após meio século de república, aproximadamente Cr\$ 20.000.000.000,00 emitidos que favoreceram o cambio negro.

Por sobre toda esta imensa massa de papel moeda passa silenciosa a crítica anti-emissionista que atribue o erro inicial a Rui tão somente. Nem sempre é possível, dadas as circunstâncias, evitar as emissões. Todavia elas não podem ser comparadas à morfina, visto ser sempre possível pôr-lhes um dique. Quando Rui organizou o seu plano, a opi-

nião geral lhe foi solidária, mormente os técnicos pracistas e banqueiros. Mas era uma solidariedade falsa. Não compreendiam o plano. No seu livro "Política e Finanças" ele disse: — "A História não é a nesga da verdade, que se espreita pela fisga das portas; não são as missangas suspeitas, que a curiosidade das ruas escolhe nas mãos dos mascateadores de bisbilhotices; não são os pedaços maculados de reputações, que se estracinham na dentuça dos boatos.

.....

A história, então é que a tereis: o fato, o depoimento, o documento." Emitir, é construir para viver. É pedir emprestado para produzir. Rui já sonhava com a atual rede bancária.

O governo revolucionário, até 1937, procurou sempre evitar o inflacionismo, tornando-se relativamente à sua extensão o mais anti-emissionista que já dirigiu os destinos do país, entretanto, houve ocasiões em que não pôde, absolutamente deixar de lançar mão do remédio extremo, pondo-lhe, porém, sempre, sábia e profundamente um dique, aplicando-lhe sempre que possível o tártaro incinerador, e mantendo, destarte, ainda que artificialmente, a então utilíssima estabilização do câmbio, conquanto nunca atingisse à deflação. Depois foi o descalabro, a débacle, o afroiuçamento, o esbanjamento, a inflação.

As emissões, aplicadas, justificada, oportuna e honestamente, são verdadeiras injeções tônicas no organismo nacional, necessitando da vitamina do crédito — mixto de confiança e cooperação — que foi justamente o que faltou aos beneficiados. Os aproveitadores desconheciam a palavra cooperação. Se fôsse possível nos dias que correm uma larga emissão que financiasse por completo a grande siderurgia, fazendo-a nacional, mesmo ocasionando a queda do câmbio, seria imensamente vantajosa ao país, porquanto resgatável e compensada, realizaria a sua independência econômica, militar e naval e portanto completa. A emissão, neste caso equivaleria à salvação. Os homens do ensinamento, porém, nunca aplicaram o capital. Queriam enriquecer vertiginosamente.

Quantos estadistas que condenaram a política emissionista, procurando conter a inflação da moeda, no governo foram forçados a seguir rumo absolutamente oposto ao que preceituavam. Tôda a inflação tem a aparência de fatalidade, mas as finanças devem andar paralelas à economia, ou pelo menos não a podem perder de vista. Homero Batista justificou Rui em completo relatório apurador e incontestado em 1910.

A monarquia deixou o câmbio ao par, mas esta paridade não correspondia à situação econômica da nação que com a perda repentina do braço escravo, base da lavoura, com seus processos arcaicos, agravava-se dia a dia, pela quase paralização agrícola e pastoril que só se

ria recompensada pela maquinária. Mas como adquiri-la sem crédito e capital? A boataria prejudicava o plano.

Fôsse qual fôsse a forma de governo adotada no país, impunha-se-lhe um novo rumo, novas diretrizes e perspectivas, um programa progressista, dinâmico, fomentador, sem desperdícios, bem definido.

A clarividência do jovem e nável estadista, alma do governo republicano, colocado pelo seu incontrastável e incontestável valor intelectual, por ser o único dos chefes do movimento com conhecimentos profundos e especializados sobre economia política e ciência das finanças, à frente do país em remodelação, fez com que lhe fôsse aberto um novo caminho no emaranhado da vida econômica, caminho que vem percorrendo nestes cinquenta anos com relativa prosperidade, nesta outra fase da História-Pátria, perfeitamente caracterizada pela expansão e desenvolvimento, pela movimentação dos capitais e pelo ressurgimento da lavoura, pelo avivamento da indústria e do comércio em geral. O emérito cultor do Direito não descurou a Economia Política.

A cobrança em ouro do imposto de importação serviria para formação gradual e sistemática do lastro às emissões subsequentes que assim dariam nova expansão à vida dos negócios e ulteriormente, pelo crédito organizado, incrementaria e defenderia definitivamente a economia nacional, tão combatida e vacilante, presa continuamente à polinevrite monocultural. Bastava de café e sobremesa; já antevia o adiantado homem de estado a necessidade imprescindível do surto industrial e de culturas sobressalentes que pudessem suprir nas épocas de emergência e de crise os imperativos inexoráveis da balança cambial que abre a porta do mundo. Policultura e confiança — era o rumo.

Não cabe a Rui a culpa de haver o seu grande plano degenerado no encilhamento traçoeiro e na jogatina vil e louca da Bolsa, motivada mais pela má organização bancária, pela irresponsabilidade dos bancos que pouco ou nenhum capital realizado possuíam, girando quase todo o crédito e mórno dos nomes que os presidiam ou das bandeiras que os defendiam e pela fragrante e inescusável falta de freios e contrapesos do nosso então fragilíssimo aparelhamento bancário, vivendo às expensas das migalhas estrangeiras, sem capitais próprios, realizados.

Por outro lado a legislação econômica e financeira ambígua, deficiente e inadequada, correndo parelhas com a deshonestidade dos homens de negócio, habituados à rotina e que só visavam tirar partido da situação, impossibilitavam os seus movimentos. Considerava-se a república como um dilúvio.

Faltava o controle econômico-financeiro, verdadeira e única causa do descalabro, da suposta débacle.

Rui nenhuma parte teve na ameaça de bancarrota nem na falência ou quebra do Banco da Republica, como também, provado está, que jamais tomou parte no jôgo da Bolsa nem se tornou "milionaríssimo" como propalavam.

Iniciando a criação do Tribunal de Contas, órgão fiscal e controlador da despesa pública, já previra o fracasso ou a inapplicabilidade do seu plano no país, prejudicado pela malevolência, donde a queda do cambio, já prevista então por êle mesmo a qual nem sempre é um mal e a que assim se referiu:

— "Se entre fenômenos extraordinários, enormes como a baixa atual do cambio e a expansão do meio circulante, a dependência é sensível, é evidente, como agora se pretende, os profissionais, os técnicos, os competentes que não pressentiram esses resultados, padeciam de cegueira inexplicável. Consequências de tamanha vastidão não podiam passar despercebidas a espíritos sagazes, amestrados, seguros, como os que hoje dogmaticamente explicam todos os males pela emissão, em cujo desenvolvimento, ainda há pouco, não discerniam excesso. Ou então não foi do governo provisório a culpa e a incapacidade: a incapacidade é nacional."

Na sua Exposição Financeira, publicada no Diário de Notícias de 31 de Dezembro de 1889, dizia:

"A praça atravessa, neste momento, uma crise. Mas esse fato pertence ainda ao espólio da monarquia. Sob a influência do gabinete que a perdeu, convertera-se aqui o mercado financeiro, há alguns meses, em uma praça de tavolagem, onde se celebravam à luz do dia, as especulações mais insensatas sobre tôdas as espécies de valores da bolsa. Os titulos mais duvidosos, mais vãos, mais nulos, tiveram cotações lisongeiras; as empresas mais incertas, mais inconsistentes, mais fantásticas, acharam crédito, aplauso, avidês. As ações de bancos e companhias de todo o governo ascendiam ao triplo, ao quadruplo, ao quintuplo da sua importância real. Os hábitos da nossa corretagem, facilidades do sistema de comprar e vender a longos prazos, a confiança indiscreta em uma política de teatralidades aparatosas, favoreceram esse movimento que se superagitou até o delírio. Não importava a natureza do titulo, a situação do vendedor, ou do comprador, a seriedade do intermediário: as ofertas mais desatinadas achavam a mais ampla e cega procura. A liquidação destas transações devia ser lastimosa e destruidora. A diferença entre a importância efetiva dos valores permutados e o seu preço convencional havia de resolver-se, forçosamente, nas mãos de alguns dos seus negociadores sucessivos, em prejuizos, cujo alcance devia corresponder às vantagens apuradas pelos especuladores mais hábeis no jôgo e mais apressados no ajuste de suas contas."

Não foi, portanto, a sua administração que deu origem ao malfadado encilhamento, mas a heterogeneidade dos círculos financeiros.

Thiers, Adam Smith, Leroy Beaulieu ou Guizot não fariam em seu lugar mais do que êle fez, nem se defenderiam melhor do que êle no seu estilo escoreito e incisivo. Que pode fazer o professor, quando os discípulos não querem aprender? As emissões eram o meio único de se incrementar a lavoura valetudinária e a indústria nascente. O que não padece dúvida é que êle visava, no seu arrojado plano, visceralmente animador, arrastando o retrógrado carrancismo escravocrata, a estabilização monetária, pela conversão em ouro do papel moeda circulante, lastreado pelo produto do imposto de importação que aumentaria, à proporção que as indústrias fôsem se desenvolvendo. Êste plano gigantesco foi mais tarde compreendido pelos luminares da política nacional, como Leopoldo de Bulhões, Barboza Lima e Washington Luís que, tendo Getúlio Vargas na pasta da Fazenda, tentou parcialmente executá-lo na base de um grande empréstimo ouro que chegou a ser obtido mas não logrou compensação, devido à crise financeira de 1929. Repetiu-se o fracasso pela falta de reservas econômicas no país.

A crise econômica mundial de 1929, acarretando a desvalorização do café, impediu a sua execução e o lastro ouro cedido por banco americano teve que ser restituído.

Animador da economia nacional, iniciando a movimentação de capitais, arrancando o país da estagnação e da rotina, senão de um impasse inflacionista, reerguendo-o corajosamente do desânimo post-abolicionista, apontando-lhe novos rumos e incrementando pela colonização a lavoura nacional quase parada, ao mesmo tempo que, providentemente, o encaminhava para o surto industrial, merece a gratidão de todos os brasileiros — ainda que o seu plano, nem mesmo em 1929, pudesse ser realizado, tal a sua largueza de vistas, tão hostilizada e incompreendida.

Na seqüência de códigos que entrosam as engrenagens da interdependência econômica universal, ressalta e perdura o respeito à palavra empenhada, mantendo os governantes a de seus antecessores. Foi o que fez o governo provisório, tangendo a vara da confiança, que despertou na rocha do crédito as fontes do trabalho. Se outros governos não souberam ou não puderam aproveitar, a culpa não foi do pioneiro. A penetração do nosso hinterland não é tarefa fácil que se resolva com duas penadas nos gabinetes, além do que, cumpre notar que Rui não dispunha no seu tempo dos atuais métodos de propaganda oficial e econômica, da intercomunicabilidade do mundo hodierno.

O êxito do nosso cruzeiro depende da compensação que oferecer o nosso desenvolvimento econômico e industrial. Isto porém não se resol-

ve com duas palhetas. A finalidade do capital no Brasil é facilitar a penetração e a conquista das riquezas jacentes em nosso hinterland. Somente por este meio sadio e realista é que resolveremos o nosso problema econômico e financeiro do qual depende todos os demais problemas nacionais, porquanto a vitalidade não está na moeda, mas no povo.

Paladino da civilização e do progresso, superconhecido em todo o país, apesar de com frequência derramar a sua palavra a jôros em torrentes e catadupas, Rui era ainda sub-estimado e como homem e mortal, não possuía o dom da ubiquidade para vigiar todos os departamentos da administração republicana, pois nada se fazia sem que êle fôsse ouvido, tornando-se de fato o verdadeiro e único ditador que até hoje o Brasil possuiu, capaz de guiá-lo só. Passou pelo govêrno como um furacão, para jamais voltar. Assim a República no sentido orgânico, muito mais difícil de ser impresso do que a sua própria vitória surpreendente e catalítica da manhã alviçareira de 15 de Novembro de 1889, pode-se afirmar, é obra inteiramente sua. Foi, incontestavelmente, no meio de teóricos desavisados e filósofos positivistas, o único estadista da República, porque todos os outros deixaram correr as coisas à matrôca, no deixa como está para ver como é que fica ou indo devagar para chegar depressa. Não resolveram o grande problema nacional — multiprodução que conduziria à deflação. Aproveitaram os recursos que encontraram. Com a capital bombardeada não há crédito.

Alberto Torres vislumbrou algo de Rui no sentido organológico, mas a sua ideologia tende para o socialismo avançado. Somente Rui traçou diretivas políticas — numa constituição definitiva que tem inspirado tôdas as demais; econômicas — apontando ao país o campo industrial e creditário; financeiras — pela estabilização monetária; democráticas — pelo civilismo e representação; internacionais e pacifistas — pelo grito de Haia; verdadeiramente liberais pela disciplina do cidadão; educativas — pela ampla liberdade do ensino. No Ministério da Fazenda revelou a visão, o pulso, a coragem, a independência, o desprendimento de um verdadeiro estadista. No entanto, cêdo compreendeu Rui que os seus planos não surtiavam efeito. Ao contrário de uma base sólida à economia nacional, as emissões excitavam o espírito de aventura. Improvisavam-se sociedades fantásticas. Duplicaram-se os capitais invertidos em ações e títulos na Côrte. Chamava-se a isto o "encilhamento". Temeroso da especulação, findou-se o estadista que nem sequer sonhava com o inflacionismo getuliano de 1945 com suas terribilíssimas consequências sociais.

Em sua defesa clamava posteriormente:

"Na organização do regime das emissões entre nós, dizia, teve ocasião de variar em dois sentidos. Tenho-me por feliz em não ser um

desse homens, a quem o tempo e a experiência nada ensinam. Politicamente eu me envergonharia antes de pertencer à turba de indivíduos, que não conhecem, na sua vida inteira, senão uma idéia só, com a qual nunca se puzeram em contradição. Governar é variar. Nada há mais distante do absoluto, mais incompatível com ele, do que as necessidades práticas do governo. A maior escola dessa grande arte, a Inglaterra, é, ao mesmo tempo, o maior teatro de transmutação nas convicções dos homens de Estado. Robert Peel, o mais célebre reformador que ela produziu neste século, tem todas as suas glórias nas variações de opiniões." Anteviu o turbulhão da vida bancária trepidante de hoje.

Rui, contudo, não conseguiu desfazer o conceito de mau estadista no grande público do Brasil. Sempre o negaram maldosamente.

Que diria, no entanto, o Mestre, em 1947, ao contemplar a massa inflacionista de 20 milhões de contos que ameaça o povo com a fome e a anarquia?

Terminada a tarefa, bem ou mal apreciada, demandou o interior de S. Paulo, além de Campinas, recuperando fôrças na contemplação do oceano de café e da imensa tonalidade verde da floresta brasileira.

Afinal toda criatura humana tem que atender à fraqueza da carne, seja austero como João Batista, ou ostente a luxúria de Maria Antonieta, cauteloso como Sancho Pança ou luminar como Rui Barbosa. Os homens não são máquinas. Rui trocou o governo pelas letras. Entretanto viveu, sempre arredio das rodas, literárias.

É que no seu tempo a literatura era sinônimo de boemia e a sua moral era ilibada, inatacável. Era inatingível a sua honradez. Em vão procuraram difamá-lo. Dirigiu o País com a mesma honestidade com que dirigia o seu lar.

CAPÍTULO VI

O HOMEM DE LETRAS

1.^a parte

O BELETRISTA

O maior orador do Brasil, a voz de sino que em verdade e com todas as veras eletrizava as multidões, combatendo indefessamente os sobas do Catete, os janízaros das oligarquias e as piranhas da politicagem, conquanto nunca tivesse preocupações literárias ou propriamente beletristas, conquistou pela palavra escrita e falada o justo título de — homem de letras — pois em tudo encontrava motivo para cultivá-las.

Era tal a força de suas idéias e a exuberância das figuras e vocábulos com que as expunha, que embora toda a sua atividade convergissem para a política, na verdadeira acepção do termo, mesmo porque sempre se impôs naturalmente como chefe em todas as rodas que frequentou, não se submeteu subalternamente a injunções partidárias, vivendo como viveu num país sem partido nacional e ainda na adolescência democrática, sempre foi considerado o cultor máximo da língua portuguesa.

Certo não lhe sobrava tempo para a pura literatura de ficção a qual exige grande observação da vida social e enche uma vida.

Mas no linguajar purista, no manejo adequado de um vocabulário imenso e até mesmo arcaico, no estilo escoreito; flexível e preciso, ninguém lhe levou a palma.

Na época vertiginosa que vivemos, caracterizada pela cultura sintética, seria forasteiro. A sua prosa limpa era um contraste à sujeira de certa literatura hodierna. Não tinha o menor deslize moral.

Simultaneamente à formação da consciência nacional, dedicava-se paciente e curioso ao estudo dos clássicos da língua cujos vestígios o traíam em todos os seus escritos, desde os preconícios acadêmicos, enquadrando-o na casa de Machado de Assis, onde, no entanto, não podia dar largas ao seu gênio vulcânico. Originalmente pela sua verbosidade

A palavra é o instrumento máximo da solidariedade humana e, portanto, tinha que ser apurada e tornar-se preocupação dominante no maníaco da liberdade e do pacifismo; mas a palavra particularmente ou o estilo; jamais escolheu temas literários.

As Cartas da Inglaterra fotografam o mundo político do seu tempo, descrevendo-o na ância do presente e na antecipação do futuro. Mas o Brasil de Rui Barboza ainda seria o Brasil do Padre Cicero.

Em todos os campos da atividade humana a experiência nos ensina: que um sempre há de dominar, emulsionando e diluindo os seus concorrentes, pulverizando os seus contendores, eliminando os seus rivais.

Marcado pela urdidura do seu caráter altivo e independente no campo da nossa política partidária e regional, cujas tramas o embaraçavam, na sua enorme latitude de exposição, na sua enorme visão, sensibilidade e finura psicológica, seu estro perdeu a direção cosmopolita, brasilisando-se, alcançando um estilo incomparável e inimitável na sua estrutura e riqueza vocabular, épico e imortal.

Zelando pela pureza do idioma e por todas as línguas que lhe fossem subsidiárias, escrevia sempre lépido, perdendo-se no emaranhado das idéias, mostrando constantemente desconhecer a oportunidade do ponto final.

Vivia para falar e escrever indefinidamente, apaixonadamente, sem se lembrar de valorizar os seus escritos e evitar o desperdício de palavras com assuntos que não mereciam a sua atuação. Assim, no estrangeiro brilhava mais que no seu país, porque se tornava mais comedido, menos torrencial e polimático.

Passeava constantemente na linda Copacabana e, entretanto, nunca tentou descrevê-la, como jamais focalizou em livro qualquer região brasileira, ainda que fôsse capaz de analisar o jôgo, terrível mal social da época, o chiclet entorpecente de tôdas as camadas sociais, que vai desfazendo reputações e minando o organismo nacional.

Vivia dominado pela obsessão de reformar a vida pública, nacional e internacional, esquecendo por completo os seus pendores literários e servindo-se da palavra como mero instrumento. *

(7) "Era ela, por ventura, outra coisa, quando, logo em 1869, alcei o estandarte abolicionista numa conferência popular, redigi o "Radical Paulistano", órgão do Partido Radical, e estabeleci na Loja América, para os seus membros, três anos antes da lei de 28 de Setembro, a emancipação dos nascituros? Era ela outra coisa, quando por sete ou oito anos, a começar de 1872, redigi, — com outros, o "Diário da Bahia"; quando, em 1889, redigi o "Diário de Notícias", em 1892 o "Jornal do Brasil", durante o governo Campos Sales, a "Imprensa", que fundei e, sob o Marechal Hermes, outra vez o "Diário de Notícias", então restabelecido? Era ela outra coisa, quando escrevi "O Papa e o Concílio"; quando escrevi "O estado de sitio"; quando escrevi "Os atos inconstitucionais"? Era outra, quando

Quando lhe falavam em glória literária, fechava o semblante; se lhe acenassém, porém, com uma vitória política, sorria. É que os homens não podem fugir aos designios inescrutáveis do destino. Iludem-se a si mesmo. Rui jamais experimentou o elixir da ficção.

Certa vez, vindo de uma excursão política, recebeu no Rio transformado em Ruiópolis, a maior manifestação que já se viu na capital da República. Um diplomata acreditado no país disse: "Só hoje tive a impressão exata e completa de uma consagração popular." Rui exultava. Sua esposa declarou nunca tê-lo visto mais feliz.

Um sargento esperto, de outra feita, bateu-lhe uma continência em plena rua de Uruguaiana, abordando-o e solicitando-lhe uma apresentação para determinada autoridade, afim de ser promovido a oficial intendente. E começou: Seu Presidente... No outro dia obtinha a carta e o oficialato.

Mas, se lhe falassem em glória literária, respondia como sempre: Qual gênio, qual carapuça, trabalhem e estudem de sol a sol e farão o que faço ou mais ainda.

em 1869, ainda estudante, dei o grito contra a propriedade servil no centro dos seus interesses, em S. Paulo, onde ninguém lhe ousava bulir, e depois acompanhei sempre, na vanguarda mais exposta dos seus lidadores, o abolicionismo, até o seu triunfo? Era ela outra coisa, quando, em 1889, levantei, no Congresso Liberal, a bandeira da Federação; quando, em 1907, destrocei, na Conferência da Paz, o princípio da graduação das soberanias; quando, em 1916, na embaixada a Buenos Aires, chamei a América ao seu pôsto na luta pela civilização cristã? Era ela outra coisa, quando, sob o ministério Saraiva, fiz a lei da eleição direta, pela qual, já em 1874, Dantas, formulei o projeto de emancipação dos sexagenários, e, em seguida, como relator das comissões reunidas, justificando essa reforma, lavrei o parecer dessas comissões, na Câmara dos Deputados? Era ela, acaso, outra coisa, quando, naquela casa do parlamento, lhe submeti, em 1882, o projeto, obra exclusivamente minha, da organização dos três ramos de ensino, ou quando, em 1890, no governo provisório, organizava a constituição atual, decretava a lei Torrens, iniciava a criação do Tribunal de Contas e criava o imposto em ouro? Seria ela, ainda, outra coisa, quando em 1875 hostilizava eu a conscrição; quando, em 1876, me batia contra a política de perseguição dos bispos; quando, em 1890, elaborava o decreto de separação entre a Igreja e o Estado; quando em 1891, me opunha ao sofisma que deu ao vice-presidente da República a presidência definitiva; quando, em 1892, lutava, no Supremo Tribunal, pelo direito dos desterrados de Cucuí; quando, em 1894, lançava do exílio as "Cartas da Inglaterra"; quando, em 1895, me opunha à anistia inversa, à forçada aponsetadoria dos magistrados, ao atentado contra os lentes da Escola Politécnica? Seria outra coisa, quando, em 1909 e 1910, declarei, mantive e venci a campanha civilista, e tracei na minha plataforma eleitoral o programa do governo a que era candidato? Quando no quadriênio de 1910 a 1914, combati sem tréguas a ditadura militar; quando, em 1917, obtive, no Senado, que se reduzisse a alguns Estados o sítio já votado, na outra Câmara, para todo o Brasil? Como, pois, converter em literária uma vida caracterizada toda ela, ininterruptamente, nos seus períodos sucessivos, por êsses atos de continuo batalhar?"

Todos os profetas do qual o Batista foi o exemplo, bem como todos os pioneiros, sempre se mostram fóra de tempo.

Rui poderia ter sido um verdadeiro homem de letras, apreciado por todos, mas a maldita política, embora não pudesse apagar todo o seu imenso acervo literário e expressicionista, dominou-o por completo, roubando-lhe a maior parte do seu precioso tempo, ainda que superiormente dividido com a advocacia e o jornalismo.

Queremos ser sempre o que não somos, aumentando por nós mesmos a lufa-lufa irrefragável do *struggle for life*, para ser o que não somos, porque ninguém se conhece completamente a si mesmo.

Não podemos medir as nossas possibilidades: queremos estar sempre onde não estamos. Rui fez muito; fóra da política faria muitíssimo; seria por certo o gipaeto da literatura nacional. Nêle a nossa imaginação vê o gênio da raça em todas as suas manifestações, uma sincera eloquência comunicativa, um simpático, irradiante e nunca desmentido entusiasmo juvenil, permanente como a própria natureza. Que maravilhas e prodígios não operaria, se colocasse a sua pena sob a égide da própria inspiração mental, mesmo em defesa da liberdade e do direito, mas sem a poeira dourada da paixão política? Fórmulas bem mais variadas, contornos mais nítidos, cores mais rutilantes, sentimentos menos comuns, mais riquezas de sensações, mais graça e elegância no dizer.

Enfim, todos os homens têm as suas fraquezas e na mór parte das vezes, acertam errando e erram acertando. Rui quanto mais ofendido, mais eloquente. Todos os caminhos levam a Roma.

Nem todos os grandes artistas têm a ventura de se compenetrarem da excelsitude do sacerdócio da arte. Mais alta que a de chefe de Estado, mais reverberante que tôdas as vestes sociais, é a túnica do que ama e serve à arte pela arte, é a posição do homem puramente artista, inteiramente votado à interpretação do belo.

A arte é a interpretação do sentimento, é a linguagem do sentimento, é a verdade, portanto, o artista é o sacerdote da verdade e as suas obras são perfeitas, imutáveis, eternas.

Cristo não encontrou lugar para nascer, mas falava com tanta convicção e tanta verdade, que tôdas as artes nele hoje se inspiram. Rui, no fim da existência, mantinha-se com a sua família num luxo asiático, cioso de aparecer, de vencer, de dominar, esquecido de que não há cátedra mais alta que o banco de um escritor. O Morro da Graça e o Palacete de São Clemente eram mais faustosos que os Palácios do Catete e Guanabara.

Rui queria subir sempre mais alto, para mais alto falar às multidões; era o vício do orador e por êle se tornou ambicioso; não previra

a sublime conquista marconiana, nem previra que uma pena é um bastão de mando. Tinha a ansia de derramar os seus ensinamentos.

Não é o muito falar que convence: é a necessidade; a oportunidade; a autoridade. Por elas chegou a ser homem de letras.

Hoje o mundo necessita de sua doutrina, como do ar para viver, como da luz fecundante e clara. E as doutrinas têm que ser impostas pela força das circunstâncias e não pela força das armas.

A guerra de 1914-1918 com todas as suas crueldades, com todo o seu custo fabuloso, com todas as suas consequências funestas, acarretando a morte de milhões e milhões de jovens elementos de trabalho e progresso, não foi, evidentemente, uma lição para a humanidade. E porque não foi? Porque a guerra até o presente era inevitável, era uma fatalidade, sucedia à paz como o verão ao inverno: há invernos mais longos, há estios maiores... Podiam os pacifistas maníacos, arrancarem-se os cabelos brancos que ninguém mais respeitava, revoltados, esbaforindo-se. Não adiantava. Era isso mesmo... Os fatos estão consignados e compilados numa sequência macabra em todos os compêndios de História Universal. Arte não é força: é luz. O sol saneia pelo calor e não pelo brilho.

Enquanto na face da terra estiverem entregues a si mesmas, nações fracas e nações fortes, com territórios superpovoados e as vastas extensões de terras desocupadas, povos paradoxalmente civilizados e bárbaros ao mesmo tempo, pela necessidade de expansão ou defesa, haverá guerra. A vida é luta em que vence o mais forte, é o processo de seleção natural em que o elemento frágil é eliminado. Um organismo internacional eliminará a diferença de Estados, e só não o aceitaram antes porque a guerra com todos os seus horrores não mostrara ainda a todos os povos o que é a fome e a miséria, não havia perigos imediatos para todos e o pacifismo era sinal de envelhecimento, de fraqueza, de decadência, de cansaço. O tempo e não os homens é o mestre da vida.

Mas, os povos não são como os homens que passam, inevitavelmente, pela infância, juventude e velhice, até à morte. Ou eles perduram com todos os seus característicos, mais civilizados, mais violentos ou menos violentos, mais espirituais ou menos espirituais — pela lei da solidariedade — ou o mundo todo se destruirá e será prestes lançado na devassidão e na anarquia.

Não é justo que as nações fortes, que foram mais capazes de se organizarem política, econômica e militarmente, absorvam as fracas, visto que não poderão desempenhar o seu destino no equilíbrio universal. A paz pela opressão, será sempre instável.

Simplicidade também é grandeza. Foi o que não compreendeu o grande Rui, falando sem fim. Outrotanto faria na literatura com resul-

tados positivos, dada a sua profunda base filológica e geral., ostentada na defesa do internacionalismo contemporâneo.

Estendendo além do ordinário o limite dos seus discursos e escritos, quase totalmente em manuscrito com a sua própria e microscópica letra em cursivo menor e por isso mais trabalhosa, prestou inestimável serviço à mocidade estudiosa, em derramando saber e erudição. Foi útil ainda brincando, porque a sua distração eram os livros, na sua multiplicidade de assuntos, através das seis línguas vivas, colhendo avidamente nos seus jardins e pomares as mais lindas flôres e os mais sazonados e coloridos frutos que espalhava prodigamente, qual magnata do talento, servido por uma memória sem par. Decorava qualquer número de páginas, em poucos minutos... Era uma aberração.

Redimido, assim, da sua prolixidade que poderia ter fixado em tintas mais raras e em tôdas as nuances e tonalidades, tôdos os aspectos da natureza e da vida brasileiras, mostrando-nos tão melhormente ao estrangeiro, através de livros e obras originais, imortais, engenhosamente tecidas, urdidas e engendradas à luz quente e fecunda do seu talento impar, galgou, contudo, as culminâncias da altarização apostólica universal, santificado pelo seu idealismo no momento crucial da conflagração européia, na defesa do direito internacional e da causa inter-aliada.

O momento histórico imperativamente repetiu-se e aos neutros cabia revivê-lo. Como agir, entretanto, diante de uma obra imensa e esparsa, sem livros que condensem um assunto único? Concentração intelectual e expansão diária foi toda a sua vida. Enchia e esvasiava. Cumpre extrair dela o elixir pacifista, evitando-se a embriaguês do prosador parnasiano, embevecido no perfume do carro grego do seu tinheiro mágico de prolixidade, disperso na política madrastra.

Vivia cercado de um conforto nababesco. Num sonho. Não era um estranho na presidência da Academia Brasileira de Letras que ocupou sem espavento, mas com inegável brilhantismo, comprovado ali pelo belo e delicadíssimo discurso com que recebeu a visita do grande Anatole France, como o acadêmico talhado e medido para a honrosa e árdua incumbência, o qual mereceu gratuitamente do homenageado a consagradora apreciação: — "Poucos membros da Academia Francesa, sous la coupole, poderiam pronunciar uma peça igual em francês tão casto." Basta para um mortal ou imortal. Nada fez porém pela administração da mesma e, se vivesse, quando do testamento Alves, o teria rejeitado. Seus escrúpulos venciam o senso da oportunidade.

Irriquieto, não se conformava com o doce e nobilante convívio das musas e das letras. Queria esvoaçar ao sol da glória popular, e na ânsia de conquistá-la, a despeito da incompreensão da maioria, che-

gou a divisar a era nova da humanidade redimida e vitoriosa pela experiência dos povos e a lançar profeticamente nas catilinárias um pouco audaciosas e descabidas de Haia — os alicerces da futura civilização que serão: o Instituto das Nações, o fortalecimento deste Instituto a igualdade de soberanias, e, finalmente, a paz pelo direito e pela educação. Adivinhou a intercomunicação do mundo atual. Profetizou.

Parecia a princípio, um aventureiro de glórias. Aos poucos, porém, foi mostrando ali que tinha uma ideologia formada a qual poderia prejudicá-lo, como se deu, incompatibilizando-o com o militarismo exaltado, mas condensava o elixir da paz pelo direito. Otimista dos seus ideais, continuava a escrever, infatigavelmente, surgindo sempre de ponto em branco ao esgrimir a pena. A Maçonaria então encomendou-lhe 1.000 volumes do — O Papa e o Concílio. Com alegria acedeu ao pedido mais de cunho político que literário. Não mediu o conteúdo social daquela obra. Prejudicou-se a si mesmo, apostando.

Apezar de haver sido um dos setes fundadores, juntamente com Machado de Assis, o príncipe da prosa brasileira, e outros, não queria continuar até à morte no cenáculo das letras, ausentando-se definitivamente por um dêsses caprichos pessoais a que até os gênios não se furtam, gerados por mal-entendidos e êrros de imaginação, do vetusto e magniloquente edifício do Silogeu Brasileiro. E nunca usou o fardão.

Das 50.000 páginas luminosas com que, de fato, queiram ou não os seus desafetos, enriqueceu a literatura universal, poucas foram endereçadas à beleza e à arte, mas a maioria se destinava ao direito, à política e à religião.

Eis em resumo a sua Bibliografia: Alexandre Herculano, Bahia, 1877; Castro Alves, Bahia, 1881; Reforma do Ensino Secundário e Superior, Rio, 1882; O Marquês de Pombal, Rio, 1882; Reforma do Ensino Primário, Rio, 1883; José Bonifácio, São Paulo, 1887; Swift, Rio, 1887; Visita à terra natal, Bahia, 1893; Anatole France, Rio, 1909; Oswaldo Cruz, Rio, 1917; Cartas Políticas e Literárias, Bahia, 1919; Oração aos Moços, São Paulo, 1920; Correspondência, Bahia, 1921; Orações do Apóstolo, Rio, 1923; Elogios Acadêmicos, Rio, 1924; O Júri; Discursos e Conferências, Porto, 1907; Lições de Coisas (tradução da obra de N. A. Calkins); O Estado de Sítio; Atos Inconstitucionais; Eleição Direta; Anistia Inversa; Cartas da Inglaterra, Rio, 1896; A liberdade Religiosa; Atas e Discursos na 2.^a Conferência da Paz em Haia; Esfolia da Calúnia; A Imprensa; Finanças e Política da República; O Papa e o Concílio, tradução da obra de Janos, traduzida do alemão, cujo prefácio é maior do que a própria obra; (Janus é o pseudônimo de três escritores); a monumental Réplique — A defesa da redação do Código Civil (projeto) e que foi magistralmente escrita em cinco

semanas ou menos que dois meses. Em tôda ela e em todos os seus brilhantes artigos de jornalista vibrante e inconfundível, que fez da imprensa a funda de Davi, na Queda do Império, série de artigos em 2 volumes — tudo é publicismo, tudo é luta declarada pela coesão social, tudo é combate aos conchavos consentâneos para o simúlacro de eleições, tudo é defesa apostolar da liberdade e do direito, tudo indica o seu desejo irreprimível de reformar e melhorar, constituindo em seu conjunto a maior luzerna da intelectualidade pátria.

Na imensidade cérula, nos sorrisos da luz, no zigue-zague do relâmpago, no trovejamento aterrador, no ulular do vendaval, no desassocego do oceano, no crepitar das chuvas torrenciais, no ribombar da pororoca, no mascareu ruidoso dos rios, no cristalino e irisado ressonante cascadeio das quedas d'água, no remanso do lago, nas areias enluaradas, na beleza multiforme e policrômica e no perfume embriagador das flôres, na austeridade dos bosques, das praias e dos montes, no olhar da criança, na opala da abóbada estrelada e na voz da consciência; em cada célula, em cada molécula, em cada átomo, em cada ion, em cada eletron, em cada condrioma, condrioconto, cóndrionito, mitocôndria, enfim, em cada menor e tênue manifestação de vida ou em todas as formidáveis manifestações dos elementos em tudo há motivos e sugestões para a arte literária, a rainha das artes, intérprete suprema da inteligência universal.

Aquele, porém, que foi o primeiro motor da intelectualidade pátria e do idealismo sul-americano, o Arauto, na verdadeira e na mais alta manifestação do termo, o pregoeiro da paz universal, e o maior propagandista da língua portuguesa, Rui Barbosa — a Águia de Haia — só via e só se preocupava com o fenômeno social em cuja observação derramava torrentes de eloquência, de encontro ao rochedo dos preconceitos nacionalistas.

Extasiados ante o gênio que levantára a bandeira — Federação ou Revolução! — os seus amigos bebiam ensinamentos de tôda sorte, enquanto os adversários o acusavam injustamente de vaidoso, ambicioso e, sobretudo, irreligioso e anti-clerical, porque enfrentava um Império.

Espírito cheio de contradições íntimas e exteriorizadas pela sua palavra exortativa, falava aos nativos, empolgando-os e aos forasteiros, convencendo-os. Mas não cogitava de beleza ou de gozo. alheio à vaidade e ao compadrismo. “Tinha na boca a cratera de um Vulcão, lançando chamas.” O que disse de Castro Alves cabia-lhe in totum.

Ótima e edificante sob o ponto de vista moral e cívico esta inclinação do seu espírito que preferia às delícias literárias, as despesas da luta constante e desigual e assim desmentia categoricamente os seus acusadores. Não lhe poderão negar os fóros de batalhador; conforme

disse: "Sempre que uma opinião me escalda o espírito, é meu costume deixá-la romper sob a mais ardente das suas formas." Era por natureza combativo. Mas certamente não seria bom soldado.

A força motriz das suas idéias era avassalante, reformadora, incontida, transbordante. Não meditou bem através o "Discours de la Méthode", antes de empreender a vida pública, nem se estribou na frieza do raciocínio matemático. Não era supérfluo, porque, como se justificou: "não haverá prolixidade em não havendo sobejidão, e o discurso não entra a cair no vício do sobejo, senão quando excede a matéria a medida do seu tema." Faltava-lhe o senso da disciplina.

Discordamos do mestre. É sempre falta de tato esgotar um assunto. Cumpre ao artista, despertar o apetite, pôr água na boca, em rápidas e seguras pinceladas. Escolher, sugerir, selecionar, preferir, sintetizar, deixar alguma coisa por dizer — eis a arte. Não ir ao âmago.

Na inspiração, como artista natural, como no estro, ninguém lhe levou as lampas. Para Rui a política era arte. E assim divagava:

"Liberdade! entre tantos, que te trazem na boca, sem te sentirem no coração, eu posso dar testemunho da tua identidade, definir a expressão do teu nome, vingar a pureza do teu evangelho; porque, no fundo da minha consciência, eu te vejo como estrêla no fundo obscuro do espaço. Nunca te desconhecí, nem te traírei nunca; porque a natureza impregnou dos teus elementos a substância do meu ser. O teu instituto derivou para êle das origens tenebrosas da vida, no temperamento inflexível do meu pai; entre as mais belas tradições da tua austeridade, oscilou o meu berço; a minha juventude embebeu-se na corrente mais cristalina da tua verdade; a pena das minhas lides apartou-se no fio penetrante do teu amor, e nunca se imbuíu num sofisma, ou se dissimulou num subterfúgio, para advogar uma causa, que te não honrasse. De posto em posto, a minha ascensão na vida pública se graduou, invariavelmente pela das tuas conquistas; as vicissitudes da minha carreira acompanharam o diagrama das alternativas do teu curso; contra os dois partidos que dividiam o império, lutei pela tua realidade, sempre desmentida; renunciei por ti as galas do poder, suspiradas por tantos, com que êle me acenou; sozinho, sem chefes, nem soldados, tive por ti a fé, que transpõe montanhas; ousei pôr na funda de jornalista pequenino a pedra de que zombam os gigantes; aos ouvidos do velho rei, sacrificado pela família, pela corte, pelas fações, vibrei nos teus acentos o segrêdo da sua salvação e a profecia da sua ruína; na república saudei a esperança do teu reinado; quando a república começou a desgarrar do teu rumo, enchi do teu clamor a imprensa, o parlamento, os tribunais; e, porque eu quizerá fundar assim uma escola, onde te sentasses, para ensinar aos nossos compatriotas o exercí-

cio viril do direito, ouvi ressoarem no encalço, convertidos em grito de perseguição, os cânticos heroicos de civismo, extraídos outrora do bronze da tua égide, pelos que combatiam a monarquia à sombra da sua bandeira."

As perseguições e as lutas lhe eram familiares, desde o exílio de Buenos Aires, abandonado com sofreguidão, pela terra natal, onde seria prêso se não fôsse avisado e colheria a palma do martírio.

Rui partiu pelo Madalena, com destino à Bahia. A sua família que se achava no Meyer, encontrar-se-ia com êle à bordo, no pôrto do Rio. Na véspera da entrada do paquete, seu primo e amigo Jacobina já hávia dado todas as providências para o embarque. Alta noite, porém, alguém bateu à porta da sua casa à rua dos Inválidos. Era Manoel Lopes de Carvalho, da Confeitaria Paschoal, que, estando no Palácio, ouvira uma conspiração contra a vida de Rui que ali se tramava. Um conjurado tomaria o Madalena no Rio e agiria ao saltar na Bahia.

A Jacobina cumpria prevenir ao amigo do perigo e convencê-lo de que não poderia continuar a viagem. Compreendendo que talvez fôsse impossível a êle, por demais conhecido, chegar até o vapor, mandou antes dêle o seu filho Antônio, recém-chegado de uma viagem de estudos à Europa. Na madrugada do dia seguinte, após uma série de peripécias aventurosas, afim-de burlar a vigilância da polícia, conseguiu êste alcançar o Madalena... Jacobina Filho, cumprida a sua missão voltou à terra em companhia de seu parente Luiz Carlos de Oliveira. Apenas pisaram o sólo, foram prêsos e conduzidos para a Casa de Correção onde ficaram violentamente detidos por longos meses.

Neste ambiente de insegurança e dessassocego fortaleceu-se a tempera do lutador; Tobias Monteiro seu então secretário e amigo que com êle viera da capital platina, fôra preso na Bahia e mandado para os cárceres do Rio; Jacobina, por se haver recusado à obter a liberdade do filho mediante uma carta em que declarasse não estar a família de Rui sofrendo perseguições, teve de refugiar-se, sendo também detido afinal; do guarda-portão da casa de Rui, não foi sabido o destino que teve, após a prisão. E o exilado escreve: "parece que as minhas relações e o meu contacto são uma espécie de maldição para aqueles que simpatizaram com a minha adversidade." Pagavam os amigos e parentes, pelos seus feitos, arras do ódio que a verdade sempre soe inspirar.

Em Lisboa faz-se logo indesejável. Regrediu. Tornou-se épico.

Vendo os revoltosos brasileiros tratados como prisioneiros exclama: "é preciso ser forte e conseqüente no bem". Pagou pela língua.

Convidaram-no a deixar Portugal imediatamente.

A sua consciência estava como sempre limpa. Mas não era bem visto no Jardim da Europa. Rumou para Londres.

Nunca se furtou a uma confissão. Nesta fase chegou a pensar, como disse, no suicídio; tão abandonado se sentia por todos e por tudo.

O exílio lhe afiou a pena. Há males que vêm para o bem.

Ninguém com carícias de mais acendrado amor e com mais imperecível idealismo, capaz de estarrecer as multidões; manejou a língua de Camões, o que, no entanto, não o auxiliou a manejar os bonecos humanos. Mais tarde os intelectuais lusitanos o reconheceram.

O popular autor da Ceia dos Cardeais, o fino e aristocrático Júlio Dantas, assim se expressou sobre êle:

"Rui Barbosa, o mais alto expoente da mentalidade brasileira contemporânea, organização privilegiada de super-intelectual, espécie de semi-deus da palavra falada e escrita... produto equatorial, ciclópico, natureza do Brasil, em cujo espírito eu admiro todo o esplendor, tôda a exuberância, tôda a magnificência das selvas tropicais..." Não somente como vernaculista é o autorizado filólogo luso Cândido de Figueiredo quem o aclama: — "Bastará folhear a Réplica às defesas da redação do Projeto de Código Civil, Réplica que é um monumento da linguística e da dialética, bastará folheá-la com olhos de ver e olhos de português, para nos convenceremos que ainda se não publicou obra mais profunda e mais prestadia, em assuntos de língua portuguesa". Abalizado em todos os conhecimentos, servia-se de uma biblioteca catalogada cuidadosamente que lhe permitia realizar qualquer consulta a qualquer momento, tão cuidadosamente organizada e aparelhada estava ela.

Não menos bem dispostos estavam os conhecimentos no seu cérebro. Com precisão servia-se deles, como se tirasse da gaveta, enfrentando a Carneiro Ribeiro, Clóvis Bevilacqua e José Veríssimo de uma só vez e a todos inesperadamente suplantando na mesma Réplica, um dos seus mais altos pergaminhos literários.

Senhor dos principais idiomas estrangeiros, não de todos, como a ironia carioca em tempos idos assoalhava, pois que nunca se deixaria levar levianamente pelas sandices espíritas de um falso peritecostes, espírito forte e emancipado que era, somente recebendo, racionalmente, pelo trabalho e pelo esforço honesto, as intuições benéficas do verdadeiro Paráclito, para gozo, paz e vida dos homens; quando do seu exílio na Inglaterra lecionou a língua inglesa, que lhe era mais familiar que o francês, e abriu escritório de advocacia, tendo sido pela imprensa, em francês, ao mesmo tempo, o primeiro defensor do malsinado capitão Dreyfus, desterrado inocente na ilha do Diabo, após haver sido, por um êrro judiciário despojado da família, da farda e da honra. Não sofria

solução de continuidade a atividade mental do gigantesco e resistente roble baiano, cheio de amor cristão aos homens de tôdas as raças.

Garcia Merou sôbre êle escreveu claro e sincero:

— “Sendo o mais elegante, é, ao mesmo tempo, o mais purista dos literatos brasileiros, o que não o impede de conhecer, como poucos, as literaturas estrangeiras e ser profundo em inglês, como se houvesse nascido às margens do Tâmisia.”

Estanislau Zeballos, incompreendido tão lamentavelmente em nosso país, disse dêle: — “Têm dito críticos autorizados, que a mais extraordinária característica da eloquência de Rui Barbosa é o seu absoluto e elegantíssimo domínio da língua portugueza. Com efeito, lendo-o, admiro sempre nele o ático estilista; não pude, porém, ainda gozar a eufonia dêsse verbo clássico, porque sempre êle me fala em espanhol e com madrilena correção.”

Francisco Alves, o seu livreiro, afirmou que o italiano e o alemão não lhe ofereciam dificuldades.

Mas, Rui, não tinha papas na língua; não possuía o senso de ouro do silêncio; não sabia calar oportunamente, o que aliás é muito mais difícil do que falar a tempo; esbanjava o seu enorme talento e a sua enorme cultura, se não todas as energias, como sóe acontecer com todos os que se apaixonam com a política a qual lhe foi tão ingrata, na ânsia de unir os brasileiros num só sentimento de justiça e liberdade que importasse na regeneração nacional, na salvação da Pátria.

Ouvindo-o pela única vez no velho edifício do Senado Federal, no antigo palácio do Conde dos Arcos, hoje séde da Faculdade Nacional de Direito, a falar sôbre o empastelamento de um jornal na capital da Bahia, o autor recorda-se, perfeitamente, apesar dos vinte anos que o separam da sua adolescência, extasiada ante tanta beleza oratória, de um trecho do seu discurso: — “Quem teria então empastelado o “Diário da Bahia”? Não foi a polícia, não foram os apaniguados da politicagem, não foi alguma vítima dos seus artigos violentos, não foi nenhum emissário do Sr. Governador, não foi o povo, não fui eu. Seriam os lobis-homens, os abantesmas, as almas do outro mundo? E tudo isto, senhor Presidente, porque os nossos dirigentes não se querem convencer de que o principal problema do povo brasileiro, o mais clamante e inadiável, — é a educação”.

Para chegar a dizer isso, gastou cêrca de duas horas na tribuna Falasse menos, escrevesse mais, saísse da política, fôsse a Genebra e teria sido, como lhe cabia, o Presidente no Centenário. Trabalhava incessantemente, mas não possuía a discreção das abelhas e prezava demais a independência, a mais combatida de tôdas as virtudes. Além do

que, pertencia à falange do "quebra mas não verga", pautando a sua vida pela mais estrita honestidade. Borboleteava em torno das idéias.

Mas, a sua sina era falar e ninguém foge ao seu destino, antes todos procuram, por suas próprias mãos, o seu fadário neste mundo.

Sem o sentir, foi um grande e imortal educador. A educação cívica da mocidade era para êle a causa por excelência: — "Tôdas as causas, disse no Colégio Anchieta, em que ela (a tribuna) foi o meu campo de batalha, não valiam mais do que a do vosso destino. Com a diferença, porém, de que ali espargia eu ao vento os meus rebates de atalaia, as minhas vozes de guerreador, ou os meus vaticínios de profeta (que tudo me imaginava na vaidade da minha ambição e na impotência do meu nada); ao passo que hoje, aqui, serei apenas a mão chã do semeador, semeando algumas sementes de bem no torrão virgem do seio que me abris."

E mais emocionado e empolgado pela comoção (ao escrever): — "A hóstia, o arado, a palavra correspondem aos três sacerdócios do Senhor. Mas a suprema santificação da linguagem humana, abaixo da prece, está no ensino da mocidade. O lavrador dêste chão devia amanhã-lo de joelhos. Crêde que me acho realmente sob esta impressão como se, ao receber dos braços da minha companheira um filho recém-nascido, uma voz interior me segredasse: — "Purifica o teu hálito, que lhe vai insuflar a vida ou a morte." Destarte, deslumbrava a todos. A sua palavra falava ao coração e êle mesmo como que se alava a altas esferas, perdendo a noção de tempo. Esqueceu o — nosce te ipsum — e os princípios cartesianos; poderia ter gozado mais, mas ninguém fez mais do que êle, verdadeiro e eterno universitário oxfordiano.

Todos os dias adquiria um livro e com o seu bernal cheio descia a rua do Ouvidor, para as palestras da tarde, sem se preocupar com fazer literatura, mesmo em conversa, na rua Sachet, na Brigueit, nas demais livrarias ou na Academia, onde por algumas vezes apareceu saindo de uma limousine que pertencera a Guilherme II.

Em geral procurava evitar assuntos políticos, constituindo, no entanto, os seus colóquios, verdadeiras aulas particulares, na indicação de autores aos seus consulentes gratuitos.

A sua palestra era sempre chã e desataviada e o seu todo dava no convívio a impressão de timidez e retraimento.

E assim, como Moisés em torno à Canaan da promessa, Rui permaneceu tôda a vida no átrio do poder, espargindo as luzes da fonte luminosa do seu saber que, através as vicissitudes oposicionistas fazia milagrosa e privilegiadamente irradiar até às furnas da incultura popular, ao passo que monopolizava as graças do mais sadío e alevantado idealismo do seu tempo. Que fazer? Não podia mudar.

Natureza superfina, resistia corajosamente a todos os embates e incompreensões, sempre assíduo no trabalho, llano no trato e alegre no viver; porque sabia colocar virilmente e com fortaleza cristã, acima de tudo, o perdão e a paz com a consciência, qual varão plutarquiano.

Brilhou mais como administrador do que, como propagandista, mais interessou todos os intelectuais falando do que escrevendó, serviu mais à pátria do que às letras, foi mais homem de ação do que de gabinete, mais crente do que religioso, mais pacifista do que democrata, mais homem de letras que literato, mais liberal que republicano. Tudo isso mais ou menos êle foi, sem que possa ser negado e sem ocultar os seus pendores e inclinações, porque era sincero, de uma lealdade chocante e perturbadora num ambiente onde predominavam a hipocrisia e a desconfiança. A democracia não é a propaganda livre do erro.

Notabilíssimo e insofismavelmente consagrado, fez-se na vida nacional o mais lídimo expoente, transpondo os seus limites e indo atuar, inexcetivelmente, na esfera internacional, como o príncipe dos apóstolos pacifistas, sob aplausos calorosos, porque não se dedicara a uma literatura e sim às letras em geral, porque indicara em ambas as esferas o esboço de um roteiro novo, sem se subordinar a interesses subalternos e porque representava a quintessência da cultura universal e no país só visava a repopularização nacional e o bem estar de todos.

Foi na vida pública, tal na particular, um modelo de virtudes. Paciente, tolerante, generoso e sempre contra violências. Respeitoso de suas amizades, quando algum amigo o traia, mesmo cruelmente atacado, nunca permitia que se publicassem cartas e documentos que poderiam desmoralizar o traidor, mas que lhe eram sagrados. Por isso a sua correspondência é menos política do que familiar. Estava sempre pronto a esquecer afrontas. Hermes e Pinheiro, seus maiores adversários, morreram seus amigos, reconhecendo-lhe o cavalheirismo no trato.

Vejamos, para conhecê-lo mais reverentemente, Rui, falando sobre a Pátria, dado que era no Brasil quem poderia falar com mais autoridade: "A Pátria é a família amplificada.

E a família, divinamente constituída, tem por elementotos orgânicos a honra, a disciplina, a fidelidade, a bemquerença, o sacrifício. É uma harmonia instintiva de vontades, uma estudada permuta de abnegações, um tecido vivente de almas enlaçadas.

Multipliqui a família e tereis a Pátria. Sempre o mesmo plasma, a mesma substância nervosa, a mesma circulação sanguínea. Os homens não inventaram, antes adulteraram a fraternidade, de que o Cristo lhes dera a fórmula sublime, ensinando-os a se amarem uns aos outros: *Dilige proximum tuum sicut te ipsum*.

Dilatai a fraternidade cristã e chegareis das afeições individuais às solidariedades coletivas, da família à nação, da nação à humanidade. Objetar-me-eis com a guerra? Eu vos respondo com o arbitramento. O porvir é assás luminoso e vasto para comportar esta esperança. Ainda entre as nações independentes, o dever dos deveres está em respeitar nas outras os direitos da nossa. Aplicai-o agora dentro nas raias desta: é o mesmo resultado — bemqueiramo-nos uns aos outros, como nos queremos a nós mesmos.” Palavras de mestre. Pode-se compulsar todos os artigos de Quintino Bocaiuva, José do Patrocínio ou Ferreira Viana, bem como tôdas as obras de Joaquim Nabuco ou Euclides da Cunha, que não se encontrará um trecho como êste, que diga tanto, com tão notória ternura e simpleza, com tal lanconismo.

Ouvir Rui Barbosa era uma espécie de obrigação moral, proporcionando ao mesmo tempo momentos fugazes de encantamento para todos os moços cultos do seu tempo, porque a sua palavra burilada espelhava e refletia o saber, em suas múltiplas variações no prisma da sua mentalidade, acompanhando passo a passo tôdas as conquistas da inteligência, dentro da mais estrita moral.

Casando o seu caráter de ouro de lei com o seu coração de visível bondade, jamais permitia anedotas de pouca moralidade, consagrando as horas de descanso à família ou à leitura amena. Recebia e entabulava conversa com jovens estudantes, procurando animá-los, sem perder a natural austeridade e a todos dando a impressão nova de um estudante, automático, sem intimidades.

A cultura de Rui foi impar no país, sobrelevando a de Tobias Barreto e Silvio Romero que não podem ser computados em tôdas as suas atividades com o Mestre.

Trocava os divertimentos pelas alegrias sadias do lar e toda espécie de passeio ou obrigação social pelo estudo e assim se aprofundava em todos o ramos dos conhecimentos humanos, mormente nas ciências especulativas, chegando a possuir a maior biblioteca da língua inglesa, parte da qual foi extraviada por ocasião do seu exílio.

De tudo colhia ensinamentos com a simplicidade dos grandes taumaturgos e eremitas que aprendiam na Bíblia em excertos, no homem e na natureza, ilustrando-se cada vez mais, pela concentração do espírito.

Com singeleza alteava a voz ou deslisava a pena que despreocupada e naturalmente iam se alçando, avolumando, desdobrando todos os assuntos num crescendo espantoso e imprevisível.

Oigamo-lo no lindo excerto — As Andorinhas de Campinas — de um discurso político, proferido naquela cidade paulista, berço de Carlos Gomes, durante a campanha civilista e compreenderemos que, con-

quanto possuidor de uma vontade férrea, o Clemenceau brasileiro, cujos belos discursos, por vezes violentos e ferinos, ecoavam longe como o miar do tigre na floresta densa e trevosa do oligarquismo, tinha momentos de verdadeiro enlêvo literário em que esse assemelhava a Vitor Hugo na exposição longa e minuciosa dos fenômenos da natureza.

Das centenas de discursos pronunciados, desde a despedida dos bancos escolares até às saudações do Clube Militar, em 1922, já então congado ao Marechal Hermes e publicamente reconciliado com o Exército, do qual, aliás, nunca se julgou afastado senão pela intriga, estudado como deve ser numa visão de conjunto, poder-se-iam extrair vários tomos literários na doce língua da saudade para saudá-lo na palavra comum a todos os idiomas — Aleluia. Era uma contínua ressurreição intelectual e espiritual. Tudo fazia novo. Tudo revivia.

O maior orador do seu tempo no mundo, sabia sopitar as ambições e contemplar o belo, mão na viseira, descortinando o futuro grandioso do Brasil. Sim. Que ressurja na admiração do Brasil Novo, para as letras, para a vida nacional e para a paz do mundo, o grande mensageiro, o paladino incansável das reivindicações populares é o mais fino ourives das letras brasileiras, numa das suas mais belas sinfonias, aquela que nos sugere a união como força motriz das grandes nacionalidades.

“Pelo límpido azul já sem sol, mas quando o crepúsculo entra a desmaiar do seu brilho a safira celeste, um ponto retinto, perdido nos longes mais remotos, se acentua em negro na cúpola do firmamento, lá bem alto, bem de-cima, como se a ponta de uma seta, desfechada perpendicularmente de além, varasse ali a redondeza anilada.

Era um; e, logo após, já são muitos, já vêm surgindo inumeráveis, já parecem infinitos, já se cruzam e recruzam, já se encontram e circulam; já se condensam e escurecem.

Eram um grupo e já formam um bando, já vêm crescendo em longas revoadas, já refervem em enxames e enxames, já se estendem numa vasta nuvem agitada. Toldaram o céu, encheram o ar, vêm-nos ondeando sobre as cabeças. Agora, afinal, como os movimentos de uma grande vaga sombria, pontuada de branco, a librar-se entre a terra e a imensidade, rasga-se na corôa das palmeiras, açoita os fios telegráficos, resvala pelos tetos do casario, e, ao cabo, arfando e remoinhando, turbilhando e restugindo com o estrépido de uma cascata argentina, de uma cachoeira de cristais que se despedaçam chilreada imensa de vozes e grasnidos às dezenas de milhares, pendem, mergulham e desaparecem, numa imensa curva borbulhante, por sobre o largo telheiro abandonado que essa aérea multidão erradia elegeu entre nós para abrigo do seu descanso nas cálidas noites de verão.” Obra de literato, tropical

como o Guarani, de Carlos Gomes.. Enfronhado no seu estilo, o leitor apreciará melhor este expressivo trecho:

"O mar é o grande avisador. Pô-lo Deus a bramir junto ao nosso sono para nos pregar que não durmamos. Por ora a sua proteção nos sorri, antes de se trocar em severidade. As raças nascidas à beira-mar não têm licença de ser míopes; e enxergar no espaço corresponde a antever o futuro. A retina exercitada nas distâncias marinhas habituase a sondar o infinito como, à do marinheiro e do albatroz. Não se admitem surpresas para o nauta: há de adivinhar a atmosfera como o barômetro, e pressentir a tormenta, quando ela pinta apenas como uma mosca pequenina e longínqua na transparência da imensidade.

O mar é um curso de força e uma escola de providência. Todos os seus espetáculos são lições: não os contemplemos frivolamente." Mostrava-se sempre observador. No alvorecer do regime republicano há um episódio em sua vida que mostra o seu caráter forte. Já com personalidade política programada, viu-se em Petrópolis, só atacado, ameaçado, e ridicularizado por um grupo de sevandijas. Pois bem. Resistiu-lhes, enfrentando-os e repreendendo-lhes a covardia. É que sabia falar a ilustrados e a ignorantes. Sabia exortar, repreender, logicar, convencer e sugerir, com a sua palavra de aço, empunhando a bengala de cidadão ou o volante do carro governamental. Era à luz da psicoanálise de Freud um contraste flagrante do espírito com o corpo, desmentindo por completo a praxe do vigor pela robustez nos grandes homens. Basta dizer que era capaz de escrever horas e horas sem recorrer a outro auxílio, que não fôsse a sua memória prodigiosa e o seu imenso saber. Tipo inimitável de homem de letras, que patrocinou galhardamente as idéias e fatos mais sensacionais da sua época. Quem dele se aproximava ficava com desejo de estudar mais. Com aqueles dois trechos pré-gava a arregimentação partidária e o aumento da Esquadra. Que diria do trabalho o avisado sociólogo?

Ninguém mais autorizado do que ele, para falar sobre o trabalho.

"Ninguém, senhores meus, que empreenda uma jornada extraordinária, primeiro que meta o pé na estrada, se esquecerá de entrar em conta com as suas forças, por saber se o levarão ao cabo. Mas, na grande viagem, na viagem de trânsito por este mundo, não há possa, ou não possa, não há querer, ou não querer. A vida não tem mais que duas portas: uma de entrar, pelo nascimento; outra de sair, pela morte. Ninguém, cabendo-lhe a vez se poderá furtar à entrada. Ninguém desde que entrou, em lhe chegando o turno, se conseguirá evadir à saída. E, de um ao outro extremo, vai o caminho, longo, ou breve, ninguém o sabe, entre cujos termos fatais se debate o homem, pezaroso de que

entrasse, receioso da hora em que saía, cativo de um e outro mistério, que lhe confinam a passagem terrestre.

Não há nada mais trágico do que a fatalidade inexorável deste destino, cuja rapidez ainda lhe agrava a severidade.

Em tão breve trajeto cada um há de acabar a sua tarefa. Com que elementos? Com os que herdou e os que cria. Aqueles são a parte da natureza. Estes a do trabalho.

A parte da natureza varia ao infinito. Não há, no universo, duas coisas iguais. Muitas se parecem umas às outras. Mas tôdas, entre si diversificam: os ramos de uma só árvore, as folhas da mesma planta, os traços da polpa de um dedo humano, as gotas do mesmo flúido, os argueiros do mesmo pó, as raias do espectro de um só raio solar ou estelar. Tudo assim, desde os astros do céu até os micróbios no sangue; desde as nebulosas no espaço, até os aljôfares do rocío na relva dos prados.

A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente os desiguais, na medida em que desigualam.

Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, do orgulho ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo não dar a cada um na razão do que vale, mas atribuir o mesmo a todos, como se todos se equivalessem.

Esta blasfêmia contra a razão e a fé, contra a civilização e a humanidade, é a filosofia da miséria, proclamada em nome dos direitos do trabalho; e, executada, não faria senão inaugurar, em vez da supremacia do trabalho, a organização da miséria.

Mas, se a sociedade não pode igualar os que a natureza criou desiguais, cada um, nos limites da sua energia moral, pode reagir sobre as desigualdades nativas, pela educação, atividade e perseverança. Tal a missão do trabalho." (Oração aos Moços, Rio, 1932, pags. 38-41).

O sociólogo profundo e democrata, desde moço não se apartava das boas letras nem da coragem, do cavalheirismo e honradez, combatendo, assim, o comunismo que só poderá redundar em anarquia.

Em frente à república em que morava em São Paulo o acadêmico Rui Barbosa, é ele mesmo quem narra, residia em um velho pardieiro abarracado o Teles Pedagogo, professor de primeiras letras e célebre surrador de crianças. Foi-lhe uma oportunidade para combater a chibata, para expandir os seus sentimentos liberais.

"Muitos incidentes foram provocados por este mau hábito do Teles Pedagogo, incidentes estes motivados pela intervenção dos estudantes vizinhos, libertando as crianças dos prolongados concêrtos de palmató-

ria, que lhes ministrava o irascível professor, que por sua vez era constantemente surrado pelos rapazes libertadores, o que motivou a mudança da escola para outras bandas mais êrmas e seguras e nas quais o Teles operava desassombradamente." O homem não resistiu às recriminações. Sumiu-se. Evoluiu-se. Evaporou-se.

Rui isolado na torre de marfim dos seus ideais, viveu revoltado. Não deixou levar pelo sentimento, mas colocou a sua pena somente a serviço das idéias.

Servia-se da veia artística para verberar o êrro:

"Nada mais natural que o amor da pátria; mas também nada mais confuso, nada mais abusado, nada mais degenerável. Toda planta quer ao humus, de que se nutre, ao envoltório aéreo, onde respira, ao pedaço de azul celeste, que lhe sorri e a orvalha. Mas esses rebentos da seiva terrestre não têm paixões, como a planta humana. Esta é, de seu natural, ambiciosa, violenta, agressiva, invasora, absorvente, exclusivista; e tôdas essas aberrações malévolas facilmente mistura com o patriotismo, que, assim entendido, se parece tanto com o bom amor da pátria como o mal com o bem.

Desconfiai dos rótulos, que mentem, meus amigos, e habituai-vos a contratar a mercadoria com o critério vivo do vosso bom senso. Pois não foi o Terror, por exemplo, quem inaugurou em política a senha da Fraternidade? A guilhotina fizera desta palavra a expressão do fratricídio, arvorado em lei de governo. "Cheguei a esta conclusão", filosofava Metternich em Paris; "reinando a fraternidade, que aqui se usa, se eu tivesse irmãos, tratá-los-ia de primos." As mais horrendas matanças que ensanguentaram aquele país tocam ao regime dessa legenda pacificadora: desde a trucidação de mulheres e meninas pelos setembristas em 1792 até o assassinio dos refens pelos comunistas, em 1871.

Já vêdes que, no vocabulário dos sofismas da maldade, os mais formosos nomes padecem deturpações de sentido atrozes. Mas dessas fraudes blasfemas nenhum sofreu ainda maiores torturas que o patriotismo. Não vos iludais com essas falsificações abomináveis. O sentimento que divide, inimizas, retalia, detrai, amaldiçoa, persegue, não será jamais o da pátria".

Quem no país falou ou escreveu com mais concisão e com maior luxo de linguagem? Ninguém. Machado de Assis foi um psicólogo e um estilista homeopata. José de Alencar e Coelho Neto se assemelharam ao seu linguejar, mas não lhe atingiram a profundidade das idéias e a sagacidade do sciólogo. Volatizaram-se na superfluidade.

Não obdecia integralmente aos gramáticos, porque, como muito bem disse na sua monumental Réplica:

"Dada a confusão de alguns dos nossos expositores didáticos, nos domínios da língua, é impossível a alguém assimilar esta sem a orientação esclarecida de professores idôneos." Daí fundamentar os seus escritos na autoridade dos clássicos que o fizeram um tanto arcaico e cansativo.

Mas Rui, não tinha pretensão literárias. A prova aqui está:

"Rio, 24 de julho de 1918. — Meu caro Dr. Alberto de Oliveira. — Sendo muito irregular a minha leitura dos jornais, leitura a que os continuos trabalhos de minha vida me não permitem entregar-me senão rapidamente, só hoje, pelo cartão de convite para a sessão de amanhã, me chegou a notícia da sua proposta à Academia, de celebrar, aos 12 de agosto vindouro, o meu jubileu literário.

Não sei que aí agradecer, se a honra de sua estima, se o carinho do seu afeto, revelados nesse ato, ambos em grau tão superior a tudo quanto me seria lícito sonhar.

Mas, meu amigo, exprimindo-lhe o meu reconhecimento, rogo-lhe me permita opor, com tôdas as veras de minha alma, à sua idéia o meu voto afincado, empenhando com o benévolo autor do alvitre, tudo o que eu no seu ânimo possa valer, para que, cedendo às minhas instâncias, o retire, e assim exima a Academia de um constrangimento, a que ela, por cortezia de seus membros ou preito da coletividade ao cargo do seu presidente, poderia, talvez, ser induzida.

Ainda que vingasse elevar-me acima de todas as demais considerações, para deliberar e resolver como um tribunal de justiça, não se embaraçando com a dignidade, que exerço no seu seio, se a sua decisão homologasse a proposta, não se lograria ela eximir da nota de suspeita, correndo o risco de parecer que não honrava senão a si mesma, na homenagem tributada à sua representação social.

Não se afigura de leve monta este inconveniente; nem me parece que a Academia abrisse com prudência, estabelecendo um precedente, que, dados os nossos costumes, a poderia derivar, mais tarde, ao terreno das manifestações de ordem pessoal, cada vez e mais fáceis, repetidas e desconsideradas.

Permita-me o meu amigo e com êle os meus confrades, sem falsa modéstia, que à minha consciência mesma proteste contra essa dignificação por exagerada, e, como tal, injusta, destoante da austeridade natural dos atos académicos, pouco vantajosa no conceito público aos verdadeiros interesses de tão elevada corporação.

Sempre estimei em pouco o valor literário, e, de ciência certa, sei que o meu vem a ser nenhum. Nunca o cultivei. Se alguma coisa dele acaso cheguei a passar por ter, não terá sido senão por acidente. Tudo a que, neste gênero de merecimento, aspirei algum dia, se limita-

va a saber falar e escrever com mediana gramática a nossa língua. Mas, nisso mesmo começo agora a ter motivos para crer que punha a mira longe em demasia.

Nada mais contestável, pois, do que a minha valia em letras. Mas também da minha baixa cotação nessa escala não me entristeço, porque nenhuma cotação pretendi nunca. A valia moral, esta sim, é que eu busquei sempre, e por ela é que sempre me esforcei, advogando sempre causas justas, sustentando sempre idéias nobres, opondo-me sempre às instituições más, aos governos máus, à má política, colocando sempre os meus deveres acima dos meus interesses, servindo sempre à minha Pátria, no interior e no exterior, com exemplos que a não envergonham. Mas em fazer o que se deve nenhum mérito pode haver, e, quando o houvesse, não tocava às academias julgá-lo ou premiá-lo.

Não fui consultado sobre o pensamento, que entre amigos meus surdiu ultimamente de celebrarem o jubileu do meu ingresso público à vida intelectual. Se me ouvissem não teriam exteriorizado essa idéia, com a qual não estou de acôrdo.

Tais comemorações não sabem senão aos nomes históricos, às celebridades inconcussas, aos merecimentos supremos; e ainda nesses limites, mormente em terra como a nossa, a boa regra mandaria aguardar a derradeira consagração, a que não vem senão depois que a morte serenou em tôrno às paixões contemporâneas. Ora não há, entre nós, reputação mais discutida, mais contestada, mais atacada que a minha, não mingando entre os graduadores literários quem me arraste, desde as vertiginosas alturas de gênio e sábio até às baixuras ínfimas de analfabeto e burro. A verdade, certamente, não está no primeiro nem provavelmente coincidirá com o último destes extremos. Mas assim divergem as opiniões.

A maior graça, pois, com que me poderiam obsequiar os meus amigos, e a que lhes imploro de todo o coração, por amor de tudo o que lhes seja mais caro, é que deixem em exercícios findos essa lisongeira invenção da sua bondade, poupando-me ao alvoroço e rumor de homenagens com que o meu sentimento atual das coisas mal se acomodaria.

O maior jubileu que eu poderia ambicionar já está consumado só com isto de, ao cabo de uma carreira quinquagenária, ter ainda alguns amigos tão extremados no bemquerer que concebessem e ousassem tal iniciativa. Neles todos me abraço, e abraçando-os fio que me não contrariem em tão ardente desejo.

Já lhe devo muito, meu bom colega, mas viria a dever-lhe o dôbro, se perante eles quizesse ajudar-me, advogando; neste assunto, a causa dos melhores interesses do seu amigo — Rui Barbosa."

Que não foi um literato, mas um homem de letras é ele próprio quem o afirma, respondendo a Constâncio Alves na Festa do Sol, na Bibliotéca Nacional: "Eis porque, senhores, me foi mui agradável a surpresa de ver nos convites para esta solenidade, qualificado como cívico e não como literário o jubileu, que se está solenizando. Já na minha carta à Academia Brasileira, alguma cousa adiantei eu nesse sentido."

"Mas qual é, na minha existência, o ato da sua consagração essencial às letras? Onde o trabalho que assegure à minha vida o carater predominante ou eminentemente literário? Não conheço. Traços literários lhe não minguam, mas em produtos ligeiros e acidentais como o "Elogio do Poeta", a respeito de Castro Alves, a oração do centenário do Marquês de Pombal, o ensaio acerca de Swift, a crítica do livro de Balfour, o discurso do Liceu de Artes e Ofícios, sobre o desenho aplicado à arte industrial, o discurso do Colégio Anchieta, o discurso do Instituto dos Advogados, o parecer e a réplica acerca do Código Civil, umas duas tentativas de versão homométrica da poesia inimitável de Leopardi; a adaptação do livro de Calkins e alguns artigos esparsos de jornais, literários pelo feitio e pelo assunto. Que mais? Não sei, ou de pronto me não lembra. Tudo o mais é política, é administração, é direito, são questões morais, projetos, reformas, organizações legislativas. Tudo o mais demonstra que esses cinquenta anos me não correram na contemplação do belo, em laboratórios de arte, no culto das letras pelas letras. Tudo o mais está evidenciando que a minha vida se desdobra nos comícios e nos tribunais, na imprensa militante ou na tribuna parlamentar, em oposições ou revoluções, em combate a regimens estabelecidos e organizações de novos regimens. O que ela tem sido, desde a data do seu primeiro dia, a data do brinde político a José Bonifácio, em 13 de agosto de 1868, é uma vida inteira de ação, peleja ou apostolado". Viveu e morreu lutando. No seu rastro deixou sem se aperceber a mais preciosa coleção literária moderna. Lutou pelo cartaz.

Sem pretensões a literato, sem ter deixado mesmo um só volume intencionalmente dedicado à arte, foi no consenso da intelectualidade patricia, descontado o tempo consagrado às suas diferentes atividades públicas e em que pese às preterições, apedrejamentos, incompreensões e desprezos, o nosso mais fino e forte — homem de letras — cujo nome há de viver na literatura nacional, ainda que todos os outros estivessem esquecidos, com lembrança apaixonante. Escreveu para hoje. Escreveu para a posteridade. Foi a mais alta expressão verbal e literária da intelectualidade universal, esquecido, no entanto, de que as mudanças sociais não podem ser repentinas. As sociedades não são máquinas: são organismos. E a natureza não dá saltos.

2.^a parte

O FILÓLOGO

O curto-circuito de uma grande idéa lançada na sua vontade fazia lavrar um incêndio de inteligência e espírito. Inflamava-se facilmente.

Que Rui foi uma inteligência sem igual e que não apareceu outro para substituí-lo, mesmo porque os gênios só aparecem raras vezes num século, já são idéias que constituem lugares comuns do povo brasileiro cuja consciência já se vai formando no culto dos seus grandes homens.

O que, porém, mais o situa acima da vulgaridade é a sua inacreditável capacidade de trabalho, já que o homem afinal de contas vale, não pelo que tem ou pelo que sabe, nem pelo que pode fazer, mas por aquilo que produz e realmente faz. Esta se revela no filólogo.

Estampando diariamente trabalhos de sua lavra, mantinha o mesmo alinhô de estilo. Na Réplica, porém, excedeu-se em tudo, no estilo, nos conceitos, nos permenores, nos detalhes, nas minúcias, na abundância de citações, no conjunto que se poderá forçosamente citar como um segundo *Luziadas* de Camões, para a consolidação da língua. Grande na forma e no fundo atesta isoladamente a definitiva integração da língua portuguesa no Brasil e a grande e apurada cultura brasileira.

A mentalidade primária da grande maioria do povo sentiu Rui, mas não ponde compreendê-lo. A mentalidade requintada, movida pelas veleidades dos seus opositores, quiz crear uma nova língua, como se isso dependesse apenasmente da vontade. Brasil e Portugal constituirão sempre uma confederação tácita, porque o idioma não se muda nem se impõe, muito menos se fórma só com vocábulos novos: é o conjunto de tôdas as características de um povo, mantidas através dos séculos e de sucessivas gerações independentes e evoluídas.

Escrita comprovadamente em dois meses a Réplica, como o poema imortal de Camões não pode ser estudada em menos de um ano. É a arte camoneana ampliada sob a fórma de prosa, visando a definitiva implantação vernácula, nas expansões de uma alma dolorosa, colhendo flores de exemplos em tôda a literatura portuguesa da qual se assenhoreara com citações de volume apavorante.

A semelhança das obras Shakespeare, não parece concepção e esforço de uma pessoa, mas de uma companhia ou coletividade. Há, porém, para o caso uma explicação plausível que repousa no valor da concentração e do método. Cabe aqui recordar que Rui levantava-se habitualmente entre três e meia e quatro horas da manhã; deitava-se cedo e dormia no máximo seis e sete horas. São detalhes de um temperamento excepcional que passam despercebidos aos críticos mais apressados. Outrossim, dispunha de uma biblioteca completa e tinha, como já vimos, uma base sólida e rara, já não precisando aos quarenta anos recorrer a dicionários e mais ainda, era dotado de uma memória prodigiosa. Mesmo assim o monumento toca às raias do inverosímil. Produto da polêmica com o gramático Carneiro Ribeiro que fôra seu professor, com o crítico literário José Veríssimo, o Saint Beuve brasileiro, e com o grande jurista Clovis Bevilacqua, todos três, aliás, versadíssimos no vernáculo, é o trabalho mais crudito do seu tempo, aconselhando a observância dos clássicos como figurino invariável para a boa expressão do pensamento. Todos três afinal abandonaram a peleja.

A língua portuguesa, puramente empregada, é como disse Laudelino Freire, grande admirador de Rui, um verdadeiro tesouro de expressões. Qualquer livro inglês, por exemplo, traduzido aumenta de volume, mesmo sem o desvairamento da paixão política.

O que muitas vezes nos parece sobrehumano, como porventura a obra de Camilo Castelo Branco, não é mais que o resultado de um estudo bem feito. Não basta ler e compreender: é preciso assimilar, penetrar no objeto estudado, insuflar-lhe nova vida. Coordenar. Digerir.

Expor a vida de Rui Barbosa é viver com êle, porque o mestre tinha gosto pelo estudo, amor aos livros e ao trabalho e nos transmite uma nova luz, um novo entusiasmo e uma nova vida, um novo método e uma nova compreensão.

Imbuído do amor à língua portuguesa, que considerava o maior vínculo da nacionalidade, nela vendo um traço de união entre dois povos que jamais será apagado e que antes deve ser cultivado e cada vez mais desempenhar o seu papel unicista, a despeito da sua natural evolução, tudo fez, para exaltá-la como tesouro de uma raça.

Nesse afan a inteligência humana não galgou ainda píncaros mais altos, pois ninguém como êle sabia mais prodigamente e mais imperceptivelmente tirar partido de qualquer motivo, como no discurso pronunciado entre as andorinhas e as palmeiras imperiais de Campinas.

Coteja todos os escritores de nomeada, justifica os milhares de neologismos introduzidos no idioma que manejava inegualavelmente, nada lhe escapando, exime-se da acusação de arcaico e magistralmente mantém a sua defesa à redação do Projeto de Código Civil.

Esmerilhador devotado, defende-se de arcaico, dizendo:

— “Não há língua definitiva e inalteravelmente formada. Tôdas se formam, réformam, transformam continuamente. Quem o não sabe?”

Afimado analista da língua, com autoridade reconhecida aquém e além-mar, não podia deixar de recorrer aos neologismos e desenterrar enferrujados arcaísmos, para dar vasão à sua exuberância mental e maior ênfase às manifestações do seu amor ao estudo, à pátria e à humanidade, na superaguda visão de um mundo mais justo e melhor, todo elegante e refinado, todo asseio e descência, todo apuro e exatidão.

É certo que em determinadas circunstâncias, vale mais o exemplo que a palavra, porquanto se retém sempre melhor as vibrações de um gesto, do que as irradiações da palavra mais bela, arguta e autorizada, mais incisiva e graciosa. É o próprio autor da Réplica quem o afirma:

“Mais alto, porém, que a palavra, fala-nos o exemplo, um grande exemplo”. Cristo aliou o exemplo à palavra. E quem não tem a unção divina há de forçosamente recorrer à perfeição da linguagem humana, fonte do bem. A palavra há de sempre preceder o exemplo, como o pensamento precede a palavra.

Melhorando e afiando sempre o seu instrumento aconselhava, para bem escrever, ler Camilo e mais Camilo. Disse a respeito, o ilustrado antístite D. Aquino Corrêa:

— “Como legítimo orgulho de raça, bem poderíamos parafraseá-lo, dizendo que para aprender as belezas do pátrio idioma, basta ler Rui, Rui e Rui, o qual sôbre não ficar somenos a Camilo na vernaculidade e na robustês do estilo, leva-lhe a grande vantagem de não tratar de assuntos escabrosos para o melindre das almas delicadas.

Clássico sem ser arcaico, moderno sem barbarismo, verdadeiro parnasiano da prosa, Rui tem o condão de refundir continuamente a língua em novos moldes de beleza viva ao calor do seu portentoso talento literário, porque foi quem empregou o maior vocabulário português.

O seu não é um classicismo exumado. Não é a língua semi-morta dos arcaisantes. Não é uma questão de pronomes.

Pena viva e militante, sabe êle dar ao vasto pensamento a sua mais formosa expressão literária, vasando a cada passo em verdadeiras obras primas de elocução, a pureza dos primeiros séculos da língua, o esmalte fresco da sua evolução cotidiana e o luxo dessa natureza magnífica, onde ao sol glorioso dos trópicos, rendilhou-se-lhe o berço entre o sertão e o mar.

... Lêde-o em suas razões jurídicas e filosóficas, em suas versões, em seus trabalhos didáticos, em seu mimoso epistolário, lêde-o afinal em seus mais mínimos escritos e a cada página, sentireis que a pre-

ocupação com os primores do vernáculo parece sobrelevar a tôdas as demais."

Com efeito, nos trilhos do bom senso, sob a bitola estreita do gabinete ou dominado pela paixão política, a dizer a verdade nua e crua, derramava sempre a sua chuva de rosas que a posteridade iluminada transformará numa chuva de estrelas.

Cultivar a língua portuguesa é preparar a mansão do pensamento universal porvindouro, dado que este há de irradiar da América Luzitana, através o pensamento da Águia de Haia.

Cogita-se de uma língua sintética universal; uns opinam pelo esperanto, outros pelo inglês. A língua sintética universal será o português, porque da terra do Cruzeiro sairá o ferro e o petróleo para o mundo e a nafta pacificadora do pensamento ruiano para toda a humanidade.

Parodiando as palavras do autor do — Quo Vadis? — pode-se dizer com segurança, filha da observação: Roma trouxe o culto do direito, Atenas trouxe o culto da beleza, o Cristianismo trouxe a caridade mas o Brasil pela voz do seu filho predileto — Rui Barbosa — trará a paz para as nações. A raça latina tem nele o seu expoente.

Toda a cultura humana é o aproveitamento de idéias já lançadas; não há nada de novo no mundo, desde a época de Salomão; mas, plagiar honestamente é retocar, melhorar, aperfeiçoar, aproveitar inteligentemente a experiência do passado, o pensamento das gerações.

Que saiba a humanidade presente e futura aproveitar prudentemente — a mensagem da Águia de Haia — que, defendendo idéias, "vernaculizou o indizível na língua portuguesa", na expressão do delicado poeta Emilio de Menezes, de saudosa memória, literária.

Antes de empreender qualquer trabalho procurava meticolosamente todos os meios e modos de informações e só depois de bem aparelhado e com matéria mais do que suficiente, metia mãos à obra. O seu êxito não era um milagre e sim o lógico produto de esforço próprio, deliberado, conciente, esfalfante, metódico, teonaz.

Diz o povo na sua experiência e na inópia do seu falar, que quem nasceu para vintém não chega a tostão e se chegar a possuí-lo perderá tostão e vintém. Mas ninguém poderá, ainda que possua a mais clara, forte e bela voz do mundo, dedicar-se ao belcanto sem longo e paciente estudo, sem apurar o seu dom. Assim no campo das letras.

Rui não pode ser apreciado como simples literato ou vernaculista somente, porque foi uma personalidade integral de publicista, não se podendo fotografa-lo unicamente de perfil.

No Brasil, como no mundo, falar em Rui Barbosa, é falar em inteligência, em cultura, em política, em direito e pacifismo. O grande

milagre que operou, foi o de se fazer eterno estudante, como se dizia Coelho Neto, durante toda a vida por mais alto que pairasse nas mais altas esferas da administração e da política o que originou a sua estu-penda erudição, fruto da inteligência bem cultivada e normal, sem su-perfluidades.

Quando o horizonte se iluminava alegremente do incêndio das ma-nhãs brasileiras, já ele estava como atalaia da pátria, preparando os tra-balhos e orações, para estrondosamente na ansiosa ância de bem fazer e fazer bem feito, servir e cortejar sua magestade o povo.

Nas ameias despedaçadas da república velha permanece como ban-deira sua fotogravura, qual vitória-régia da intelectualidade brasileira, sempre mantendo-se inseparável da mais pura vernaculidade, sempre procurando provar por todos os meios e modos a verdade verdadeira. Escreveu sob quase todas as formas literárias. Vejâmo-lo no apólogo:

— “Alexandre o Macedônio, estendendo muito para o levante as suas conquistas, fôra dar uma vez em certa região bemfadada, onde tudo eram flôres e contentamento. Simpatizando com o povo cujos si-nais de inteligência o impressionaram determinou de lhe conhecer a vida. Mas, agasalhado pelo rei, o que dia a dia lhe captava mais a atenção, era a maneira como o feliz soberano distribuia a justiça.

Um dia o procuraram dois súditos seus:

— Rei, escuta — dizia um — Comprei a este homem uma charneca. Para construir uma vivenda cavei o chão e dei com um tesouro de ouro, prata e pedras preciosas. Então lhe disse: “Toma o tesouro que é teu”. Não tinha eu razão, grande rei? Manda-lhe que receba o tesouro.

O outro contraveio.

— Rei grande! Justo rei. Tenho receio de ficar com o que me não pertence. A charneca, vendi-lhe eu, com tudo o que ali se contém. Ordena-lhe, pois, que o guarde.

O rei meditou entre si, e, dirigindo-se ao que primeiro falara: — Não terás um filho? — perguntou-lhe.

— Mercê de Deus, sim!

— E tu, não tens alguma filha?

— Sim, louvado Deus.

— Pois vêde se os dois não quererão se desposar. Caso estejam por isso, dai-lhes em dote o tesouro. Quando não, disse o rei ao comprador do baldio, soterra de novo estas riquezas no sítio onde se te depara-ram, e edifica aí a tua casa.”

Foram-se os dois homens contentes, e, Alexandre, pasmo, exclamou: — “Que estranho país!”

— Em minha terra, obtemperou-lhe o conquistador, ambos os pleiteadores seriam exilados, confiscando-se-lhes o tesouro.

O rei ergueu os olhos para o céu.

— Grandês deuses! exclamou. — E luz o sol em sua terra?

— Luz.

— E chove sobre ela?

— Chove.

— Então é para as alimárias do campo que cai a chuva e alumia o sol em sua terra. Porque homens embusteiros e injustos não são dignos dos benefícios do céu."

Dando ênfase aos seus discursos, parodiava o Evangelho:

"Enquanto Deus nos dê um resto de alento, não há que desesperar da sorte do bem. A injustiça pode irritar-se; porque é precária. A verdade não se impacienta; porque é eterna. Quando praticamos uma ação boa, não sabemos se é para hoje ou é para quando. O caso é que os seus frutos podem ser tardios, mas são certos. Uns plantam a semente da couve para o prato de amanhã, outros a semente do carvalho para o abrigo ao futuro. Aqueles cavam para si mesmo. Êstes lavram para o seu país, para a felicidade dos seus descendentes, para o benefício do gênero humano."

Descrevendo os fenômenos da natureza, como observador minucioso, mantém o mesmo estilo elevado:

"Já vistes explicar o estouro da boiada? Vai o gado na estrada mansamente, rota segura e limpa, chã e larga, batida, tranquila, ao tom monótono dos eias! dos vaqueiros. Caem as patas no chão em bulha compassada. Na vaga doçura dos olhos dilatados transluz a inconciente resignação das alimárias, oscilantes as cabeças, pendente a morgem dos perigalhos, as aspas no ar em silva rasteira por sobre o dorso da manada. Dir-se-ia a paciência em marcha, abstrata de si mesma, ao tintinar dos chocalhos, em pachorrenta andadura, espertada automaticamente pela vara dos boiadeiros. Eis senão quando, não se atina porque, a um acidente mínimo, um bixo inofensivo que passa a fugir, o grito de um pássaro na capoeira, o estálido de uma rama no arvoredo, sobressalta uma das rezes; abaça, desfecha a correr, e após ela se arremessa, em doida arrancada, atropeladamente o gado todo. Nada mais o reprime. Nem brados, nem aguilhadas o detêm, nem tropêços, voltas ou barrancos por devante. E lá vai, incessantemente, o pânico em desfilar, como se os demônios o tangessem, léguas e léguas, até que exausto o alento, esmorece e cessa, afinal, a carreira, como começou, pela cessação do seu impulso. Eis o estouro da boiada".

Página muito mais escoreita e, apesar de sintética, mais substancial do que a sobre o mesmo assunto escrita por Euclides da Cunha nos Sertões, sem discrepância, um dos maiores livros da língua portuguesa, apesar de bárbaro e despretencioso, monstruoso e revoltante.

Cavaleiro errante da política, arquétipo do fiel e verdadeiro líder popular, luminescente propagandista do seu ideário, visto no tablado das discussões ou no taboleiro mágico das profecias, era sempre o *primus inter pares*, ostentando até à velhice o mesmo talento peregrino, mantendo-se o mesmo estilista harmonioso e inimitável e o mesmo vernaculista exigente e atento na estrutura escriturística de todos os seus trabalhos, desde a epístola até às plataformas, de fio a pavio, quer combatendo as guerras que salpintam a História da Civilização, quer instigando varonilmente a defesa da liberdade, idealista ou praticista, como se vê claramente na campanha que empreendeu, aos setenta anos, no sertão baiano, em defesa da candidatura Paulo Fontes, por avê-lo que era às atitudes de submissão subalterna da politicalha. E o sertão soube acolher o estudante-simbolo. Velhos e moços beijavam-lhe as mãos e o céu revestiu-se de sua pompa azul para saudá-lo.

Vejamo-lo agora a derramar a ambrosia da sua palavra mágica na aridez do sertão baiano onde conseguiu levantar o povo em armas:

“Ao pôr os pés no limiar dos sertões baianos, alguma coisa me atalha e suspende o ânimo preso de um sentimento novo, tal como imagino havia de ser o do navegante à beira de um mar desconhecido. De prôa posta ao rumo, de velas tendidas ao vento, não se detêm o barco na rota deliberada, nem a mão do timoneiro lhe fraqueja no leme, ou o coração do piloto lhe treme no peito. Mas uma impressão desusada se insinua no ânimo resolutivo do mareante, atraído pela vocação da honra ou do destino aos seios do mistério que lhe acena do pégo e do horizonte, enquanto a ré lhe vai fugindo a esteira da singradura e as ondas conversam com a quilha no marulho dessas solidões nunca dantes navegadas, rebentando-lhe em cristais no costado, atapetando-lhe de prata o sulco espumoso. Orvalhando de aljofar as enxárcias.

O sertão não conhece o mar. O mar não conhece o sertão. Não se tocam. Não se vêem. Não se buscam. Mas há em ambos a mesma grandeza, a mesma imponência, a mesma inescrutabilidade. Sobre um e outro se estende esse mesmo enigma das magestades indecifráveis. De um e outro ressalta a mesma expressão de energia, força e poder a que se não resiste. Um e outro se nos antolham, do mesmo modo, como dois reservatórios insondáveis e inesgotáveis de vida. Ante um e outro nos sentimos nulos, em todo o acanhamento do nosso nada, e temos a visão da imensidade, a sensação do infinito, a impregnação do eterno. É a comoção religiosa, que vibrava entre os primeiros navega-

dores, quando, ao avistarem a ourela das praias, onde se franja o pê-lago azulado, lhes saía dalma todo um hino em um só grito: "O mar!" Assim me rebentava, há pouco, do seio, ao dar com os olhos na primeira orladura da região das matas e das serras, êste clamor íntimo de alvorôço: "O sertão! o sertão livre!"

Marinha — eis um lindo quadro do grande artista e vernaculista que poderia com o seu pincel, a pena privilegiada de um atlante, descrever todós os quadrantes do globo:

"Na vasta cena que moldura, deste lado, a graciosa praia do Arpoador, e do outro se perde na curva do horizonte, entre as gaivotas que paravam, revoavam e engulhavam, emergindo com as azas distendidas, a brancura do vaso de guerra, cintilando ao sól, deslisava como um grande pássaro luminoso flutuando a tona da corrente. No anil do céu, no setim azul do mar, na transparência verde-crê da beira da enseada, nas flôres de prata em que se desmancha o rôlo das ondas, nas vibrações da areia refulgente, à claridade do meio-dia, na poesia que dêste cenário se elevava em silêncio, contemplada pela imobilidade eterna destas montanhas, nessa magnificência do firmamento, da terra e do pêlago misterioso, rebrilhava e cantava uma dessas horas de festa da natureza, nas quais a vista humana se deslumbra, e o coração do homem se sente mergulhar no infinito.

O espectador, que, de ânimo despreocupado, tivesse os olhos nos esplendores desse panorama, não imaginaria que num quadro tão exuberante de vida, luz e colorido se pudesse insinuar uma nota de tristeza penetrante, de contagiosa amargura. E se a sua fantasia manejasse um pincel de artista (foi o seu caso), a marinha, que naquele momento lhe saísse das mãos, debuxada com a mais sensível expressão de paz e esperança, na glória dêsse radioso horizonte e dêste ambiente polvilhado de ouro, como um cristal de safira branca circulada por uma grande safira azul, a candura daquele vulto de procelária boiando, argentado pelos raios solares e acariciado por ventos mareiros, para um destino ignorado nos páramos do oceano."

E por maiores que fôssem as apreensões da política, não perdia a linha da vernaculidade, como o maior clássico da língua portuguesa, que encontrou sempre no estudo o sudário das paixões, retratando, fielmente, a verônica do seu pensamento. A bela página acima foi escrita no ardor da campanha contra o testamento do Govêrno Hermes, quando objurgava com tôda veemência: "Arrie-se a bandeira brasileira e coloque-se em seu lugar a batina do Padre Cícero!" Estava revoltado.

Absôrto na faina diária, embebido no deslumbramento da própria eficiência mental, encrustado naquele templo de civismo que era a sua

residência de S. Clemente para onde afluíam os discípulos sequiosos de luz, o grande apóstolo nacional da arte escrita e do patriotismo, jamais deixou de ser o paciente investigador do vernáculo, a esculpir frases.

As orações do indomável defensor da liberdade, do inenarrável escritor de cem volumes, que a tanto chegaria a sua produção poliédrica, eram matematicamente perfiladas pela gramática e pelo estilo.

Aptidão não lhe faltava, acêrca disso todos são acordes, mas o apuro da roupagem que usava, exigia vigilância de Quasímodo.

A despeito do seu pragmatismo contestado, ler Rui Barbosa, será sempre oxigenar o espírito, ouvindo o oráculo da língua que assim trouxe o seu epitáfio: — “estremeceu a justiça; viveu no trabalho; não perdeu o ideal.” Acrescentemos — estruturou a paz.

E porque a sua produção foi imensa e variada, apesar de toda a vigilância, não deixou de cometer deslises gramaticais que não devem ser levados em linha de conta, no seu acervo vernaculista e literário.

O jaguar das letras e da idéia, foi na imensidade da floresta brasileira uma lição sempre viva de fé, respeito e proteção às fontes de onde jorrou sobre o mundo a luz dos espíritos de paz, a elevação das almas, a dignificação do homem, a justificação da moral e do direito e a harmonia dos povos. É o oráculo desta hora de apreensões.

Em meio à crise mundial de 1914 a sua voz não emudeceu, ao contrário, ainda mais alteou-se; ante o incêndio que a loucura ateou, cabe rememorar-la, porque mais alto que todos os canhões e mais ferina que o matraquear de todas as metralhadoras há de soar a voz do direito que há de fazer todos os sertões livres e todos os povos respeitados. para a execução do plano geral de paz universal...

A parte individual, porém, é a boa vontade e é indispensável na execução do plano geral como dizia Victor Hugo.

Sempre educativo, aconselhava o fair play nas lides da vida:

“Se o casal do nosso vizinho cresce, enrica e pompeia, não nos amofine a ventura, de que não compartimos. Bendigamos, antes, na rapidez da sua medrança, no lustre da sua opulência, o avultar da riqueza nacional, que se não pode compôr da miséria de todos. Por mais que os sucessos nos elevem, nos comícios, no fôro, no parlamento, na administração, aprendamos a considerar no poder um instrumento de defesa comum, a agradecer nas oposições as válvulas essenciais de segurança da ordem, a sentir no conflito dos antagonismos descobertos a melhor garantia da nossa moralidade. Não chamemos jamais de inimigos da pátria aos nossos contendores. Não averbemos jamais de traidores à pátria os nossos adversários mais irredutíveis.” Bela e oportuna lição. E ainda, magistralmente, aconselhando à mocidade de sua pátria,

como remédio, mandava levantar os corações ao alto, vendo em Deus o único recurso para os males da época, nessa mesma oração dirigindo a sua palavra ao Altíssimo.

O supervisor do Brasil, combatendo incessantemente pela pátria, pela tradição e pela raça, na sua prosa bem trabalhada e castigada, avassalador e deslumbrante, inespírada no pragmatismo de William James, procurou encaminhá-la para o liberalismo num estilo contraditoriamente escravo da gramática. Não era um livro aberto a toda gente, mas controlava a mente nacional.

Nas menores coisas, nos mínimos detalhes dos seus escritos e discursos encontra-se o cuidado do mestre: "Atirou-lhe com uma garrafa vasia de cerveja" — "Atenuai, senhores, que a mim me parece estranho" — "Eu parece que encontrei ali" — Era o discípulo e seguidor de Camilo, seguindo os preceitos de Cícero: "As letras são o alimento da juventude, a paixão da idade madura e a recreação da velhice; dão-nos brilho na prosperidade e são uma consolação, um recurso no infortúnio; fazem as delícias do gabinete e não nos embaraçam em nenhuma situação da vida; de noite servem-nos de companhia e vão conosco para o campo em viagem".

Há quem pense que para se chegar a erudito e filólogo é preciso esquecer-se de si mesmo. É um engano. No livro "Os Grandes Pensadores" encontram-se estas palavras: — "Podereis dispor de uma hora por dia? Dai-me sete de cada uma de vossas semanas e eu farei de vós um filósofo ou um erudito; em quatro anos estareis tão bem educados como qualquer doutor em filosofia deste país."

Tudo depende exclusivamente do método e uma biblioteca como a de Rui, hoje propriedade da futura e já bastante culta mocidade brasileira, é um manancial de saber, uma fonte inesgotável de instrução de salutar deleite, uma escola de aperfeiçoamento e erudição, aberta, estimulante aos espíritos sedentos de luz e empenhados na cristalização da idéia democrática.

Tudo esmiuçava, devassava, avassalava na pátria língua: "Preferência por — Esta apóstila do emérito professor é uma das tais, em que, não contente de me chacinar o substitutivo, se diverte em me andar pulverizando as notas.

Parece-lhe a ele que o seu desaproveitado aluno, dizendo "a preferência pela outra expressão" não "lhe tateou bem a vernaculidade." A seu vêr o substantivo preferência não comporta a preposição por, senão somente a, para, de e sobre; para demonstrar o que invoca A. de Castilho e Latino Coelho, nestes dois passos: "A preferência de Maria para as leituras." "É então que a preferência da antiguidade aparece claramente, definitivamente."

"A última dessas duas passagens não se recomenda senão à censura, pela sua anfibologia. Não se sabe, de feito, ali se a "antiguidade" é o sujeito, ou objeto da preferência, ou é preferida.

Do outro tópico o que se segue apenas é que com o nome preferência cabe a preposição para; sem que daí resulte não lhe caber também a preposição por.

O douto professor labora numa confusão, que buscarei desvanecer. Os complementos indiretos do verbo preferir, êsses excluem não há dúvida nenhuma, a preposição por, exigindo a preposição a. Mas esta não rege então o objeto preferido, senão aquele que lhe pospomos. "Entregaram-se"; diz Bluteau, "e foram despojados de tudo, exceto daquela liberdade, que eles preferiam a tudo (Vocabular, v. VI, p. 691). "Preferiu a conservação da República à sua própria vida." (Ibidem). "Sem nunca se preferir aos mais". (Ib.). "A maioria do povo preferia a infância que a lei impunha aos que recusavam"... (Alexandre Herculano — Eurico)" (Réplica, n.º 95). E não teria fim êste livro...

Rui, ainda como vernaculista, foi útil à sua pátria. Nenhum povo culto pode viver sem literatura, veículo do pensamento, principalmente, sob o firmamento tropical, posto que, em filologia como em religião o principal é a prática, cabendo a discussão doutrinária a uma minoria erudita. A correção da linguagem revela a pessoa.

Até mesmo no Senado onde falava horas seguidas, nem sempre era compreendido, tal o seu luxo vernáculo, havendo colegas que se cansavam em acompanhar-lhe o discurso verdadeira caudal, torrente magnífica de saber e verdade. Porisso nem sempre era bemvindo ali.

Todos os livros de Rui eram por êle mesmo anotados e resumidos numa síntese perfeito à sua última página. A sua idéia mater, a opinião que defendia ou combatia, os seus intúitos ou conclusões, ficavam aí claramente expostos, segundo o seu modo de ver.

E que crítico mais judicioso ou mais autorizado?!

A forma que lhe revestia o pensamento não era rebuscada, era natural. Saia-lhe cristalina do cérebro, à proporção que ia escrevendo ou ditando, porque às vezes ditava, muito embora preferisse quase sempre escrever. E o fazia sem um borrão, sem uma emenda, sem entrelinhas de enxerto, em caligrafia tão clara como a sua idéia. Escrevia ao correr da pena, horas seguidas, sem hesitações, trocas, repetições ou pausas forçadas. Não havia o que substituir nos seus trabalhos, tão legível a letra, tão sólido o pensamento, tão justa a forma. E note-se que o artista da palavra escrita e falada, não se revelava simplesmente no idioma materno. O seu discurso de saudação a Anatole France na Academia

Brasileira de Letras, análise da sua obra, foi ditado do seu leito, encontrando-se acometido de impertinente enxaqueca.

"Na ante-véspera da recepção, Rui Barbosa se limitára a revê-la através das suas notas e dos seus resumos, que dão bem a medida do seu método intelectual e descobrem o mistério de sua intensa e extensa fecundidade". (De um artigo do "Imparcial", pág. 4, Rio, 6 de Março de 1913). Jorrára do seu cérebro-dinamo. Foi, verdadeiramente, o gênio incomparável que fez a glória do seu povo e que inundou de luz o seu século e o seu rastro.

Não apareceu ainda no país outro Rui Barbosa.

O mundo conta poucas individualidades do seu quilate.

Prevendo tudo isso foi que D. Pedro II, que o conhecia por um parecer, disse em Cannes a Ferreira Viana: — "Nas trevas que caíram sobre o Brasil a única luz que alumia no fundo da nave é o talento de Rui Barbosa". Na visão republicana, agiganta-se salvadoramente. E o mestre só se revelou vernaculista muito depois, aos 50 anos de idade, de modo surpreendente. O seu vernáculo era a lei. Viveu ensimesmado sobre os fenômenos políticos e sociais. Mas nenhum outro enriqueceu tanto o beletismo pátrio. Sobressaltado com os problemas nacionais, lançava ao ar verdadeiros fogos de artifício. Foi sempre comovente ouvir a voz autorizada, pura e cristalina do velho Rui, como o chamavam no fim da vida, mas sempre novo e erudito filólogo brasileiro.

CAPÍTULO VII

O LÍDER CIVILISTA

1.^a parte

Imbuido do liberalismo tricolor de 89, o grande servidor da Pátria que empreendera o seu apostolado de restauração, e que era reputado como um juiz e um guia na vida nacional, mui cêdo foi recompensado com ingratidões, penas, dores e amarguras de tôda sorte. Sua ilustre pessoa foi continuamente coberta de ultrajes e insultos pela imprensa partidária, tôdas as suas sábias idéias eram por ela criticadas e ridicularizadas. Foi perfidamente arrastado no lodo das páginas de periódicos e revistas obscenas, sem ouvir uma palavra de reprovação das autoridades e de quem deveria impedir tais coisas. Êle, porém, na sua prudência, procurava evitar todo e qualquer motivo de atrito com quem regia a vida pública e administrativa; não queria que se lhe apontasse motivo algum de queixa, menosprezando os desprezós e insultos, atirados contra si até mesmo em fórmula de canção carnavalesca, oferecendo tudo resignadamente, com estoicismo, em holocausto à Nação.

Pelo contrário, quando se tratava de prejudicar os direitos do povo e atacar a doutrina democrática e a moral, então émulo da heroica firmeza de Tiradentes, erguia a sua voz, protestava e condenava solenemente os êrros de qualquer parte donde viessem e de quem viessem.

O guia natural do seu povo que já obtivera tôdas as glórias da terra, sempre, apontado como o mais legítimo sucessor presidencial da República, é o defensor da liberdade e dos direitos dos oprimidos, o vingador dos reclamos e das reivindicações das massas que sempre o consagraram. Era o homem das multidões. Todos os próceres cumpriram esta santa missão, e na verdade, quando o exigiam as necessidades, com firmeza apostólica uns defendiam os direitos do cidadão, não se importando com as perseguições, cadeias e exílios, preferindo a própria morte, a faltar ao dever. Houve, porém, alguns que, tiveram que lutar mais do que os outros, por causa das tristes condições em que se

achavam a república e a sociedade quando em sua organização. Um deles, Lopes Tróvão, chegou a dizer: "não foi esta a república dos meus sonhos," tão escandalizado se sentira... Trovejava...

Outro, Rui, que sempre aparecia em público e do alto da sua tribuna viu a gravidade dos múltiplos males que devia energeticamente e quanto antes combater ou remediar, ousadamente os enfrentava, afim de não tomarem mais vastas proporções. Portanto, convicto de nada mais fazer do que cumprir o seu dever, em nome do Direito e com firmeza heroica, certo de representar e encarnar a cidadania brasileira, que está muito acima de nomeações e convenções partidárias, mas desfaldando uma bandeira, a da revisão constitucional e com um programa que desdobraria em quantas conferências fôsem necessárias pelo Brasil afóra, lançou-se à restauração dos princípios democráticos começando por reivindicar para o povo a plena liberdade da eleição dos seus dirigentes — a liberdade de candidatura.

E é de notar de fato como a massa, depois da convenção de Agosto de 1909, da qual saiu candidato do povo, causou incomodos e desgosto ao situacionismo, fazendo mesmo uma oposição branca até à morte de Pinheiro Machado. Com a morte de Afonso Pena recebera aquele político a incumbência de apresentar o Marechal, porém, o fez com o atraso de algumas horas, pois a candidatura marechalica fôra lançada pelo próprio Exército que a impoz abertamente.

O General Dwight Eisenhower disse à Imprensa Brasileira: "no meu país os militares não se envolvem em política." Como é diferente a política no Brasil. Como é sabido, no conclave em que foi escolhido o candidato Hermes houve discordâncias, porquanto vários membros do diretório ou comissão executiva do P. R. C. apoiavam Rui e reconheciam o seu direito moral à nomeação, apesar das suas condições e qualidades negativas para a investidura. A candidatura marechalica, provocou protestos em todo o País e a desaprovação de todos os bem intencionados, até mesmo de políticos riograndenses. E para que se não renovasse o abuso foi que se cogitou da formação de um partido nacional oposicionista, apoiado, pelos governos de S. Paulo e da Bahia. Visava-se mais o futuro que mesmo uma vitória imediata e esmagadora.

O governo paulista já há muito receiava um surto militarista e o grande Rodrigues Alves que nunca se opoz ao nome de Rui, receiava e por isso não aceitou a própria indicação, num conflito da política da União com a do Estado. Aliás não morria de amores por Rui.

Em torno da Águia de Haia estaria a mocidade bandeirante como as mariposas em derredor da luz. Em virtude dêsse derivativo oportuno e providente pôde o pleito de 1910 realizar-se em relativa ordem material. Chegaram a receiar a desagregação de S. Paulo.

Houve uma espécie de acôrdo tácito: o governo federal apresentava o candidato oficial e consentia na campanha civilista.

Rui sempre idealizou esta campanha, desde os primórdios da república. Mais a campanha do que a vitória. Mais a luta do que o posto.

E o movimento chegou. E com êle o Civilismo.

Foi na campanha civilista que Rui se fez Líder Nacional, embora nela entrasse certo da derrota. O primeiro Líder Nacional do Brasil.

Vindo de Haia com a palma da vitória na mão, Rui chegou ao apogeu. Era o maior dos brasileiros, segundo o consenso unânime da imprensa que refletia a opinião das massas e das conversas das ruas. Depois de Santos Dumont, com a descoberta da aviação, ninguém desfrutava mais popularidade e simpatia.

Recusando o convite de Rio Branco para, em nome do governo, oferecer o banquete aos oficiais da esquadra americana, então de passagem pelo Rio com destino ao Pacífico, foi veraneiar em Petrópolis em busca de repouso e meditação.

A política complicava-se cada vez mais. Em tôrno do jovem Presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Peixoto, considerado por Afranio Peixoto um dos homens mais inteligentes da sua geração, começava a articular-se o novo grupo político denominado "Jardim da Infância". O Caudilho — e não Líder da Política nacional — que começou a arregimentar as suas hostes disciplinadas, sorrateira e secretamente, como Chefe Supremo e Absoluto que liderava o P. R. C. — Partido Republicano Conservador, idealizado por Rui na Bahia em 1895, impunha-se.

Afinal de contas Rui era o homem naturalmente indicado para a sucessão de Afonso Pena, colocado como estava acima das injunções políticas, pois nenhum dos seus contemporâneos poderia competir com êle no terreno da inteligência e da cultura. Provocaria a ressurreição democrática, inspirado pela musa patriótica, ao som poetico dos campanários da paz. Seria a luta da fôrça com o ideal.

Opondo-se como simples cidadão ao Marechal Hermes da Fonseca, depois de afirmar que "a farda que êle veste não constitue objeção ao exercício da magistratura suprema, se o seu nome saísse do Congresso, ou do seio de um partido, ou de um passado político para a situação de chefe do poder Executivo, lançou-se à campanha como se falasse ao povo inglês ou americano. A palavra nunca lhe serviu de arma secreta.

E crendo na vitória do voto dizia: "Teríamos talvez pela primeira vez, o espetáculo do povo brasileiro concorrendo efetivamente às urnas, para nomear o seu primeiro magistrado. Mas, quando o não tivéssemos, ao menos, vencido, teríamos a consolação de o ser com

honra o que é muito mais do que vencer sem ela, e de salvar os princípios, que se devem salvar sempre, ainda quando se perca tudo o mais." Era êste o seu destino. A sua grande cartada. A sua hora.

"A eles se acha ligada aqui, a minha consciência e a minha tradição. Tudo o mais com prazer eu sacrificaria aos meus amigos. Isso não; visto que é o que deles me torna digno: deles e de mim mesmo. Porque este é o juiz que mais respeito, abaixo daquele, que lá do alto nos há de julgar a todos nós. São compromissos que representam a minha vida inteira. Se eu os quebrasse, reduzir-me-ia aos meus próprios olhos, a um trapo."

A 22 de Maio de 1909 é o Marechal Hermes proclamado oficialmente candidato de uma convenção situacionista de deputados e senadores. Sòmente Rui poderia salvar os civilistas do ridículo. Êste, temendo-o, impôs a companhia do Presidente de S. Paulo, Albuquerque Lins.

No princípio de 1908, quando o govêrno Afonso Pena mal completara o seu primeiro biênio, começaram a aparecer tímidamente os primeiros sussurros sôbre a sua longínqua sucessão.

O Marechal Hermes não era um ambicioso vulgar, ao contrário, era considerado um bom e um sincero. Nunca fez empenho em ser presidente da república, nem o movia o sentimento da cobiça. A sua candidatura foi apresentada à sua revelia. Pode-se afirmar que ela foi imposta à Nação por um grupo de amigos seus e admiradores que confiavam na sua bondade, inteligência e caráter. Desde uma viagem que fizera ao interior, em companhia de Afonso Pena, fôra aclamado como o futuro Presidente da República. Pinheiro Machado, Quintino Bocaiuva, Lopes Trovão, Lauro Müller, Carlos de Laet e a quase totalidade do Exército não seria capaz de apoiar um candidato sem expressão e sem algum valor pessoal e influência política.

A campanha civilista foi sem dúvida, a maior luta política em grande estilo realizada no país e a única que de fato girou em torno de idéias e princípios, a partir do da liberdade de candidatura baseada na cidadania.

Dizer do valor pessoal dos candidatos de 1909 seria ocioso, tão populares eram ambos e tal a sua envergadura moral.

Isto posto, cumpre estudar o que representavam, sendo que a genialidade, ainda que politicamente mal orientada, de Rui, era compensada, ostensivamente, por manifestações públicas da fôrça armada. E esta apoiava o militar de fôrma tão decretoriamente proclamada nas dragonadas, sob a mística da calça vermelha, que chegou a realizar uma marcha aux flambeaux em que tomou parte tôda a guarnição da

capital da república, seguida de sucessivos pronunciamentos militaristas, levados a efeito com aquiescência do governo federal faccioso,

Estava travada a luta entre o civilismo e o militarismo e enquanto o candidato civil procurava abrigar-se com o seu talento sob o guarda-chuva da legalidade, o militar mostrava-se confiante na espada que empunhava, como supremo chefe que de fato o era do exército que reorganizará completa e veramente do Amazonas ao Rio Grande.

A Abolição foi uma campanha meramente social, apoiada até, segundo dizem, mesmo, veladamente, pelo trono. A República quando pisou o palco da política, após um curto e velado estágio no esconderijo dos quartéis e nos acanhados bastidores da imprensa e das academias, já era um fato consumado pela displicência imperial de par com a monchalance dos governos parlamentares. A consolidação do regime feita por Floriano, que cometeu o palmar e irreparável erro de entregar o governo aos fazendeiros paulistas, após uma luta tão desigual, heroica e abnegada, os quais, tão egoístas e ciosos do poder se mostraram, que por três vezes consecutivas fizeram os seus representantes hóspedes do Catete, nos três primeiros quadriênios, apoiados na política dos governadores e das atas falsas, custeada impunemente pelos cofres estaduais e municipais, não logrou ir além do ideário de um jacobinismo estreito e inútil, que arrastou o país à derrocada financeira, contida por Joaquim Murinho com o Funding Loan.

Sob o pretexto de resolver a crise financeira, surgiu no país o oligarquismo estadual, precursor da coalizão ora fracassada, em 1946.

Em seguida à queda dessa política liderada por Francisco Glicério, assumiu a chefia real da política nacional, Pinheiro Machado, tipo consumado dos velhos caudilhos sul-americanos que, logo que se oferecesse oportunidade, não hesitaria em, por fas ou por nefas, lançar mão, embora habilmente, do recurso anti-patriótico de despertar o espírito de classe e o amor próprio do exército, atirando-o como nunca, ostensivamente, na voragem da política, do partidarismo e das intrigas regionalistas.

Foi o que fez e o que cumpre à História averiguar.

Assim, a luta pela presidência da república, em 1910, não podia deixar de empolgar a Nação, porque foi realmente a única campanha disputada em torno de dois nomes de expressão social e política, inegavelmente, entre o direito e a força ou entre a Águia de Haia coroada de louros e o chefe do Exército com o brilho da sua espada, refletindo a disciplina e o dever militar, empanados pela politicagem.

William Stead, comentando a Conferência de Haia, disse de Rui: "As duas maiores forças pessoais da Conferência foram o Barão de

Marshall, da Alemanha e o Dr. Rui Barbosa, do Brasil. Atrás do Barão Marshall, porém, erguia-se todo o poder militar do Império Germânico, ali bem à mão e presente de continuo aos olhos de todos os delegados. Atrás do Dr. Rui Barbosa estava apenas uma longínqua república desconhecida, com exército incapaz de qualquer movimento militar e esquadra ainda por existir. Todavia, ao acabar da Conferência o Dr. Barbosa pesava mais que o Barão de Marshall. Maior triunfo pessoal na recente Conferência nenhum dos seus membros obteve; e tanto mais notável foi, quanto o alcançou ele por si só; sem nenhum auxílio extranho. Aliado não o tinha o Dr. Barbosa; tinha muitos rivais, muitos inimigos e, contudo, vingou naquele cimo. Foi um imenso triunfo pessoal, que redundou em crédito para o Brasil." Bastava para fazer um candidato. Ele elevou o nome da pátria entre os representantes das Nações."

As relações do Exército com a política constituíram sempre assunto digno de estudo por todos os sociólogos e homens de pensamento, visto que aquele é o índice cultural de um povo, a elite da Nação.

Assim como enfrentou denodadamente, Floriano e Marshall e até mesmo no exílio o exército francês que condenou Dreyfus e expatriaria De Gaulle, teve também aquele predestinado, pigmeu na aparência, que resistir, em nome da consciência cívica nacional, ainda adormecida pelo ópio da ignorância, ao marechal Hermes da Fonseca, então gozando das simpatias militaristas, homem digno e militar brioso, em quem não era a farda que inibia do exercício legítimo da suprema magistratura, mas a clamante preterição política, que representava perante a nomeada internacional do seu incomparável competidor. É que o destino tem a força do furacão, indo de encontro a toda lógica e razões, falando a linguagem incontestes dos fatos. Mais uma vez se encontravam Davi e Golias. Assim ao irromper o movimento propriamente político com as demarches tão prematuras para a sucessão presidencial da República, em 1909, o povo sentiu-se ameaçado pelo sorteio militar; porque não tinha a consciência patrioticamente esclarecida, a noção de que o exército é a nação em armas e cumpre prestigiá-lo.

Diziam: Exército é Exército. É toda a força nacional, base do poder. Porém, a caserna a todos amedrontava e afugentava.

Aquela tão grande inovação deveria ter sido precedida de uma campanha preparatória, educacional e cívica, conforme afinal veio a suceder sob o patrocínio do próprio exército e por iniciativa do príncipe dos poetas brasileiros — Olavo Bilac — que se transformava em eloquente orador, mesmo assim, arrostando ainda com grande antipatia e incompreensão de todas as classes, apoiado só pelo Club Militar.

A vida do soldado, sem o mínimo conforto e sujeito aos castigos corporais e à disciplina arbitrária de uma grande parte de oficiais sem curso e sem preconceitos que, para conter a escória social que compunha em sua quase totalidade o voluntariado, se serviam até mesmo com freqüência da chibata e outros castigos corporais, consistia exclusivamente na faxina, guardas, ordenanças e funerais anacrônicos.

O soldado chegava a ser um méro criado do oficial. Assim a vida militar, expressão sinônima de servilismo, tornara-se um espantalho para o povo, especialmente para os jovens remediados ou pertencentes à classe alta para os quais foi aberto, necessariamente, um voluntariado especial que constituiu as primícias patrióticas da conscrição brasileira. As garbosas sociedades de tiro completaram o ensaio preparatório.

Rui, cérebro do Governo Provisório, assegurando-lhe a fortaleza jurídica, sem a qual não teria subsistido, como todos os grandes homens, venceu o seu amor próprio em benefício do seu país. E soube renunciar no momento próprio. Sem se vulgarizar, desde esse dia, voltou ao seio do povo, donde sairia em 1909 para candidatar-se à presidência da República, isto é, a um segundo posto administrativo.

Decifrando o enigma da esfinge política que no caso seria a adoção de uma ideologia compatível com o grau de cultura do povo brasileiro, o candidato civil que, digamos de antemão, não deixou de ocupar o sólio presidencial, por ser civil, mas por ser civilista, deveria empreender, antes de tudo, patriótica e ardorosamente uma campanha pró-serviço militar e, dest'arte, a sua vitória estaria assegurada em toda a linha. Urgia a politização das massas.

Não tendo procedido dêsse modo, o marechal Hermes passou a encarar o sorteio militar que, justamente devido à política, não logrou pôr em execução, mas que nem por isso deixou de ser o seu padrão de glória, por isso que fôra o seu criador, enquanto Rui passou a aparecer como inimigo do Exército, um desarmamentista imprevidente e entreguista desalmado, quando o que êle pleiteava era simplesmente a liberdade civil e jamais a fuga ao sagrado dever do serviço militar. Caluniavam-no, mais uma vez, acusando de haver denominado as fôrças armadas de parasitas da Nação. Democratizar é educar.

Posta a questão nestes termos, fácil será de compreender-se que a opinião popular, a princípio vacilante, logo se mostrou favorável ao civilismo comodista e explorado pela politicagem descontente, um civilismo mal entendido, pois ninguém pode ser bom cidadão, sem que tenha sido bom soldado, da mesma fôrma porque ninguém pode ser bom soldado, o que quer dizer verdadeiro patriota, tencionando transformar o exército, covardemente, em algoz e verdugo do povo que o mantém

com o seu trabalho e lhe entrega confiante os seus filhos, as suas esperanças, a segurança da Pátria, as suas armas, o seu futuro, a sua paz.

Ser patriota, no século da fôrça e da aviação nesta época de exaltação patriótica, para conquista do direito e defesa da liberdade — é ser cidadão e soldado ao mesmo tempo. Não se deve culpar temerária e levianamente homens que fôram a mera ocasião e não a causa dos desastres. Rui pelo seu fulgor mental transformado em chave do problema político nacional, abriu assim involuntariamente, paradoxalmente, contra o seu apostolado, um período de displicência militar. Contra o bom senso prégava o civismo e colhia a abstenção, tanto para o serviço militar como para o exercício do voto, subestimado e desmoralizado pela inundação das atas falsas e dos eleitores imaginários.

Mas o livro que o interpretar fielmente será por sem dúvida — “O Livro do Brasil e da Paz” — o indestrutível manual cívico, a Bíblia da Juventude Brasileira e ocupará lugar de honra nos vinte milhões de lares brasileiros, pregando sem juramentos e sem camisas de fôrça a fórmula grega: — “Deus, Pátria, Liberdade e Família,” provando que êle veio adiantado de algumas décadas, mas tudo o que dizia era a verdade.

Acentuando embora essa lacuna sensível, devida talvez à influência dos máus e imprudentes conselheiros políticos que não souberam aproveitar a oportunidade da memorável **campanha civilista**, para um convite rumo aos quarteis, frisamos mais uma vez que Rui não era exatamente anti-militarista, porém um grande patriota incompreendido, legalista no cérebro, revoltado de coração contra o caudilhismo.

Enviando o seu próprio filho para a Escola Naval, aceitando e orgulhando-se das insígnias do generalato honorário do Exército, pondo-se, com grande erudição, ao corrente dos assuntos militares e navais, advogando causas de oficiais das classes armadas e até de Dreyfus, onde estava a sua ogeriza ao militarismo? Êle foi sim anti-caudilhista.

O que êle queria era o povo e o exército educado e unido; isto na sua época era uma utopia; com Bilac foi um sonho; hoje, entretanto, é a mais esplêndida realidade. A propaganda civilista despertou o sentimento patriótico, não há dúvida, conquanto não surtisse efeitos eleitorais, de corrida em massa ao prélio salutar das urnas, não obrigatoriamente sob a ameaça de não recebimento dos salários, mas voluntária e conscientemente, dentro do verdadeiro conceito de democracia.

Educar integralmente o indivíduo sob o tríplice ponto de vista físico, intelectual e moral, dando a cada qual a consciência dos seus deveres cívicos, ao par de uma profissão, tal deve ser o principal escopo, não somente dos dirigentes, como de todos os líderes e de todos aqueles que têm noção de suas responsabilidades na chefia da família.

na oficina e na sociedade em geral, contribuindo de algum modo para a transformação por mais um passo voluntário, do vasto pindorama do passado, na grande e invencível Pátria Brasileira.

Rui que tanto se preocupou com o problema da Educação, escrevendo verdadeiros tratados sobre o assunto, quando relator na Câmara em 1882, ainda mesmo sob o regime monárquico, preencheu perfeitamente o claro de educador cívico através da propaganda civilista que foi a sementeira que haveria de cêdo florir com Bilac e frutificar finalmente na arrancada de 1930 e no ensaio bastante prejudicado de 1945.

A educação intelectual do povo brasileiro, no seu dizer, a questão brasileira "a mais clamante, a mais urgentemente instante, a mais perfeitamente realizável" — continua a desafiar os dirigentes, mas o civilismo que constituiu o vértice da sua vida política; quando no apogeu da popularidade, predicado em linguagem caprichada de legítimo apóstolo do direito e do civismo a despertar altaneiro o sentimento do amor à pátria, solucionou o problema moral, apontando as urnas como a salvação da política interna. Rejeitaram-no. Sua alma, sua palma. As Nações, em última análise, têm o governo que merecem. A sua glória não foi obscurecida, pois jamais alguém em todo o País arrostou tamanhas dificuldades. O destemor dessa jornada, iniciada no velho Teatro Lírico da capital brasileira, impressionou os próprios adversários e inimigos que assim também colaboravam na sua propaganda.

A força que determinou as grandes avalanches históricas, quer no terreno religioso, quer no político, foi exclusivamente e de tempos imemoriais a esta parte, a potência mágica da palavra, tanto falada, como escrita. Em todas as esferas da atividade humana a grande maioria de um povo se submete sempre ao influxo todo-poderoso da palavra. E todos os movimentos populares são erupções vulcânicas de paixões humanas ou pelas tochas da palavra atirada no seio das massas pelos agitadores e pela imprensa.

Rui, sendo o maior orador do seu tempo, não logrou atingir, como se esperava, a presidência, somente porque, foi por manobra vil incompatibilizado com o exército e não podia ser compreendido pela maioria do seu povo, contudo os 222.822 votos independentes que obteve em 1.º de Março de 1910, se não lhe deram o poder puro e simples, que exercera em 1889, demonstrando capacidade e tirocínio de organizador e operando a mais profunda transição política do seu país, sagraram-no campeão da democracia, líder de fato da sua nação em marcha. O cidadão Rui Barbosa foi maior do que seria o Presidente. Os seus discursos foram alvo da mais intensa controversia nacional. Choviam cartas, cartões, telegramas.

A evolução política dos povos processa-se, concomitantemente, com o movimento cultural das massas que têm como acelerador o pronunciamento oportuno da força, sem o qual é impossível alcançar alguém o governo ou o Poder.

Se Rui, durante a campanha civilista, aspirasse somente o poder, com a sua perspicácia e tino, teria renunciado, pois era patente que não seria vencedor. Ele visava mais que isso — a educação cívica do povo brasileiro. Como diz Bertrand Russell em seu livro *O Poder*: — “Esta é a missão da educação liberal: fazer compreender que as coisas não valem somente pelo domínio que possamos ter sobre elas; ajudar a criar cidadãos esclarecidos de uma nação livre, e pela combinação da cidadania com a liberdade do impulso criador de cada um, fazer com que todos dêem às suas existências aquele esplendor que alguns poucos privilegiados mostram que a vida humana pode atingir.” Hoje, se perguntarmos a qualquer brasileiro do Amazonas ao Chuí, qual o maior nome da História Pátria, ele responderá — Rui Barbosa — sem saber porque, mas por ouvir dizer, qual éco de repetição.

É que o mestre saiu mais que vencedor da cruzada cívica e se não libertou o tumulto do cidadão, preparou, semeou e evangelizou o caminho que o há de libertar e ressurgir da morte do indiferentismo.

Com excessão de Alvaro de Alencastre, todos os seus atuais biógrafos e ensaístas — Lima Barbosa, João Mangabeira, Liberato Bittencourt, Fernando Nery, Clodomir Cardoso, Laudelino Freire, José Maria Belo, Daltro Santos, Hemetério dos Santos, Batista Pereira, seu genro, Homero Pires, Luiz Viana Filho e Luiz Delgado — todos unânimes consagraram como utilíssima a campanha civilista.

Em várias outras ocasiões a presidência lhe escapou das mãos devido à intransigência revisionista, mantida numa antevisão revolucionária.

Que nesta hora decisiva da humanidade, quando o regime democrático acaba de ser posto à prova, ressurja para o bem de todos a mística civilista já depurada do falso liberalismo da época e das paixões partidárias, salvando o mundo ameaçado pelo comunismo.

A morte, é o prolongamento da vida na posteridade.

Anjo da Paz, Príncipe da Palavra e das Letras, aquele que mais alto ergueu o nome do Brasil, que chegou a ser ouvido como a voz mais autorizada do mundo, sempre defendendo os direitos dos oprimidos e a liberdade dos povos, continua a viver entre os brasileiros e quando se tratar de estabelecer definitivamente a paz na terra, há de ser sobre os seus ensinamentos e sob a sua palavra. Rui, a maior obra do pensamento erudito brasileiro — a Réplica, a maior campanha da política sul-americana — a abolicionista, a maior doutrinação universal

— o reconhecimento da igualdade de soberanias entre todas as nações, a mais alta voz do mundo e na Pátria, apontando o caminho do dever aos homens, foi tudo o que há de grande, não desmerecendo desta grandeza a Campanha feita de viva voz nos rincões do Brasil.

Lançando as "Obras Completas" de Rui Barbosa, numa grande edição nacional, o governo brasileiro ora satisfaz um compromisso assumido pela Nação, há vinte anos, ao adquirir os direitos autorais de sua produção por ocasião da sua morte. O primeiro volume da coleção, "Parecer sobre o Ensino Secundário e Superior", representa uma parte pequena do enorme empreendimento que abrangerá a publicação de cento e cinquenta tomos. A produção literária do grande polígrafo sul-americano que a política não conseguiu arrebatrar inteiramente, é, sem a menor dúvida, a maior do Brasil, só comparável na extensão à de Coelho Neto, é uma das maiores do mundo, que há de perpetuar por milênios os nossos fóros de cultura e civilização.

Está hoje no consenso da maioria da população do continente que Franklin Roosevelt e Rui Barbosa são os dois nomes mais gloriosos e significativos das Américas; aquele, graças à sua providente fórmula política — "Pacifismo, Democracia, Boa Visinhança" — êste, por haver estabelecido, como permanente idealista e combatente do Direito, desde o primeiro Juri em que tomou parte na Bahia, em 1873, acusando um ricao que foi obrigado a comparecer ao Tribunal, alta noite, de cadeirinha, e que acabou condenado pela força persuasiva da sua palavra de simples adjunto de promotor, até os dias esplêndidos de Haia e da eloquência sem par e sem revide da campanha chamada civilista, em que definitivamente estabeleceu as bases da nossa educação cívica, em que pese a todo o saudosismo ditatorial, caudilhista ou queremista.

"Com todos e para todos" — disse ao seu povo republicanamente o maior pensador cubano num arroubo de eloquência.

"Com a lei, pela lei e dentro da lei, porque fóra da lei não há salvação" — estabeleceu mais judiciosamente Rui Barbosa, o nosso Catão republicano.

Os êrros se apagam e a verdade, cedo ou tarde acaba sempre vencendo. A sabedoria ruiana há de dominar não sòemnte o Brasil Novo, como a própria civilização ocidental, combalida das devastações nazistas. Os seus discursos parlamentares reapareceram.

Louis Marlio no seu interessante estudo político-social sobre as atuais — Místicas Totalitárias — escreveu:

"A turba não é sensível, por via de regra, deixando-se antes influenciar, dominar e conduzir por tudo que lhe toca nos sentimentos, nas crenças e nas paixões. A História aí está para prová-lo.

O mundo inteiro foi sacudido, desde o início da nossa era, por grandes arrastamentos de ordem religiosa, tais os que se deram na época do ano 1000 ou na das Cruzadas e, raramente, as revoluções têm sido provocadas pela ambição calculada de alguns indivíduos.

Sintetizaram mais o resultado de surtos coletivos sentimentais ou passionais: desejo de corrigir desigualdades sociais, anelo de conquistar a independência nacional ou a liberdade individual, ou ainda ânsia menos nobre de satisfazer ódios acumulados."

Indubitavelmente nada disso existe em nossos dias no Brasil, mas a doutrina ruiana contitue preventivo social e político, prático e útil, que não devemos deixar caducar. Urge construir o mundo novo sôbre o amor. Até nos esportes Rui é o patrono da nova geração brasileira.

A verdadeira mística brasileira não será nem militarista nem trabalhista, ao invés disto — a latente consciência cidadã, sem os desvairamentos da revolução franceza, que há de homologar num plebiscito sagrado o civilismo democrático e pacifista de Rui Barbosa.

O que se faz mistér, antes de tudo, é a cuidadosa e integral educação do povo brasileiro, para compreensão cabal e oportuna do seu lônome, um simples monossílabo a deslizar de boca em boca ainda incapaz de arrastá-lo às urnas, para gaudio dos palhaços da politicagem, do nepotismo e dos profissionais do voto comprado e da opressão.

Em 1909 Rui andava numa roda viva. Liderava o Brasil.

E mostravam-no flutuando no éter, viajando no infinito como um simples teorista desavisado e sonhador, aspirando o perfume do roseiral de . Clemente. A vida tem destas coisas. Sabotagem.

Com o desejo ardente de realizar tão sòmente, como repetia aos seus amigos mais próximos, a revisão constitucional, idéia arrojada que com tanto brilhantismo defendera pelo jornal — A Imprensa — numa série de artigos magistrais, não representava a "vontade nacional", muito menos, o situanismo ou que outro nome tinha isto, cauteloso, como-dista e aproveitador que vive ludibriando o povo e explorando a Nação.

Ativo na imprensa e na tribuna, embora já com seus bigodes brancos e cabeça de prata, apoiado unicamente por dois govêrnos estaduais, o de São Paulo encabeçado por Albuquerque Lins o qual também era seu companheiro de chapa e o da Bahia, chefiado por Araujo Pinho, tinha que despertar o gigante que dorme. Numa população de trinta milhões de habitantes com um eleitorado duvidoso de menos de um milhão de votantes dos quais quase a metade de abstêmios, com o voto a descoberto e o que era pior, prejudicado pela falsificação das atas eleitorais que tanto viciava a ameaçadora maquinária eleitoral com que contavam as oligarquias estaduais e até mesmo a própria adminis-

tração da capital da república, em constante ebulição política, era uma temeridade a sua missão de portador da tocha da liberdade.

Em 1889 os alunos da Escola Militar da Côrte, proibidos pelo Ministro Ouro Preto da leitura do seu jornal, o "Diário de Notícias", para êle apelavam em carta anônima, exposta ainda no Museu da rua São Clemente; davam motivo ao causticante artigo — Cinto de Castidade.

Agora era a nação em peso que lhe endereçava cartas e telegramas de todos os pontos do país, até dos mais remotos lugares, pedindo-lhe o prosseguimento da campanha, sem por isso prepararem-se para o pleito que não passaria de uma farça ou quando muito de um simples ensaio democrático, com eleições previamente burladas, para divertimento dos situacionistas inconscientes.

Impressiona o fato de que a sua casa, desde então se transformara, da imensa e socegada biblioteca particular que era, em meio a vasto jardim, na meca das peregrinações oposicionistas, centro irradiador da intelectualidade pátria onde confabulavam todos os descontentes.

Pleiteando, afinal abertamente, a presidência da república, para cuja investidura, já, há muito, estava naturalmente indicado, como representante máximo do pensamento brasileiro e nem lhe faltavam as credenciais de administrador, cumpria um dever para com a mocidade qual o da educação das massas, missão que o singularizou de fato.

Não era um abstrato, um aventureiro, um cabotino ou mero vaidoso que se levantava do seio do povo com inconfessáveis intúitos demolidores ou anarquistas, tanto assim que em célebre carta oferecera antecipadamente a candidatura da oposição a Rio Branco e a Rodrigues Alves, os dois nomes nacionais de maior destaque que, contudo, presos ao seu conservantismo, tendo passado da monarquia ao serviço do presidencialismo e jamais saídos propriamente da república, não se atreveram a enfrentar a espada-virgem do marechal ministro da guerra, tarefa que só poderia sobrecair no grande aristocrata do pensamento.

Combatente denodado contra tôdas as forças da violência e da destruição, quando empunhava a pena castiça, ante o maior interesse público, era para defender algum direito implícito ou acusar qualquer crime impune com as tintas berrantes da sinceridade e da moral.

Surgindo na arena com tôda a pujança dos seus dotes de escritor e orador consumado, chegara ao momento de sua completa glorificação e atingira o zênite da eloquência política brasileira, superando Silveira Martins, Joaquim Nabuco, Tobias Barreto, Lopes Trovão ou José do Patrocínio na facilidade de expressão e raciocínio e na veemência.

Nessa campanha em grande estilo empregava todos os argumentos jurídicos, lançava mão de todos os recursos tribunícios e oratórios e es-

crevia, lia, falava, discutia e viajava; fazia a mais completa propaganda. Suplantava o seu contendor. Entusiasmou o seu povo. Gastou todos os recursos pecuniários de que dispunha. Revelou-se homem de ação e da rua, ainda que não reconhecido pela maioria política, apoiada nas espadas e baionetas. Entregou-se de corpo e alma à luta política.

Monstruosamente agredido pela incompreensão e pelos interesses contrariados, em nada desmereceu da nação. É que a paixão, segundo Nietzsche, "é a matéria prima dos nossos defeitos e virtudes" e em nosso país, como igualmente em todo o mundo, o direito político só poderá ser exercido eficazmente nos estados onde haja uma consciência coletiva desenvolvida, fruto de uma educação individual que a dignifique e exalte perante todos e onde se respeite a opinião.

O idealismo de Rui gerou em muitos a consciência cidadã e operou o milagre de pela primeira vez opôr ao governo constituído um forte núcleo eleitoral, constituído pelas cultas populações das capitais e grandes cidades, principalmente em S. Paulo e no Rio, ao passo que lançava a semente da democracia organizada no Brasil e mobilizava e movia o Partido Civilista em todo o país. Apesar do prosaico maquinismo eleitoral e em que pese aos chefes políticos e "coroneis" de então, que, conforme sempre fizeram na república velha, de tão triste memória, apoiavam o candidato oficial, Rui — ele só — empolgava a Nação pela sua insuperável logomaquia, altaneiro às injunções partidárias e aos apodos de maníaco e mentecapto que lhe atiravam.

O prestígio da farda pela primeira vez foi abalado no país; já havia quem enfrentasse o governo; o candidato, considerado vencedor pela força, temeu, e ao que dizem, chegou a tentar retirar a sua candidatura, ao ver que uma grande parte da nação, contando-se mesmo alguns elementos do exército, se levantava inesperada e varonilmente, para sufragar o civil, que, aliás também tinha o direito de ostentar a farda de general honorário do exército, o qual, embora cassado por Floriano, já lhe havia sido restaurado por decreto de 14 de Janeiro de 1898. Envergava, contudo, de preferência a toga imaculada de jurista sobre a túnica alva de cidadão que trazia à mão o ramo de oliveira, que aspergira em Haia a chuva de bençãos da sua doutrina de paz.

Disposto à luta, o vigor da sua palavra a todos surpreendia, pare-Brazil.

Em vão a espada enferrujada do caudilhismo boçal o ameaçava, pois o seu testemunho diminuía os detratores e a sua túnica continuava inconsútil, defendida na montanha ou na planície, pela magia da sua palavra de iluminado, marchando sempre avante, para maior glória do cendo um jovem de vinte anos, arrojado e incansável.

A grande crise do século é a crise do caráter: Rui foi afinal de contas, um grande mestre de reeducação moral do seu povo e da humanidade, de integridade do caráter, de renovação das almas.

A maior glória do regime monárquico brasileiro consistiu em haver realizado a abolição total da escravatura sem efusão de sangue, debaixo de flôres. Isabel, a heroína nacional que regia o Império, obtemperada por Cotegipe que lhe avisava fiel e em tom profético — “Vossa Alteza vai assinar o próprio exílio,” exclamou, abnegadamente, como representante legítima da mulher brasileira, tradicional e profundamente honesta: “De que vale um trono, quando se liberta uma raça?”

Muitos monarcas têm passado para a História com os mais pomposos epítetos, o Grande, o Venturoso, etc.; Isabel, porém, com a sua corôa de louros será sempre para o Brasil e para os brasileiros — a Redentora. O Brasil necessita um Governo Redentorial.

Rui, pregando e preparando a Abolição do caudilhismo, foi — o Redentor. Ele queria e o provou nessa campanha imorredoura com aquela força de vontade, sem êmulo, a liberdade política, o livre e consciente exercício da cidadania, a morte da politicagem e do caudilhismo ou do chamado espírito de classe que se espalhava na América do Sul.

O Brasil ainda não podia ter como seu Presidente legal, saindo de um prélio eleitoral, a Rui Barbosa, por isso que retrogradara um século com os arremedos democráticos.

Os sinceros da causa da liberdade política até bem pouco não passavam de D. Quixotes incompreendidos e chacoteados com o seu cavalheirismo posto na berlinda, e a sua coragem posta à prova. Na política interna e internacional Rui era o eterno D. Quixote que sintetizava a sua ideologia nas duas palavras: revisão e soberania, Carta de 91 e Haia. O mundo com o totalitarismo retrogradou um melênio.

Compreendendo o prodigioso esforço do colossal idealista naquela fase suprema da sua vida, o “Jornal do Comércio” de 28 de Fevereiro de 1910, véspera do pleito, dizia: — “Felizmente os tempos, agora, estão mudados. O que era apatia, subserviência, indiferença, desgosto, fez-se vida, reação, entusiasmo, esperança. É positivamente uma revolução pacífica o a que estamos assistindo.” E Bricio Filho pela Imprensa corroborava êste alto pensamento.

Nos fastos da história política do Brasil republicano há de permanecer para sempre esta página de ouro da vida do grande e imortal brasileiro, feito que bem interpretado, é somente comparável à Abolição, maior que esta, no entanto, porque a sua concretização demandará mais tempo; a propaganda há de continuar, automaticamente, no mesmo ritmo da evolução cultural do país que há de atingir o alvo

então colimado — a liberdade civil — assim como a humanidade, mais cedo ou mais tarde, ao influxo dos ideais ruianos, alcançará, finalmente, o respeito das soberanias e a prática do cooperativismo e da verdadeira solidariedade humana por um mais amplo intercambio comercial.

Antes de se alcançar êsse alvo e esta meta que será a base da nova ordem no após-guerra, e do combate aos extremismos, necessário se faz no Brasil a completa extinção do analfabetismo; a libertação das trevas da ignorância, espancadas pela figura do mestre sem par da nacionalidade e dos povos livres. Isto é perfeitamente possível, apesar das distâncias e dificuldades de comunicação, mediante o que já se faz presentemente, em pequena escala, pela transformação do exército em escola do povo na qual o oficial, ao lado do preparo técnico e da instrução militar, exerça o magistério intelectual, cívico e moral. Então clero, magistratura e classes armadas; a cavaleiro das lutas políticas, serão a salvaguarda do povo, evitando o esbulho dos Rui Barbosas, assegurando o livre exercício da Constituição e a plenitude democrática em todo o território nacional.

Nas oligarquias, como em tôdas as campanhas presidenciais da República, todos os govêrnos — assaltavam os cofres públicos. Rui não se intimidava. Sabia que o crime não compensa. O trabalho e a honestidade tudo vencem.

Entusiasmado pela sua obra ingente e patriótica, o candidato civilista exclamava: "O movimento persiste. O movimento cresce. O movimento se inflama. O movimento vai como as inundações de monte a monte. Todo o Brasil vivo se levanta. A nação está de pé e em marcha. É o batismo do povo na democracia. É o renascimento da nossa nacionalidade."

Mais além, antevendo inevitável derrota, profetisava: — "A Nação apelará do esbulho para si mesma, do peso morto das atas eleitorais para a eleição viva, do seu presente para o seu passado e para o seu futuro. Se a simulação eletiva sair triunfante, em Março, com os frutos da abstenção, da opressão, da falsificação, da corrupção, entretidas agora, para esse resultado, numa escala inaudita, a lamentável sentença do escrutínio isolado, ecoará como um despertar de clarins para reconquista de honra, como um alarido de trompas alvoroçadas na caça à tirania, de S. Paulo a Minas, da Bahia a Santa Catarina, ao Rio Grande, por esses recôncavos do nosso litoral marítimo, por essas serras do nosso interior, onde o solo se encapela em obstáculos sobressaguados com as vagas encruzilhadas em mar de tormenta. A grande espoliada arremessar-se-á então na luta, com as virtudes antigas das nossas melhores tradições, dos nossos melhores dias, quando a terra paulista, a mineira, a

riograndense, a baiana defendiam a pátria, ou a liberdade, a coragem, a perseverança, a moralidade, a independência, com a rudeza heroica dessas nações que ainda na era colonial, suscitaram os precursores e os mártires, de cuja memória se abusa hoje nas procissões de republicanismismo absolutista.

"Nem duvidemos do êxito duma campanha, cujo desfecho se prenuncia nesta grande resistência à candidatura militar."

Cumpriu-se a profecia vinte anos depois em Outubro de 1930.

Da sua palavra saltou a chispa que, desde então, acendeu a flama iluminadora de todas as campanhas nacionais. Dos seus ensinamentos veio para o ambiente das ruas, para iniciar o ciclo político evolutivo, a semente de todas as transformações profundas por que passou a nacionalidade.

O povo recebeu as idéias prégadas pelo mestre, acolheu-as, reajustou-as às suas peculiaridades éticas e políticas e, dentro de pouco tempo de incubação estavam aptas a se transformarem em assunto de preocupação das classes dirigentes, para terminar, com surpresa geral, em movimento de incorporação coletiva. Encheram-se os salões de S. Clemente.

O Brasil sempre foi um grande criador de direitos. Sempre, em todas as fases de sua acidentada evolução, conquistava aos invasores um pedaço de território, deitando em seguida o germe da organização, que o Direito inspira, orienta e mantém.

No campo internacional, ainda por intermédio de Rui, o Brasil foi o propugnador da arbitragem, como meio de resolver os conflitos que surgissem na esfera de relações de nação a nação. Enquanto outros países, para resolverem pequenos incidentes de fronteira, mexiam no arsenal guerreiro, ameaçando com a força e frequentemente com ela investindo, o Brasil propunha a escolha de árbitros, que, serenamente examinando a hipótese controvertida, propuzessem a solução que lhes parecesse mais acertada. Nem sempre as decisões vieram ao encontro de seus desejos; nem por isso o Brasil deixou de acatá-las em todos os seus efeitos.

É dos que se entregam ao Direito o dever de acolher todas as suas decisões; ipso facto as das urnas livres; o direito significa proteção para toda a vida e para a vida toda.

No domínio do Direito Privado, a atuação do nosso país foi sempre de excepcional relêvo. Com Teixeira de Freitas os nossos postulados jurídicos transpuseram as fronteiras, repercutindo por todos os países do Continente, que os tomaram como paradigma, para realizar as suas reformas fundamentais.

O nosso Código de Menores andou nas comissões legislativas de vários países, servindo de orientador das organizações similares. E, presentemente, criamos previdentemente, o Direito Social, um conjunto altruístico de normas protetoras do trabalho, sem necessidade de greves, em tôdas as suas múltiplas e modernas manifestações. O desejo manifesto de uma mais estreita cooperação entre o povo e o govêrno já está assim concretizado em atos substanciais. Criamos um direito novo, extraído da paciente observação de nossas próprias realidades, numa hora de convulsão universal, da indecisão de rumos, resultante do choque de ideologias antagônicas. Devemos manter e aperfeiçoar a justiça social e trabalhista com a participação real do operário nos lucros das empresas.

Enquanto se preparava a guerra, o Brasil, previdente, preparava o Direito que é o seu antídoto. Se o grande esforço que fez o Brasil neste sentido construtivo, pudesse ser imitado por todos os outros países, inclinando-os a aplicar a sua capacidade mental, na criação dum novo Direito — o Direito Social ou Solidarista ao par do Direito das Gentes — certamente não teriam hoje necessidade de infelicitar o seu povo e o resto do mundo, desencadeando um conflito arrasador como êste, à que acabamos de assistir, confrangidos, com infinita amargura e desilusão.

Na política interna, como na externa, todos os problemas serão resolvidos com os frutos sazoados da mais fecunda árvore jurídica do Brasil — Rui Barbosa — que tanto sofreu, por combater o militarismo e que morreu saturado de opróbios e incompreensões, mas situado no tempo e no espaço, apesar do pessimismo da sua autocrítica.

Em 1910 todos os homens do povo diziam: Queremos Rui!

Rui saiu da campanha Civilista não para o Catete, então ninho da politicaogem, mas para a verdadeira e virtual liderança democrática nacional que preparou as bases do Brasil Novo — sem dúvida o maior monumento erguido à sua glória.

Foi êle o precursor do voto secreto, da verdade eleitoral, da honestidade administrativa e da união sagrada, que aconselhava gritantemente, talvez como um louco, e portanto, do Brasil Novo, que livre dos extremismos exóticos, já reclama a volta à liberdade plena das suas instituições.

A nossa legalidade foi sempre boa; não era, no entanto, posta em prática.

Avançadas para a época eram sem dúvida as suas idéias políticas; não, porém, para os povos mais cultos da terra, onde ocuparia a liderança declarada e seria no país — *the right man in the right place*; não para a intelectualidade da sua Pátria. Tanto assim era que em 1918, havendo citado numa conferência política um personagem do li-

vro Urupês de Monteiro Lobato, no outro dia o escritor, via a sua edição esgotada. O Brasil não lia: não reconheceu o Jeca Tatú. Mas, no outro dia a edição do livro Os Urupês, de Monteiro Lobato estava esgotada. E todos viram no Jeca — o brasileiro abandonado.

O Civilismo foi o primeiro passo para a extinção da politicagem e jamais o incompatibilizara com o exército culto, os jovens turcos e com o povo. A politicagem movida pela inveja, procurou torpemente incompatibilizá-lo com as classes armadas; o refrão não pegou para a posteridade; o Clube Militar abriu-lhe as portas; mais uma vez a verdade venceu o novelo da intriga, a espada curvou-se ante a pena.

No Império, quando ainda estava em idade de mudar, a sua coerência de idéias e atitudes revelava-o amigo do exército, defendendo-o contra descabidas e sucessivas perseguições ministeriais, já lhe reclamando pela imprensa o direito de não servir de instrumento aos senhores de escravos para a batida aos negros, já exigindo os conselhos de guerra, impetrados, mas não concedidos. Aliara à campanha liberal de 1888 os direitos dos militares e os advogava oportuna e judiciosamente, dentro do verdadeiro conceito de liberdade.

“A disciplina tem duas faces, das quais uma só convém ao ministério apresentar-nos: as funções da autoridade que manda. Há nela, porém, o outro lado, a que esse se subordina: os direitos do indivíduo que obedece.” Agora era o amigo do povo. Entardecia. O povo, como em 1946, mais uma vez seria vilmente ludibriado e oprimido.

Finalmente, passada a aludida campanha, exclama no Senado em 1914: “A minha experiência já me basta, para saber que falo em vão, que estou reduzido a falar para a inércia; falo unicamente para a minha consciência, para o meu dever, para o futuro, para o desagravo da minha responsabilidade.” Terminava aqui a sua missão política. Estava estarrecido. O Brasil ainda sofreria o Pinheirismo e o Borghismo.

Apercebera-se neste ponto alto da realidade brasileira. O Pinheirismo escalpelado por Barbosa Lima da tribuna da Câmara só teria o seu fim no governo Wencesláu Braz com o assassinio do Líder Republicano Conservador, a 8 de Setembro de 1915, pelo fanático Manso de Paiva.

Mas, condenando o morticínio do Satélite e todo o Governo Hermes, produziu as mais veementes orações parlamentares e a mais terrível objurgatória, em puro estilo ciceriano.



2.^a parte

O mundo lançara-se na guerra. Pela sua amplitude, pela sua ferocidade, pelo que lhe davam, de um lado, o emprêgo dos progressos técnicos da ciência e da indústria para a destruição e o morticínio e, de outro, o desprezo aos progressos jurídicos com que se embalara a humanidade, — essa guerra tomava a feição de um terrível problema de ordem moral. Rui fôra enviado a Buenos Aires onde diria "Não pôde haver neutralidade entre o bem e o mal." Era o 14 de Julho de 1916.

Por que motivo teria a fôrça de um país que desencadeia uma guerra, qualquer direito a merecer mais atenção dó que a fôrça eventual de um ditador que calca aos pés a lei de seu povo? Estava na lógica da existência e no espírito de Rui, na coerência de sua alma, perceber, por trás de tôdas as aparências e por cima de todos os rumores, a substância da dúvida e da angústia que enchiam o mundo: tratava-se de saber, se a guerra é uma exceção que suspende as leis normais de conduta dos homens ou se é uma insurreição contra elas, sem chegar a abolí-las totalmente.

E se todos os povos do mundo haviam sido chamados a colaborar, haviam colaborado no lançamento das bases de uma vida internacional disciplinada por meio de regras jurídicas que já formavam o direito das gentes — não lhes cumpria outra coisa, agora, senão — exercer uma função de críticos perante os que dentre êles houvessem pegado em armas. A visão e a coragem intelectuais de Rui Barbosa — deduziram das condições novas do mundo e proclamaram uma doutrina — de neutralidade diferente do conceito que o egoísmo e o medo favoreciam. Seria o apoio ao agressor. A neutralidade era um crime.

"É imensurável, é incalculável, é inestimável a soma de poder que esse consenso das nações neutras representa, a intensidade e a eficácia da pressão com que esse poder atuaria no procedimento dos beligerantes. Se logo às primeiras explosões de revolta insana contra o direito contituído nas convenções de Haia, os signatários dessas convenções levantassem o clamor público da censura universal contra o arrôjo das paixões desembridadas e embriagadas no delírio do orgulho,

a torrente da derordem ter-se-ia moderado, se não recuasse, e não continuaríamos a ver submergir-se a civilização de um continente inteiro nesse dilúvio de soberba cujas cataratas alagaram a Europa como vagalhões de pampeiro em praia rasa."

"Ainda não passou de todo a ocasião, ainda não seria de todo tarde para êsse movimento reconciliatório da neutralidade com a justiça. Se as nações cristãs, as nações humanas que a guerra não alcançou no seu redemoinho, não espertarem do abstencionismo a que os seus escrúpulos as condenaram, estou por saber quem afinal de contas, mais terá pecado contra Deus e maior mal terá causado: se os que imergiram o presente na mais medonha das guerras, se os que, deixaram apagar-se na consciência dos povos as últimas esperanças no direito, houverem mergulhado o porvir na mais escura das noites."

"A imparcialidade na justiça, a solidariedade no direito, a comunhão na matança das leis escritas da comunhão: eis a nova neutralidade".

A grande voz de bronze romano ecoou no fundo. Foi ódio para uns, júbilo para outros, esperança e advertência e lição para todos. O clamor por ela suscitado no mundo, e que terá chegado a influir na decisão final da guerra, pois algum papel se lhe atribuiu no conceito do presidente Woodrow Wilson sobre a função de seu país perante a luta, encheu também o Brasil: o povo aceitou essas idéias com o calor com que aplaudira as de Haia; a opinião nacional, no povo e nas camadas mais expressivas, ficou ao lado de Rui, mais uma vez; no entanto, os que defendiam a indiferença entre o bem e o mal, ou tinham tomado entre os beligerantes o partido da Alemanha, começaram a mover contra essa doutrina e o apóstolo que a anunciara uma campanha de episódios lamentáveis cuja irritação e cujo sofrimento iriam encher de certa maneira o espírito de Rui até as alegrias do jubileu. Não é, tratado como devia. Tornara-se patente a incompreensão.

Já cinquenta anos haviam, com efeito, passado, sobre o discurso de 1868. Tanto e tanto crescera em valor pessoal, em grandeza das idéias e no culto do seu povo o estudante de então, que as festas desse aniversário tiveram, por toda parte, um nome expressivo: eram "a festa do sol", a festa da Pátria. No sentimento da nação inteira havia êle atingido uma culminância jamais igualada. O antdatório tomara conta de sua inteligência e já nem mais conhecia os limites da veracidade: era êle uma figura de lenda, em plena vida. E embora se tratasse de um dos nossos homens públicos mais combatentes e mais combatidos, percebia-se unanimemente que havia nele uma qualidade moral que nem todos definiam bem, mas que o singularisava e

o fazia o maior de sua gente aos olhos de toda ela — era o Chefe de idéias. Este título ninguém poderia negar ao solitário de S. Clemente.

Por isso, as festas alcançaram uma amplitude e uma vibração que faziam delas a antecipação inequívoca dos julgamentos da nacionalidade e da história. Nenhum interesse — só a admiração, só o amor da grandeza levava o país inteiro a consagrar de tal maneira aquele homem incomparável cuja eloquência parecia que hesitava ao agradecer:

“Os que, para coroar o meio século de uma existência agitada e tempestuosa, as vicissitudes e os contrastes quase incessantes de uma carreira sempre combatida e ameaçada, as variações da fortuna de um nome tão discutido, tão negado, tão maltratado, puderam achar uma fórmula capaz de congregar aqui todas as opiniões e escolas, todas as situações e partidos, todas as épocas e regimes; os que, para honrar a mediocridade laboriosa de um dos menos felizes, bem que dos mais assíduos obreiros do pensamento, descobriram meios de associar numa vasta solidariedade os maiores valores de nossa cultura, as sumidades mais altas de nossa política, os mais variados e cabais expoentes de nossa sociedade; os que, para envolver esta sagração do objeto de suas afeições numa orquestra intelectual, invocaram a música, o canto e a magia da palavra do inspirado orador que acaba de falar, — esses engenhosos apologistas de um merecimento, obra, em boa parte, das mãos caridosas que o exalçam, das imaginações criadoras que o desmesuram, parece não terem advertido que a resistência do homem, ao alvoreço, ao enleio, ao choque dessas emoções desmarcadas, tem o seu limite e que, além dele, o prazer, a felicidade, a gratidão não encontram outra linguagem senão a do espanto, a da mudez, e do recolhimento. Todos os acentos sensíveis ao ouvido externo se extinguiram. Só, no íntimo da alma, vibram as vozes interiores.

“Mas, quando se começam a estudar as vozes interiores, Deus está presente”. O Brasil todo compareceu à missa campal de S. Cristóvão na mais estrondosa glorificação ao homem que o abalara e empolgara. Era o apogeu da glória de Rui Barbosa.

Não somente erra comoção mas também aquela vida inteira cresciam, subiam, chegavam a um ponto em que só a união religiosa as podia exprimir ao dizer:

“Toda a minha vida não vale nada em comparação deste único momento onde se me depara a bemaventurança de vos poder trazer, como síntese extrema de quase quatorze lustros de experiência dos homens e das coisas, este inabalável testemunho de que só nele — em Deus — reside a nascente de toda a glória e de toda a força, de todo o bem e de toda a justiça, e de toda a grandeza”.

Sobre a conclusão que se estava esboçando, da guerra européia, ele proferia, dirigindo-se a Deus, uma frase que era a legenda dos seus "cinquenta anos de fé e de esperança, de aspirações e desenganos, de lides e reveses, de culpas e arrependimentos": sempre as encarnara em pregação e em leis que se iam pôr em contacto com outras sensibilidades, com outras vontades, com outras inteligências, que iam necessariamente deparar adesões e oposições. Vivera para a sua pátria e para a sua geração, quisera sempre que elas tivessem a luz que a sua inteligência acendia e a sombra que o seu coração ofertava. Essa nobre dedicação ao bem comum dava tudo quanto Rui fizera, e a quanto iria ainda fazer, uma grandeza especial, superior aos erros que, porventura, aqui e ali, contivesse.

E a voz iria ainda continuar a ser ouvida até que se perdesse, poucos anos depois, no silêncio final em nossa crônica política.

Mais uma jornada política realizaria Rui Barbosa — a campanha eleitoral de 1919, pleiteando a presidência da Republica em confronto com Eptácio Pessoa, candidato oficial. Última cartada, jogada a esmo. Este, porém, é que chegou ao governo, em 23 de julho, enquanto ele obtinha a condecoração da Legião de Honra.

O país caminhava para um período de agitações e de lutas em que vinham dar frutos envenenados os sistemas de artifício político anti-democrático que Rui tanto verberara. Desenganado de fórmulas, o povo caminhava para o recurso à força que temperamentos impacientes lhe incutiam. Cada vez mais a razão abdicava as conveniências e aos interesses imediatos. Rui civilista gritava no Exterior e no Interior.

Enfrentando a força, haveria a reação da força. Não haveria o que ensinar e o que aprender, diante dos espíritos que a paixão fôsse ensurdecendo e cegando, — a paixão dos ódios contra os outros e do apêgo, feito de ansiedade e medo, a si mesmos, a seus regimes de vida, a suas riquezas, a suas posições. Nada mais — de procurar a verdade política com o coração alto e a inteligência ardente de ideais. Não havia mais sinceridade. Política era palavra sinonima de hipocrisia.

Rui Barbosa, tão deslocado se sentiu que abandonou o Senado, renunciando à cadeira de onde acompanhara a vida toda da República que fizera nascer. "Busquei servir ao meu país e ao meu Estado natal enquanto estive no erro de supôr que lhes pudesse ser útil." Mas, acabou, "por fim, de ver que não tenho meio de conseguir nada a bem dos princípios a que consagrei a minha vida e que a lealdade e essas convicções me tornou estranho na política brasileira."

A impressão causada por êsse gesto determinou um movimento de efetiva unanimidade: Rui não poderia sair do Senado. Os partidos

baianos, inclusive o chefiado por seu velho inimigo Seabra, réelegeram-no com aprovação plena do país. E Rui voltou ao Senado, ativo reafirmando, porém, praticamente, sua atitude anterior: "a reiteração do mandato me veio envolta em circunstâncias de um imperativo absoluto que me não deixavam arbítrio para me excusar", disse êle, ao tomar de novo posse perante o Senado. "Já não quero, pois, saber se acerto ou desacerto: obedeço. É um ato de obediência em que abdicó de minha liberdade, para me submeter à exigência do meu Estado natal e à imposição de nossa grande pátria comum."

Reconsiderara. Havia recordado o contraste que entre êle e tôdas as forças políticas nacionais existia a propósito da reforma contitucional, identificando a teimosia dessa rejeição de mudanças necessárias a que levara o império à ruína: "agora estamos com a mesma perspectiva por davante: um regime que garra a costa, ao som das músicas do barco, empenhadas em abafar o rumor das vagas espedaçadas nos recifes já próximos. É a mesma coisa de então, apenas — com diferenças que agravam imensamente as condições da nau a piquê de sinistro.

"Primeiramente, em 1889, a situação era incomparavelmente menos grave do que hoje. Não havia, naquele tempo, ruína financeira. Não havia questão social. Não havia a desorganização militar, a dissolução política, a crise geral de moralidade e caráter. Não estávamos esganados pelo câmbio, pelos impostos, pela caução das nossas rendas aos credores da nação e dos Estados. O país estava descontente, mas não exasperado.

"Depois, em 1889, ainda nos restava para onde correr. Corriamos de um regime constitucional para outro igualmente constitucional: da Monarquia à inglesa para a República à americana, de instituições já liberais para outras mais adiantadas em liberdade.

"Mas, atualmente, na insegurança extrema em que nos vemos, se, por não se terem admitido em tempo as medidas remediadoras, já, de um momento para outro, como costumam vir essas coisas, em uma crise de instituições, para onde, então, nos voltaríamos? Contentar-se-ia o movimento de que nos cingíssemos a retocar e consolidar as atuais? Ou havíamos de saltar para outras? E nesse caso, quais e como, sem que nos corresse risco a própria existência nacional ou, quando menos, todo o patrimônio das nossas instituições fundamentais em matéria de ordem, liberdade e democracia?

"Eis o problema brasileiro, em um momento em que a situação universal carrega de pesada obscuridade, por toda parte, as questões interiores."

O Conselheiro Rui Barbosa, não chegou a ver a efetivação da profecia que fizera, nesse instante, como resultado de sua meditação sobre a nossa existência. Viu apenas levantar-se o pano para o começo do drama, em 5 de Julho de 1922. Era a condenação do legalismo ortodoxo, da falta de cumprimento da Constituição sábia de 1891.

Irrompera a revolta que iniciava a série trágica. O governo pediu ao Congresso a decretação do estado de sítio. No mesmo dia da revolta, votou-o a Câmara e o Senado ia votá-lo, quando se levanta o senador Francisco Sá falando em nome do governo:

"Sr. presidente — Esta sessão acaba de receber uma consagração histórica. Parece que vamos celebrar o rito da liberdade, porque enquanto os pregoeiros da desordem, os pregoeiros da subversão da ordem civil, saíam pelos desvãos, entrava pela grande porta, no meio das maiores aclamações, o grande sacerdote das nossas liberdades."

O Senador Rui Barbosa estava, com efeito, entrando no recinto das sessões. Era uma garantia de legalidade do ato.

Assim, pela última vez comparecia ao Senado. Ia protestar, mais uma vez, contra a violência: "Venho, apesar de minha irreconciliável prevenção contra essa instituição constitucional, atender ao pedido que nos dirige o governo... e que nunca foi concedido, quer me parecer, em circunstâncias que mais o exijam. Voto o estado de sítio, com as restrições e debaixo das princípios a que o Congresso Nacional tem submetido esta medida." O estado de sítio contra a revolta, as restrições do Congresso contra o arbítrio do governo foram concedidas por Rui, o mesmo homem, que da tribuna do Senado verberara as violências do governo acobertado pelo estado de sítio, no Satélite e na Ilha das Cobras. Ante o espetáculo triste e degradante da Esquadra revoltada pedir a anistia, para salvação da família carioca.

Protestara contra a traição do governo. Agora concedia o sítio, para defesa da ordem. O velho Rui, não se contradizia: afirmava-se. Hoje não se poderá mais negá-lo. Rui, é atual. Está na moda. É o defensor ressuscitado das instituições, da legalidade, da ordem jurídica no Brasil e no orbe, cansado de sofrer e de esperar pela plenitude da liberdade democrática, pela submissão dos homens aos ditames da justiça. Por três vezes, no entanto, tivera ocasião de ver o Rio bombardeado: em 1893 com a revolta da esquadra, último reduto da monarquia, contra Floriano, em 1910, e, finalmente, em 1922. E o povo carioca lhe era sempre agradecido, visto que ostentava em suas manifestações o melhor que tinha.

Em certa ocasião, vindo do Norte, tentaram carregar-lhe o automóvel a mão ao que êle se opôs. Então um cavalheiro exaltado tirou o seu chapéu chile e ofereceu-lhe, enquanto bradava : ao Catete, ao Catete.

Rui, calmo e ponderado respondeu alegre e risonho — deixe de tolices rapaz...

Mas gostou. Era êste inegavelmente o seu grande objetivo político, o seu alvo, o seu ideal. Podia alimentá-lo. Merecia o cargo.



CAPÍTULO VIII

A ÁGUIA DE HAIA

1.^a parte

O EMBAIXADOR

Tanto que desceu dos seus propósitos oposicionistas no país, deixou de ser o decurião irredutível; por se fazer o condutor da humanidade futura, sendo saudado por fim como — a Águia de Haia.

Rui madrugou para a nova ordem pacifista. Diz o adágio que ninguém é bom profeta em sua terra; de fato êle foi sempre muito mais bem sucedido no estrangeiro do que no seu País.

Surgindo no campo internacional, apresentava uma inovação: o princípio da igualdade de soberanias das nações que consubstanciava o conteúdo democrático do panamericanismo e que foi o primeiro a expor. Apareceu ansioso por apresentá-lo em Haia.

Metido numa imensa sobrecasaca preta que lhe dava até os pés, com uma enorme cabeça, quase teratológica, desproporcional ao corpo, com o seu prognatismo, com os olhos semicerrados, quando pediu a palavra pela primeira vez no plenário, provocou risos entre os colegas que se entreolhavam. Dentro em pouco, porém, dominava o ambiente; com os seus pulmões de platina atraia as atenções de todos os delegados e assistentes e proferia verdadeiras Orações de Sapiência.

O autor desta biografia em trabalho sobre o Desarmamento Universal, dirigido em concurso à "New History Society of New York", procurou sintetizar a doutrina civilista e ruína sob o título de — Cidadanocracia — certo de que o desarmamento é uma utopia: Uma coisa é o desarmamento e outra a corrida armamentista. Nada há de irrealizável na explanação ruína de Haia, antes os seus frutos serão eternos, porque brotam da árvore frondosa do cristianismo.

Não fôsse o desrespeito àquele princípio básico e a humanidade não teria sofrido as consequências das duas grandes e pavorosas conflagrações mundiais de 1914 e 1939, a última das quais evitável neste intervalo.

A consolidação da doutrina não é uma ingenuidade, mas sim a chave do problema da política internacional contemporânea.

A força é sempre relativa e só o direito permanece no tempo e no espaço. A força material não gera o direito mas todo direito precisa e deve ser apoiado pela força, já ensinava o apóstolo com o estilete da sua pena nas Cartas da Inglaterra. Pela terceira vez atravessaria o Atlântico. Primeiro para a cura; segundo para o exílio, terceiro para a glória.

O maior serviço prestado ao Itamaratí pelo gênio diplomático de Rio Branco foi o tato demonstrado na escolha daquele que iria incluir o Brasil no rol das potências e altear a sua voz pela Paz. Ao receber o convite oficial em Petrópolis, alguém executou ao piano a área final da Tosca que êle tomou como um mau pressagio. E segue. Acima de tudo o dever.

A reivindicação da 9.^a potência universal consistiria na defesa da civilização cristã ocidental feita por Rui ou da paz baseada na justiça.

A sua verdadeira tese tanto em Haia quanto em Buenos Aires era o aforismo evangélico: *Diliges proximum tuum sicut te ipsum*. Defendia-o pela intangibilidade territorial, moral e espiritual de todos os povos, mantida por um instituto permanente universal, como o idealizado por Wilson. Unicamente deste modo a paz universal, será uma realidade, porque as nações terão respeito a uma entidade mais forte do que elas que será o novo Instituto das Nações, o conjunto obrigatório de todas, apoiado pela força militar da maioria delas para salvaguarda do Direito e bem estar geral da humanidade. A guerra gera a guerra. A traição de Pearl Harbour justifica plenamente a ilegalidade atômica.

Defendeu a arbitragem, regulou as presas de guerra e rejeitou a doutrina de Drago, visando a honestidade internacional. Tudo isso num francês que, como disse Anatole France na Academia Brasileira de Letras — poucos falam em França. Igualmente expressava-se no Inglês e no Espanhol, o que o colocava à vontade nas altas esferas intelectuais do mundo, onde em companhia da embaixatriz brilhou pelo tato diplomático e pela lhanza pessoal.

Mensageiro da Paz pela Lei, no Brasil e no mundo, Rui, servindo-se do seu cabedal de cultura geral, lutou por ela tôda a vida que foi, como disse o jornalista Alcindo Guanabara, "uma trajetória de luz entre a liberdade e o direito," uma linha reta entre a justiça e o bem.

O mundo necessita do Ruismo. Chegou a hora da família humana ir buscar algo no acervo dos seus ensinamentos, desiludida que está nesta hora tumultuosa, de tôdas as outras doutrinas e de todos os demais doutrinadores.

Os obreiros da paz pelo direito e não pela força devem coordenar os seus esforços em torno da Águia da Paz e da sua doutrina geratriz do entendimento universal — o entendimento mútuo das nações.

O Brasil antes de chegar a ser, como tudo indica, a forja e o celeiro do mundo, será o seu cérebro e coração. Pela sua fórmula pacificadora, Rui foi a cabeça universal, levantando bem alto a viseira, para uma política de envergadura, duradoura e pacifista.

Coelho Neto, o maior escritor da língua brasileira, o autor fecundo de cem livros, disse que ninguém se aproximava do egregio e inolvidável patricio que saísse com as mãos vazias.

A Paz! Eis o toque do clarim universal! Eis o ideal comum!

A afirmação da idéia da unidade moral e jurídica do mundo representa um serviço não somente de significação nacional, mas de significação eterna, para a humanidade e para o espírito. A unidade mundial não é, com efeito, um ditame da natureza, da geografia, da história ou da política: é uma conquista dos homens, é uma idéia, uma tarefa, um empreendimento, um destino a ser cumprido pela vontade, pela inteligência, pelo trabalho, pelo esforço e, antes de tudo, pela generosa e previdente compreensão entre todos os govêrnos — a assembléia dos povos — tôdas as coletividades nacionais, a cadeia das gerações contemporâneas e sucessivas no desenrolar dos séculos e da História.

Defendendo tão ingente e sagrada tarefa o delegado do Brasil, que a todos surpreendia por seu grande tirocínio parlamentar, crêceu no conceito dos seus pares, tanto mais que o fazia com inexcêdível brilhantismo, servindo-se de qualquer das línguas vivas, destarte, revelando-se ao mundo, lá das alturas olímpicas de Haia, com todo o seu fascinante ardor oratório; o magistral e proecto internacionalista, o apóstolo da paz, entre os homens e o profeta maior do século XX, pois os fatos comprovaram a oportunidade da sua pregação apostolar.

Para que se tenha uma idéia da desenvoltura e autoridade com que falava em Haia, basta dizer que são do teor seguinte os seus discursos no grande cenáculo que assombrou com a sua sabedoria:

"Sr. Presidente:

Animado pelo espírito de compreensão e harmonia que sempre inspirou esta Conferência, o govêrno brasileiro, reconsiderando suas instruções anteriores, de acôrdo com as quais me havia pronunciado contra

a proposta Fry, autorizou-me a conduzir-me hoje, conforme me parecesse mais conveniente e votar a favor, se reconhecesse a sabedoria dessa modificação em nossa atitude.

Em vista desses poderes e inspirado do mesmo desejo de conciliação do qual nunca me afastei nas deliberações desta assembléia, declaro que o Brasil aceita como uma transigência de bôa, fé o voto proposto pela delegação da Grã Bretanha e apoiado pela delegação dos Estados Unidos da América.

Fazendo-o, todavia, estou autorizado pelo govêrno brasileiro a acentuar nos mais claros têrmos, que êle considera implícito nesse voto o reconhecimento do princípio de igualdade dos Estados soberanos." Sempre colocando-se sobranceiro e com êle o Brasil, o GRANDE BRASIL, procurando apenas evitar a balbúrdia.

E mais adiante neste memorável discurso considerava esse princípio um "direito vital", justamente quando já se falava alí em defesa à outrance dos interêsses superiores de certos e determinados povos de raça privilegiada, considerados "fortes" que futuramente, com pasmo de todos, após estenderem insidiosamente a sua rede de espionagem e infiltração, exigiriam a descoberto, a ferro e a fogo, o que denominam espaço vital. Achava-se a Assembléia enfrentando o problema de constituir o tribunal permanente para as decisões de arbitragem. Como constituí-lo? A solução era simples: nomear um número de juizes permanentes. Como escolhê-los? A questão era simples para as grandes potências: dar-lhes uma representação individual e permanente na Côrte e às pequenas um número limitado de representantes de modo que estivessem representados todos os sistemas jurídicos e todas as línguas. Daí o conflito entre as soberanias, o atropêlo e a celeuma.

Prosseguindo em defesa da América Latina e especialmente do Brasil, diz relembrando o nosso pacifismo proverbial: "No mais célebre dos arbitramentos — o caso Alabama — entre os Estados Unidos e a Grã Bretanha, o tratado assinado pelas duas partes em Washington, a 8 de Maio de 1871, criou o Tribunal de Genebra, em que um dos árbitros foi o diplomata brasileiro Visconde de Itajubá. No Tribunal Franco-Americano de Washington, constituido para decidir reclamações das duas potências em conflito, de conformidade com a convenção de 13 de Janeiro de 1880, a preferência coube ao Brasil, na pessoa de um de nossos representantes diplomáticos, o Barão, depois Visconde de Arinos. Finalmente, quatro missões mixtas de arbitragem que funcionaram de 1884 a 1888, em Santiago do Chile, para julgar pretensões da Inglaterra, da França, da Alemanha e da Itália, foram sucessivamente

presididas por três brasileiros — os conselheiros Lopes Neto, Lafaiete Pereira e Aguiar Andrade”.

Por estes dois trechos de ouro, acima religiosamente transcritos e traduzidos do livro — *Actes et Discours de M. Ruy Barbosa, 2me. Conférence de La Paix* — vê-se que o Brasil sustentou sempre a arbitragem obrigatória, em benefício da paz e o cuidado com que Rui se preparou para a missão.

Vejamos mais um trecho do referido discurso-programa :

“Mas do outro lado do Atlântico, nesses países de crescimento rápido, a seiva humana assemelha-se à das nossas florestas : ela improvisa povos. Nós não nos depauperamos sob a obrigação do serviço militar. Não temos castas sociais. Não suportamos a herança exaustiva de um longo passado de guerras. Não conhecemos outras dívidas que não sejam as reproduzidas pela paz e pelo trabalho. Nestes vastos reservatórios de imigração onde a família desabrocha livre e numerosa como essas enormes flôres da América brotadas na superfície de nossas belas águas tropicais, bastam às vezes uma ou duas gerações, para dobrar a população dum país tranquilo e próspero.” Pintava assim a América que nesta época tumultuosa, pela transposição dos valores econômicos e políticos das nações, transformou-se na esperança única para a paz do mundo e harmonia dos povos.

Da América é que soará o toque da paz universal.

A biografia, repetimos, não tem ainda, como os demais gêneros de literatura, as suas leis próprias, nem as poderá ter, visto que as leis da arte de contar as grandes vidas dependem do temperamento e da lisura dos biógrafos. O Mestre ensinava ali que as soberanias são absolutas.

O biógrafo, como o juiz, baseia-se em fatos e não em suposições, para expôr, pintar, definir e justificar caracteres. A história da civilização é um conjunto de biografias. Os narradores das grandes vidas muito ganharam com os métodos psicanalítico e psicogenético de Freud e Dide, explorando a personalidade em sentido geral, mas intrometendo-se, indiscretamente, na vida íntima dos biografados, romanceando, dissecando e por vezes mentindo, adulteraram a realidade e deturparam a urdidura dos fatos, preocupados em alinhar pequenos acontecimentos, cronologicamente, esquecidos da finalidade do homem. Haia, para Rui Barbosa, equivaler à pública consagração da sua popularidade em todo o Brasil e em todo o mundo. Foi a finalidade máxima da sua vida. Foi cumprimento integral do seu destino.

Aclamado por seus pares, os cardeais do internacionalismo, como o maior e mais renomado jurista do século, título que não lhe foi arrebatado post-mortem — a Águia de Haia — que era a maior esperança da nacionalidade brasileira, transformou esta esperança na mais esplêndida realidade, em certeza absoluta, num penhor nacional e eterno.

O Brasil contou, desde então, com o seu grande paladino para as grandes representações no exterior, onde quer que fôsse, defendendo, sempre, alto e bom som, o direito e a liberdade.

Há sempre, nas aglomerações humanas alguém que se destaca do comum dos caracteres, alguém cuja psicologia desperta a atenção dos circunstantes, alguém que mais do que os demais, atrai a atenção dos responsáveis pelo êxito. Em Haia esse alguém foi Rui que constituiu durante muito tempo assunto palpitante para a imprensa sensacionalista e que obteve o maior sucesso.

Biografar é situar no tempo hábil; é utilizar na posteridade. Rui é o clarim da paz universal. O arauto do Novo Mundo de pós-guerra, será Rui Barbosa. E a posteridade responderá à pergunta: Quem foi Rui Barbosa? — A Águia de Haia. Homem de estudos, ntrospectivo e retrátil, em 5 de Junho de 1907, Rui Barbosa chegava à capital da Holanda onde dentro de poucos dias seriam iniciados os trabalhos da Segunda Conferência da Paz, mais diplomáticos que jurídicos, visando o adiamento da conflagração européia. Os Marechais da Diplomacia se reuniam.

Exatamente quarenta e quatro nações compareceram representadas por numerosas delegações, afim de discutirem o direito internacional e estabeleceram as modernas teorias e novas doutrinas para uma suposta regulamentação da guerra, salvaguardando e codificando o direito das gentes. Nesse comício colossal apresentaram-se devidamente credenciadas as mais eminentes e expressivas figuras de todos os povos: Edward Fry da Inglaterra, Léon Bourgeois da França, De Martens da Russia, Choate dos Estados Unidos, Drago, da República Argentina. Rui Barbosa era o Embaixador Especial e Primeiro Delegado do Brasil.

De fato, como era natural, havia muita curiosidade pelos representantes sulamericanos que todos imaginavam fôsem personalidades de segunda plaina. E eis que se desfez o juízo preconcebido.

Dizia William Stead na Riview of Reviews que "a Alemanha, desde o princípio, olhava de soslaio para os latino-americanos" acrescentando que "o Barão de Marshall recusava abertamente ouvir oradores sulamericanos, a exceção do Dr. Rui Barbosa e em seus discursos nunca condescendeu em responder a nenhum argumento por qualquer repre-

sentante das Repúblicas Latinas do desconhecido e remoto Novo Mundo. E continuava o eminente jornalista britânico, numa cadência da mais insuspeita admiração, espontânea e não paga pelo Itamarati, como assoalharam os malediscentes e invejosos de sempre.

Afinal "o primeiro indício que a Conferência teve da importância da América Meredional, foi a nomeação, por indicação da Rússia, do Dr. Rui Barbosa para Presidente Honorário da Primeira comissão."

O posto de Presidente Honorário era somente uma honraria, uma distinção conferida aos mais notáveis delegados das grandes nações.

Quando as nomeações foram proclamadas todos começaram a interessar-se pelo Brasil e a indagar quem era esse Dr. Rui Barbosa, que à sua primeira aparição já era, concomitantemente, escolhido para tão, alta honraria. A resposta dada pelos russos foi que o Dr. Rui Barbosa era um dos homens mais eminentes da Conferência. Varias entrevistas com Marshall e Bourgeois revelaram e deram a conhecer o homem.

Era o que se ouvia a seu respeito e realmente os membros da Conferência não precisaram de muito tempo, para se certificarem da valia do grande brasileiro e do grande latino.

Afanosamente, desde as primeiras sessões, a partir mesmo dos trabalhos preparatórios, mantendo sempre a mais calma compostura, tomava êle parte nos mais calorosos e importantes debates, o que a princípio o tornou alvo de motejos, pois a sua opinião sobre todos os assuntos era pronta e infalível. Mas, em breve, convertia os motejos e ressentimentos em respeito e assombro e, se o Brasil não obteve um lugar na Côte de Justiça Internacional Permanente, foi advogado dos pequenos Estados.

Começava-se a sentir a força do incansável lutador, mais eficaz ainda no ataque, fazendo ecoar a sua voz bem alto na sala dos Cavaleiros, séde da Conferência, tornando-se um dos grandes do mundo.

Isso, no entanto, apesar dos pesares, constituia um simples início, uma pálida amostra, embora fruto dos mais rudes trabalhos intellectuais, das qualidades de juriconsulto que demonstrou na discussão de assuntos puramente técnicos: a transformação dos navios mercantes em vasos de guerra, a cobrança de dívidas dos Estados, a composição de nova corte permanente de arbitragem, a constituição do tribunal de presas e o princípio fundamental da igualdade perante o Direito de todos os Estados soberanos, tudo baseado nos autores de todos os tempos até os mais modernos internacionalistas, foi proposta sua.

Para se traçar a biografia completa e definitiva de Rui Barbosa, desde as causas subterrâneas que motivaram o seu êxito intellectual, até

a codificação neste livro do seu idéário que, implicitamente, indica e preceitua o renascimento do Instituto de Genebra, para geral concórdia das Nações e estabilidade da paz, anélo supremo das almas bem formadas, mistér se faz estudar a sua obra em Haia, através dos seus principais discursos, colocando o espiritual acima do material a idéia acima da fôrça, preparados em mais de dois meses de trabalho incessante, até se transformar em símbolo da Diplomacia Brasileira.

Sòmente assim poder-se-á bem aquilatar o valor do vulcão da eloquência brasileira, transportado oficialmente pela sabedoria de Rio Branco, o estadista para o qual não havia segredos diplomáticos, nem temores, para a esfera internacional, onde tanto exaltou o nome do Brasil. Rio Branco conhecia todos os recursos materiais, espirituais e humanos que utilisava como reservas do Brasil no Exterior e o instruiu avidamente.

O filólogo, o literato e o democrata foram apenas revelações incompreendidas e subalternas, ou secundárias, do pacifista que grangeou nome universal, segundo o dizer de Nabuco e Santos Dumont.

Seriam necessários vários e grossos volumes, para o estudo dètalhado do vasto campo de suas atividades, que ficam aos cuidados dos homens de letras especificamente consagrados a tão nobre mistér.

Os discursos de Haia constituem o Evangelho de Rui Barbosa do qual esta biografia é uma homilética paulina, i.é., a fiel e oportuna interpretação, para luz dos homens e harmonia dos povos. Alí não arremeteu moinhos, mas pelo bom senso, servido pelo saber, atingiu o ápice da fama e da glória, trabalhando tenazmente pelo bem da humanidade, fazendo-se impertinente a tempo e fóra de tempo, tudo explicando e explanando, arrostando tóda a má vontade dos grandes.

Nimbado de luz, como se fizera sentinela da democracia, fez-se arauto da paz. Todos os grandes gestos de solidariedade humana merecem simpatia. O fim do homem é servir e não ser servido.

A paixão política, porém, que é a mais forte de todas as paixões, cega e inutiliza o julgamento dos grandes contemporâneos. Em Haia o grande brasileiro, a salvo das paixões partidárias, certo poderá ser melhormente apreciado, como o maior internacionalista do Globo, o grande jurista da América latina, sem empalidecer a glória do segundo Paranhos.

Assim como não se pode fitar o sol, o que é privilégio das águias e dos astrônomos bem resguardados, bastando-nos receber a sua luz benéfica e vitalizadora, assim também não é possível descrever tóda a vida ruiana. Rui viveu sempre lutando, sempre batalhando, sempre enfrentando, sempre bradando como sentinela da humanidade.

Basta que se precisem os princípios que nortearam as atitudes, que definiram a sua posição no país e no exterior, especialmente nas cumiadas de Haia, entrincheirado numa ideologia própria e edificante, sábia e oportuna, sem arretinismo. Rio Branco não o substituiria.

Alí como algures, obedeceu sempre às idéias mais avançadas e liberais, propoz as soluções mais filantrópicas e humanitárias, estabeleceu a doutrina mais certa e consentânea com o acanhado espírito da época, susceptível às modificações da evolução dos povos, orientado pelo ideal divinatório da paz universal, ante a intervenção sempre oportuna de terceiras potências, ou mesmo de todas englobadamente, para mais fácil aquiescência dos litigantes e solução pacífica de todos os conflitos e prélios internacionais pelo arbitramento obrigatório.

Pela segunda vez, atendendo à sugestão do Czar da Rússia, Nicolau II, reuniram-se em Haia os 44 países do mundo civilizado com objetivos praticamente já definidos em pauta adrede preparada.

Na realidade um pomposo cortejo de ministros, juristas e diplomatas, onde, salvo pequenas modificações, se votarão as matérias acertadas pelas Chancelarias das Grandes Potências. Nenhum dos embaixadores que desfrutava da amável hospitalidade da então jovem rainha Guilhermina, pensava de outro modo. Uns falariam mais do que os outros, mas ao cair do pano, todos se curvariam à vontade das oito pujantes organizações militares ali representadas. Fácil, portanto, de compreender que não seria agradável a posição do embaixador Rui Barbosa, do Brasil, fraco e quase ignorado país sul-americano, lá no conclave orgulhoso e requintado dos Países Baixos. Como os 4 grandes de hoje, 8 somente deliberariam.

E ainda mais: tinha-se por certo que a delegação brasileira não constituiria "mais que um reflexo da grande República norte-americana." O depoimento é de Rui, e esta última circunstância deve ter sido decisiva na atitude que assumia. Que reação não provocaria no grande tímido imaginar que os seus colegas o viam apenas como caudatário dos Estados Unidos, sem iniciativa pessoal, a viajar pela Holanda original e pitoresca, como que deslocado e perdido na paisagem nórdica.

Aliás, ainda inexperiente, êle não possuía qualquer prática de congressos internacionais. Felizmente, o primeiro a reconhecer esse "handicap" contrário ao representante do Brasil, foi Rio Branco. Não tendo podido enviar Nabuco, bem apessoado e bonito mesmo, e tão afeito aos torneios diplomáticos, pediu-lhe que fôsse à Europa dizer aos seus amigos da "carrière" quem era Rui Barbosa. Prepararia a platéia para receber o grande artista. Ao contrário do que se poderia supôr, Nabuco não guardara qualquer mágua, por lhe ter Rui arrebatado involuntariamente a cobiçada honraria. E, muito cioso da correção de suas atitudes,

dedicou-se com abnegação à tarefa. Com o conde Prozor, delegado da Polônia, e Constant D'Estournelles, um dos representantes da França, ele conversou sobre o embaixador do seu país. A outros escreveu, pondo-os ao par do valor do amigo com quem não quizera dividir os encargos da embaixada brasileira à 2.^a Conferência da Paz, certo de que ficaria em oposição secundária, o que não suportava, cioso que era do seu renome.

Em Paris, através de curiosas "notas confidenciais", Nabuco transmitiu a Rui pequenos "retratos" dos colegas e que serviriam para orientá-lo naquele mundo desconhecido e longínquo. Estava, pois, psicologicamente informado. Tal o testemunho de Luiz Viana Filho.

Sobre um dos delegados de Portugal: "O barão de Selir (Sobre quem se faz "à tort" o epigrama "il ne sait lire ni écrire") é muito relacionado entre a velha aristocracia holandesa, esteve no Rio, é irmão do meu amigo o Visconde d'Alte, meu colega em Washington, coleciona porcelanas brancas e é um grande sportman, no sentido de apostador em corridas. Talvez fôsse o maior auxiliar seu no que respeita à própria Holanda e ao corpo Diplomático da Haia". Exatidão e humor reuniam-se no perfil. E referindo-se ao representante de Cuba:

"O Quesada é o melhor informante que V. possa ter do que se passar na esfera hispano-americana. Ainda que ele seja muito amigo do Sáenz Peña de quem foi secretário, V. pode fiar-se nele, certo de que se o chamar a si ele será um bom aliado do Brasil entre a Hispano-América... Ele é muito entusiasta, mas vê claro e com muita penetração. Madame Quesada é muito simpática e merece que sua Senhora faça amizade com ela... O Quesada explicará o valor de cada Delegado hispano-americano". Colega de ofício dos diplomatas agora reunidos em Haia, Nabuco sabia de cada qual as particularidades, que lhes marcavam o temperamento: "O Estevão, primeiro delegado do México, é muito polido, mas frio e muito sensível e exigente em questões de forma. Ele foi meu colega em Roma e é meu amigo. O de La Barra é muito atencioso e agradável. Ele tem grande admiração por você."

Mesmo os achaques não lhe são desconhecidos. De Fusinato, ilustre jurista e um dos delegados da Itália, Nabuco informa a Rui: "O Fusinato é muito meu amigo... Ele esteve ultimamente bem doente de uma dispepsia nervosa. V. cultive a amizade dele, que será o seu melhor guia entre a diplomacia européia. Ele é muito amável e quererá agradar-lhe por esse instinto político que faz da Italiana a raça mais civilizada do mundo".

Ainda há outras cousas que Nabuco julga útil dizer a Rui. Mas poderá fazê-lo sem ferir-lhe a exagerada suscetibilidade? Como, por exemplo, advertir-lhe que pronuncie certo nome assim e não assim? Nabuco o faz, porém, com habilidade. "Já apresentei o Rodrigo Otávio ao d'Estournelles (êle pronuncia como eu dêstournelles, não dé) e êle prometeu-me fazer tudo pelo Brasil". Certamente, isto foi exagêro. Tôdas estas notas acham-se no arquivo de Rui em S. Clemente.

Deslise. Aliás, não foi o único, que o seu zelo o levou a cometer. Também sôbre o comportamento de um embaixador considerou de bom alvitre confiar a Rui uma pequena "nota", espécie de bilhete sem enderêço certo:

"A posição de embaixador é um pouco atada por etiquetas e cerimonial; em geral eles esperam que se vá a eles, mas eu nunca ví exemplo mais notável de que os homens de Estado se devem emancipar das exigências e imposições da etiqueta e tradições aceitas sempre que queiram fazer bôa diplomacia do que a missão do Conde Witte aos Estados Unidos por ocasião do tratado de Portsmouth. Êle começou por dirigir um apêlo à imprensa americana, que poz tôda esta, se não ao lado da Rússia, em uma expectativa simpática que contrastava com a guerra que lhe fizeram durante o tempo do Conde Cassini, o sobrevivente da antiga diplomacia de fórmulas e maneiras. De repente ele conquistou para seu país a bôa vontade geral. V. não é um diplomata de carreira, está numa missão em que o estadista, o político, não tem que considestrar protocolos nem formulários, e por isso pode libertar-se de quantas regras tolas e anacrônicas ainda prendem o nosso officio, num tempo em que a opinião é a fôrça das fôrças em política."

Sem dúvida, preferindo pecar por excesso a sujeitar-se humilhantemente a uma censura por alguma falha, Nabuco levava muito longe os seus encargos. Contudo era sincero e de coração desejava o bom êxito do amigo, seu antigo companheiro do "Ateneu Paulistano". Assim terminavam as "Notas Confidenciais": "Deixo estas notas de um velho, missão. J. N." Então tudo unia os dois R. B. que monopolizavam a grandeza do Brasil. No entanto, em Rui, o pensador traíria o Embaixador e nem Rio Branco, nem Joaquim o superavam na expressão verbal.

No entanto, em Rui, o pensador traíria o Embaixador.

No dia 15 de Junho de 1907, no Palácio Bidenthof, instalou-se a Segunda Conferência da Paz. O local era sugestivo. A "Sala dos Cavalheiros", com as suas abóbadas ogivais, os imensos tapetes flamantes, descendo pelas paredes, a lareira monumental, e os magníficos vitrais góticos, evoca séculos da História da Holanda. À sua tradição

juntam-se os nomes do Duque d'Alba e de Guilherme de Orange. E aí, aos oitenta anos, foi decapitado João Barnave. Agora, presididos por Nelidow, embaixador da Rússia, velho esbelto e de olhar voluntarioso, ali estão alguns dos vultos mais destacados da humanidade no comêço do século XX, para consolidação da Paz Universal.

Na véspera, Rui chegara de Paris, ondo ficára sua cara metade, D. Maria Augusta, e Rio Branco não se esquecera sequer de providenciar sobre a hospedagem do embaixador. No Palace Hotel, em Sheveningen, linda e radiosa praia de banhos separada de Haia por opulenta floresta de faias sanguíneas e carvalhos tortuosos, estavam os seus aposentos. Em carta a D. Maria Augusta dizia: "Hão de ficar encantadas dos nossos alojamentos. Hoje não temos chuva, e gozamos de algum sol; mar bravio, tempo frio e vento sempre... Sinto-me cada vez mais pequenino e incapaz, diante da ocasião e da tarefa. Deus se compadeça de mim..." Contudo, no trajeto da viagem, da janela do trem, êle contemplou e admirou o panorama, escrevendo à mulher: "Hás-de te divertir muito na tua viagem para aqui. Se vieres observando a paisagem, as povoações, as cidades muito te deleitarás. Tudo é lindo e novo para nós." Tudo era grandeza, raffinement, apresentação, variedade de paisagens. Iria alçar a auriflama da paz entre os moinhos holandeses.

Na verdade, tudo era novo para êle entre aqueles sutis embaixadores, onde não passava dum estreante. Naquele ambiente, onde quase todos são velhos camaradas de encontros anteriores, Rui é desconhecido. E, pior do que tudo, a timidez e falta de comunicabilidade não lhe permitem fazer amizades com rapidez, e isso aumenta as dificuldades da missão que lhe parecia muito acima das suas fôrças. Teve momentos de nostalgia e desânimo. Só brilhava ao impulso da oratória.

No dia seguinte ao da inauguração da Conferência, os socialistas também realizaram em Haia o seu congresso. Enfurecera-os a dissolução da Duma e a reunião representa um solene protesto contra a "Segunda Conferência da Paz" que chamam desdenhosamente "a comédia da paz". Mas, que importa ao Czar saber o que pensam aqueles "perniciosos agitadores", aqueles anarquistas malucos? Não podia prever o seu fim decorrida apenas uma década e a questão era então apenas uma questão de polícia, a repressão a lunáticos inveterados. Prefiguravam a luta presente.

À medida que conhecia os seus colegas, Rui parecia sentir-se aterado. Logo ao se iniciarem os trabalhos, escreveu ao padre Yabar: "Sempre que puder, implore para mim o auxílio de Deus, que tanto necessito nos trabalhos da minha vida e, especialmente, hoje, entre as dificuldades desta missão, que me parece fui mui temerário, incompetente

como sou, em accitar". Embora a carta não exprima o juízo certo que fazia de si próprio, bem podia considerar-se inseguro naquele cenário grandioso. A Alemanha estava representada pelo gigantesco barão Marshall von Bieberstein, o "elefas germanicus", como o chamou um jornalista. A Inglaterra mandou o minúsculo Right Honorable Sir Edward Fry. A Rússia, além de Nelidow, enviou o autoritário Frederico de Martens, com a sua gota e a sua muleta. Em nome dos Estados Unidos falaram Mr. Choate e Mr. Brown Scött, calvo precoce, e que Nabuco dizia ter "a ambição ainda por satisfazer". Léon Bourgeois, D'Estournelles eram os principais representantes da França. Quase todos estão saturados de congressos internacionais e um saue ceticismo substituiu as ilusões porventura existentes na mocidade. Entre eles Rui terá a ingênua originalidade e ainda nisso mesmo a situação não lhe será favorável, por falta de ambiente. Sempre fôra refratário a ostentações. Nas palestras particulares é que preparava o ambiente.

Os princípios foram penosos. Embora houvesse cabido a Rui a Presidência de Honra da 1.^a Comissão das quatro em que se dividira a assembléia, isto não passava de uma distinção conferida a quem trouxera credenciais de embaixador cousa que havia sido conservada no maior segredo por êle e Rio Branco. E depois? Como se conduziria naquele "torneio de habilidades e sutilezas", aquele homem esquivo? Os próprios companheiros de Rui temiam o resultado da sua atuação.

Para êle, no entanto, o melhor caminho era sempre trabalhar. Às cinco horas da manhã começava a faina, que se prolongava até depois de meia noite. Compareceria pontualmente às sessões da 1.^a e 4.^a Comissões; examinava e estudava as matérias das outras duas, dando instruções completas aos diversos delegados; redigia longos telegramas cifrados para o Barão do Rio Branco; mantinha entrevistas; assistia a banquetes; e à noite voltava a preparar os debates para o dia seguinte. Era extenuante. Às vezes, premido entre o trabalho e o horário das reuniões, era Maria Augusta quem lhe calçava os sapatos, enquanto escrevia as suas últimas notas dum discurso, fóra da pauta — ela — "a flôr sempre aberta da bondade divina no seu lar." E prosseguiu num esforço inaudito, pois era o único embaixador ali que não era diplomata de carreira e numa época em que o único embaixador brasileiro seria Nabuco.

Absorvente, êle tomava para si tôdas as tarefas. Desconhecia completamente a divisão dos encargos. "O outro delegado plenipotenciário do Brasil (Eduardo Lisbôa) junto de quem eu servi, conta Rodrigo Otávio, não proferiu uma palavra em todo o tempo dos trabalhos". Rui mostrava-se sempre indefesso e incontestado. Eduardo como Alfredo Rui, seu filho, em tôda a sua vida, só podiam ter uma atitude ante o

Mestre — o silêncio. Aliás tem sido esta a atitude dos nossos atuais diplomatas em Congressos Internacionais.

É verdade que acontecia haver momentos agradáveis. A visita dos delegados à jovem e gorda Rainha Guilhermina, por exemplo, foi um espetáculo deslumbrante. Um a um, apresentados por Nelidow, êles lhe beijaram a mão. Todos ostentavam os seus fardões vistosos, ou traziam pregadas às casacas rutilantes condecorações. Havia apenas um a destacar-se na simplicidade da sua casaca preta, e isso provocava comentários. "Voilà! C'est beau!" A nossa Constituição proibia condecorações civis. À noite nesse mesmo dia, o Grão Mestre de Cerrimônias, barão Pallant Neerynew, faria as apresentações à Rainha-mãe. Rui apreciava e gozava estranhando tôda aquela etiqueta. Era uma pequena trégua. Mas, essas ocasiões eram raras e não mitigavam o trabalho insano, e que nunca faltava na Conferência. Eram inúmeros os assuntos. Captura e contrabando de guerra, bloqueio, inviolabilidade da propriedade privada no mar, deveres dos neutros em terra, eis algumas das matérias em debate. O número de sensação, no entanto, era a arbitragem obrigatória e a criação dum Tribunal Permanente da Arbitragem. Aí é que as grandes potências fariam o seu jôgo político.

Como um intermezzo, Drago, argentino, apresentou a tese contrária e antipática, e que Rui e Rio Branco teriam vontade de apoiar. É uma réplica às medidas militares tomadas pela Inglaterra, a Alemanha e a Itália contra a Venezuela. Mas, os Estados Unidos são contrários, e Afonso Pena, de nenhum modo deseja desgostar os nossos amigos nem o Embaixador que pelo seu aticismo deslumbrava o Universo.

Pareciam fundados os receios de Nabuco.

Rio Branco a Rui: "Pensa o Presidente que seria impolítico contrariássemos o govêrno americano na questão da cobrança de dívidas, e nos separássemos de quase tôda a hispano-americana, convindo que êle num hábil discurso, justificando o voto contrário à proposição argentina: o Brasil não desejava assustar os seus credores. Isso irritou alguns jornais argentinos, mas "La Nación" disse ter sido um notável discurso.

Durante quase um mês o esforço de Rui tornou-se contraproducente. Era enfadonho aquele embaixador que tudo sabia e falava longamente. Que tinha êle de intervir em todos os debates, opinando e contrariando a vontade das Grandes Potências? Tornara-se mesmo impertinente e importuno. É preciso saber antes de tudo onde, quando e como falamos.

Quando se tratou de organizar o Tribunal de Presas, tendo sido injustamente preterida a América Latina, Rui protestou e não foi menor

a fúria de Rio Branco. Cuba ficava abaixo da Sérvia e da Suíça, que não possuíam marinha, e o Brasil viu-se colocado em plano inferior a Portugal, Romênia e Bélgica e isso ainda aumentou a irritação de Rio Branco. Contudo era necessário esperar. A inteligência tudo venceria, até mesmo a falta do tato diplomático.

Absolutamente nada, no entanto, fazia prever que melhorasse a situação de Rui. Os seus extensos discursos aborreciam cada vez mais, e todos estavam acordes quanto à impossibilidade de suportar-se aquele "Dr. Barbosa." Quando começava a falar, parecia ter soado a hora do recreio num colégio: a conversa generalizava-se e ninguém mais lhe ouvia a voz. Um dia (12 de Julho), acabara de ler um discurso sobre presas marítimas, quando Martens, que presidia a sessão e o ouvira de mau humor, declarou em tom de censura: "O memorial do nobre embaixador do Brasil constará dos processos verbais das nossas sessões; devo porém observar-lhe que a política não é da alçada da Conferência". A assembleia aplaudiu: afinal era preciso fazer calar aquele erudito loquaz que assombraria o mundo com o seu saber.

Chegara para Rui o instante decisivo. Inopinadamente ele se pôs de pé. Pálido, com visível emoção, pediu a palavra: as águas há muito contidas iam romper o dique na Holanda. A águia sentia-se ferida. A erupção veio ao vulcão. Como o tigre provocado reagiu.

"As forças, a coragem, diria depois, a resolução me vieram não sei de onde, vi-me de pé, com a palavra nos lábios". Com veemência atirou-se clara e vibrante. As conversações pararam e a assistência principiou a ouvi-lo. Um dos secretários da delegação brasileira, assim descreve a cena:

Martens, ao lado de Rui, mantinha a cara amarrada e mostrava, de princípio, manifesto nervosismo. E Rui, pequeno, humilde, com voz sumida, que depois se elevou e se tornou clara, começou a proferir esse discurso que foi, por certo, a peça oratória mais notável que a Conferência ouviu e lhe proporcionou o seu momento de maior brilho intelectual". Era extraordinário que, falando de improviso em francês, se exprimisse com tanta facilidade e fluência. Só levava uma vantagem dada pelo acaso: falava da mesa, dominando a Assembleia.

Que dizia? Mostrava como, na verdade, tudo quanto ali se fazia nada mais era do que a política e política de hegemonia armada, de supremacia das grandes potências, de prepotência mundial.

"A política no sentido mais vulgar da palavra, esta, ninguém o contesta, esta nos é absolutamente interdita. Nada temos a ver com os

negócios internos dos Estados, ou, nos negócios internacionais, com as querelas que dividem as nações; os litígios do amor próprio, a ambição ou a honra, as questões de influência, de equilíbrio ou de predomínio, aquelas que conduzem ao conflito e à guerra. Eis a política interdita."

"Mas, na outra, na grande acepção do termo, a mais alta e não a menos prática, os supremos interesses das nações entre si, será que esta política pode nos ser interdita? Não, Senhores!" *Audatia fortuna jubat.*

Desarmado e surpreso ante a argumentação incisiva, o auditório escutou-o até o fim, em meio a um silêncio profundo, significativo. Não houve palmas, no entanto, e Martens encerrou a sessão sem aludir ao incidente. Mas, fôra profunda a impressão causada pela réplica enérgica e inesperada. Ao ser servido o bem provido cardápio que a rainha proporcionava aos seus hóspedes ilustres, Martens, aproximou-se de Rui. Conversaram alguns minutos. Simples mal entendido, do qual não mais deviam ficar vestígios, dissera o embaixador slavo. Por fim abraçaram-se, e êsse gesto cordato do autoritário Martens valeu por uma sacração. Pela sua coragem e tenacidade, pacientemente, muitas vezes vencendo até o ridículo, Rui galgara o Olimpo, para sentar-se agora entre os deuses poderosos da Conferência. Brown, Scott dissêra a Drago: — "Eis o Novo Mundo que se faz ouvir pelo Velho". A América conquistara um lugar em Haia. A Europa curvara-se ante o Brasil.

No dia seguinte, satisfeito com aquele triunfo, que tivera alguma coisa de espetacular, Rui telegrafou para a família: "Deus tem-me protegido sempre aqui". De fato não se consagra o êrro.

No dia 30 de Julho, na velha estrada entre Haia e Sheveningen, lançou-se a primeira pedra do Palácio da Paz, doação do milionário Carnegie. Nelidow pronunciou o discurso e uma grande orquestra tocou a Aleluia de Haendel. Mas a Rui o que mais encantou foram os cantos corais, fazendo ressoar entre as faias uma esperança de paz e harmonia entre as nações. A música na Europa é um sonho e um enlevo.

Também chegara a época dos banquetes. Depois de se observarem mutuamente, como se cada qual procurasse avaliar a fôrça dos seus antagonistas, os delegados trocavam amabilidades. Era o aspecto mundano da Conferência. Em tórno de lindas mesas floridas faziam-se elogios recíprocos. Com agrado, Rui ouve o belga Beernardt, que tanto se pareceu com Thiers, dizer-lhe polidamente: "Si j'étais bresilien, je serais enchanté de votre position". Contudo é fatigante essa intensa vida social e Rui queixa-se a Rio Branco: "É terrível o peso agora dos banquetes, quase cotidianos". Mas, "noblesse oblige". Êle também deve retribuir e para tal conta uma auxiliar de primeira ordem: D

Maria Augusta. A embaixatriz também tem o seu papel e ela o executa maravilhosamente como representante da mulher brasileira e como anfitriã, ostentando requintado granfinismo.

O primeiro banquete que Rui ofereceu, foi à delegação dos Estados Unidos. Um milionário poderá cometer algumas falhas, pois ninguém reparará, mas, um pobre será logo criticado. Rui sabia disso, tratava-se do Brasil, e pôs o maior cuidado em tôdas as minúcias da festa. De Londres mandou vir flôres custosas. Outras chegaram de Paris. E os convidados não se cansavam de admirar o aspecto deslumbrante dos imensos salões do Palace Hotel. Estava delicioso o faisão "À Fontainebleau", servido com trufas e perdizes. Era notado e elogiado. Contudo, também ninguém ficava mais contente do que Rui, que telegrafava ao Barão: "Foi indescritível o efeito ontem do nosso jantar... Estimei termos mostrado não estarmos aquém dos europeus em matéria de gosto". Os jornais também louvaram: "A decoração era de gôsto singular e magnífico. Os convidados viam-se transportados a uma espécie de deslumbramento semi-tropical, lembrando os esplendores do paraíso brasileiro". (Courrier de la Conférence). Eram dispendiosos êsses obséquios pomposos: o jantar custou quase seis mil florins. Mas Rio Branco não compreendia uma bôa diplomacia sem fartas verbas e mesas lautas. Tudo facilitara para o brilho da nossa representação em Haia. Pela primeira vez se ostentaram *gypsum fleet* nos salões.

Às vezes os horizontes turvavam-se com pequenos dramas ou simples comédias. Certa vez, Mr. Renault, um dos delegados da França, surpreendera-se por ter Rui chamado Mr. Choate de "respectable" e não de "honorable". Nabuco comentou o fato: "É incrível mas é assim! De modo que se melindra um velho, chamando-o de respeitável, de venerando! "Ele devia lembrar-se, disse-me Mr. Root (Eliho Root) a quem contei a anedota, que na Roma antiga (supomos queria dizer na Idade Média) o primeiro grau era honorabilis, o segundo, aciña. "respectabilis", o terceiro "ilustrissimus". Mais sério, entretanto, fôra o protesto que as pequenas nações pediram a Rui que fizesse contra o fato de Brown Scott haver metido num relatório algumas palavras dum texto aprovado em votação. Rui resolvera, porém, o caso sem escândalo e Brown Scott, que o procurara "vivamente inquieto", agradecera-lhe com os olhos rasos d'água, dizendo-lhe: — "La bonne foi est toujours la bonne foi". Do mesmo passo liderava as pequenas nações.

Já agora o tempo conseguira dissipar as prevenções iniciais contra Rui, que, pacientemente, como era do seu feitio, captara algumas simpatias. Léon Bourgeois, tornara-se seu amigo e Constant D'Estournel-

les tratava-o com afeição. Muitas vezes, enquanto D. Maria Augusta, no automóvel, esperava o marido, que ela sabia precisar do seu carinho depois daqueles debates agitados, D'Estournelles vinha fazer-lhes companhia. Martens mostrava-se atencioso. O incidente passou e ele disse a Rui: "je compte sur votre bienveillant e puissant appui a l'avenir". Nabuco, que não gostava de Martens, por atribuir-lhe o malogro sofrido na questão de limites com a Guiana Inglesa em que representou o Brasil, escreveu a Rui: "Hoje recebo uma carta do Prozor em que me diz que você acabou por se impôr à Conferência e que não se medem mais os seus discursos pelo comprimento, mas pelo peso — et on voit ce qu'ils pesent". Começavam a fazer justiça àquele embaixador meticoloso e inquieto, notável e destemeroso. Rui e sua esposa travaram relações com o mundo diplomático. Já não eram mais debutantes.

Era nesse ambiente, que tinha início o grande ato da Conferência — a organização do Tribunal Permanente de Arbitragem. Martens já tinha conversado com Marshall e estavam de acôrdo. Choaté mostrava-se satisfeito com o lugar reservado aos Estados Unidos e a assembléia iria ratificar um princípio sobre o qual nenhum deles tinha qualquer dúvida: as grandes potências governam o mundo. Seria absurdo pensar de outro modo. Havia verdadeira alergia pelas pequenas nações. O valor estava na fôrça. Só os fortes deliberam.

Rui sustentava, no entanto, uma tese oposta: tôdas as nações são iguais. Rio Branco já sondára outras chancelarias americanas e sabia que não ficaria só. Aliás ele fez o possível para evitar a divergência com os Estados Unidos. Mas, infelizmente, Roosevelt estava longe da Capital e Elihu Root veraneava em Clinton. Com desgosto ele telegraphou a Rui: "Agora que não podemos ocultar a nossa divergência com a delegação americana, cumpre-nos tomar aí francamente a defesa do nosso direito e o das demais nações americanas. Estamos certos de que o há de fazer com firmeza e moderação e brilho, atraindo para o nosso país as simpatias dos povos fracos e o respeito dos fortes".

Prevenido, assim, ao entrar em discussão o Tribunal de Arbitragem, Rui desfaldou a bandeira da igualdade dos Estados. Verdadeira revolução. Como poderá tolerar qualquer das Grandes Potências ali presentes a sua equiparação ao Haiti ou ao Cabo! O telegráfo transmitiu a notícia para os quatro ventos do mundo e em Londres e Nova York alguns jornais comentaram-na com indignação e desprezo, julgando-a filha da insensatez.

"A América do Sul, diz o "Times" pode orgulhar-se de ter juristas distintos como o Dr. Barbosa, orador de palavra fácil e eloquente. Pe-

dir. porém, uma representação, no Tribunal Permanente de Arbitragem, igual à das grandes Potências é exagerar. O zelo que o protesto do Sr. Rui Barbosa despertou em certos Delegados sul-americanos, é infundado, pois provém de países cujos tribunais muitas vezes se mostraram incapazes de garantir justiça aos estrangeiros". O "New York Herald" também criticou acerbamente a proposta e, alguns dias depois, o seu representante, Aubrey Stanhope, escreveu a Rui:

"A vista dos ataques que estão sendo feitos contra vós, como perturbador da Conferência e causando o seu malôgro, penso que talvez desejeis dizer alguma coisa, para ser publicada." Rui respondeu secamente: cumpria o seu dever e nada tinha a dizer. No Brasil, a opinião acompanhava com vivo interesse o desenrolar da luta. Rio Branco incansável e minucioso, redige longas notícias para os jornais, e êle próprio costuma ir ao "Jornal do Comércio" examinar o serviço telegráfico, à tarde, afim de evitar em tempo alguma inconveniência. É a primeira vez que o país participa duma reunião internacional daquele porte e em todas as classes há o pressentimento de se estar passando alguma coisa de importante. Azeredo telegrafou a Rui: "No que mais se fala atualmente no Rio de Janeiro, é na Conferência de Haia e no chefe da delegação brasileira, havendo um aplauso uníssono pelo brilhantismo com que êle nos representa aí, dando nome ao nosso país tão mal visto no estrangeiro". Haia começou a interessar vivamente a opinião pública brasileira. Era o Brasil que se mostrava num momento excepcional.

O dissídio foi profundo. Tendo como base a igualdade dos Estados, Rui apresentou uma proposta para a organização do Tribunal, onde todos os países terão assento, ficando, porém, ao alvêdrio das partes litigantes submeterem as suas questões ao plenário do Tribunal ou apenas à apreciação de juizes por elas escolhidos. Poderiam as grandes nações tolerar uma coisa assim? Era irritante essa intromissão do Brasil nos mais altos conciliábulos do mundo. O fato obteve repercussão mundial. Mais que o vôo de Santos Dumont.

Para apaziguar, Brown Scott formulou um projeto conciliatório. Rui, no entanto, manteve-se intransigente. E aos que consideravam a igualdade ofensiva às grandes potências, por colocar os seus árbitros em paridade aos de qualquer país insignificante, êle respondeu:

"Se o argumento fôsse verdadeiro poderia transformar-se numa arma de dois gumes contra os nossos antagonistas, tornando impossível a criação com que os autores do projeto americano sonham a perfeição da arbitragem internacional. Pois se os grandes Estados não se fiam na imparcialidade dos pequenos, por sua vez estes poderiam invocar razões para não confiarem na imparcialidade dos grandes".

Mas, sem se deter aí, o embaixador do Brasil suscitou grave questão prejudicial: pela natureza do assunto, a Conferência que o estudava era incompetente. Foi uma bomba. Os argumentos eram irretorquíveis e D'Estournelles avisou-o de que Marshall, embora furioso, estava disposto a ceder. E acrescentou: "On vous fait des concessions comme a Bourgeois". Era o Brasil igual à França, Rui batendo Bourgeois.

Para contornar o impasse, Nelidow nomeou então uma comissão de sete membros para examinar a matéria. São os sete sábios da Conferência, como ficaram conhecidos: Marshall, Nelidow, Choate, Bourgeois, Hapos-Mére, Torielli e Rui. Agora seria fácil obter para o Brasil uma posição igual à das grandes potências. Seria, porém, mesquinho e Rio Branco, embora confiando a Rui a orientação a ser tomada, é de opinião que nada deve ser aceito fora da igualdade dos Estados que lhe fôra exposta anteriormente por Rui, ao aceitar a delegação e mantida em segredo de Estado.

Não custou, aliás, que os "sete sábios", aos quais, por proposta de Rui, viera reunir-se Sir Fry, chegassem às seguintes conclusões: primeiro: eliminação do projeto de Brown Scott; segundo: ser inviolável a igualdade dos Estados; terceiro: ser condenável o sistema de rotação dos juizes. Marshall estava porém indignado e resolvera deixar Haia em férias. Bourgeois também o imitou e seguiu para Paris. Que resta a fazer, se falhou o grande número da Conferência, aquele em que as potências tinham o maior interesse? o mais zangado era Mr. Choate, que Rui considerava "sempre desastrado". A imprensa de Nova York censurara o governo americano pela má sorte da delegação e êle tomara o peão na unha. Comprazia-se em ferir Rui com algumas ironias. Quando, por exemplo, se discutiu a composição do Tribunal de Presas, êle, falando em inglês, perguntara a Rui quantos navios o Brasil já havia aprisionado. Interrogação insolente e mordaz, pois o Brasil jamais apresara qualquer embarcação. Rui, porém, também em inglês, replicou incontinente: se a ironia tivesse valor, o argumento serviria para excluir inteiramente, do Tribunal de Presas, não só o Brasil mas também a América Latina e grande parte da Europa. Aliás, na votação, o Brasil ficou completamente isolado. Trinta e sete nações manifestaram-se favoráveis ao Tribunal, e Rui foi a única voz divergente e intransigente, mas acatada e mesmo temida por todos.

Depois de frustrado o Tribunal de Arbitragem, nos moldes em que o desejava Marschall, as sessões tornaram-se monótonas e estéreis. As Comissões haviam concluído vários projetos, mas, para as grandes potências, nada podia compensar a derrota sofrida, devido àquela idéia de

igualdade trazida por aquele incômodo convidado. Falhara o grande número, e isso equivalia ao próprio malôgro da Conferência, malôgro que atribuíam a Rui. Agora os delegados aguardavam apenas as sessões plenárias, a fim de se retirarem. Nada mais aconteceria de interessante que abalasse o universo.

Para evitar um desfecho melancólico, Sir Edward Fry apresentou uma declaração sobre o Tribunal de Arbitragem. Era o melhor que se podia fazer. A Conferência encareceria a necessidade do Tribunal "deixando de lado as disposições relativas à nomeação dos Juizes e rotação a estabelecer entre eles". Os Estados Unidos estavam de acôrdo com esta fórmula e Rui telegrafou a Rio Branco, mostrando-se cordato: Não tenho amor próprio em assuntos dessa natureza, e desejo que o governo aja livremente, atendendo só à conveniência nacional". Rio Branco deu liberdade de ação a Rui. Autorizou-o a fazer o que quizesse.

No dia seguinte Rui aceitou a proposta de Sir Fry. Depois da vitória, a harmonia. Com eloquência êle justificou sua atitude assumida na Conferência, e prolongados aplausos (isto era raro) seguiram-se às suas últimas palavras. O triunfo fôra completo. Êle mesmo, sem modestia, deu notícia a Rio Branco: Foi o meu trabalho mais importante, o meu melhor dia nesta Conferência. Expliquei a nossa posição durante ela a defendi a nossa atitude sobre a Côrte Permanente e a Côrte de Presas. Respondi às acusações de que pretendemos sujeitar os grandes Estados ao julgamento dos pequenos, e defendi estes da imputação de terem causado o naufrágio da Conferência... Historiei e acentuei a sua importância no papel internacional e a evidência das consequências fatais, se insistir-se no êrro de convencer aos Estados de ser a força militar o único critério de distinção entre as nações". E em seguida: "Dizem que nenhum discurso foi aqui ainda ouvido com tanta atenção. As manifestações foram gerais e extraordinárias." Os europeus em geral são muito sóbrios em aplausos. E alí estava a nata intelectual do mundo.

Era exato. A oração empolgara. Além da beleza da forma, tivera uma extranha singularidade: fôra sincera. O "Courrier de la Conférence": "Em seguida veio o discurso do Dr. Barbosa, no qual o primeiro delegado do Brasil sobrepujou a si próprio. Êle falou ante um silêncio geral e diante dum auditório que lhe era hostil. Mas falou como um homem que exprimia a indignação de todo um continente, com uma cólera contínua e um entusiasmo patriótico... Foi um discurso como a Conferência ainda não havia ouvido, pois, conforme declarou ontem um dos delegados, o traço característico de tôdas as conferências é que os seus membros jamais dizem de público o que pensam realmente.

O Dr. Barbosa disse livremente o que pensava, num discurso magnífico, e quando êle retomou o seu lugar, o Ridderzaal vibrou de aplausos, que não têm precedentes pela duração e intensidade".

Em Londres, a "Tribune" também lhe reconheceu a vitória: "No princípio o barão Marshall von Bieberstein era o homem da Conferência. Mas a sua estrela declinou enquanto a do Mr. Barbosa atingia o meridiano. O seu discurso de ontem provocou a maior e a mais expressiva ovação ouvida no Ridderzaal". O próprio Nelidow não esconde a sua admiração: "A América do Sul foi para mim uma revelação". ("South America has been a revelation to me", dissera êle). Com tudo isso Rui continuava sensível e desconfiado.

Certamente Rui devia estar satisfeito. Alegria passageira, aliás, pois o seu temperamento nunca lhe permitia um contentamento duradouro. Vinte e quatro horas depois de ter enviado a Rio Branco aquelas palavras transbordantes de júbilo, êle telegrafava à família: "Doente, desanimado, desgostoso, penso, seriamente, agora, retirar-me de tudo". Infelizmente, Rui andava sempre nos extremos. E, como não recebesse do ministro do Exterior as felicitações que esperava pelo bom êxito, logo perguntava a Azeredo: "Estará doente o homem que contra os seus hábitos de delicadeza e largueza de telegramas não teve uma palavra de aprovação, depois de conhecido há quatro dias o texto do meu último discurso, incomparavelmente mais aplaudido e de mais efeito aqui para a situação do país?" Azeredo tranquilizava-o, a confiança do governo brasileiro nele era completa e todo o país se sentia orgulhoso da maneira feliz por que o representara o seu embaixador. Poderia dizer mais — o Brasil delirava. Preparavam-lhe surpresas.

Em 18 de Outubro, com o discurso de estilo, Nelidow encerrou a Conferência. Rui, porém, ainda permaneceu em Haia alguns dias. Ficou só. Desejosa de ver Bruxellas, D. Maria Augusta partira antes dele, e o casal não passaria junto o dia 23, quando ela festejava o seu aniversário. Mas, nesse dia, logo pela manhã, Rui mandava-lhe um afetuoso telegrama: "Mil agradços e beijos com tôdas as benções do céu à minha mulherzinha adorada, meu primeiro pensamento desta manhã". O mesmo homem que numa dedicatória dizia: "À minha mulher, cuja simpatia corajosa e eficaz, por tôdas as causas do coração, da liberdade e da honra, tem-me sido sempre alento ou inspiração em tôdas as boas ações de minha vida." Abalara as abobadas do Palácio de Haia.

Agora o regresso. Nada podia envaidecer mais um povo ainda jovem do que saber que os planos de hegemonia das velhas e fortes nações haviam sido frustrados pela ação do seu embaixador, desse homem extraordinário no dizer de Léon Bourgeois e que afinal vencera no mundo e afastara os sintomas alarmantes de uma guerra próxima.

No estrangeiro, levada pelos diplomatas, que voltavam de Haia, a notícia do triunfo também repercutia. A Universidade de Yale convidou Rui, para proferir uma série de conferências. Fauchille, o célebre internacionalista, pediu-lhe um artigo sobre "O princípio da igualdade dos Estados e a Segunda Conferência da Paz". De Washington, Nabuco mandou-lhe lisonjeiras impressões: "Ontem a irmã do Presidente disse à minha mulher que lhe havia falado dos jantares do Embaixador do Brasil em Haia, como tendo sido os mais bonitos de todos, e que ela havia dito que também o eram aqui... Também a Buchanan falou-me de Madame Rui Barbosa com admiração e encanto. Assim foi um sucesso em toda linha". "O ministro da Dinamarca dizia-me uma vez: "C'était très intéressant d'entendre Mr. Rui Barbosa. O encarregado da Hollanda disse ao Amaral que na Conferência houve três homens: você, o barão von Marshall, e o Bourgeois. O Quesada explicou bem o seu papel ao Root e veio cheio de admiração e "wonder". Assim todos". Os comentários representavam a ante-sala da glória, mesmo os mais secretos e insinceros, pois a muitos ralara de inveja.

Em Dezembro, depois de receber em Paris as homenagens da colônia brasileira, que lhe ofereceu um bronze representando a Glória coroando o Gênio, Rui partia para o Brasil. D. Maria Augusta torcera um pé numa queda, e ele não podia aceitar o convite do rei D. Carlos de Portugal, para visitar Lisboa. Nabuco também insistira para que fôsse à Itália tomar "um grande banho de arte". "Não me consolarei, se não fôr ao menos por um dia a Roma. Creia que seria um dia único em sua vida". Nada disso, no entanto, fôra possível. Rui voltava para S. Clemente, para junto das suas roseiras e dos seus livros, conhecido agora como o "o grande teórico do direito internacional" e da Paz.

De fato tornava para os dissabores e as lutas da política, que se agitara consideravelmente durante a sua ausência. Estava em ebulição a sucessão presidencial e Azeredo informara-lhe: "O Pinheiro ficou muito contente com a tua carta, dizendo-me que estamos ligados para todo o sempre". Pinheiro também lhe escrevera: "Não há dia e instantes que eu não sinta falta dos seus conselhos e o amparo de sua boa amizade, nos diversos incidentes desta vida política, tão prenhe de agruras, na qual um coração amigo e leal, servido por uma inteligência superior, ilumina o nosso caminho e nos enrija a vontade para superar as emboscadas e traições". Era um trunfo nos bastidores da política nacional. Isso falava-lhe às mais íntimas aspirações.

Mas, ao receber na Bahia um telegrama de Pinheiro, contestando a notícia transmitida justamente no dia em que Rui aportava à terra natal e informando ter sido oferecida a João Pinheiro, a candidatura à Presidência da República é que tivera a primeira impressão do que de

fato ocorria. "Tal embuste, dizia Pinheiro, é fruto da perversidade de ignóbeis adversários... Em guarda, pois". Não tinham tido início as conversas oficiais... E a cidade como um presépio ou quadro lá ficou na moldura da montanha e do mar azul.

No Rio fizeram-se preparativos para uma estrondosa recepção. O governo, o congresso, os Estados, a imprensa, todos, espontaneamente, se associavam às festas projetadas. Foguetes estouravam. Os jornais em grandes títulos, chamavam Rui a "Águia de Haia", e a designação era geralmente repetida com orgulho. Mesmo os adversários sentiam-se sem ânimo para oporem qualquer restrição à sua glória lididamente conquistada.

Ao desembarcar no cais Pharoux, imensa multidão ali postada, apertar do sol, prorompeu em aclamações delirantes. De bordo do "Araguaia", que inúmeras embarcações embandeiradas haviam escoltado desde a entrada da barra, trouxera-o o mesmo galeão que um século antes, servira a D. João VI, o rei português emigrado à aproximação dos soldados de Junot. Rio Branco abraçou-o. Nesse instante a ovação chegou ao auge. A custo a polícia conteve os manifestantes. Senhoras atiravam flôres, e com dificuldade organizou-se o préstito, que, entre guirlandas, rumou para o palácio do Catete e para São Clemente, passando pelas ruas cobertas de folhagens verde-amarelo.

Em todo o percurso reproduziram-se os aplausos. Dos postes de iluminação, circundados por verdes grinaldas, em espiral, pendiam bandeiras e flâmulas. De espaço a espaço apareciam dísticos entusiásticos, e mais de quarenta bandas de música tocaram marchas e hinos patrióticos. No Palácio do Catete, Afonso Pena esperava-o na porta principal. Novas e vibrantes aclamações. Por duas vezes tiveram de chegar à sacada para agradecer. As aclamações incessantes pareciam ratificar o telegrama que dirigira ao presidente ao encerrar-se a Conferência: "Esforcei-me por honrar nossa pátria, e creio que a deixei aumentada em consideração no estrangeiro". Rui atingira o pináculo da glória e da fama universal e recebia com sua Pátria a maior consagração. Vencera. Só a pino. Firmara o seu nome no mundo e na História e o seu povo como faria em outras queria carregar-lhe o carro à mão.

2.^a parte

INTERPRETAÇÃO DOUTRINÁRIA

O Brasil contribuiu sempre para o desenvolvimento e prestígio do direito internacional, tomando parte em tribunais, congressos e conferências, bem como manteve em toda linha a proposta pacifista e gloriosa do seu embaixador que hoje, mais do que nunca, deve ser posta em evidência, para defesa do direito vital, chave da paz sólida, baseada na justiça e na lei, na confiança e boa vontade de todos os homens.

Então poder-se-iam esperar melhores dias para a vida das nações, visto já estar comprovado, que na guerra hodierna, verdadeiro cataclisma, onde se empregam todos os meios de destruição e morte, não há vencidos nem vencedores, mas o retorno à barbárie, a conquista de terras assoladas, com populações cheias de ódios e dívidas irresgatáveis, de danos e perdas irreparáveis, de estropiados e restos humanos.

Vencer é conquistar mercados na paz e não impor pela guerra a compra de produtos em terras assoladas, a povos enlutados.

"O comércio não é como irrefletidamente se acredita, uma origem de rivalidades agressivas entre as nações." Ensino profundo para a era atual emanado do cérebro privilegiado de Rui no século passado.

O que a humanidade requer no momento é a lei vital, uma espécie de constituição sintética para o mundo, homologada por todas as nações, na base do direito vital, isto é, da igualdade de soberania, já esboçada na Carta do Atlântico, mas que se torne sagrada, em forma de programa.

Os homens são impotentes para determinar o futuro; só as instituições podem garantir os destinos dos povos civilizados em longos períodos de segurança e estabilidade. Os homens passam. As instituições ficam.

Aproveitemos prudentemente, o que já existe para esse fim. Não há obra perfeita na terra, mas também a própria natureza nos ensina, que não há esforço em vão para o progresso e a civilização.

O Instituto das Nações, é no momento a obra mais necessária "a mais urgentemente instante, a mais perfeitamente realizável", na esfera internacional. "A energia atômica pertence à indústria e à humanidade.

A reforma da O. N. U. é um imperativo universal, aliás já preconizada pelos internacionalistas mais sinceros e pelos estadistas menos in-comovíveis. Mas, os melhores indivíduos, os mais notáveis, não representam ou não são senão como as folhas de uma árvore. Eles preenchem os seus fins durante uma estação e depois desaparecem. As instituições, pelo contrário, são comparáveis à árvore que continua a viver e, através verões caniculares ou através invernos tempestuosos, as suas raízes penetram mais profundamente no solo, espalhando-se nas entranhas da terra, e lançando os seus ramos cada vez mais alto para o céu.

Um povo só é digno de respeito, quando se mostra pronto, a sacrificar-se pelas instituições, porque são as instituições que libertam o indivíduo da vida puramente animal e o transportam à esfera da sensação que se contém na ação histórica de longa duração.

A vida humana é efêmera; não preenche os seus fins; os homens passam; as instituições ficam, sobrelevando tudo quanto representa as "constantes" da sua personalidade política, moral e cristã, espiritualista ou agnóstica.

As instituições representam o crescimento sem limites, a continuidade ideológica, a perseverança nos fins e simbolizam o progresso ininterrupto; e as folhas que elevam durante uma estação até o céu, serão felizes em tombar aos seus pés, dando-lhes uma nova seiva ou assegurando-lhes uma vida mais rica.

Os obreiros da paz e do direito devem coordenar todos os seus esforços nesta hora angustiosa da humanidade, para a fundação de uma sociedade internacional sólida e duradoura, com um regimento equitável, pois não há outro meio de se salvaguardar a paz das nações, que na civilização moderna já constitue um direito a não ser a obediência à lei internacional e a solução de todas as questões e conflitos pela arbitragem obrigatória para todas. As leis, para serem cumpridas, devem ser humanas e exequíveis, para todas as raças e todos os povos.

No mundo há muito para todos, cabendo aos estadistas atuais a justa confecção de novas leis que permitam a repartição das riquezas, sem destruir a sociedade, um melhor distribucionismo sem detrimento espiritual.

David Jaine Hill, o notável escritor e diplomata norte-americano que tanto se distinguiu na Conferência de Haia, disse: "Aqueles que sabem distinguir entre a razão e a emoção, reflexão e impulsão, ação conforme a experiência universal, e atos individuais e espasmódicos, têm nítida a compreensão de que uma lei fundamental, opondo-se à dominação de uma classe, de um partido, ou de uma opinião particular, é a

garantia indispensável da liberdade individual, a base necessária à verdadeira justiça social." O individualismo que ressalta da obra de Rui é indispensável à moral. É a exaltação do cidadão, sem prejuízo da sociedade.

Há coisas incompreensíveis no mundo: uma é a eletricidade que o homem utiliza sem compreender, nem definir sequer, e a outra a guerra, produto quase sempre da grandeza das nações e do capricho ou desinteligência dos seus chefes. A lição é esta — Utilizemos o fluido que gera a força máxima, mas afastemos para sempre o espetro da guerra, consolidando a justiça internacional em bases económicas duradouras e justas. O problema da paz universal é, preliminarmente, um problema económico. Nenhum país mais autorizado para uma iniciativa de paz que o nosso.

Rio Branco, o general da paz, na América do Sul, resolveu, como padrão dos nossos diplomatas, ressaltando os nossos direitos legítimos, todos os nossos casos de fronteira sem guerras. Do defensor da paz na América do Sul, disse o maior dos brasileiros, comedidamente, em S. Paulo: "De Rio Branco, o papel político é todo internacional. Foi o último benfeitor das nossas fronteiras.

Não direi, como se tem dito, que nos dilatou o território. Não. Os grandes méritos de outras coisas não precisam que da verdade. Só ela, no tribunal da posteridade resiste ao juízo final.

Thiers, obtendo a desocupação do solo da França, pelos alemães, não aumentou o território francês: restabeleceu-o. Foi seu libertador. Rio Branco, alcançando o reconhecimento do nosso direito à região que o estrangeiro nos disputou, não alargou as nossas divisas: restaurou-as.

A sua obra não foi de ampliação, mas de retificação, de restituição, de consagração. Mas nem por isso é menor.

O território brasileiro não se poderia acrescentar senão pelo dinheiro ou pela força.

Pelo dinheiro era compra e não glória.

Pela força não seria glória, mas crime.

Para sermos bons irmãos, entre os nossos vizinhos, cumpre assentar, em causa julgada, que o Brasil nunca teve cobiças nem perpetuou expansões territoriais.

Inevitável destino o dêsse nosso conterrâneo em sua realidade, projetando o seu vulto sobre os extremos do país, espécie de nume tutelar, como deus Término da nossa integridade nacional".

Os dois "R. B.", seguindo a tradicional política do Itamaratí, sem a astúcia de Maquiavel e sem os artifícios de Talleyrand, mas com a proverbial lealdade brasileira, conjugaram os seus esforços para a paz.

Rui, porém, foi o porta-voz autorizado, intervindo em todas as questões de navegação, comércio marítimo e navios de guerra e, sobretudo, proclamando definitivamente: "soberania é igualdade para todos os Estados". O mundo aboliu a guerra química. Por que não a guerra?

Prosseguindo o seu memorável discurso em defesa da comunidade latino-americana e brasileira, um dos mais importantes e primorosos dos seus trezentos trabalhos culturais, declarou em Haia, onde acompanhava os trabalhos de todas as comissões:

"Os que ignoram estes fatos, poderão constatá-los, os dois primeiros na obra de Basset Moore, o famoso internacionalista norte-americano. Ali verá ainda que no caso da corte de Washington, desde a prorrogação dos seus trabalhos, os governos da França e dos Estados Unidos, de comum acôrdo, dirigiram uma nota ao do Brasil, solicitando-lhe a continuação dos serviços de nosso representante até o fim das negociações.

Vêde bem que a maioria das grandes potências, os Estados Unidos, a Grã Bretanha, a França, a Alemanha, a Itália, não se dignaram de submeter o contrôle de suas questões a árbitros brasileiros, atribuindo-lhes mesmo a alta função da presidência nos tribunais estabelecidos para seu julgamento. Não é portanto, dos nossos interêsses que nos inquietamos, reclamando para os Estados de segunda ordem um lugar ao lado dos grandes, porque o nosso direito a esta dignidade já está, há muito, reconhecido com uma consideração tôda especial, em acôrdo das potências e nós seríamos os últimos a ser desclassificados pelas mesmas, quando, após um espaço de vinte e cinco anos de crescente prosperidade, dobramos de importância em população, cultura, riqueza e fôrça.

Em 1870, em 1871, em 1880, de 1884 a 1888, a Alemanha, a Itália, cada qual uma vez, árbitros, e a França, a Inglaterra, os Estados Unidos, cada um duas vezes. É uma distinção que não tem recaído em nenhum outro Estado da América, com exceção dos Estados Unidos.

E eis que hoje procura-se desdenhar os Estados da América do Sul, em nosso detrimento, considerando-se como um *nec plus ultra* de extravagância e eventualidade de uma grande potência vir a aceitar a arbitragem do Brasil. Não é para rir?

Não é absolutamente exato que, se se houvesse dotado as nações de um tribunal de arbitragem de reserva, seria por causa da Ásia ou da América do Sul, onde residem a ignorância e a corrupção. Não, isso não é absolutamente verdadeiro. Os fatos testemunham contra esta invenção de maneira esmagadora e concludente.

Os Estados Sul-americanos e asiáticos são a minoria na Conferência. Eles não exercem aí o direito de veto. Se os projetos aí apresen-

tados pelas grandes potências, para resolver o problema da composição do novo tribunal, não foram aprovados, é porque elas mesmas desaprovaram.

Elas só formularam duas soluções lá em cima. A primeira foi a da proposta anglo-franco-norte-americana. Favoravelmente: todas as grandes potências compreendidas as duas colaboradoras dos Estados Unidos, quer dizer, a Grã Bretanha e a Alemanha abandonaram-na na sub-comissão dos oito e na comissão de exame B. Os próprios Estados Unidos, diante dessa unanimidade, não se ativeram à sua obra. E deste modo terminou o sistema de rodízio, com a classificação dos Estados.

A outra solução foi a da eleição do Tribunal. Foi apresentada pela delegação americana à comissão de exame B, no dia 18 de Setembro, e nessa mesma sessão caiu, não logrando senão cinco votos contra nove. Dentre esses nove votos, ao lado dos quatro Estados de segunda ordem, a Bélgica, o Brasil, Portugal e a Rumania, encontravam-se cinco grandes potências: a Alemanha, a Austria, a Grã Bretanha, a Itália, a Rússia. Das grandes potências a proposta dos Estados Unidos só foi apoiada pela França, ao lado dos Países Baixos, da Grécia e da Persia.

Num caso, portanto, é a unanimidade das potências, no outro é a unanimidade americana nesta matéria tão debatida.

Assim, se a propulsão do movimento ao qual a perda é devida, cabe a nós somente (os Estados de segunda ordem), no sucesso deste movimento as grandes potências não tiveram uma parte menos considerável que a nossa.

Ficaram elas que determinaram o êxito desta obra meritória.

É com toda a força da expressão que a qualifico de meritória, porque estabeleceu com um pacto solene, pelo concurso geral e direto das nações, o princípio da igualdade dos Estados.

Dele se falou aqui com desdém. Crivaram-no de ironias. Ele partilhou aqui com a arbitragem obrigatória a sorte de distrair os espíritos irônicos. Estas armas sutis e elegantes saem da mesma aljava. Não se reconheceria aqui senão a igualdade da força. Nós reclamamos a do direito para os povos. Nós sustentamos que todas as nações são iguais diante da lei das nações.

Não é uma obra de prudência, justiça e realidade? Aos que possam duvidar, responderíamos com os mestres menos idealistas da literatura do direito internacional. Consultai, por exemplo, o major-general Halleck, do exército americano, sua obra se distingue pela frieza e realismo do seu espírito. Ele vos dirá: "Todos os Estados soberanos, qualquer que seja o seu poder relativo, são iguais aos olhos do direito internacional, estando favorecidos naturalmente pelos mesmos direitos,

ligados pelos mesmos deveres, submetidos a obrigações semelhantes. As diferenças de grandeza não lhes causa nenhuma distinção jurídica. Uma inferioridade intelectual, seja ela accidental ou permanente, não dá qualquer superioridade de direito ao visinho mais poderoso, e toda vantagem que elle colha, sob tal pretexto, será uma usurpação. Tal é a grande lei fundamental do direito público que importa à paz do gênero humano, quer na ordem privada, quer na ordem política, manter inviolavelmente.

É, portanto, um homem de espada, cujo livro de um positivismo rígido e aguçado, não está suspeito de fraqueza humanitária ou de sensibilidade pacifista o que proclama aqui na igualdade dos Estados a condição primordial da paz entre as nações. Assim é pela aspiração geral de paz que nós trabalhamos, quando nos opuzemos com tôdas as nossas forças ao triunfo da desigualdade na composição da corte de arbitragem internacional.

Pois bem: eis aqui os motivos, para nos Estados da América Latina, não nos curvamos na defesa do princípio que mantemos.

Será que elles não são bastante legítimos? Pode-se transigir sobre direitos de valor econômico. Mas não se poderia, sem fraqueza, sem deserção e sem humilhação, renunciar aos direitos que afetam a honra.

E eis onde se iria achar o gosto pela querela e a imbecilidade política dos países da América Latina.

Enche-se o mundo do rumor da hostilidade brasileira aos Estados Unidos na 2.^a Conferência. Mas é uma invencionice ridícula.

Desde o projeto que nos separou, nosso governo não poupou esforços, afim de evitar tal erro. Não nos escutaram. Levaram-nos assim ao desacôrdo do qual agora nos accusam. Mas elle limitou-se a dois casos onde era de uma necessidade inclutável: o da classificação dos Estados soberanos que aniquilaria em seus fundamentos todo o direito internacional e o do tribunal de presas cuja organização nos despojaria, sem razão nem pretexto possível dum direito claro.

Fóra disto apoiámos os Estados Unidos em tôdas as suas propostas consideráveis: a imunidade da propriedade privada no mar, a recuperação das dívidas contratuais, a arbitragem obrigatória e a periodicidade das Conferências.

Se divergimos nos dois casos extremos de transgressão dum princípio inviolável e de ofensa direta ao nosso direito, não era esse o nosso hábito, antigo e conhecido, mesmo em casos muito menos graves? Quando nossos amigos da América do Norte, em 1856, nos convidaram a segui-los, recusando-nos a subscrever a abolição do corso, até que

se houvesse abolido o aprisionamento, o que é que nós temos feito? Nós nos pronunciamos contra o aprisionamento; mas aderimos à extinção imediata do corso, e, entretanto, não seria um golpe fatal em nossos direitos.

Nessa época, éramos cerca de doze milhões. Hoje somos vinte e cinco milhões. O direito de possuir uma consciência e dela ser dignos, exercido por doze milhões de brasileiros nos meados do último século, teria sido perdido por vinte e cinco milhões no começo do presente? Cremos sempre que para nos colocarmos a própria estima.

A independência mútua não enfraquece, ela deve, ao contrário, assegurar e aprofundar a cordialidade entre nações que, para sua própria honra contrariam, pela história e por seus próprios interesses simpatias íntimas e relações necessárias.

A justiça recíproca é o laço mais firme das grandes amizades e os dois maiores Estados das duas Américas não poderiam esquecer nunca a maneira pela qual eles exerceram-na, o Brasil na arbitragem do Alabama, a mais memorável da história, os Estados Unidos na sentença arbitral de Cleveland. Acrescentai a excursão Root, recente testemunho da solidariedade de nosso hemisfério e haveis de concluir que entre a América do Norte e a América do Sul, pode-se num momento divergir de opinião, mas a alma é a mesma, um só o futuro e não diferem os sentimentos de amizade.

Apreciando por êste prisma as questões resolvidas ou adiadas por esta Conferência, afigura-se-nos que se continua a falar com desprezo, sob a denominação de pequenos Estados, êsses que não dispõem ainda de grande poder militar.

Propõe-se como iniciativa da grande imprensa que se substituam as Conferências pelos Congressos onde se poderiam entabolar negociações em pequenas comissões apropriadas aos interesses dos fortes, certos de que os fracos não resistiriam à honra de aderir-lhes.

O que esta Conferência nos mostra é que os obstáculos à solução dos casos difíceis não são ocasionados pela resistência dos Estados de segunda ordem, mas pela oposição das grandes potências.

Vêde a abolição dos aprisionamentos, o regime do contrabando de guerra, o bloqueio, a arbitragem obrigatória e o resto. Os Estados não poderosos têm sido mais ou menos unânimes em se reunirem derredor das boas soluções liberais e humanitárias. Foram as grandes potências que divergiram, quer dessas soluções benéficas, quer na apreciação de suas necessidades recíprocas. Gostaria de ver se a atmosfera morna dos

congressos teria a virtude de apagar facilmente estas dissidências rebeldes ao ar livre das assembléias mundiais.

Quanto aos outros Estados, retidos na ante-câmara com a faculdade de aquiescência ulterior, teria algo a vos dizer. É o mais abominável dos êrros o que se insiste em cometer, persistindo em ensinar aos povos que a classificação dos Estados deve obedecer à sua situação militar e isto justamente numa assembléia cujo fim é afastar a guerra." Prossegue no mesmo diapasão altaneiro e convicto:

"Vêde bem as suas consequências mais temíveis hoje que em qualquer outra época. Há cerca de três anos a Europa não descortinava em seu horizonte político, fóra do continente, senão os Estados Unidos, como uma espécie de projeção européia e a única representação não desprezível do Ocidente. A Ásia e a América Latina eram sòmente expressões mais ou menos geográficas com uma situação política de complacência. Um belo dia, com espanto geral, apercebe-se de uma aparição terrível no Oriente. Era o nascimento inesperado de uma grande potência. O Japão entrava no concêrto Europeu pela porta da guerra que forçou com a sua espada.

A nós, Estados da América Latina, convidaram-nos a entrar pela porta da paz. Transpuzemos o limiar desta conferência e começastes a conhecer-nos como obreiros da paz e do direito. Mas, se nos desiludíssemos com a experiência da grandeza internacional só se medir pela fôrça das armas, então por vossa culpa, o resultado da Segunda Conferência da Paz seria retornar o curso da política mundial no sentido da guerra, levando-nos a procurar nos grandes exércitos e nas grandes esquadras, o reconhecimento da nossa posição, em vão indicada pela população, pela inteligência e pela riqueza.

Não teríamos sido bem sucedidos?

Não haja equívoco. Essas diferenças entre os países da Europa e os da América são muito acidentais. Aqui prospera-se lentamente. A terra já está ocupada. O fardo da luta pela vida é esmagador. Mas do outro lado do Atlântico, nesses países de conhecimento rápido, a seiva humana assemelha-se a das nossas florestas: ela improvisa povos. Nós não nos depauperamos sob a obrigação do serviço militar. Não temos castas sociais. Não suportamos a herança exaustiva de um longo passado de guerras. Não conhecemos outras dívidas que não sejam as produzidas pela paz e pelo trabalho. Nesses vastos reservatórios de imigração onde a família se desabrocha livre e numerosa como essas enormes flôres da América brotadas na superfície de nossas belas águas tropicais, basta às vezes uma ou duas gerações, para dobrar a população de um país tranquilo e próspero. O Brasil, por exemplo, há cin-

coenta anos não continha mais de doze ou treze milhões de almas. Hoje contém vinte e cinco milhões. Quantos serão daqui a vinte e cinco anos, considerando-se que os meios de povoamento do seu território aumentaram de modo incomparável, que a fluência das correntes estrangeiras aumenta cada vez mais, e que nossa existência longínqua, somente pressentida aqui, agora é que começa a revelar-se ao mundo a plena luz?

Ora, para os fatos que fazem a história, o que representa o espaço de tempo correspondente a uma ou duas gerações? Na ordem do mundo é somente o espaço de um dia a outro. Por que, pois, falar tão prontamente de fracos e fortes, de pequenos e grandes entre as nações? Na época atual a maturidade dos povos se confunde com a adolescência. No transcurso desta era acelerada, o futuro invade o presente. Demais o futuro é cheio de inversões e de surpresas.

Mas, quaisquer que sejam a competência, a vantagem, a necessidade destas assembléias periódicas da paz, constituem uma conquista irrevogável. Não se chegará mais ao ponto de as impedir, frustrar ou substituir. É uma porta aberta para sempre. O direito das nações aos poucos passará totalmente por ela. O campo ocupado em 1889 ampliou-se, apesar de tudo, em glória, em 1907, e da mesma forma que a primeira conferência tornou necessária a convocação da segunda, esta tornará inevitável a convocação da terceira."

Benemérito mais que nunca tornou-se o grande brasileiro, após a sua atuação em Haia como internacionalista, estrondosa e dominante.

A salsugem de politicagem impediu que êle viesse a ocupar o lugar que lhe competia na direção dos negócios públicos, contrapondo-lhe o traço de união que deve existir entre o povo e o exército. Façamos-lhe a trilha luminosa e pacificadora, porque foi o mais genuíno político da sua época e iria ali contribuir certamente para o maior estreitamento das nossas relações diplomáticas e do nosso prestígio internacional.

Não nos entibemos com o aparente materialismo universal.

O gênio da raça culminou em Haia, e dali dominou o mundo. Este discurso, coroado por aplausos prolongados, foi considerado o trabalho mais importante apresentado em Haia; por si só bastaria para consagrar um nome no conceito universal; consubstancia um princípio que foi definitivamente adotado pela tenacidade do seu autor que o tinha por hino de vitória; peça oratória brilhante em francês escoreito, simboliza a bandeira da paz acenada à humanidade futura.

Vencer sem perigo é triunfar sem glória: na sua jornada pacifista, como em toda a peregrinação terrena, o mestre dos mestres, na luta pelo direito, doutrinou e exemplificou, lançou a idéia e defendeu-a.

Na segunda conferência da paz o grande representante do Brasil revelou-se um luzeiro das letras jurídicas. Inspirado verdadeiramente pelas luzes divinas e eternas, revelou o engenho de uma palavra timbrada por flautas celestes, persuasiva e doce. A obra de Rui estudada profundamente — na irradiação da sua vida pública, na campanha civilista e em Haia, isto é, quanto a sua orientação política, quanto ao seu valor social e quanto à sua significação histórica no mundo, é universal e inapagável. Pelo respeito absoluto à vida de todos os homens e de todos os povos não foi somente o maior dos brasileiros. Arrebataram-no.

Ele foi a figura máxima do seu século, a todas sobrepujando pelos ideais de liberdade, de harmonia e de paz, fundamentados com as mais abundantes e exaustivas citações, frutos do estudo e previdência

Como se vê claramente do discurso exposto, Rui foi o líder do movimento em favor da igualdade de soberanias, afrontando a má vontade e o ridículo, sendo ao mesmo tempo o homem que maior cultura revelou em público. Os colegas afinal temiam-no, pois além de tudo vencia a aridez das letras jurídicas.

Já em 1914, muito depois das imortais páginas de Haia, um colega no Senado murmurava entre os ouvintes: "Este pobre velho, esbafo-rindo-se aqui desta maneira, com coisas a que ninguém liga importância alguma". Mas o sangue e os esforços inauditos dos idealistas serviram sempre de sementeira para os ideais de liberdade.

"Liberdade têm os peixes no mar, liberdade gozam os pássaros no ar, liberdade, pela lei, deve ter o homem na face da terra.

"Liberdade ainda que tardia", mesmo porque Deus tarda, mas não falta, terá o homem no mundo pelo direito e para paz, não somente de um povo, mas de todos os povos que integram a sociedade universal humana com igual direito à vida, à assistência e ao bem-estar.

A verdade de ordinário é simples e deve ser apresentada despida de atavios, sem preocupações de estilo.

Eis, nestas páginas leves e vaporosas, em síntese, o que disse Rui, o seu apóstolo mais abnegado, o homem que deu o exemplo máximo de coragem cívica e de caridade, com as azas douradas da sua eloquência abertas das alturas de Haia, pregando ao mundo, como durante toda a sua vida pregou à pátria e antevendo as duas conflagrações.

Houve quem visse algo criticável na sua longa vida de homem público, a começar pelo estilo longo onde, como filólogo autorizado e pro-vecto introduziu na língua brasileira, mais de mil neologismos. Mas,

a magnitude das idéias o exigia sempre. Milhares de livros têm sido escritos sobre Cristo, sem que se esgote o assunto. Outros tantos sobre Maria, espalhando as suas doçuras. A bibliografia jurídica conta mais de 25.000 volumes. Porque o apóstolo da paz, da liberdade e da fé iria delimitar os vãos do pensamento? Dois ilustres vernaculistas patrióticos, que perlustraram a sua obra portentosa — João Leda e Daltro Santos — consideram-no até sintético, comparando-o aquele a São Paulo e este, tecendo-lhe o mais impressionante dos elogios, como manejador do vernáculo:

“Nesse homem tudo é vigor e fortaleza, tudo é norma e lição. Nos atos mínimos da sua vida, haveis sempre de ver a mesma fulguração das emprêsas excelsas, porque neles vibra e quer a mesma fôrça ilustre, que lhe assinala uma indefectível e admirável coesão moral, só mudando em idéias, quando uma causa nova, uma nova concepção sempre capaz e justa, lhe intimava, no transcurso da idade, novo conceito e julgamento novo.

Luta constante e nobre pelo bem do direito e da sociedade: eis-lhe a vida. Nela muitíssimas vezes “optou o risco em lugar da vantagem por antepor o direito à iniquidade”.

Na carta, na tribuna, na imprensa, nos pareceres jurídicos, no livro, nas idéias, no prélio, nas convicções, na intransigência, na vida, emfim, é sempre o mesmo: a alma soberana e gigantéia, emersa do bem, ereta na virtude, sincera e rude na verdade, enorme na justiça, vibrante no combate e imensa no saber.

A palavra lhe é em tudo o instrumento de ouro e chamas; é aurora, às vezes, outras é meio-dia. Canta, murmura, desliza aqui, para atroar, refluir e precipitar-se pouco depois. É hino, é prédica, é apóstrofe, é lição, é látego, é consagração e é cáustico. Rumoreja, retrôa, acrescenta -se, desata-se aguçada e fere fundo; e torna à magestade dos princípios. E lembra punhados de ouro, cristais sonoros e gemas preciosas, que se concertassem nas harmonias de uma divina música ledíssima, ou se desprendessem em despenhadas e bramidoras catadupas e borbotões frementes.

Nos evangelhos da sua energia cívica, nos atos todos da sua vida cerebral, nas manifestações orais e escritas da sua mentalidade, have-mos de ver sempre o artista da palavra, que abre labores, que traça as linhas que espalha as tintas, que alteia os contornos e evidencia os artefícios, que distribue as sombras e esconde os ritmos e conjuga as notas e vibra os acordes e exprime tudo e tudo aclara e desbasta e amplia e embeleza e alevanta na riqueza, magnificência e pureza da sua expressão verbal. Tudo isso, porém, lhe nasce da alma sem pena nem artifício, sem

rebusca nem joeira; na simplicidade súbita do gênio, na espontaneidade das águas correntias, na impetuosidade e regularidade dos movimentos astrais.

Eis o homem, o apóstolo, o símbolo mais alto em que pode corporificar-se o sangue e o cérebro da nação. Nele algo existe sagrado que faz da sua vida um bem supremo, que se quizera eterno, porque nele estão todos os anseios e orgulhos, todo o brilho e tódá a energia da raça.

"De junto dele — gravou Coelho Neto — jamais tornou alguém de mãos vazias: o que vai por justiça, volta acobertado; ao que o busca por uma dúvida, deixa-o esclarecido; o que o procura como mestre, traz à lição e o encanto de o ter ouvido; o que nele prefere o artista, encontra a magnificência; o sabedor encolhe-se em timidez a ouvi-lo e pasma do que ele lhe diz e mostra no desconhecido; o filósofo regressa do seu convívio com um tesouro de notas."

Do muito que tem feito, ensinado, corrigido e alevantado em mais de trezentos trabalhos de vários gêneros, afora os editoriais do jornalista, uma essência vivaz rescende em tudo, uma túnica inconsútil tudo reveste, um gênio de harmonias e belezas imortaliza tudo: é a casta e perfeita correção da fôrma, que é como um invólucro de ouro às excelências das idéias, à rutilância das armas incruentas, à excelsitude da fé e da verdade.

Em tudo quanto é seu, em tódas as províncias por que se multiparte a atuação do seu labor mental está o purista, o letradíssimo, o exímio cultor da mais intemerata, opulenta e magestosa fôrma literária. Vê-lo-emos sempre assim, pulcro modêlo de beleza plástica, em tudo quanto há jorrado do seu cérebro.

Nos seus grandes escritos — em meio à vastidão dos argumentos, ante a grandeza feraz das provas e a imponente entrosagem das idéias — realçam-se, a revezes, clareiras de graça e de imaginação, de ironia e sátira, de formosura de aspectos, de fineza de expressões, de procurada, posto que artística rusticidade de frases, de encantamentos estéticos e de exatidão de conceitos.

Em tudo ressei o cunho do escritor clássico, mas autônomo, a tinta do colorista encantador, os primores do estilista, os acentos do onomatopeista fiel, que tão perfeitamente alia à natureza das idéias, a justeza das palavras, o rigoroso da frase, o adequado dos termos insupríveis.

A sua construção de faces múltiplas e largas, o monumento que erigiu sobre os fatos e atos do seu tempo, não sofrerá mais tarde nem mesmo a leve pátina de inoportunidade, porque — além do fundo eterno dos pensamentos gerais e altanados que lhe fazem a mole imensa — a língua

ter-lhe-á evitado o diminuir-se no tempo, mantendo-lhe contornos, graças, labores e harmonias.

"A limpidês da linguagem — é êle quem no-lo afirma — é o verniz que preserva de corromperem-se as creações da pena."

Bem pode glorificar-se desse homem a Pátria, a que êle serve e a Língua, em que êle escreve; com a circunstância de que não escreve em uma, escreve em várias: e é grande em tôdas elas. Na que é nossa, porém, nesta formosa língua portuguesa — caçoula de perfumes, morbidez de mármore, panal de rosas, heptacórdio de sons, paleta de matizes e cabedal de graças e opulências — não sabemos se lhe anteporíamos outro entre todos os fortes dessa glória, tão belo, tão sùtil, tão grande, tão perfeito, tão luminoso é êle." Belo retrato moral do mestre incomparável.

A genialidade de Rui não lhe permitiu jamais a superfluidade dos estilistas empolados, mas tudo na sua obra imensa é idéia, é profundez, é conceito. O homem que produziu os discursos de Haia, é o mesmo da Oração do Filho, aquele que realizou o maior feito do govêrno Afonso Pena, é o mesmo que se mostra embevecido ante a evocação paterna, sempre rico de conceitos e ensinamentos:

"Espírito supremo daquele que me ensinou a sentir o direito, e querer a liberdade; daquele cuja presença íntima respira em mim nas horas do dever e do perigo; daquele a quem pertence, nas minhas ações, o merecimento da coerência e da sinceridade; emanação da honra, da veracidade e da justiça, espírito severo de meu pai; imagem da bondade e da pureza, que verteste em minha alma a felicidade do sofrer e do perdoar, que me educaeste no espetáculo divino do sacrifício coroado pelo sacrifício, carícia do céu na manhã dos meus dias, aceno do céu no horizonte da minha tarde, anjo da abnegação e da esperança, que me sorris no sorriso de meus filhos, espírito sideral de minha mãe... se o bem desabotôa alguma vez à superfície agreste de minha vida, vós sois a mão do semeador, que o semeou, vós cuja energia me creou o coração e a consciência, cuja bênção derramou a fecundidade sôbre as urzes de minha natureza. Quando, na minha existência, alguma coisa possa inspirar gratidão, ou simpatia, não me tomem senão como o fruto, em que se mitiga a sêde, e que se esquece. Vós, autores benignos do meu ser, vós sois a árvore dadivosa, cujos benefícios sobrevivem no reconhecimento, que não murcha. Estas flôres, magia de um jardim instantâneo, onda esparsa de uma alvorada balsâmica, estas flôres em que se desentra-nha, ao contacto da Baía, o berço, que me afofastes com a vossa ternura, que me guardastes com as vossas vigílias, que me perfumastes com as vossas virtudes, estas flôres são vossas: recebei-as. Que elas envolvam no seu aroma a vossa memória, reabram, em cada geração de

vossos netos, aos pés da vossa cruz, e deixem cair o refrigério do seu orvalho sobre as paixões corrosivas, que ulceram a pátria, amofinando-lhe o presente, ameaçando-lhe o futuro."

Não cabe ao gênio a culpa de não ter sido compreendido por todos, sendo certo que foi reconhecido o maior de todos; quando Wenceslau Braz, em 1918, reuniu os ex-presidentes e homens mais notáveis do país, para deliberarem sobre a guerra do nosso Brasil com a Europa Central, ofereceu-lhe a presidência da reunião, o que êle, disciplinadamente, não aceitou, reconhecendo o princípio de autoridade.

Árvore imensa, hereditariamente frutuosa, que já não cabia mais na estufa da política indígena, foi tido até como insano; na maldita política da república velha, onde não se mostrou expert, pleitear qualquer investidura em caráter independente era sintoma de loucura.

Sem ser prolixo, mas voltando do tom de ternura ao tom grave de Haia, pregando aos brasileiros, ei-lo, discorrendo sobre a coragem, que tantas vezes demonstrou possuir de modo até mesmo temerário, enfrentando inerte, em plena campanha presidencial as multidões, como simples pedestre, qual burguês despreocupado:

"Quem admira a coragem nos bárbaros, a coragem na selvageria, a coragem na crueldade? O heroísmo não está na embriaguês impulsiva da cegueira diante dos perigos: está na indiferença diante da morte pela verdade, pela liberdade, pela honra, pelo bem. O desinteresse, a abnegação, o sacrifício, levado até o extremo da renúncia à vida, pelas causas puras e benfazejas: eis a coragem racional. Como a pátria incarna, em geral, para o coração do homem, a síntese dessas causas, expressão da honra na família, da liberdade nas leis, da verdade na instrução, do bem no conjunto dêsses tesoiros, o soldado cativa a nossa admiração como o símbolo dessas virtudes convertidas em profissão habitual: a força humanizada pela profissão do dever, pelo desprezo dos interesses, pelo culto da felicidade comum. Emancipai-a dêsses freios, tirai-lhe essa generosidade, retrocedei-a ao domínio dos instintos bravios: já não é a força animada pela consciência; é apenas a animalidade armada.

Desassombro em fulminar ou em padecer a cessação da vida, tudo pode ser coragem. Mas, de coragem a coragem, entre a de morrer e a de matar, qual será, senhores, a coragem humana? A coragem de matar é a do bruto, a do louco, a do criminoso. A coragem de morrer é a do soldado, mas é também a do missionário, a do juiz, a do advogado.

Não sei em que balança as pesáramos, a ver qual delas reúne mais quilates: se a coragem do homem de guerra, a coragem do homem da verdade, ou a coragem do homem da lei. Uns elegerão a do amor da pátria, outros a da ciência ou da santidade, outros ainda, a da justiça. Todos têm em comum, entre si, uma divina afinidade: a imolação voluntária do homem pela sua raça, pela sua fé, ou pelo seu ideal. Eis o que desbrutaliza a guelrra, o que legitima o soldado, o que nobilita a espada, mais ou menos rara do que a outra.

Rui, que não conheceu ideal realizado, era uma fonte inesgotável de energias morais, jorrando mais abundante, quando propugnava pelos ideais comuns de paz, concórdia e aperfeiçoamento humanos.

A vida de Rui Barbosa deve ser um livro aberto ao mundo. Só seremos dignos do Brasil, se soubermos mostrar ao mundo a dádiva divina à nacionalidade, o mestre do direito e o arauto da paz, nos seus ensinamentos imortais. E o Brasil neste caso é a América do Sul, é a América Latina, é toda a América que êle, livre das escabrosidades da política, defendeu, exaltou e engrandeceu em Haia e honrou em Buenos Aires, segundo panegiristas e negativistas, independente de adjetivação.

O Brasil é nação desde que conquistou os ares com Santos Dumont e Haia com Rui Barbosa. Até ali, era o grande lavrador de café. Dalí em diante passou a ser o cavaleiro da cristandade, o obreiro da civilização pela ciência encarnada em Santos Dumont e pela eloquência de Rui Barbosa.

Vejamos, para encerrar este capítulo com chave de ouro, o elogio do mestre incomparável a Léon Bourgeois que com Von Marshall e êle próprio, constituíram, segunda a imprensa européia o triângulo luminoso da Conferência, proferido no mesmo idioma de que fez uso:

"Après les voix d'une si grande éloquence e d'une autorité si respectable que l'on vient d'entendre j'ose encore me lever, si l'ont me permet, au nom de cette Amérique Latine dont l'âme a vibré si souvent ici dans mes paroles, pour rendre l'hommage le plus vif à la part capitale de l'illustre président de la Pemièrre Commission, M. Léon Bourgeois, dans l'oeuvre de cette Conférence. Par la sagesse de son tact, par la hauteur de ses sentiments, par la noblesse de ses idées, par le charme de son langage, par la chaleur de sa confiance au bien et de son espoir à l'avenir, par le souffle continuel de bonté qui vient du fond de son âme généreuse, il a été, pour ainsi dire, le bon esprit de la Seconde Conférence de la Paix.

On s'en souviendra toujours."

Rui predominou em Haia. Para tão grandes idéias era pouco o vocabulário humano. Com elas sobrepujou Bourgeois que era considerado o mais notavel embaixador do mundo pela sua cultura.

Este o saudou : a Águia de Haia.

Como Disraeli, o arguto Lord Beasconfield enviava as suas primarosas à excelsa Rainha Vitória, Rui, em Haia, falava diàriamente num simbolismo santo para todo o mundo a linguagem do infinito e da imortalidade. Sagraram-no ali Mestre Invicto.

Tal o seu maior título, obtido no Concílio mais alto da Cultura Universal — A Águia de Haia.

CAPÍTULO IX

O HOMEM DE FÉ

Mêses após à subida do govêrno por Prudente de Moraes, em Junho de 1895, a capital da república recebia Rui Barbosa com uma estrondosa manifestação popular. Era a reparação.

O grande brasileiro que voltava do exílio, numa revinda gloriosa, havia sofrido tôda sorte de apedrejamentos morais.

Tentaram impedir-lhe o mandato de senador, ao que êle resistiu, tendo sido reeleito por mais de 80.000 votos. Fecharam-lhe as portas das comissões, onde o então vice-presidente Manoel Vitorino, não mais permitia a entrada do seu nome. Revogaram o decreto que o fizera general de brigada honorário e, finalmente, procuraram difamá-lo no estrangeiro e no país, assacando-lhe a honra pela palavra de Zama.

Com a inauguração do primeiro govêrno civil, começou a glorificação do político diferente, que se fez a voz do povo, a clamar pela verdade eleitoral e democrática. Em 1896, Manoel Vitorino, um dos políticos mais cultos do país, dócil, porém, às paixões políticas, assumiu a presidência da República em substituição a Prudente de Moraes enfermo. O vice-presidente em exercício era o mesmo que o apoiara na proposta federalista do Congresso liberal de 1889, o mesmo que se habituára a admirar o talento assombroso e o caráter adamantino de seu eminente compatriota, que continuava as suas atividades culturais e então defendia a anistia ampla para todos os implicados políticos no govêrno Floriano, escrevendo mais um livro — Anistia Inversa.

Convidado por Manoel Vitorino, para defender os interêsses do Brasil na questão do Amapá, em Paris, rejeitou a Comissão, indicando Rio Branco.

É quando o deputado baiano Cezar Zama atira contra a sua honra, brutalmente, da tribuna da Câmara, obrigando-o à defesa extrema, as mais tremendas e infames acusações, que punham em causa a própria honestidade do acusado.

Tudo suportou com a fortaleza daquele que fez da cruz o símbolo da esperança, engastando-a na fronte da enfermeira, no peito dos heróis e nas flechas das igrejas, certo de alcançar a pedra branca da consagração popular. Já estava latente em embrião a ideologia civilista que pregou desde 1893. Recordar Rui é ensinar civismo.

Nesse período da História Pátria desenvolveram-se extraordinariamente os estudos da filosofia, história, filologia e sociologia; como ocorre hoje com a geografia, tendo-se fundado várias instituições culturais e científicas em todo o País.

A eloquência, com Rui Barbosa, atinge, às vezes, no parlamento, o sublime. Certo proprietário do Rio, seu admirador no Senado, construindo uma das maiores vilas residenciais sita à rua do Senado, dá-lhe o nome de Vila Rui Barbosa. Cresce, cada vez mais, a admiração pelo grande brasileiro que fazia época, que não saía do cartaz, que seria por várias décadas o homem do dia, a clamar sem cessar, com a voz do dever contra todos os abusos do poder.

Respondendo no Senado a Cezar Zama, o grande orador, também baiano, que, vítima da paixão pelo pano verde, chegara a apostar a própria esposa numa banca de jogo, Rui teve oportunidade, ainda que sem falar pela experiência, de fustigar o terrível mal social que ocasiona verdadeira psicose maniaco-progressiva e que atualmente avassala tão grande parte da sociedade brasileira, sem se afastar, contudo, da austeridade do estilo parlamentar, ao passo que produzia a mais brilhante defesa, a qual constitui uma das mais belas jóias da literatura nacional, baseada na oratória ciceroniana, fundamentada na mais profunda psicologia humana.

O grandiloquente político, cofundador da democracia brasileira e demolidor contumaz e acérrimo de todos os famigerados ensaios militaristas, à semelhança de Fenelon no seu Tratado da Existência de Deus, causticava o mal com o rádio do seu espírito de observação.

Jamais perdeu a fé no poder da palavra e no Poder de Deus.

Senão vejamos:

“Permanente como as grandes endemias que devastam a humanidade, universal como o vício, furtivo como o crime, solapado no seu contágio como as invasões purulentas, corretor de todos os estímulos morais como o álcool, êle zomba da decência, das leis e da polícia, abarea no domínio das suas emanções a sociedade inteira, nivela com a sua promiscuidade indiferente até os mais baixos volutabros do lixo social, alcança no requinte das suas seduções as alturas mais aristocráticas da inteligência, da riqueza, da autoridade; inutiliza gênios; degrada princípios; emudece oradores; atira à luta política almas azedadas pelo ca-

listismo habitual das paradas infelizes, à família corações degenerados pelo contato cotidiano de todas as impurezas, à concorrência do trabalho diurno nos naufragos das boites tempestuosas do azar; e não raro a violência das indignações furiosas que vêm estuar no recinto dos parlamentos, é apenas a ressaca das agitações e dos destroços das longas madrugadas do casino."

"Esse mal, que muitas vezes não se separa do lupanar senão pelo tabique divisionário entre a sala e a alcova; essa fatalidade, que rouba ao estudo tantos talentos, à indústria tantas forças, à probidade tantos caracteres, ao dever doméstico tantas virtudes, à pátria tantos heróis, reina sob a sua manifestação completa em esconderijos, onde a personalidade humana se despe do seu pudor, onde a embriaguês da cobiça delira cínica e obscena, onde os maridos blasfemam pragas impropriedades contra a sua honra conjugal, onde, em uma comunhão odiosa, se contraem amizades inverosímeis, onde o menos que se gasta é o equilíbrio da alma, o menos que se arruina é o ideal, o menos que se dissipa é o tempo, estofo precioso de todas as obras primas, de todas as utilidades sólidas, de todas as ações grandes.

"Inumerável é o número de criaturas, que a tentação, o exemplo, o instinto, o hábito, o acaso, a miséria, levam a passar por êsses latibulos, cuja clientela vai periodicamente fazer-se apodrecer ali por gozo, por necessidade, por avidez, e na corrupção de cujos mistérios cada iniciado se afaz a ir deixando ficar aos poucos a energia, a fé, o juízo, a nobreza, a honra, a temperança, a caridade, a flôr de todos os afetos, cujo perfume embalsama e preserva o caráter.

"Aqueles que, por uma reação do horror no fundo da consciência, logram salvar-se em tempo dêsses tremedais, poderiam escrever a história da natureza humana, vista sob aspectos inomináveis. Outros, porém, presas da vasa, que nunca mais os larga, rolam e imergem nela de decadência em decadência, cada vez mais saturados, cada vez mais infelizes, cada vez mais afundados no infortúnio, até que a piedade infinita do termo de todas as coisas lhes recolha ao seio do eterno esquecimento os restos inúteis de um destino sem epitáfio.

"Eis o jogo, o grande putrefator. Diátese cancerosa das raças anemizadas pela sensualidade e pela preguiça, êle entorpece, caleja e desviriliza os povos, nas fibras de cujo organismo insinuou o germen proliferante e inestirpável." Assim fulminou, sorvendo goles de chá, a Cezar Zama, que o ferira injustamente na sua dignidade, na sua honestidade por tantas vezes provada, pois todos os seus haveres foram provenientes do trabalho diário e ininterrupto na sua banca de advocacia, uma das mais rendosas do Rio. Em 5 de outubro de 1898 funda

no Rio o jornal "A Imprensa". Tudo o que escrevia era forte e escorreito, pois ali queria pôr tudo em pratos limpos.

A Imprensa visava a sua defesa pessoal.

Ao par de um talento prodigioso, reconhecido por todos, amigos e inimigos, que por igual o temiam, procurando evitá-lo nas lutas do parlamento e da imprensa, Rui possuía um caráter ilibado, fruto de profundas convicções religiosas, que mantinham a sua honestidade e pureza.

O seu retrato espiritual encontra-se no seu livro "Cartas da Inglaterra", escrito nessa década. No último capítulo, denominado — As Minhas Conversões — que transcrevemos em longo trecho, vemos :

"Apenas me é dado ler aquí, isso mesmo tarde, irregularmente e com grandes claros, alguns dos principais órgãos da imprensa do Rio de Janeiro. Não tenho ocasião de ver os nossos jornais de província. Inteiramente despercebida me passaria, pois, se não fôsse o obséquio de um amigo residente em São Paulo, curiosa apreciação do sr. Afonso Celso a meu respeito, publicada não sei em que folha daquele Estado, donde me remeteram, cortado, o recente artigo de S. Exa. sobre — A restauração da Fé.

Essa distração literária, lavrou-a S. Exa. a propósito da minha carta para o "Jornal do Comércio" acerca do livro de Mr. Balfour, que, ainda fresco dos prelos, eu não podia supôr fôsse já tão familiar aos filósofos do Brasil, cujo público há-de com o seu "longo ensaio", quando o assunto, em mãos amestradas, renderia, a muito puxar, para um leve e rápido folhetim, ameno e grato aos paladares finos. O meu quinhão no artigo do Sr. A. Celso é este :

"A propósito do livro de Arthur Balfour — The Foundations of Belief, — o qual está produzindo intensa impressão na Inglaterra, escreveu o Sr. Rui Barbosa para o "Jornal do Comércio" três longos artigos, de que se deduz esta conclusão :

"S. Exa. é hoje um convertido, tornou-se crente convicto dos dogmas cristãos, renunciou às suas antigas idéias de intolerante irreverência religiosa, para ajoelhar-se diante dos altares, que outrora tantas vezes conspircou.

"Em anteriores escritos, o Sr. Rui Barbosa patenteara outra reviravolta de seu espírito.

"O ex-vice-chefe do governo provisório, constituído pelo exército e a armada em nome da nação, parece totalmente curado da superstição republicana e desanimado de que o sistema adotado, no Brasil, pela constituição de 24 de Fevereiro de 1891, possa realizar a felicidade pública, promovendo o progresso e a liberdade nacionais.

“Os panegíricos e ditirambos do copioso panfletista voltam-se presentemente para a monarquia parlamentar, qual a compreendem a Inglaterra e a Bélgica, tipo de que a deposta a 15 de Novembro de 1889 procurava, não raro com êxito, aproximar-se.

“Assim em religião como em política, S. Exa. retrata-se solenemente, bradando com cordial contrição: Paenitet me... paenitet me... Ainda bem!”

Não me parece de boa regra armar rugas pessoais a quem expende idéias no terreno impessoal da filosofia. E, se essas idéias consonam com os sentimentos do crítico, não se concebe que ele seja quem as enfraqueça por ataques *ad hominem* contra a individualidade do expositor. Só dos adeptos da escola desfalcada pela conversão se deve razoavelmente esperar que se divirtam em ferir o amor próprio dos conversos. Os ímpios, se eu era, e acaso já não sou, um dos seus, republicanos, se eu voltei da república à monarquia, êsses teriam razão, para acentuar a minha volubilidade e oferecê-la à zombaria dos ridores. Mas quem, como o Sr. A. Celso, com tão alegres olhos contempla a restauração da fé e do trono, se não coloca as suas paixões acima das suas convicções, não tinha o direito de humilhar o prosélito, que viesse auxiliá-las, arrependido dos seus êrros.

Os meus sempre tive especial satisfação em confessá-los, mal os reconheço. E, se alguma vez, na minha vida, tivesse tido a ridícula fraqueza de envergonhar-me de uma conversão, o contacto com o bom senso dêste país, que aliás não conheço de hoje, onde não é esta a primeira vez em que me acho, me teria curado radicalmente. A Inglaterra é o paraíso dos conversos. Os seus maiores estadistas têm sido grandes convertidos. Convertido foi Pitt, e a não ser a sua conversão, a sua maravilhosa carreira seria impossível naquela época. As glórias de Sir Robert Peel são as suas conversões, as mais estrondosas da história desta terra. A biografia de Gladstone é uma crônica de retratações políticas, de mudanças radicais. Tão pequenino em confronto com tais sumidades, eu não tinha que dar cavaco das voltas, ou revira-voltas, de que me arguissem, contanto que não pudessem arguir-me de insinceridade nelas. Mas as de que me acusa o Sr. A. Celso são imaginárias.

No tocante à minha mutação religiosa, não faz S. Exa. mais do que repetir uma invenção, absolutamente falsa e muitas vezes rebatida. S. Exa. não teria incorrido nesse êrro, acredito que involuntário, se os meus escritos, desdenhosamente liquidados por ele com o epíteto de “longos” me servissem ao menos de escada, pela sua extensão, para a altura, de onde o eminente escritor distribue aos seus escolhidos a consideração e a justiça.

A minha reputação de incredulidade, materialismo e ateísmo nasceu da especulação maligna de adversários sem escrúpulos, em questões onde a minha atitude era justamente o penhor mais claro da seriedade das minhas crenças morais. Foi por ser um espírito religioso, que, em 1875, como presidente do Conservatório Dramático, na Bahia, levantei contra mim as iras da ortodoxia oficial, pronunciando-me pela representação dos Jesuitas, de A. Enes; que, então como antes, como depois no "Diário da Bahia", nas conferências do Vale dos Beneditinos e na Câmara dos Deputados tive a honra de ser um dos advogados mais antigos, ardentes e tenazes da liberdade de cultos; que, em 1877, apoiando-me nas autoridades mais insignes da teologia alemã, defendi no O Papa e o Concílio, a verdade cristã contra a infalibilidade papal.

Dê que eu não estava de acôrdo com os novos dogmas romanos, gravidade em que tinham incorrido os maiores nomes do catolicismo contemporâneo, no século e na religião, como Montalembert, como o padre Jacinto, como Frierichs, como Doellinger, como Strossmayer, inferiam a minha incredulidade; sofisma singular, pelo qual se teriam de eliminar da cristandade tôda essa imensa parte, onde se reunam as confissões dissidentes do aprisco romano, o velho catolicismo, o protestantismo, a igreja grega, e amalgamar nas fileiras materialistas o contingente respeitável de convicções religiosas, que se inscrevem sob os vários matizes do espiritualismo, nas escolas filosóficas que o professam.

Note o Sr. A. Celso que, por êsse teor lógico, o cardeal Manning poudes escrever um dia, no seu livro sôbre "A Crise atual da Santa Sé" (*The Actual Crisis of the Holy See*), acêrca dêste religiosíssimo país, que "a Inglaterra possui a triste e maligna preeminência de ser, em todo o mundo, a potência mais anti-católica e, portanto, a mais anti-cristã"... "England has the melancholy and bad preeminence of being the most anti-catholic, and, therefore the most anti-christian power of the world". A linguagem de Leão XIII, na sua recente carta apostólica ao povo inglês, é bem diversa, e deixa em lamentável contraste essas iniquidades do fanatismo contra a raça onde mais vigorosamente germina, sob as suas várias denominações, a semente cristã.

Por análogo processo fui eu, na minha ínfima humildade convertido em inimigo de Deus; calúnia contra a qual protesta a minha vida, o lugar que teve sempre a religião na minha casa, nas minhas relações domésticas, na educação dos meus filhos, para não falar na estima, com que me têm honrado tantos sacerdotes, católicos e protestantes. A exploração eleitoral truncou e falsificou os meus escritos. O púlpito ressoou, nos sertões e nas cidades, sob as apóstrofes mais violentas e as histórias inverosímeis contra o meu nome. Fui acusado de enxovalhar

imagens, metê-las em baixo da cama e estampá-las na sola dos meus sapatos. É a perversa história, a mesma história, a eterna história dos ódios da intolerância contra os espíritos liberais. Mas o primeiro liberal que bebeu contra mim nessa fonte, é o Sr. A. Celso.

Felizmente, para lhe responder, basta repetir-me. Na minha visita à Bahia em 1893, fui solicitado pelo Asilo de Nossa Senhora de Lourdes, sito na Feira de Santa Ana, a fazer, em um dos grandes teatros da capital, uma conferência, a benefício das órfãs creadas e educadas naquela casa religiosa. O nome dêsse instituto diz tudo. O apêlo dirigido a meu concurso pelas influências católicas, que o dirigem, não diz menos Anuí de bôa mente ao pedido. O discurso, que proferi, foi publicado em muitos jornais, pelo Brasil todo, e, entre êsses, no Rio de Janeiro, pelo "Jornal do Comércio". Se o Sr. A. Celso quizesse ouvir-me, antes de condenar-me, teria encontrado ali esta resposta à inexactidão de que se fez éco:

"Filho de um século devorado pela curiosidade suprema do infinito, duvidei, neguei, blasfemei talvez como êle. Mas êsses momentos passaram sempre como rápidas tempestades na minha consciência: quando elas se afugentavam, o horizonte do mistério eterno me reaparecia, como eu o vira no coração de meus pais. Não me acolhi entre as filosofias, que fazem da ciência a grande negação. Percorri as filosofias; mas nenhuma me saciou: não encontrei repouso em nenhuma. Puz a ciência acima de todas as coisas; mas não afirmei jamais que a ciência como a estigmatização do antagonismo com o espírito. Esse incognoscível, que não cabe nos laboratórios, não acreditei jamais que se distancie da ciência por incompatibilidades invencíveis, unicamente porque esta não sabe os meios de verificá-lo. Vejo a ciência que afirma Deus; vejo a ciência que prescinde de Deus; vejo a ciência que procreve Deus; e entre o espiritualismo, o agnosticismo, o materialismo, muitas vezes se me levanta da razão esta pergunta: Onde está a ciência? A mesma névoa, que a princípio se adensara sôbre as inquietações do crente, acaba por envolver o orgulho do sábio. A mesma dúvida, que nos arrastara das tribulações da fé ao exclusivismo científico, pode reconduzir-nos do radicalismo científico, à placidês da fé".

Por aí se vê, claramente, que Rui foi um grande indagador, justamente porque era sincero, sentindo, dada a sua inteligência irrequieta, o conflito entre a fé e a razão, esquecido de que Deus está acima da razão humana, a criatura não pode compreender o Criador, senão seria igual a Êle. Jamais o homem verá Deus.

Entretanto, a fé independe da razão, procede do coração, é dom de Deus que Êle concede sômente pela graça, instantaneamente.

Mas não bastava ; êle continuá a sua justificação com a citação do seu discurso proferido na Bahia :

“A nomeada fatal, que me poz fóra de todas as religiões como de-testador universal delas, promanam exatamente de um livro meu, onde os que o percorrerem, encontrarão a apologia mais convencida, mais apaixonada, mais completa do papel essencial das religiões, da soberana importância do sentimento religioso sôbre todos os sentimentos humanos. Os trabalhos humanos. Os trabalhos do concílio do Vaticano, a dogmatização da infalibilidade pontificia, a discriminação entre o catolicismo evangélico e o ultramontanismo convertiam a sábia Alemanha em vasto campo de batalha, dividiam a grande pátria da ciência, neste século, em dois exércitos combatentes.

Dessas lutas, porém, nem o éco mais apagado repercutia no cristianismo brasileiro. Essa pugna gigantesca pelos interesses espirituais da fé, a que a religião do estado, entre nós, entregara oficialmente o país, abalava o mundo inteiro, e vinha morrer nas fronteiras do Brasil, como os rumores longínquos da vida à beira de uma região êrma, devastada e muda. A gelidez dêsse indiferentismo quase alvar, desgraçada emanção da atmosfera quase beata em que nos imergira o cepticismo imperial, impressionou-me como o aspecto de uma necrópole. Um povo cuja fé se petrificou, é um povo cuja liberdade se perdeu. Minhas convicções mais sensíveis vibraram, revoltas ; acreditei que era preciso ferir essa superfície glacial com um jôrro d’água em ebulição” ; e traduzindo o Papa e o Concílio, escrevi-lhe essa introdução inflamada, impetuosa, borbulhante, de onde a defesa das igrejas livres no Estado livre se levanta como homenagem “ao sentimento que paira acima do egoismo, do amor e da pátria : ao sentimento que se bebe nos afagos maternos, da gratidão instintiva e indefinida às mercês de um benfeitor advinhado nas suas obras, das provações da nossa miséria diante do nosso dever ; ao sentimento, que, no coração, se entretece a todas as emoções generosas, que, no espírito, nos representa o sinal da divindade, em nós que, na consciência, influe ou julga todas as nossas resoluções com a perspectiva, as esperanças e a justiça de uma eternidade misteriosa ; que, na família, preside as alegrias e ao luto ; que, nas resistências providenciais da liberdade contra a força da opinião contra a tirania, das minorias inteligentes contra as maiorias retrógradas, é o supremo apêlo, o grito extremo dos oprimidos ; ao sentimento mais universal, menos imorredouro, mais indomável, mais heroico do indivíduo e do povo : — ao sentimento religioso.

Concebeis ateu mais inexplicável ?

Continuava assim o meu discurso :

“Era sob o estímulo do zêlo por êsse interêsse sôbre todos, santo do verdadeiro patriotismo que encarava a situação moral da sociedade brasileira, obra das influências grosseiras e poluídas que herdamos com a tradição colonial, e vimos perpetuar-se na educação bragantina do país”.

Na sua luta constante pelo direito Rui sofreu todas as espécies de acusações, saindo-se porém, sempre ileso. É que a verdade gera o ódio e a calúnia. Defendendo-se da acusação de conversão política ao monarquismo, assim se expressa de modo incisivo e altivo categoricamente, o “alfa e o ômega”, o autor e aperfeiçoador da democracia brasileira, o grande educador da nacionalidade :

“Já vê o Sr. A. Celso, que a minha conversão política é tão suppositícia, quanto a minha conversão religiosa. Não me fiz cristão agora, porque nunca deixei de sê-lo. Não me faço agora monarquista, porque tenho como sonho irrealizável a reposição da monarquia no Brasil.”

Cristão, republicano e democrata, querendo a paz do mundo regulada pelo direito e a ordem interna mantida pelo exército, colocada acima da política, Rui Barbosa foi realmente o padrão da raça e o seu retrato moral e político personifica justamente a mentalidade de hoje, a verdadeira mística do Brasil Novo que é sem contraste, religioso em sua totalidade : 38 milhões de católicos e 2 milhões de outros crentes. Sentia-se então atacado por todos os lados.

Na sua linda poesia — ao Brasil — Daltro Santos assim saúda a Pátria num forte anêlo que todos os brasileiros verão personificado em Rui, o nome nacional, através da sua doutrina :

“Pátria, Pátria ! Há de ter teu povo um dia
Dentre os povos da terra a primazia
Pelo esplendor que o teu futuro encerra !
Pela cultura e pelo Amor fecundo,
Inda hás de ser o cérebro do mundo,
Inda hás de ser o coração da Terra !

Rui justificou-se plenamente, como o filho pródigo, acusado pelo irmão mais velho que, jamais abandonou a casa paterna, pela ação benfazeja em prôl da humanidade.

Valeu a pena a polêmica entre Afonso Celso e Rui Barbosa, dois futuros mestres do civismo brasileiro, somente comparáveis a Bilac pela sua autoridade e cultura literária, pois, deu ensejo a uma verdadeira profissão de fé pública do Mestre Civilista frente ao Ufanista.

Sem jamais se retratar na vida política, usava da palavra, servindo-se de todas as figuras da retórica, desde o trocadilho e de um vocabu-

lário imenso e incomparável, até às metáforas mais audaciosas e rudes. E à religião, no entanto, tratava com o máximo respeito, sem prejuízo das suas idéias pessoais, pronunciando-se com a máxima cautela e prudência.

"Com a lei, pela lei e dentro da lei, porque fora da lei não há salvação". Eis o lema de Rui na República. Onde o seu monarquismo?

Sob a capa de um sertanejo medíocre, incarnando mesmo, fisicamente o sertanejo forte dos sertões do grande Euclides da Cunha — o livro aberração da literatura indígena, Floriano, o Marechal de Ferro, que tinha a consciência exata de sua missão na vida pública nacional, mantinha também, a seu serviço, uma inteligência vigorosa e penetrante, a arte de dissimular e o senso da oportunidade, orientados por uma cultura matemática regular, que lhe permitia conhecer os homens do seu tempo e prevenir-se contra suas atitudes e artimanhas, defendendo-se habilmente. Não era um talento mas tinha as suas manhas.

Floriano subiu ao poder em paz por meio de uma conspiração, permanecendo de fato ilegalmente, contra determinação expressa da Carta Magna de 91, que no caso, passado em julgado pela maioria dos nossos homens de notável saber jurídico, mandava, claramente, que se procedesse a nova eleição, pois não decorrera um biênio constitucional.

Assim, ainda que se considerasse necessária essa atitude do grande Consolidador e por mais admiração que se tenha, ao seu vulto de grande soldado e patriota extremado, como é o caso do autor desta obra, em sã consciência, não se poderá nunca deixar de reconhecê-lo fora da lei e, portanto, um ditador.

Logicamente e por uma mera questão de coerência de atitudes, não poderia deixar de atrair a antipatia e mesmo a oposição moral e sistemática do homem da lei, que não compreendia a espada sem a balança, que não suportava o civismo sem poesia, nem sequer tolerava a intromissão indébita ou meramente ocasional do exército na política nacional, ficando esta aquém daquela.

Mais cedo ou mais tarde o conflito entre os dois irromperia, dada a devoção deste à Constituição que considerava obra-prima das suas caleçadas mãos de artista, obreiro da nova república americana.

Permanecendo na cadeira da Presidência, com surpresa geral, Floriano acarretou com a oposição dentro do próprio exército e de toda a gloriosa armada, cujos feitos causaram admiração no estrangeiro. Treze generais de mar e terra — Almeida Barreto, Wandenkolk, Clarindo de Queiroz, Antônio M. Coelho, Cândido José da Costa, José Marques Guimarães, João Nepomuceno de Medeiros Mallet, Manhães Barreto, João Severiano, Cunha Couto, Aguiar Lima, Bruce e Andrade Vasconcelos enviaram-lhe uma representação, a 31 de março de 1892, em

que lhe pediam que mandasse proceder a imediata eleição presidencial da república.

A resposta a êsse Manifesto foi sòmente publicada no "Diário Oficial" de 8 de Abril por meio de outro manifesto em que anticonstitucionalmente, afrontando todas as fôrças vivas da Nação e mal ocultando a sua condição de usurpador, acusa aqueles militares de traidores, indisciplinados e anarquistas, isto juntamente com decretos de reforma de uns e transferência doutros.

A 10 de Abril, um grupo de deodoristas realizou uma manifestação de solidariedade em frente à casa do generalíssimo, já à beira do sepulcro, e de lá se dirigiu ao Quartel General. Floriano que na sua aparente inércia a esperava pessoalmente, ouviu em silêncio o seu intérprete, General Mena Barreto, em seguida mandou prendê-lo...

Declarou então o estado de sítio, deportando um grande número de civis e militares. Fez-se assim abertamente ditador. Foi um mal necessário e inevitável para a consolidação da república, mas sempre um mal.

Em 6 de fevereiro de 1893 estourou no Rio Grande do Sul a guerra civil entre castilhistas e federalistas. Floriano apoiou os primeiros; Rui só poderia, coerentemente pender para os últimos. A 6 de Setembro rebentou a revolta da esquadra, sob o comando de Custódio José de Melo que já havia deposto Deodoro, sendo mais tarde apoiado por Saldanha da Gama a quem se atribuíam intuitos restauradores.

Quem não era florianista, seria monarquista, tal a mentalidade da época tumultuária e agitada por 6 meses de bombardeio.

Em Janeiro de 1892 Rui renunciára a sua cadeira de senador pela Bahia, cadeira que iria ocupar mais tarde, durante trinta anos consecutivos, por entender que, terminado o govêrno provisório, sob o qual fôra eleito, não podiam vigorar os efeitos daquele escrutínio inconstitucional já previa uma guerra de Secessão no Brasil.

Pela imprensa arrostava audaz o florianismo que tinha por doutrina política o jacobinismo, pregado por Deocleciano Martir, através das colunas do "O Jacobino", jornal que desapareceu em 1879, com a prisão do seu diretor, acusado no atentado contra Prudente de Moraes.

Presos os treze generais, com as suas patentes cassadas, deportados, fazendo até faxina nas prisões inhóspitas de Cucuí, no extremo norte, reinava uma atmosfera de desconfiança em todo o país, de norte a sul, numa oposição surda e rancorosa.

Rui impetrou então a favor dos presos um habeas-corpus, desenvolvendo por outro lado uma campanha impressa no livro: Atos Inconstitucionais do Congresso e do Poder Executivo Ante a Justiça Federal, defendendo a amplitude deste remédio judiciário.

Foi por isso obrigado a, disfarçado em viajante inglês, com óculos azues e capacete colonial, fugir para a estrangeiro num cargueiro britânico, passando um mau quarto de hora. Escreveu, contudo, nesta obra formidável, a mais luminosa página do posso Direito Constitucional e Político. Foi a sua primeira campanha na República, salvando-se somente por meio daquele estratagema, da polícia florianista.

Exilado, após passar oito meses em Buenos Aires, seguiu para a Europa, donde enviava ao "Jornal do Comércio" as suas crônicas — Cartas de Inglaterra — tão brilhantes quanto os seus artigos anteriores, quando na direção do "Jornal do Brasil", enfrentava o florianismo e o jacobinismo, secundando o Padre Loreto nas colunas do "O Apóstolo". A sua fé sofreu como que um avivamento. Despertou-o.

O processo do capitão Dreyfus, em cuja defesa precedeu Emile Zola, o comentário ao livro de Arthur Balfour — As bases da fé — (The Foundations of Belief), a Lição do Extremo Oriente, propugnando pela defesa militar e naval do país, na qual revela conhecimentos completos de tática naval, Duas Glórias da Humanidade, O Congresso e a Justiça do Regime Federal e As minhas conversões — eis os 7 capítulos do livro admirável sinão perfeito.

Mesmo no exílio não emudeceu e embora mantendo acesa a flama do seu credo que, como arauto das legítimas aspirações nacionais, espalhou, varonilmente, aos quatro ventos do Brasil e do mundo, ainda que prejudicado pelas rinhas de campanário e pelas intrigas de sacristia ou por isso mesmo, não era acreditado nem compreendido.

Jamais cantou a palinódia na vida pública, porque êle — o campeão do habeas-corpus — sabia o que queria, embora fôsse frequentemente incompreendido, combatido, invejado, caluniado e apedrejado como nenhum outro patrício, simplesmente por falta de ambiente e de cultura cívica popular e governamental. Em matéria religiosa, porém, transigiu. Deu a mão à palmatória.

Em Haia apresentou uma doutrina própria, fez ali doutrina, defendendo o grande princípio de igualdade completa de soberania das nações. Na Igreja custou a ser tolerado e, como S. Paulo, só na velhice foi recebido sem desconfiança pelos católicos liberais.

Em última análise, o que êle queria em política, como quiz em religião, era a liberdade de pensamento e de consciência, e a verdade eleitoral que constitue a verdadeira democracia, garantida em toda a sua magnitude pelo exército, colocando acima da política, fóra dos partidos e facções, desfrutando as simpatias gerais da Nação, despido do falso espírito de classe que geralmente o afasta dos seus misteres e afazeres imperturbáveis.

Cumprê que se faça justiça à sua memória: êle jamais foi um inimigo do exército-escola, do exército-baluarte da defesa nacional, do mantenedor da ordem, porque sempre combateu em campo raso, só aparecendo no cenário nacional, dentro da ordem e da lei. Mais uma vez repetimos.

Combateu os ensaios militaristas, porque militarismo propriamente dito,, jamais houve no Brasil, tradicionalmente liberal e democrata. Nunca êsses ensaios contaram com a sua unanimidade classista ou de todas as forças armadas. Não passaram de um grupo.

Otrossim, Rui nunca foi anti-religioso, demagôgo e prepotente, e nem teve espírito preconcebido contra qualquer classe, nem tão pouco em eventual convivência revoltosa, alimentou veleidades restauradoras; foi um grande patriota, um homem de letras e um cidadão exemplar que deu ao país o melhor que tinha, que defendeu com todas as suas forças a independência dos povos e a liberdade de consciência individual, fato comprovado por todos os seus escritos, confirmado no trecho em que definia a Pátria:

"A Pátria não é ninguém: são todos; e cada qual tem no seio dela o mesmo direito à idéia, à palavra, à associação. (Democracia e Liberdade).

"A Pátria não é um sistema, nem uma seita, um monopólio, nem uma forma de governo: é o céu, o sólo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade.

Os que a servem, são os que não invejam, os que não infamam, os que não conspiram, os que não sublevam, os que não desalentam, os que não emudecem, os que se não acobardam, mas resistem, mas ensinam, mas se esforçam, mas pacificam, mas discutem, mas praticam a justiça, a admiração, o entusiasmo.

Porque todos os sentimentos grandes são benignos, e residem ordinariamente no amor.

No próprio patriotismo armado, o mais difícil da vocação, é a sua dignidade, não está no matar, mas no morrer.

A guerra, legitimamente, não pode ser o extermínio, nem a ambição: é simplesmente a defesa.

Além dêsses limites, seria um flagelo bárbaro, que o patriotismo repudia". Cristianismo, Pacifismo, Democracia — eis a mística.

Não é esta exatamente a mentalidade dominante neste momento na terra abençoada do cruzeiro, a terra de Santa Cruz?

Aquele que conquistou pelo mérito todas as honrarias e a maior consideração dos setus contemporâneos, iria por ambição ou mera vaí-

dade empreender a obra nefasta de intrigar e incompatibilizar inabilmente o exército com a nação? Não. Jamais cogitou disso.

Reabilitemos para sempre a memória do maior dos brasileiros, desfazendo este labéu infamante, pois todo bom cidadão ama o exército de sua pátria e quer vê-lo unido e forte no desempenho de sua missão. Refeita a opinião, urge aproveitar o recado. Rui nunca foi acatólico nem anti-militar. Com uma acurada educação artística desempenhava o seu papel no palco da vida, dia a dia, sem sibaritismo. Tinha, portanto, uma visão real da vida. Era um homem normal e equilibrado.

Justifiquemos os arroubos da única voz sobremaneira resistente, que em defesa alucinante e sublimada, interpretou o povo na República Velha com patriotismo.

Que é patriotismo? Responda Olavo Bilac:

"O verdadeiro patriotismo não é o amor dos negócios rendosos que no seio da pátria podem dar a riqueza e a independência; não é a interessada gratidão pelas honrarias que dentro dela se podem ganhar; não é também o embevecido êxtase, ingênuo e fútil, diante da beleza de suas paisagens, do esplendor do seu céu, da uberdade do seu sólo. É sim, um amor elevado e austero, que reconhece os defeitos da pátria, não para amaldiçoá-los ou para rir deles, mas para perdôá-los, estudá-los e corrigi-los; é um amor que se enraiza mais no meio moral do que no meio físico, e vai procurar a sua seiva nutritiva no âmago longínquo do passado, no sacrossanto humus das origens da raça, da língua, da história, e no padecimento obscuro, apagado, anônimo das gerações que antes da nossa viveram, suaram e penaram, na terra que servimos e adoramos! Este é o patriotismo com que deveis de ora em diante honrar a nossa terra". Não foi êsse o patriotismo praticado por Rui, o gigante do civismo no Brasil?

O Mestre em todas as suas peregrinações cívicas jamais deixou de considerar a Nação como o conjunto harmonioso do povo, exército e armada, colocando, porém, mui judiciosamente êstes acima da política, fóra dos partidos, estranhos aos regionalismos dissolventes.

A metamorfose política atual, imposta pelo determinismo histórico, isto é, pela necessidade de enquadrar-se a liberdade dentro da nova concepção democrática e do novo conceito estatal, não incompatibilizou a Nação com o civilismo na sua verdadeira significação.

O Estado Forte visava a união nacional, a centralização e continuidade administrativa, a rigorosa unidade de orientação governamental o que teria evitado até mesmo a desvalorização do mil-reis que chegou a valer dez vezes menos que há cinquenta anos e consolidado a

nossa independência econômica. Mas falhou na realização dos seus planos pela ambição desmedida do seu Chefe insaciável.

Quando, porém, o líder civilista falou em desagregação? Pelo contrário, sempre combateu o caudilhismo, a politicagem de campanário e as quarteladas ostensivas, geradas pela mentalidade tarimbeira e valentona que tanto enfraqueceram os órgãos da defesa nacional, nos quais o povo deposita toda a sua confiança, para manutenção da ordem interna e garantia da paz exterior. São Paulo, apoiando-o, visava o governo civil.

Não sofreu solução de continuidade a sua atuação política, aliás, a mais intensa da vida nacional, nos seus longos cinquenta anos de vida pública, em que continuamente pontificou.

O marco definitivo, porém, de toda a sua carreira política é, incontestavelmente, a inolvidável campanha civilista, onde se transformou num verdadeiro vulcão de eloquência, agitando todas as classes sociais, sacudindo a nação como um furacão de novas idéias e ideais, lançando as bases da nova democracia, do partido nacional e da plenitude republicana que hoje urge reviver, em torno do seu nome e do seu idealismo, de sua fé, da sua doutrina e da sua carreira repleta de serviços.

Não pretendia as aspirações turbulentas ou demagógicas, mas a realização pacífica daquilo que considerava o seu penacho ou da sua obsessão, i. é., seu programa que cumpre readaptar à época atual.

"Eu não sou um homem, sou um programa", dizia no fim da vida.

Cidadão e soldado devem ser palavras sinônimas no país, donde os termos — civilismo e patriotismo — terem igual significação, pela formação do Partido Democrático Nacional, imperativo vital, golpe de morte no caudilhismo e no regionalismo, unindo todas as correntes democráticas.

Não se podem evitar as paixões que, no dizer de Spinoza, são pertinentes aos homens, como o ar e as intempéries à atmosfera, necessitando manifestações ostensivas. Mas dentro da disciplina.

Urge, no entanto, a democratização nacional em base sólida e moderada, para identificação do país com a ideologia política continental, de acordo com os ensinamentos ruianos, pregados na campanha civilista de 1910, que constituem a melhor arma contra o comunismo atual.

O Brasil país fadado à liderança sul-americana, com seus 8.525.000 km.2 e com talvez mais de cinquenta milhões de habitantes, segundo o último recenseamento, só poderá cumprir o seu destino grandioso pelo livre e real exercício da cidadania, base e fundamento da

democracia, imperativo da hora que passa, para restauração da confiança continental. A excessiva pluralidade partidária é prejudicial.

Qualquer tendência totalitária, por mais disfarçada e aparentemente justificável que fôsse, colocaria o país em cheque no continente colombiano. Lembremo-nos de que já houve quem dissesse que a solução do problema americano está no retalhamento e divisão do Brasil. Rui não abandonou a religião. Mas o zelo clerical comprometeu a vitória civilista e, sacrificou, assim, injustamente, o homem de fé.

Unamo-nos, pois, pela democracia. Unidos venceremos.

Esqueçamos os preconceitos do passado e preparemos o porvir.

"Com a América, pelo Brasil", para defesa do Cristianismo.

Eis a legenda democrática da atualidade e do futuro. E tudo isto quer dizer com a Cruz, porque o mundo sem o Clero e sem o Estado será um terreno arido onde não poderão mais vicejar a honra individual, os direitos do homem e a poesia da vida.

CAPÍTULO X

O APÓSTOLO DA PAZ E DA LIBERDADE

1.^a parte

Luiz Barthou foi quem melhor falou no estrangeiro, como Otavio Mangabeira no Brasil, sobre o grande Apóstolo da Paz e da Liberdade.

"O Direito está de luto. Morreu Rui Barbosa. E a morte do ilustre estadista brasileiro, encarnada sob o seu aspecto soberano, afeta todos os povos que têm respeito pela justiça. Nenhuma outra vida enriquecida de dons os mais variados e magníficos, ofereceu o exemplo contínuo de mais nobre desinteresse. A posteridade já tinha começado para Rui Barbosa: seu nome era dos mais célebres do mundo. Para o Brasil esse grande homem era uma glória; para a humanidade uma consciência.

Sua voz extinguiu-se, mas sua obra perdura e a sua influência não morrerá. Os oradores encontrarão modelos nos seus discursos generosos e inflamados; os estadistas e os juristas hão de retirar deles a mancheias as diretivas, os preceitos e os conselhos. Mas o coração dos povos não necessita de textos para alçar suas glórias: ele sente, ele sabe. Nomes há que desprendem uma irradiação universal: tal o de Rui Barbosa inseparável da justiça. Por toda parte, no Brasil e no exterior, ele a celebrou, exaltou e defendeu. Nunca teve senão os inimigos dela. Ele lhe tinha votado culto onde a paixão a mais ardente encontrava a sua inspiração na razão mais refletida. Quando falava por ela, como discípulo respeitoso, se tornava, mesmo sem querer, juiz imparcial, cuja superioridade se impunha.

O drama trágico de 1914 arrancou de Rui Barbosa o próprio grito da história. A França nunca esquecerá nem o que ele disse, nem o que fez. Esse testemunho esclarecido pronunciou, sem temor e sem ódio, o julgamento da consciência humana. Eu inclino ante sua memória, querida por todos os homens de bem, a saudação de um respeito reconhecido". Convertera-se num patrimônio universal, definitivamente ligado à História.

O lutador, como se vê, empolgou a própria Academia Francesa e o Instituto de França, a mais alta expressão da cultura mundial, que pela palavra altamente sintética de Luiz Barthou deu-lhe este sentido e carinhoso adeus. Todas as instituições culturais do mundo manifestaram-se, expressivamente, em vida ou em morte, sobre o mais belo florão da raça. Rui Barbosa impunha-se pelo seu saber e disputava, palmo a palmo, a arena da sua triunfante atuação social e política no mundo, pelo seu humanismo perfeito e pelo seu valor invulgar.

E do próprio punho êste retrato fiel:

"Creatura deserdada pela natureza, dos predicados com que se exerce a sedução de homem a homem, talvez não mal encarado em moço, mas hoje em dia aguarentado pelos anos, cara de poucos amigos, boca de raros sorrisos e, por sobre tudo, ao que me dizem todos os dias, velho e revelho."

Pouco ria; apenas esboçava ligeiro sorriso. Não possuía mesmo a menor atração pessoal. Saindo a campo, como que confiava somente na cabeça e na voz argentina. Utilizava-as com desinteresse..

Foi no ano de 1889 que a sua bôa estrêla de estadista atingiu ao zênite da glória; foi nesse ano somente que êle, antepondo-se corajosamente aos preconceitos da sociedade brasileira, desfraldou publicamente a bandeira da liberdade espiritual ou de consciência.

Desde então qual atlas nacional, em defesa da liberdade onde esta se encontrasse cerceada, se transformava, infalivelmente, no Apóstolo insigne e mágico da palavra e da fé cívica, carregando aos ombros os encargos dos outros.

Nesse desiderato enfrentava situações e governos, classes e tradições, porque tinha certeza da sua missão pacifista e liberal, renovadora e construtiva, orientada visionariamente, para o âmbito universal, chegando mesmo a enfrentar tôda a Nação, só confiando na sua palavra de ouro e nos seus pulmões de platina, desde a adoção da fórmula "liberdade espiritual e abolição." Assenhoreara-se de sua missão.

Os grandes homens, retratos dos — homo sapiens — de todos os tempos, que nasceram predestinados para uma missão histórica ou influências outras sobre o destino dos povos e da própria humanidade, caracterizam-se por uma tendência preferencial para êste ou aquele empreendimento, de tais dimensões e complexidade que seria a obra lenta e penosa de muitas gerações. É que, consubstanciando em si potências dispersas e incoordenadas na pluralidade doutros indivíduos, essas creaturas fenomenais, marcos e padrões da espécie humana, atuam com

energias incalculáveis, mas equivalentes à civilização que incarnam, condensam e sumariam.

Essa tendência preferencial, dominando quase sempre outras atividades do espírito, que aproveita como forças subsidiárias, ganha a forma de paixão e fica sendo o móvel e a finalidade da existência a que preside e que propele.

Cristo teve a paixão da caridade e da mansidão; Buda a da renúncia; Ruskin a da beleza; Balzac a do dinheiro; Zola a da verdade; Flaubert a dos ritmos literários; Baudelaire a dos requintes; Floriano a da honestidade; Caxias a da bravura; Rui Barbosa a da paz e da liberdade.

Para exalçá-las no conceito dos homens, se servia de todos os recursos de que dispunha, incarnando a eloquência de mãos dadas com a coragem, robustecida pela abnegação e animada pela fé. Tanto defendia os casacas como os descamisados.

Tôda a sua vida, cheia de frutos, foi uma luta pelo direito e pela liberdade que provocava e mantinha, calculadamente, com brilho da coragem mais correta, cocainicamente, com uma força de imaginação insuperável, de tudo entendendo e em tudo, inapertinente, se envolvendo, "com a tẽmpera, que é a couraça dos herois, com o descortínio, que é a vara mágica dos gênios, com a crença, que é a centelha dos apóstolos".

Era isso uma determinação psíquica do seu temperamento e da sua índole: uma imposição do seu gênio jurídico, precoce, inato e lapidar, como o de Cícero ou Castro Alves, Washington ou Hugo, Lincoln ou Churchill.

Desde a mocidade era o mais acerbo e bravo defensor da liberdade não ao modo cruento e caudilhesco de Bolívar, San Martín e Garibaldi, mas sob a lei, na conformidade das suas crenças e convicções, como sublime emanção da justiça, princípio universal da ordem e da harmonia, lei precípua da vida, origem, fundamento e único objetivo dos govẽnos lícitamente constituídos, sagrados aos bafejos da fé.

O seu luminoso espírito, desenvolvido e enobrecido nas lutas e conquistas liberais da monarquia e da república e ontologicamente formado à beira dos livros durante toda a sua peregrinação terrena, atingiu culminâncias vertiginosas e máximas, inacessíveis aos demais, das quais firme e sereno se desdobrava num fraseado alucinante de luz multi-cor, candente e causticante.

Vivia na história de todos os dias esse homem apocalíptico que cada vez se torna mais lendário pelas magnificências e maravilhas do seu engenho, pela variedade imensa das joias artísticas da sua lavrateria, pela profunda enciclopédia do seu saber, pelo descortínio da

sua visão profética, a vaticinar num ditafone público, sem descanso, o epílogo dos acontecimentos e questões enigmáticas da atualidade e do futuro, como se fôsse conhecedor da posteridade ainda em vida. Assim navegava em botes no interior do Brasil e dormia em cabanas, tecendo sua teia, qual fio de Ariadne no emaranhado da vida pública.

Viveu séculos antes do seu tempo, desejando somente o bem do próximo, sem se lembrar do que disse Buda: a cada desejo corresponde uma mortificação. E o seu grande desejo era a felicidade pública. Por ela chegou até a ensaiar a poesia sem êxito.

Conforme suas profecias, vemos no presente, que a política de agressão só será abandonada, quando as garantias mais eficazes do seu abandono fôrem asseguradas por uma força universal.

Mais ainda, é imprescindível e oportuno o restabelecimento de uma organização internacional eficiente e militarmente aparelhada, com seus tribunais de justiça providos de todos os meios de fazerem prontamente executar as suas deliberações, o que vai então além dos seus ensinamentos e opiniões expostas, tornando-se utopia mesmo para o século.

O após-guerra de 1945 terá por base inspirativa a necessidade vital da paz, garantida pela justiça internacional, apoiada fortemente num instituto armado, na espada universal que outra não é senão a espada da Lei.

A necessidade está acima da lei nacional ou particularista e a crise mundial desta hora, é mais econômica que política. Urge organizar o mundo em novas bases econômicas e justiceiras.

Não se cogita aí de vida em comum, mas de defesa comum da civilização cristã, como a solidariedade americana, para defesa do continente.

O exercício, desta forma, deve ser limitado à ação tomada por um tribunal, com a aprovação do corpo internacional, onde sejam também decididas questões especiais de comércio, navegação e colônias livres, segundo propoz o genial brasileiro na Velha Europa surpreendida, estarecida e boquiaberta.

Tudo isso já está no consenso universal, porém, foi idéia inicialmente de Rui em Haia e em seus escritos dispersos pela imprensa do mundo.

No terreno da liberdade individual, até onde ela não colidisse com a ordem interna, segundo as condições de cada povo e com a harmonia universal; foi o mesmo apóstolo denodado, profeta e advogado que equilibrava bem a balança da justiça.

A sua pregação foi a palavra de salvação universal, pela fé no direito, sendo êle, no dizer de Clemenceau, "o milagre da eloquência".

E também de salvação nacional.

Eis aqui o seu crédo político:

"Creio na liberdade onipotente, criadora das nações robustas; creio na lei, emanção dela; o seu órgão capital, a primeira das suas necessidades; creio que, neste regime, não há poderes soberanos, e soberano é só o direito, interpretado pelos tribunais; creio que a própria soberania popular necessita de limites, e que êsses limitês vêm a ser as suas constituições, por ela mesma criadas, nas suas horas de inspiração jurídica, em garantia contra os seus impulsos de paixão desordenada; creio que a República decai, porque se deixou estragar confiando-se ao regime da força; creio que a federação perecerá, se continuar a não saber acatar e elevar a justiça; porque da justiça nasce a confiança, da confiança a tranquilidade, da tranquilidade o trabalho, do trabalho a produção, da produção o crédito, do crédito a opulência, da opulência a respeitabilidade, a duração, o vigor; creio no governo do povo pelo povo; creio, porém, que o governo do povo pelo povo tem a base da sua legitimidade na cultura da inteligência nacional pelo desenvolvimento nacional do ensino, para o qual as maiores liberalidades do Tesouro constituirão sempre o mais reprodutivo emprêgo da riqueza pública; creio na tribuna sem fúrias e na imprensa sem restrições, porque creio no poder da razão e da verdade; creio na moderação e na tolerância, no progresso e na tradição, no respeito e na disciplina, na impotência fatal dos incompetentes e no valor insuperável das capacidades.

Rejeito as doutrinas de arbítrio; abomino as ditaduras de todo o gênero, militares ou científicas, coroadas ou populares; detesto os estados de sítio, as suspensões de garantias, as razões do Estado, as leis de salvação pública; odeio as combinações hipócritas do absolutismo dissimulado sob as fôrmas democráticas e republicanas; oponho-me aos governos de seita, aos governos de facção, aos governos de ignorância; e quando esta se traduz pela abolição geral das grandes instituições docentes, isto é, pela hostilidade radical à inteligência do país nos focos mais altos da sua cultura, a estúpida selvageria dessa fórmula administrativa impressiona-me como o bramir de um oceano de barbaria ameaçando as fronteiras de nossa nacionalidade. (Discurso pronunciado no senado — Em sessão de 13 de outubro de 1896. Ouro Preto — Imp. Of. do E. de Minas Gerais — 1897 — p. 50.)

Considerando o culto da justiça como eixo das democracias, fez-se sacerdote da lei e da liberdade, apresentando-se com as vestes de abolicionista, candidato do povo e pacifista, quais facetas límpidas com as cintilações do cristal batido pelo sól. E isso desde a juventude, conforme trechos abaixo transcritos.

O seu amor à liberdade foi durante toda a sua longa existência um exemplo cívico, cristalino e irisado, dêses que dão força à própria força espiritual dos homens e realizam em novidade de vida e em novas concepções sociais e políticas, os grandes milagres da fé e da confiança nos destinos da humanidade civilizada. Ele foi um homem de fé. Fé prática, altruísta e filantrópica. Fé robusta nas instituições livres.

A primeira encarnação tangível e pungente, sob que lhe aparece a Liberdade é a escravidão dos negros no Brasil, um lamentável fator histórico, que o imperativo da colonização infiltrara nos alicêrces da nossa sociedade. Porta-voz do Conselheiro Dantas, é Rui quem redige o projeto da abolição gradual da escravatura.

Assim se expressou Rui a seu respeito, tendo levado a questão abolicionista da rua para o Parlamento :

"A lei de 1831 arrasta-nos até o tráfico. Senhores, não vos direi a sua história. Mas não posso passar diante dessa imensurável serra-nia de trevas, sem deter-me, aterrado e envergonhado da própria forma humana, que nos veste. O tráfico... imensa mancha negra que encobre toda uma zona da história; a via látea tisonada pelo pincel de um crime estupendo; uma como nebulosa escura de demônios despe-nhados, que se estendesse pelo firmamento, de um a outro polo. Se Dante Alighieri vivesse no século XVIII, teria fixado o vértice dos sofrimentos inexprimíveis, o infinito círculo do seu Inferno, no porão de um navio negreiro, um dêses núcleos de suplícios infinitos que só a poesia da loucura poderia pintar, uma dessas gemonias flutuantes,inhos do abutre humano, que a mão da mais perversa das malfeitorias esparziu durante trezentos anos pelo Atlântico, entre as cintilações de esmeralda e safira do ceu e do oceano".

Ainda mais veemente neste trecho magistral, brada :

"Senhores, houve, nos Estados Unidos, entre as instituições ferozes do escravismo do sul, uma lei bárbara, e que ficou assinalada à indignação da história sob o nome de Lei dos escravos evadidos. Teríamos também a nossa lei de caça aos escravos, se este projeto triunfasse. O criminoso, o malfeitor, o condenado podem procurar impunemente a liberdade, porque a jurisprudência universal tem reconhecido na evasão um legítimo impulso da natureza, e se lhe abirdes as portas se o acolherdes sob o vosso teto, se o receberdes sob o agasalho de vossa casa, movi-

dos de piedade ou esperança na reabilitação do delinquente, não incorreris em penalidade alguma; porque o lar que vedasse a caridade é que seria digno da calceta. Mas, se quando, no círculo da vossa bemaventurança íntima, vos estiverdes revendo nos olhos da espôsa, e acariciando os filhos estremecidos, um escravo, andrajoso, seviciado, espavorido, irrompendo súbito, vos cair de joelhos entre as criancinhas, que vos afaçam, e a mãe que vos sorri, é preciso esmagar o coração, afogar as lágrimas, carregar o semblante, e expelir o miserável, ou amarrá-lo, para o entregar à justiça; que assim se prostitue este sagrado nome aos beleguins da instituição maldita. Quando não, o processo, a multa de um conto de réis.

Eu quizeria saber se há, neste auditório um covarde bastante vil, para obedecer a tal lei. De mim vos digo: eu aborreceria meus filhos, e rejeitaria de minha alma a cara companheira de minha vida, se eles e ela não fôsem os primeiros a estender sobre a cabeça do perseguido as asas tutelares dessa simpatia onipotente, de que têm o segredo as mulheres e os anjos. E se a lei, essa lei nefanda, batesse à minha porta, para arrancar-me o foragido e restituí-lo aos seus torturadores, eu diria ao escravo: "Resistí!" e os cães da lei perversa não penetrariam no meu domicílio senão, como os salteadores, pelo arrombamento e pelo sangue".

Os homens saturados da guerra sempre e cada vez mais aperfeiçoada nas "blitzkriegs" suicidas e devastadoras, examinando-as detidamente, acabarão por reconhecer-lhes a inutilidade e o círculo vicioso em que se encontram há tantos séculos, entrelembrando-se de Rui Barbosa.

Passarão a fazer a guerra algébrica da anulação recíproca, pelo preparo reconhecido e demonstrado da destruição total e para evitar a miséria mundial, virão a solidarizar-se numa fraternidade universal equacionada. O ronco dos aviões só se fará ouvir sobre os campos agrícolas.

O exemplo partirá, com grande antecedência, da América, tangida pela vara de fogo da eloquência de Rui, que, habituando-se às asperezas do trabalho intelectual, que visa o futuro, para o bem estar das novas gerações, de vez que considerava a vida uma realidade, não raro surpreendente e dolorosa, firmou doutrina a qual fez cair de chofre sobre as nações inter-independentes do mundo americano, o polo da atenção universal. Só o amor vence; só o amor constroe; só o amor domina.

Para se ajuizar do Apóstolo da liberdade, basta ler o seguinte discurso, pronunciado em 5 de Novembro de 1924, pelo Deputado Otavio Mangabeira, o mais perfeito orador do Brasil contemporâneo.

"Na data de hoje, Sr. Presidente, em 1849, na Capital da Bahia, que de nenhum outro título melhor se desvanece, nasceu Rui Barbosa.

Se a Providência lhe não tivesse marcado, para 1º de março de 1923, o termo fatal do seu estágio entre os homens, estaria êle completando 75 anos.

A comemoração, com que a sua família e a sua pátria costumavam festejar-lhe o aniversário, assumiu, desta vez, o aspecto de uma tocante solenidade triste. Na Capela do Cemitério de São João Batista, diante do seu esquife, que, por não se terem concluído as obras do seu jazigo, não pôde ainda levá-lo pulvis est et in pulverem reverteris — ao seio materno da terra brasileira, um sacerdote da religião, que tanto o inspirou na vida, orou a Deus por sua alma. Amigos, homens de letras, acadêmicos — êle, Sr. Presidente, que viveu sempre com os livros, há de ser no Brasil o padroeiro de todos os estudantes — homenagens lhe promovem, aqui, como em São Paulo, na Bahia e, provavelmente, em outros Estados, consagrando-lhe o dia natalício, a inesquecível memória.

Na situação desconsolada, que se vem, de ano a ano, acentuando na nossa democracia; quando se tem a impressão de que há muito quem descreia de que a inteligência e a cultura sejam forças diretrizes na sociedade e no regime; quando parece ter emudecido a voz das propagandas apostólicas, desinteressadas e altruístas, que fizeram a Independência, que abriram, na Monarquia, aos dois reinados, o sulco das idéias liberais, que proclamando-as, para edificá-las, doutrinaram, em seguida, a exégese das instituições republicanas; quando a cena da vida republicana, dia a dia, no Brasil, por efeito de causas diversas — e todos nós o sentimos — as expressões do encanto e da beleza, a descrença, inspirando o comodismo, o conciliábulo, substituindo o debate, uma tendência cada vez mais nítida, para não se crêr senão na força, para não se aspirar senão ao êxito, qualquer que seja o processo, para a perda gradual da confiança na sanção dos fatores morais; quando, consequência inelutável das práticas ou dos costumes, que não têm permitido entre nós as organizações partidárias, de caráter nacional, com objetivos expressos, e certa ordem nas carreiras públicas, a nação se ressentida da falta de expoentes ou de chefes que evidentemente rareiam, com o prestígio pessoal suficiente para comandar-lhe a opinião, e daí, em boa parte, o retraimento e a indecisão, em que se conturbam os espíritos, daí, até certo ponto, o desamparo, em que podem ficar o país e os seus aparelhos institucionais, mesmo nas crises mais graves; quando a liberdade se comprime, entre a espada, com que o poder constituído se vê na contingência de guardar, contra a desordem que lhe ronda em torno, o princípio da sua autoridade, cuja defesa é o primeiro e o mais elementar de seus deveres...

O Sr. Antonio Carlos — Muito bem.

O Sr. Otávio Mangabeira — ... e a parede, com que os adversários do governo, desiludidos da lei, se multiplicam em conspirações, que uma a outra se vão sucedendo, sem que se lhes conheçam propriamente as responsabilidades ou os programas; quando só se fala em batalhões e em navios de guerra, motins que irrompem, sublevações que se dominam, a força com a lei, a força contra a lei, por todos os lados a força contra a lei, por todos os lados a força... é lícito evocar, neste recinto, avivando-a perante a nação — recordando, Sr. Presidente, já que recordar é viver — a figura do grande evangelista...

O Sr. Antonio Carlos — Muito bem!

O Sr. Otávio Mangabeira — ...que, com a pena e com a tribuna, irradiando e bramindo, nas vanguardas, a peito descoberto, no alto jornalismo de combate, nos comícios populares, nas casas do parlamento, nos pretórios, nas assembléias internacionais, em toda a parte o primus inter pares...

O Sr. Antonio Carlos — Muito bem.

O Sr. Otávio Mangabeira — ...a eloquência, de mãos dadas com a coragem, robustecida pela abnegação e animada pela fé, não precisou de outras armas, para servir, por mais de meio século...

O Sr. Antonio Carlos — Dominando.

O Sr. Otávio Mangabeira — ...contruindo, deslumbrando, às letras, ao direito, à liberdade. (Apoiados).

Enriqueceu a língua portuguesa, pela palavra falada e pela palavra escrita, com as mais belas de suas obras darte. Em Haia e em Buenos Aires, para um auditório que era a Humanidade, falou, por idiomas estrangeiros, em alocuções imortais, que comoveram o universo, a linguagem das mais lídimas aspirações humanas. Nunca soube o que era o horror das responsabilidades. Nunca fraqueou ante a injustiça, ante a ingratidão, ante os revezes. Nunca se acobardou ante o perigo. (Aplausos). Não vacilou, uma só vez, entre os seus e os interesses gerais. Um dos líderes da política, empenhados no seu êxito, em um momento em que este pareceu, mais do que nunca, viável, dele ouviu que, candidato, mesmo da vitória, mas sob a condição de conformar-se com o adiamento da prática de suas idéias revisionistas, não se prestaria a ser jamais, por isso que considerava ligados à revisão da Constituição — e era, aliás, insuspeito, por ter sido, como foi, seu principal autor — os mais altos problemas do país.

Nunca deixou de ter uma atitude clara, desassombrada e definida, em todos os episódios que caracterizaram a sua época. Nunca teve, en-

tretanto, opinião, que surgisse no campo, quaisquer que pudessem ser as circunstâncias, estivessem onde estivessem as maiorias, armadas ou desarmadas, para empunhar-lhe a bandeira, para enfrentar face a face os seus adversários, ainda os mais poderosos, fôsse o governo ou fôsse a multidão, plantando, em regra, não o arvoredor rasteiro, de que colhesse os frutos, mas, de preferência, aquelas árvores que, colimando o futuro, não servem, de ordinário, ao plantador...

O Sr. Eliseu Guilherme — Plantador de carvalhos.

O Sr. Otávio Mangabeira — ...com a têmpera, que é a couraça dos heróis, com o descortínio, que é o condão dos gênios, com a crença, que é a centelha dos apóstolos.

Construtor, por excelência, da República, foi, principalmente, na República, franzino e débil no corpo, quão rijo e forte, e valoroso, no espírito, a ponta de platina, impávido a receber e a desviar das atmosferas carregadas pelas paixões políticas, que a sua simples presença às vezes ateava, a eletricidade das tormentas! (Bravos).

Em horas como a atual, quantos de nós, brasileiros, não temos, em vão, procurado ouvir, entre os murmúrios, os segredos, as apreensões do momento, as notas do clarim daquele verbo, não de demolição, mas de reforma (apoiados) liberal, para ser conservador...

O Sr. Simões Filho — Liberal para ser conservador — muito bem!

O Sr. Otávio Mangabeira — ...que, não fôra o silêncio do túmulo — nem outro houvera capaz de reduzi-lo à mudez — estaria, decerto, a vibrar pela consciência da pátria, clareando-nos os rumos, definindo-nos os campos, acendendo-nos, em todos, os estímulos, forçando, pelo menos, a levantar-se a outros níveis, mais oxigenados e mais altos, as divergências e as lutas. (Aplausos).

O Sr. Antonio Carlos — Sempre dentro da legalidade, de que nunca deixou de ser um apóstolo.

O Sr. Otávio Mangabeira — Encanecido, setuagenário, começou a faltar-lhe a saúde. Já lhe não circulava normalmente o sangue pelas artérias. No recolhimento do lar, em que se ia de todo segregando, insubmisso apenas dos regimes que lhe tentassem vedar os hábitos da leitura, encontrei-o, muitas vezes, mergulhado em melancolias profundas: Napoleão, também, no seu degrêdo, sofria a nostalgia das batalhas...

A velhice, desapegando-o do mundo; a experiência iluminada pela erudição, ensinando-lhe a verdade; a glória, purificando-lhe a alma, coram-no, ao fim da vida, com aquela auréola misteriosa, dir-se-ia o esplendor da santidade. Assisti em torno dele, nas suas últimas peregrina-

nações,, à Minas, à S. Paulo, à Bahia, as cenas mais comoventes, em que massas populares, de todos os matizes sociais, o distinguiram e reverenciavam com expansões que tinham o cunho das manifestações religiosas. Por seu turno, os discursos que proferé, a partir de certa data, são antes confissões cívicas; deixam a impressão de quem, sentindo-se à borda da eternidade, se despede de seus compatriotas, das alturas daquela eminência de onde se cai na voragem, não havendo, portanto, mais lugar para as paixões ou para os interesses, para as ambições ou para o orgulho. Na sua "Oração aos Moços", que não poudé ir proferir, mandando-a para que a lessem aos bacharelandos paulistas, de que era paraninfo, há passagens que lembram as do Evangelho. Depois de aludir às cóleras, com que havia rugido nas campanhas, pelas causas porque se apaixonara, escreve esta grande página, que deve incorporar-se, em letras de ouro, ao nosso catecismo, pelo consôlo que encerra, pelo ensinamento que transmite, porque tem a doçura de um bálsamo para as provações que sempre foram, e, cada vez mais, estão sendo, aqui como em tôda a parte, as fieis companheiras da política. (Lê):

"Êsse metal nobre — referia-se à palavra, ao serviço das intenções elevadas e das convicções sinceras — êsse metal nobre, porém, na incandescência da sua ebulição, não deixa escória. Póde crestar os lábios que atravessa. Poderá inflamar por momentos o irritado coração, de onde jorra. Mas não o degenera, não o macula, não o resseca, não o caleja, não o endurece; e no fundo são da urna, onde tumultuavam essas procelas, e donde brotam essas erupções, não assenta um rancor, uma inimizade, uma vingança. As reações da luta cessam, e fica, de envolta com o aborrecimento ao mal, o relêvamento dos males padecidos.

Nesta alma, tantas vezes ferida e traspassada tantas vezes, nem de agressões, nem de inflamações, nem de preterições, nem de ingratições, nem de perseguições nem de traições, nem de expatriações, perdura o menor rasto, a menor idéia de revindita. Deus me é testemunha de que tudo tenho perdoado. E quando lhe digo na oração dominical: "Perdoai-nos, Senhor, as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores", julgo não lhe estar mentindo; e a consciência me atêsta que, até onde alcance a imperfeição humana, tenho conseguido, e consigo todos os dias obedecer o sublime mandamento. Assim me perdoem, também, os a quem tenho agravado, os com quem houver sido injusto, violento, intolerante, maligno ou descaridoso."

Não lhe pareceu forte no ânimo, embora sempre se lhe afigurasse boa nos sentimentos, a geração a que deixava entregues os destinos da

Pátria. A desilusão e o nepotismo, produzindo, como gêmeos, o des-preparo e a cobiça, tudo à sombra ou sob a égide de um materialismo dissolvente, vinham ameaçando estiolar, na própria alma dos jovens, a flôr daquelas virtudes que salvam as sociedades e fortalecem as nações. Lavrou então seu testamento político, sob a mais expressiva, a mais singela, a mais comovida das fórmulas, a de um sincero e modesto, quão profundo e sublime epitáfio, que êle próprio redigiu, para sua pedra funerária: — Estremeceu a Justiça; viveu no Trabalho; e não perdeu o Ideal”.

Não podia, em tão poucas palavras, tão ao alcance de todos, deixar a seu país outro legado que fôsse tão precioso. Feliz do povo que estremeceu a Justiça. Feliz do povo que não perder o ideal! Respeitai o direito, seja de quem fôr: sede justo. Sede fiel ao Deus que vos criou, diferente das bestas e das feras, à sua semelhança: conservai o ideal.

Dois anos ainda há que a morte no-lo arrancou. Tanto a nação se habituara a vê-lo, tanto a nação se acostumara a ouvi-lo, tanta era a luz que dele irradiava, tal a vibração dele oriunda, para o campo da nossa vida pública, interna como externa, que afinal o Brasil nele estimava, menos, em rigor, a pessoa que, propriamente, o fenômeno que nela se exhibia, um dos mais belos aspectos, um dos símbolos mais decisivos, uma das expressões mais empolgantes de sua própria grandeza. De modo que a sua ausência faz incompleto o cenário a que nos afizeramos, como incompleto seria o nosso panorama nacional, no dia em que estancassem, por exemplo, as águas do Amazonas; Paulo Afonso ou Iguassú deixassem de bramar; desabasse, estendendo-se em planícies, a serra da Mantiqueira, levando na sua queda o Itatiaia! (Bravos)!

O Govêrno, cumprindo em bôa hora, uma autorização do Congresso, resolveu adquirir, para patrimônio da Nação, erigindo-a em templo de civismo, a casa onde êle viveu, com seus documentos e seus livros. Há quem tenha notado o esquecimento que lhe vai obumbrando a memória. Sombras não há entretanto, capazes de obumbrá-la. Príncipe, entre os oráculos da língua; pontífice entre os autores e intérpretes da ciência do nosso direito; na arte de falar e de escrever, a própria eloquência viva, que nele se incarnou, proliferando em labores, que hão de servir de modelos a tôdas as gerações, são profundas e varias as raízes, cada qual da melhor fibra, são inabaláveis as âncoras que o prendem à imortalidade. (Muito bem.)

O Sr. Antonio Carlos — Apoiado.

O Sr. Otávio Mangabeira — Como os das grandes figuras, que a um povo não é dado observar no curso do mesmo século, porque só

os séculos produzem, os séculos, na nossa pátria, lhe hão de comemorar os centenários. (Aplausos).

Mas hoje, Sr. Presidente, no dia em que os que cultuam a sua glória, ao rememorar-lhe o aniversário, lhe prestam homenagens cívicas — seus contemporâneos que fomos, por assim dizer seus companheiros, seus amigos, ou seus adversários, em todo caso, sempre seus discípulos — requeiro à V Exa. consulte à Casa sobre se consente se insira na nossa ata o preito mais afetivo, a manifestação mais carinhosa de que podemos dispôr — um voto de saudades.

Não há, talvez, apelos mais sentidos que aqueles que se possam formular da vida para a morte. Do seio das agitações, em que nos estamos debatendo — sursum corda, Srs. Deputados...

O Sr. Antonio Carlos — E Srs. Brasileiros — (Aplausos).

O Sr. Otávio Mangabeira — Sursum corda, Nação Brasileira! Volvamos o nosso espírito para a tranquilidade onde repousa o magno sacerdote da nossa democracia, o grande semeador a quem devemos os frutos mais excelentes do nisso liberalismo constitucional. Para que a fulgor nos ilumine! Para que seu exemplo nos ampare! Para que a Lei não caia do seu sólio, a Constituição do seu fastígio! Para que nunca o temporal atinja as obras mestras da náu, onde, com a sua presença, em um de seus altos postos de comando, se iniciou, entre nós, a 15 de Novembro, a jornada gloriosa das instituições liberais! Para que sejam quais forem as nossas vicissitudes, paire sempre, acima delas, na Pátria coesa e íntegra, sã e salva, e pujante, a República! Para que os brasileiros, estejam onde estiverem, se convençam de que angústia mais acerba não pode sofrer a Pátria, que a de vê-los empenhados, malbaratando a bravura em guerras fraticidas! Para que desçam, portanto sobre o coração e a consciência dos que se degladiem no Brasil, agora e em tôdas as épocas, ao sol das lutas políticas, a misericórdia, a clemência, as inspirações do Senhor! Para que estremeçamos a Justiça. Para que vivamos no trabalho. Para que não percamos o ideal!" Esta é uma das melhores sínteses biográficas de Rui Barbosa.

Barqueiro da democracia, o grande palinuro da monção do civilismo, não está propriamente incompatibilizado com o mundo insanamente militarizado de hoje, dado que a sua doutrina não consistia no desarmamentismo do pacto Kellog-Briand, mas na supremacia do direito armado. Os homens e as nações não são absolutamente iguais, senão pela força que incarnam ou representam que equivale ao direito, sem preterição dos direitos já adquiridos de outrem.

Só assim, com essa mentalidade, os homens gozarão definitivamente na terra — paz e liberdade, calçadas no direito das gentes e no mérito de cada um. O grande Rui, assim doutrina a respeito:

"Ninguém, senhores meus, que empreenda uma jornada extraordinária, primeiro que meta o pé na estrada, se esquecerá de entrar em conta com as suas forças, por saber se o levarão ao cabo. Mas, na grande viagem, na viagem de trânsito por este mundo, não há possa ou não possa, não há querer ou não querer. A vida não tem mais que duas portas: uma de entrar, pelo nascimento; outra de sair, pela morte. Ninguém, cabendo-lhe a vez, se poderá furtar à entrada. Ninguém, desde que entrou, em lhe chegando o turno, se conseguirá evadir à saída. E, de um ao outro extremo, vai o caminho, longo ou breve, ninguém o sabe, entre cujos termos fatais se debate o homem, pesaroso de que entrasse, receioso da hora em que saía, cativo de um e outro mistério, que lhe confinam a passagem terrestre.

Não há nada mais trágico do que a fatalidade inexorável deste destino, cuja rapidez ainda lhe agrava a severidade.

Em tão breve trajeto cada um há de acabar a sua tarefa. Com que elementos? Com os que herdou, e os que cria. Aqueles são a parte da natureza. Estes, a do trabalho.

A parte da natureza varia ao infinito. Não há no universo duas coisas iguais: Muitas se parecem umas às outras. Mas tôdas entre si diversificam: os ramos de uma só árvore, as folhas da mesma planta, os traços da polpa de um dedo humano, as gotas do mesmo fluído, os argueiros do mesmo pó, as raias do espectro de um só raio solar ou estelar. Tudo assim, desde os astros no céu, até os micróbios no sangue, desde as nebulosas no espaço até aos aljôfares do rocio na relva dos prados.

A regra da igualdade não consiste senão em aquinhoar desigualmente os desiguais, na medida em que desigualam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, da orgulho ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou desiguais com desigualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo não dar a cada um na razão do que vale, mas atribuir o mesmo a todos, como se todos se equivalessem.

Esta blasfemia contra a razão e a fé, contra a civilização e a humanidade, é a filosofia da miséria, proclamada em nome dos direitos do trabalho; e, executada, não faria senão inaugurar, em vez da supremação do trabalho, a organização da miséria e o elogio do demérito.

Mas, se a sociedade não pode igualar os que a natureza criou desiguais, cada um, nos limites da sua energia moral, pôde reagir sobre as desigualdades nativas, pela educação, atividade e perseverança.

Tal a missão do trabalho." (Oração aos Moços). Rui fremia.

Doutrinou para os homens e nações, com a clarividência peculiar ao seu espírito de escôl e por fim colocado entre Scylla e Charybdes, isto é, entre o comunismo e a fôrça bruta do militarismo infrene — seguiu a democracia, mixto de liberdade racional e direito armado.

Paladino do bem social, prosseguia sempre indefesso, na batalha do ideal democrático cuja cultura é suscetível de evolução sem quebra das linhas mestras da civilização cristã e nessa linha incessante, calcando aos pés a hidra da deturpação e da difamação, que procura atingir os obreiros do bem, ganhou para o Brasil a liderança universal.

Cingido da couraça da constância e do gládio do destemor, como outrora os heróis romanos, tripudiou sôbre os tentáculos asquerosos da ambição desenfrenada, sempre a estimular a objetivação de uma política realista.

Em tudo o que fazia punha o melhor da sua inteligência, tôda a sua cultura, todo o seu espírito.

Laudelino Freire, em carinhosa síntese autográfica, assim se expressou sôbre o mestre :

"É através da luz da verdade eterna que há de mostrar-se a figura de Rui, esculpida na grandeza do profeta e na magestade do pensamento, como o brasileiro que maior obra doutrinária realizou para a sua Pátria, simbolizando o bem e a beleza, a justiça e a liberdade, o saber e a glória".

Liberato Bitencourt em interessante ensaio psicológico assentou a seguinte síntese :

"Atlante na lucidês sem par da inteligência portentosa; Hércules no poder magestoso da memória privilegiada; Sansão na posse incomparável da imaginação arrebatadora; atleta na tribuna; no jornal, na beletrística, na filologia e na linguagem, Rui se apresenta aos olhos esmerilhadores da crítica, não simplesmente operário de gênio senão singular semeador de idéas grandiosas e benfazejas, sempre apurando e engrandecendo a mentalidade nacional. O maior talento verbal da raça, no julgar feliz de Sílvio Romero, intelectualmente falando, bem merece, pois, o cognome nobilitante que um dia, no século do sentimento, lhe há de dispensar convencida a posteridade justiceira, na eternidade da História: Rui, o Magno".

Anibal Freire, Tenório de Albuquerque e tantos outros homens de letras e de cultura, têm-lhe dispensado os mais calorosos encômios.

Quanto ao autor dêste livro-síntese, propõe, como seu mais justo título — O Arauto — apóstolo da paz e da liberdade, pois só êste encerra o verdadeiro sentido da vida de Rui Barbosa.

Defendendo em juri memorável com 22 anos apenas, gratuitamente, uma pobre moça do povo, sócio na banca de advogado de Souza Dantas, em 1872, Diretor do "Diário da Bahia", em 1873, subindo à tribuna popular num grande meeting em 1874, no teatro S. João, iniciando nas letras com os magníficos folhetins no mesmo "Diário da Bahia", conferencista da liberdade religiosa em 1876, publicando neste mesmo ano o seu livro sobre o Habeas-Corpus, em 1877 publicando a defesa do guarda-mór José Gonçalves Martins, a 21 de Abril de 1878, empossado na cadeira de deputado provincial da Bahia, pronunciando dois dias depois o seu primeiro discurso e sendo logo eleito secretário da Assembléia, posteriormente a 1 de Junho eleito para a mais importante das comissões — a de Fazenda, e em consequência pronunciando notável discurso financeiro, nêsse mesmo ano eleito deputado à Assembléia Geral, onde segundo Dantas equivaleria a tôda a Câmara, respondendo em 1879 a Silveira Martins, o maior orador parlamentar do seu tempo, em 1880 formulando por ordem de Saraiva o projeto da Reforma eleitoral, reeleito deputado geral, em 1881, e fazendo brilhantíssima conferência literária — O Elogio do Poeta Castro Alves, o poeta da raça, em 1882, já definitivamente estabelecido na Côrte, dedicando-se à causa da instrução e escrevendo propecta e magistralmente o "Parecer e Reforma do Ensino Secundário e Superior" e logo depois a Reforma do Ensino Primário, O Desenho e a Arte Industrial e erudito estudo sobre o Marquês de Pombal, agraciado então com o título de Conselheiro "por serviços prestados à instrução pública", traduzindo as Lições de Coisas de Calkins que o govêrno imperial mandou imprimir e adotar em todo o país, em 1883 publicando pelo "Jornal do Comércio" artigos magistrais na defesa do gabinete Lafaiete, sob o pseudônimo de Salisbury e de Swift, ora reunidos em volume com o título de Traços para a História da Oposição de 1883, em 1884, propugnando pela educação física e pela obrigatoriedade do seu ensino nas escolas, publicando artigos vários naquele grande órgão sob pseudônimos ingleses, regeitando nêsse mesmo ano por questão de princípios uma pasta ministerial com Dantas, desenvolvendo então atividade parlamentar que lhe valeu como prova de fogo, em 1885 fóra do parlamento advogando e estampando dois estudos importantes — Desapropriação por Utilidade Pública e Razões de Apelação pelos Apelados, em 1886 agigantando-se na campanha abolicionista e dando à luz sério trabalho jurídico — Anulação do Contrato Dotal, produzindo um dos seus mais célebres discursos — Homenagem ao senador José Bonifácio em glorificação ao abolicionista, em

1887 ativando a sua já larga atuação nas letras com a Filiação Desconhecida, as Razões de Revista pelos Recorridos e a tradução do inglês das Viagens de Gulliver, em 1888 profetizando a abolição e a república, em 1889, no "Diário de Notícias" defendendo a federação, proclamando com Deodoro e Benjamim a República, e construindo de fato, intelectualmente os alicerces da democracia brasileira, em 1890 por nove vezes sucessivas regeitando os cargos ocupados e até a própria chefia do governo ditatorial que lhe fôra entregue por carta enviada por Deodoro, em 1891 deixando a pasta da Fazenda, justificado em Relatório memorável que o deixou aquém todos os seus inimigos e adversários, ingressando no Senado onde passaria trinta anos de sua vida pública e opondo-se corajosamente ao golpe de estado dado irrefletidamente pelo marechal em 1892, renunciando a cadeira de senador e publicando veemente Manifesto à Nação e a 13 de Abril em petição de habeas-corpus ao Supremo Tribunal Federal contra o Marechal Floriano então chefe do governo, publicando no estrangeiro a sua formidável defesa sob o título de Martial Law, notabilizando-se no estrangeiro pela significação dos seus escritos nos principais jornais de Londres e pela defesa da inocência do capitão francês Dreyfus, em carta brilhante transcrita na língua universal, voltando ao Brasil em 1895 e novamente desdobrando-se juridicamente na barra e no parlamento, fundando em 1896 a Academia Brasileira de Letras que veio a presidir em 1909, em substituição a Machado de Assis e escolhendo para patrono Evaristo da Veiga, o príncipe dos jornalistas brasileiros, combatendo o jôgo, o cancer social do país, em resposta fulminante a Cesar Zama, em 1898 requerendo habeas-corpus em favor dos próprios adversários de outrora, desfechando em 1901, a Réplica — monumento da língua, napoleônica — defendendo os direitos do povo e a liberdade individual e ciceronicamente suplantando todos os oradores do Brasil e do mundo, saudando em 1907 Elihu Root como vice-presidente do Senado, apresentando-se como franco-atirador, candidato nacional à presidência da república, e desfechando a campanha civilista mostrando-se sempre incansável e impoluto na luta, na Bahia propagando a candidatura Paulo Fontes e evangelizando em Haia, defendendo o direito dos pequenos Estados, em Buenos Aires advogando a causa da civilização, e, finalmente, da imortalidade, pregando pelo seu passado a todos os brasileiros, em todo o seu curriculum vitae, foi sempre — o Arauto — o apóstolo máximo da paz e da liberdade e portanto o guia espiritual deste mundo novo de após guerra, que certamente será melhor pela sua influência.

Ao comemorar-se o seu centenário de nascimento em 1949, êle será maior que nunca na recordação de todos, pelo mundo democrático, pois as suas profecias estão realizadas completamente.

A opressão e a exploração constituíram até certo ponto a herança de um passado que está longe de ser exclusivamente nosso.

O Brasil marcha, em acelerada, na ordem material, mais que na espiritual.

Só o grande número de cidades, hoje pontilhando o mapa nacional, revela sobejamente, a todo o mundo, êsse progresso, quiçá de toda a América Latina, para gaudio e entusiasmo de todos os sinceros americanistas, que ora fomentam os efetivos laços espirituais, econômicos e militares de solidariedade continental.

Nem sempre o espiritual marcha paralelamente ao material, ao contrário o desenvolvimento da espiritualidade é mais lento nos indivíduos como nos povos. Contudo êle é digno de registro no mundo sul-americano.

Foi assim que vimos o Brasil sustentar com sugestiva eloquência a igualdade jurídica das nações; a Colômbia defender denodadamente a humanização da guerra e a Argentina alcançar a condenação do emprêgo da força para cobranças das dívidas internacionais. Rui Barbosa, Peres Franca e Luis Drago eram nesse caso os expoentes do saber, da simpatia humana, da tolerância e do senso jurídico-político das suas respectivas sociedades. E não só isso: a tradição americana aí exerceu sua ação.

A alfabetização por si só não resolveria o problema brasileiro: é preciso a educação integral, intelectual, profissional, cívica e política que fará a grandeza, a força e a glória do Brasil.

Todos os estadistas falam em liberdade e justiça.

Liberdade e Justiça são palavras de viva significação — desde que só se ouve: — Abaixo as Armas!

Isso não impede que preparemos a paz pela guerra ainda para um futuro remoto, embora sincera e altruisticamente nesta hora em que uma grande potência procura pregar a desordem em todo o mundo.

O que não é possível, o que não está de acôrdo com a realidade é a esperança ou a confiança nas bases jurídicas de uma paz permanente, sobrepondo-se à paz armada. O após-guerra de 1918 a 1939 é a prova desta afirmativa, destruindo todas as ilusões dos espíritos ingênuos. A Liga das Nações surgiu com o alto destino de presidir as relações pacíficas entre os povos, assegurando o respeito às normas jurídicas. Woodrow Wilson apresentou-a como salvaguarda do princípio básico de todo o direito internacional, a saber— que os interesses das nações fracas são tão sagradas como os da forte. "E isto — dizia êle no discurso de 27 de Setembro de 1918, o que temos em mente, quando falamos de paz permanente, se falamos sincera e inteligentemente, e com

conhecimento cabal do assunto de que tratamos". Só se falava então em paz permanente.

Entretanto, que foi a Liga das Nações nos últimos anos, senão uma testemunha ridícula, pôr isso que inerte, das mais atrozes realidades? Sossobraram as nações fracas uma após outra. A Mandchúria abriu o caminho para o desfile trágico, seguindo-se a Abissínia, a Polónia, a Holanda, a Bélgica, a Noruega, o Luxemburgo, a Dinamarca e a França. Sem falar da ocupação da Albânia e da Checo-Slováquia, da Finlândia e Bessarábia. Os apêlos feitos aos princípios jurídicos, foram simplesmente vozes de agonia no deserto imenso. O bom senso apenas respondeu com as vozes interiores e egoístas — salve-se quem puder.

Entre a fantasia dos poetas e o forte objetivismo dos espíritos práticos, podemos achar mais bonitas as palavras dos poetas, mas, como norma de ação, não caberiam senão os ensinamentos dos espíritos práticos. O internacionalismo, sem o apêlo da força, sem uma Legião Universal, é uma palavra do passado. É um simples arcaísmo e nada mais. Cada povo deve cuidar isoladamente da sua força e da sua capacidade de luta, enfrentando a realidade com energia e decisão como quem deseja e quer sobreviver, sem apelar para falsos salvadores. Esta é a contingência atual.

Antigamente os homens que, como Rui Barbosa, falavam em paz, tinham um aspecto senhoril e manso de profetas. Hoje, quando não existe mais cavalheirismo, seria imprudência usar êsse vocábulo sem a proteção das armas. Não adiantam discursos. O mundo só obedecerá a um Instituto de Nações armado. Só a força gera a lealdade. Os povos fracos e amolentados estão sujeitos, nesta era materialista, às altas traições demolidoras e espetaculares dos decrepitos Pétains. Uma nova concepção de cidadania ou — Cidadanocracia — seja o slogan. Reeducar a juventude, ajustando-a à realidade — eis o rumo. Armar o Brasil pela Siderurgia — eis o programa nacional do momento. Armar o mundo pela Lei — eis o programa internacional do século.

Renan disse que a juventude é o descobrimento de um horizonte imenso que é a vida". Todos os estadistas e governantes modernos querem conhecer um pouco dêsse imenso horizonte. A geração humana que começa a abrir os olhos para os gravíssimos problemas do mundo convulsionado de hoje e que caminha ao encontro do futuro, cheia de esperanças, vibrante de entusiasmo, inquieta por agir, mas sem experiência, será uma presa fácil às ideologias perigosas, à eloquência espalhafatosa dos falsos profetas e à facúndia dos agitadores. Poderá ser grandiosa e iluminada ou perversa, mediocre, e materialista. Isso dependerá do espírito que a conduzir, levando-a para o bem e para a verdade ou arrastando-a astuciosamente para o mal e a desordem.

Dai o empenho dos que governam, ao descobrirem essa juventude e ao sentirem a tremenda responsabilidade de formá-la, avançadamente, dando-lhe a crença num belo e novo ideal, ensinando-lhe a cultivar as virtudes tradicionais da raça, a amar a Pátria, doce e honroso motivo de vida e felicidade.

Em meio a tantos perigos, quando os inimigos da Pátria, da família e da religião, lançam mão de todos os métodos de perversão de idéias e consciências, urge que se forme uma mentalidade forte, no hemisfério ocidental capaz de resistir aos cantos de falsas sereias, às ilusões de um pacifismo inerte e inerte.

No alvorecer do triunfo da cruzada das democracias contra o totalitarismo não se pôde voltar as costas aos ensinos ruianos. Eles servirão até mesmo para a reeducação dos povos germânicos e de raça ariana.

O previsível declínio da democracia era apenas aparente e devia ser levado em conta somente do choque racial.

A melhor forma de governo, é ainda aquela que ressalva a liberdade, a igualdade e a fraternidade e que mantém o respeito de todos por cada homem e por si mesmo e os valoriza, pois que todos os homens pelas suas qualidades são insubstituíveis.

Não há irreversibilidade social, pois que todo o progresso e todas as conquistas sociais e políticas visam fazer o homem cada vez mais digno dentro da sua época e das suas possibilidades.

Desde que o homem satisfaça as necessidades do seu bem estar físico, logo se interessa pela sua dignidade.

Rui, seguramente, foi o maior potenciário da fé no direito e na verdade, fonte mór daquele. O erro da humanidade tem consistido em basear o direito na ficção e não na realidade. O documentário das guerras prova a mancheia e inutilidade das mentiras convencionais. Os estados como os indivíduos são o que são e não o que querem ou parecem. A ilusão conciente é o maior dos males. Conhecendo-se a si próprios, homens e estados se dirigirão melhor e não ambicionarão mais do que devem. Seguirão a política realista.

O fato de coexistirem fortes e fracos, porém, não impede a noção de direito, porque, cedo ou tarde, os imponderáveis vencerão, determinando o solidarismo, ora exigido pelas classes trabalhistas neste raio promissor do Ano Novo de 1947.

A guerra que se desencadeou na Europa, voltou a toldar, senão a obscurecer por completo os horizontes do direito e do equilíbrio social. Ninguém ousaria vaticinar, apenas, alguns anos atrás, que a ge-

ração que acompanhou a hecatombe de 1914-1918, seria testemunha de uma nova conflagração européia.

Ao findar aquela indescritível chacina humana, exatamente a 11 de Novembro de 1918, respirou o mundo esperançoso e confiante, convencido quase totalmente que o Direito jamais seria espesinhado pela Fôrça.

Mas, apesar do quadro tétrico e ígneo que nos últimos anos se oferecia aos nossos olhos, não devemos desesperar, portanto; como disse Jossetrand, jurista francês:

“— Apesar de tudo e depois de tudo, o século XX será sempre o século do direito”. Sobre o mesmo tema disse um sociólogo brasileiro: “Não importa que a época moderna seja ela tãda plena de terríveis contrastes, não importa que, alí ou alhures, triunfe momentaneamente o direito da fôrça e não a fôrça do direito; não importa que aberrações não inéditas nos dêem a impressão de estarmos retrocedendo a períodos de barbaria. Nenhuma dessas violações do direito se faz sem provocar ondas estuantes de protestos, a demonstrar que, embora ferido, não obstante, por vezes ignorado, “malgré tout et après tout, o direito está vivo e bem vivo”.

Não se pôde negar estar o mundo em face de profundos contrastes e antinomias profundas. Terá razão Kilpatrick, ao falar de “uma civilização em mudança”, ou Berdiaeff, ao referir-se a “uma nova Idade Média”? É difícil precisar o rumo que segue presentemente a humanidade, podendo-se afirmar, no entanto, que a era é franca de transição. Em matéria social a lei de Newton está falha: a tãda ação corresponde uma reação desigual e até mesmo contrária. Por isso se escolhe sempre a posição de equilíbrio.

A Humanidade nos mostra uma luta constante entre o materialismo e o espiritualismo, entre o dogmatismo e o ceticismo, entre o racionalismo e o empirismo, e na ordem social, entre o individualismo e o socialismo.

Aos períodos de absorção do indivíduo pelo Estado, seguem-se épocas de negação do Estado pelo indivíduo. Estarão certas essas correntes extremadas? Não. O equilíbrio, a paz, a ordem, a segurança, eis o objetivo da sociedade.

Foi para alcançá-lo que surgiu o Direito, é para melhorá-lo que existe a Moral, é para elevá-lo que vive a Religião, por isso que como Bemaventurança suprema, promete a paz eterna.

E assim, como em 1914, o fragor da peleja conseguiu, por um momento ensurdecer o mundo, impedindo-o de ouvir a voz da razão e do direito, tal aconteceu agora em 1945.

Mas, finalmente, aquele fragor cessou e esta voz será ouvida, mais uma vez e com muito mais força, porque "passará o céu e a terra mas a verdade não há de passar" e porque a força do direito que é a propulsora da civilização, prevalecerá para glorificação do gênero humano. Nas horas trevosas da História, sempre brilha, afinal vencedor, o sol da justiça.

Assim como o astro-rei dissipa tão rapidamente tôdas as nuvens que lutam em vão por encobri-lo, assim também o direito diluirá triunfante as sombras da ignorância, da ambição e do egoísmo, trazendo a paz à terra, para todos os homens de bem, para todos os povos e gentes de boa vontade.

Houve quem tivesse sempre coragem de altear a voz do direito.

Rui Barbosa foi o maior propagandista da paz pelo direito, o maior crente da vitória da justiça, o obreiro descomunal das grandes causas da liberdade sempre aplaudido frenética e triunfalmente, sempre recompensadamente retribuído no moral e no eterno.

As festas do seu jubileu cívico celebraram-se em todo o país com uma identidade de vistas que muito abona a nossa cultura cívica e moral, sob a mitológica epígrafe de Festa do Sol.

Jamais a antonomasia teve uma justeza pronominal mais perfeita. Rui Barbosa foi bem o sol da nossa Pátria, da nossa política, das nossas letras, da nossa intelectualidade e dos nossos destinos.

Sol de sabedoria, que dissipava as trevas do obscurantismo e da ignorância; sol de virtude que ressecava e salubrizava os pântanos e marneis do vício; sol de civismo, que envolvia e defendia com os seus venâbulos de ouro os melindres e a honra da pátria; sol de justiça que se elevava no horizonte das nossas crenças, ampliando e esclarecendo as celagens da liberdade.

Voltemo-nos, pois, para o que foi nosso Deus Febo, padroeiro das nossas preces; para o ignífero Apolo, que tangia na sua lira de trovador do Olimpo, as surdinas do crepúsculo, as endeixas da madrugada, as sinfonias da manhã e o canto heroico do meio-dia; elevemos, nesta hora de reorganização da humanidade, para Rui Barbosa os nossos corações, turíbulos palpitantes, donde se evolvam como volutas de incenso os nossos votos de enternecimento; pedindo à sua veia propiciatória, através da sua obra portentosa, a vitamina do civismo, a inspiração para o Brasil e para o mundo e prometendo-lhe para sempre guardar no recesso das nossas almas, como patrimônio da civilização, o sublime exemplo da sua passagem pelo planeta.

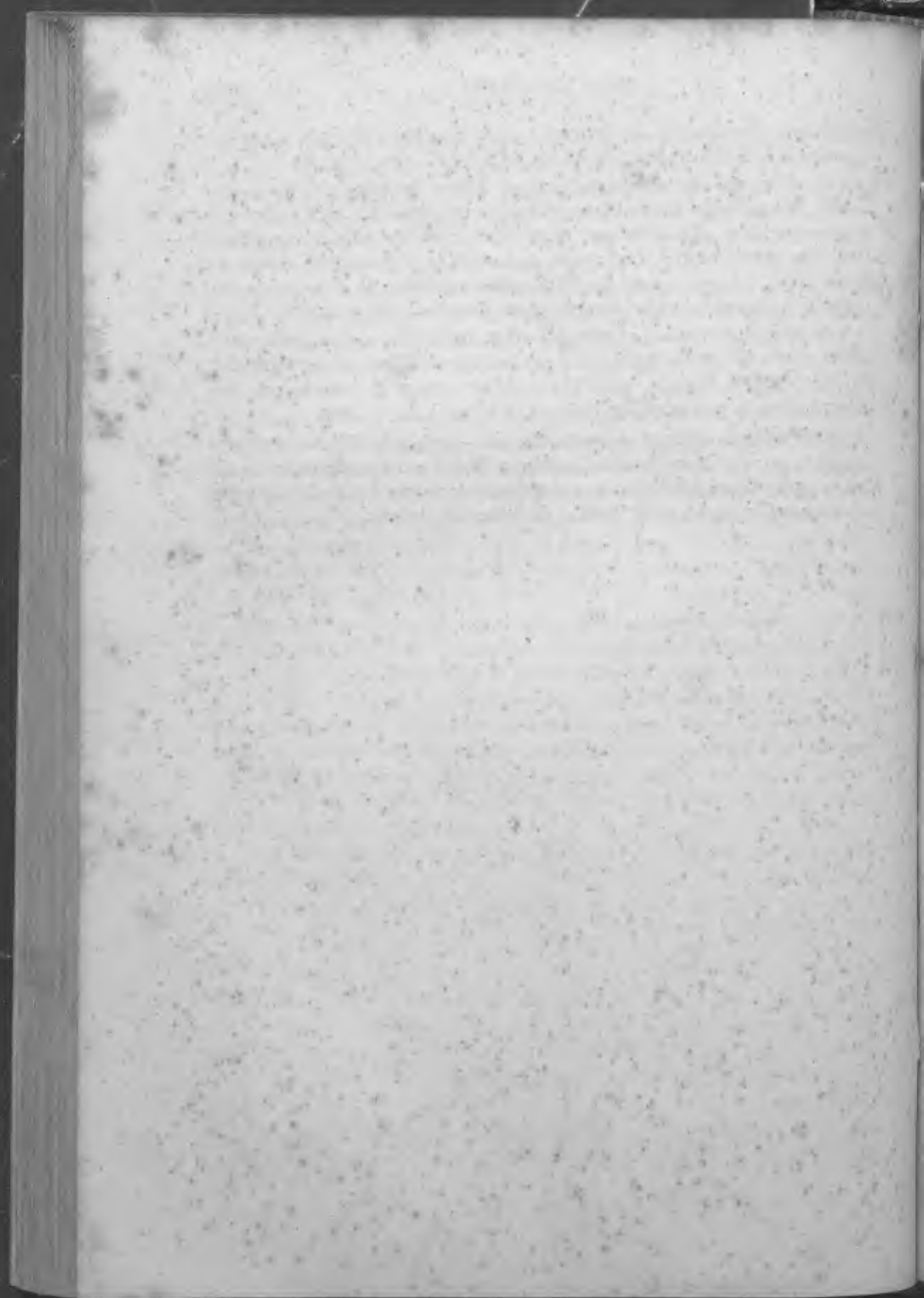
Homem de profunda educação social e moral inatacável pregou com autoridade curial e providente, aventou a paz na paz. Que toda

guerra seja considerada um crime. Que o pacifismo seja um fato real e concreto, mantido pelo Código Internacional.

Só assim pôr-se-á um ponto final ao ranger constante dos carros de assalto, as pasmosas matanças periódicas, a inimaginável hecatombe que já ensanguentou a Europa por duas vezes e manietou a humanidade, contendo a marcha do progresso e destruindo a obra ingente da civilização cristã. A sua oração de Haia será a vitamina do organismo universal. Apagara as perspectivas sombras de uma nova guerra.

Preconceitos raciais e culturais têm retardado a sua aceitação. Mas Cristo o homem-deus nasceu em Belém, uma das menores cidades da Judéia. Que importa, pois, que o maior homem do mundo seja um sul-americano e um brasileiro?

Siga a humanidade o ensino salutar da — Águia de Haia — e contrariamente ao que disse Osvaldo Aranha o Brasil e o Mundo deixarão de ser, a partir desse meio século, um deserto de homens e de idéias para se transmutar num campo florido de açucenas da paz.



2.^a parte

AVISO AO MUNDO

Rui situou-se no espiritualismo cristão contra o materialismo marxista, divisado no epílogo da sua vida, no fim da sua carreira política.

Os homens só se convencem da verdade ante a realidade. O arquétipo da democracia compreendeu afinal o perigo demagógico. Urge um sistema intersoberano, para preservação eficiente da paz no mundo pela força do direito, como fruto espiritual da lição da guerra de 1945, afim, de que, ao menos, neste século, seja afastado o perigo e, destarte, eximida a humanidade de tantos males.

Os protestantes e judeus, bem intencionados, devem unir-se aos católicos, ainda que, sem pretender a união-espiritual, sob um programa mínimo de doutrinas, mas atendendo a certa comunidade basilar de crença religiosa e bem estar geral.

Creemos interpretar fielmente, afim de tornar realidade — o sonho pacificador de Rui Barbosa, ao propormos, como já fizemos de público, a criação do Instituto das Nações, com força própria ou polícia universal permanente.

A guerra de 1945 é uma liquidação de contas somente saldáveis no campo internacional e à luz de um despertar espiritual, mas que póde abalar profundamente a sociedade, ameaçando-a de destruição e anarquia por uma 3.^a conflagração de origem ideológica.

Que força humana poderá, visivelmente, deter os passos da massa desenfreada e vítima da ambição insaciável dos potentados que as ludibriaram? — Os povos aliados ou as nações unidas com o Vaticano e com todas as sociedades cristãs, numa cooperação justiceira para recomposição da Europa e novas bases para a nova política internacional, reavivando o arbitramento, impedindo a guerra e a anarquia.

É preciso mais respeito à personalidade humana, para segurança do Estado e da Sociedade, por um prudente reajustamento dos valores econômicos e morais.

Talvez enigmaticamente, tal a extensão ao seu palavreado sem par, foi esta em suma a pregação de que se fez arauto — Rui Barbosa, homem-padrão, desafiando a atmosfera do seu tempo e profetizando o ambiente atual de interdependência dos povos.

O perfil moral de um homem da estatura de Rui, só poderia ser devidamente traçado e ajustado às múltiplas facetas da sua organização enciclopédica por um espírito desapaixonado, que pudesse separar o trigo do joio, até encontrar na ramaria o trevo *quadrifolium* da felicidade universal, da paz baseada na justiça.

O martelo da sua palavra apostólica ainda ecôa na bigorna da intelectualidade nacional, tornando impossível aos seus contemporâneos tentar fazer sequer um esboço dêsse perfil relicário que tanto exaltou — o Homem.

O analista luta no reajustamento das fases, na lapidação dos conceitos, para definir com precisão e sem falhas o valor da personalidade de Rui Barbosa, sob todos os aspectos em que ela se manifestou, a influência poderosa que obteve o seu apostolado cívico, de maneira inegalável nos destinos da nacionalidade e que será inegalada no mundo, quando se irradiar porque a sua biografia, uma vez propagada, será o Livro do Brasil, concitando a humanidade, atomicamente, à paz e à concórdia, uma 2.^a História do Brasil. O Brasil, queiram ou não, é Rui Barbosa, é a sua doutrina salvadora.

Essa influência, não mais poderão negá-la os sistemáticos demolidores de ídolos populares, os derrotistas de todos os matizes e todos aqueles que se empenham na tarefa nefasta e odienta de empanar o brilho das nossas mais legítimas glórias, imersos num xenofobismo doentio.

Rui Barbosa exerceu, indubitavelmente, um magnífico principado moral entre os seus concidadãos e contemporâneos. A sua vida até o derradeiro alento um grito forte, enérgico, insuperável, contra as tiranias, contra todos os poderes opressores da justiça e da liberdade. A sua biografia é o balanço de meio século na arena da política e na estacadá do gabinete de estudo, meio século de vida republicana que formou os alicerces do Brasil livre, no mundo novo que a O.N.U. construirá definitivamente sobre o princípio:

— Ubi Societas Ibi Lex.

CAPÍTULO XI

O JORNALISTA

Merece capítulo à parte a profissão que Rui mais prezou e enalteceu e que exerceu em toda a vida, quase gratuitamente.

A formação literária e política de Rui Barbosa, finda na campanha Abolicionista, quando começa a revelar ao Brasil seu espírito de sacrifício e a sua eloquência parlamentar, já está popularizada. Todavia, continua por diletantismo, seguindo um roteiro audacioso, atingindo as culminâncias no duelo oratório com Zama e na Réplica e espraiaando-se com uma verbosidade incrível e inatingível até hoje no país e no mundo das letras.

Fixou luminosamente todos os aspectos da vida política findo-secular do Brasil e, quer no "Jornal do Brasil", na "Gazeta de Notícias", no "País", na "Imprensa" e nos demais órgãos do periodismo que tão longamente perlustrou, quer nos Anais do Parlamento, vê-se que dizia sempre alguma coisa nova por entre-conceitos profundos e numa forma lapidar a respeito de tudo e de todos, o que bem mostra que a sua variada cultura aumentava incessantemente, ao contrário do que acontece com a maioria dos intelectuais, que, por comodismo, ou qualquer outro motivo, quando não comprometem a qualidade da sua produção, paralizam a mesma. Quanto mais escrevia e falava sobre qualquer assunto, melhormente o fazia, desprezando a casquinada adversária.

Cultivava a música da palavra. Sentia o que escrevia.

Em 1901, separando-se de Nabuco e Rio Branco, assinando, vencido o parecer de Limites com a Guiana Inglesa, revelou-se até geógrafo perito e especializado.

Assim sempre toda a sua produção imensa, bela e inegalável, a exalar o perfume dos clássicos, caprichosa e compacta, que ainda o não tirou do suposto esquecimento, toda orientada para o serviço da Pátria e do bem.

Quando desaparecia para o mundo das letras Machado de Assis, Rio Branco, querendo mostrar que o Brasil possuía também os seus

varões ilustres e que os sabia amar e venerar, mandou que se fizesse um faustoso ntêrro do escritor. Conta-se que dois transeuntes que viram o féretro passar com tanta imponência, pararam estarrecidos. Um dêles perguntou em tom surpreso:

“— De quem poderá ser um entêrro tão majestoso e com tão grande acompanhamento?”

Ao que o outro respondeu:

“— Ouvi dizer que é de um tal Assis.

“— Assis?... Só se fôr então, o Assis das Loterias, o rei dos bicheiros cariocas.”

Aí está um evidente e triste sintoma da consciência brasileira do passado? com referência aos grandes homens.

Rui foi mas feliz, porque não teve nenhum homônimo que fôsse opulento proprietário de casas lotéricas, ou banqueiro de bicho nas esquinas do Rio. Só existiu um Rui Barbosa.

Combatido ainda hoje por muita gente que considera nocivo se não pernicioso o seu liberalismo político e social por cuja defesa extremada deu a própria vida em que atingiu à estatura de varão perfeito, como Cristo e Paulo, foi êle com efeito a consciência de uma ordem de coisas que muitos consideravam já perdidas, visto que as ditaduras tinham tôdas as aparências de vitória mundial.

Mas, tôda ditadura é transitória e efêmera. Acaba na voragem.

Só os govêrnos filhos da reflexão de muitos, iluminados pelas velhas abstrações da Razão, do Direito, da Justiça, da Igualdade e da Liberdade, que não tiram aos estudantes os livros que não lhes sejam favoráveis, antes permitem a êstes estudar a verdade frontalmente, têm estabilidade para os povos cultos, que despertam da letargia tropical ou das prolongadas invernadas políticas, livres da guerra maldita que assaltou tôda a Europa e refletiu em todo o globo por duas vezes.

As páginas-fantasmas de Rui brilharão para sempre, como estrêlas flamejando a verdade no céu escuro das ditaduras. Tais as contra o govêrno Hermes que só deviam interessar àquela quadra.

Escândalo para muitos, é hoje o homem impar e multi-expressivo, cujos dogmas têm sido tão violentamente calcados aos pés dos últimos e desabusados dominadores de povos.

Escândalo êle o foi, quando há vinte e poucos anos, erguendo a voz tonitroante no cenário de Buenos Aires, disse à América do Sul sem autorização expressa do Itamaratí, que ela não poderia ficar de braços cruzados diante da conflagração que enlutava a Europa.

Escândalo, foi, sem dúvida, a imagem ciclópica do campeador, de pé, em Haia, para afirmar diante das nações bem armadas a realidade intransponível dos direitos das nações fracas e inermes.

Escândalo será talvez para as gerações bachareladas, mas ainda incultas, o homem político e o advogado de todas as causas santas da liberdade que sabia tão bem dividir o seu tempo, que poudo fazer do seu estilo uma continuação do estilo de Vieira e que, ao comentar o Código Civil, como profundo sabedor do Direito, compôs magistralmente o maior livro da língua portuguesa, verdadeiro alvatar da cultura vernácula.

Como tribuno, escritor, advogado, administrador, político ou idealista, se aparecesse hoje, seria um revenant ainda incompreendido e hostilizado.

Salve-se o jornalista, que como disse João do Norte:

“— Solitário e imenso, ascendeu para o espaço como essas altas e maravilhosas palmeiras que demandam o céu, em linha reta, tirando, sem auxílio de ninguém, sozinha, da terra chata a força magnífica com que fazem abrir no azul o penacho triunfal das suas palmas”.

Jornalista de fibra, escreveu sempre tangido pelo ideal de equilíbrio, de ordem, de justiça e de ampla solidariedade humana, sem o qual todo trabalho é improfícuo e consequentemente todo progresso impossível. Na imprensa pontificava. Era um verdadeiro espadachim da pena.

A justiça social é hoje um fato imposto pela necessidade a defender o operário brasileiro. Pois o seu maior advogado foi Rui que, tanto mourejou, como incansável operário vitalício da Imprensa sul-americana.

Vejamos alguns trechos seus na imprensa:

Ainda como jornalista “sui-generis” mantinha a coerência de pensamento do político, do jurista, do sábio diplomata; era o mesmíssimo democrata das epístolas íntimas, que almejava despertar o país do sono colonial, idéia alcançada no conceito dos amigos. Lá da iluminada Albion escrevia contra a letargia indígena:

“Londres, 1893.

.....

“Eis-me afinal, meu bom amigo nesta terra entre todas grande e singular, onde me sinto tão humilde de ser brasileiro e tão soberbo por ser homem. Este é, ao meu ver, com efeito, o país, dentre todos, onde a humanidade tem a sua maior glorificação, porque é aquele onde a liberdade é mais perfeita, onde o direito é mais seguro, onde

o indivíduo é mais independente e onde, por isso mesmo, o homem é mais feliz.

Verdade é que no resplendor radiante do seu disco se destaca a miséria, imensa mácula solar.

Mas por êsses contrastes não são responsáveis as suas instituições. Êles dessenvolvem-se a despeito delas, não sei se blasfêmo dizendo como mal necessário, como um derivativo incurável da enfermidade humana, da nossa eterna insuficiência, do nosso "pecado original", para me servir da fórmula religiosa, que tem o mérito de ser a mais expressiva contraposta às conquistas do nosso orgulho e às maravilhas do nosso progresso.

E, afinal, os que tanto declamam contra os horrores da indigência, senão a melohr, na designação dêsse mistério, perenemente exposto à consciência inglesa — que inventaram até hoje, para remédio contra o formidável sofrimento? O socialismo, que sistematiza o mal, repartindo a pobreza, como se repartiria o pão ou a fortuna; e o anarquismo, o nilismo, que barbarizam o mundo contemporâneo, armando os déspotas e aparelhando êsse eclipse geral da liberdade, que a ameaça a tarde do nosso século e a manhã do vindouro?

Quando êsse melancólico fenômeno anoitecer o mundo, os países ingleses serão talvez a única zona da civilização moderna onde os princípios liberais não se terão apagado."

Trabalho e Liberdade era o lema do socialismo ruiano. Como jornalista punha-o em prática de sol a sol.

E por aí é que há de alvorecer o dia futuro. Na obra da civilização ocidental não há, talvez, mais que três papeis supremos: o da Judeia, berço do monoteísmo e de Cristo; o da Grécia, criadora das artes e da filosofia; o da Inglaterra, pátria do governo representativo e meã das nações livres. O solo onde ela pisa, reproduz espontaneamente as instituições. Os povos que saem das suas mãos, livres todos como ela, na América, na Austrália, na África, são outros tantos renovadores da humanidade.

Bendita esta Nação providencial."

Quer afrontando as evasivas governamentais como alvo da paixão política, quando afirmou e reafirmou, vezes sem conta, que o direito é que gera a força e o poder, quer propugnando pela frente diplomática como alicerce do futuro, a pena; foi-lhe sempre vara de condão, instrumento poderoso na ordem política e na ordem jurídica.

O mesmo homem que levantou perante o mundo, com lucidês e precisão, a questão — Se a igualdade dos Estados soberanos e inde-

pendentes deve ser aceita como base para a constituição do Tribunal Permanente de Arbitragem — soube também descrever as andorinhas de Campinas, os brincos dos seus netos no jardim e o "corta-jaca" no Palácio Presidencial com a sua mordacidade ferina e causticante.

O epistológrafo, por sua vez, não ficou aquém do beletrista que na Academia Brasileira de Letras, como seu presidente, ao saudar Anatole France, considerado então o mais laureado escritor da Nação-Luz, pronunciou garbosamente, o discurso que lhe valeria por mais uma glória imorredoura. Eis um belo trecho dessa peça literária do mais fino labor na própria língua do homenageado e segundo a sua própria opinião.

"Il faut s'arrêter. Votre oeuvre coule de source; elle est intéressante. La pensée en déborde à plein, comme d'une vasque de fraîcheur, en onde calme et limpide, quelque fois azurée et opaline, souvent grise et mélancolique, au gré des cieux et des nuages qu'elle reflète, rarement gonflé, jamais troublée.

On s'émerveille de la finesse de votre analyse. Votre scalpel étincelle. L'anatomie que vous pratiquez, abonde en surprises. Vous maniez votre microscope avec l'adresse des investigateurs les plus rares. Dans les laboratoires d'histologie sociale on ne vous trouverait, peut-être, un rival. Il n'y a rien, de la cellule, du tissu nerveux, de la substance organique des faits humains, qui échappe à votre coup d'oeil génial. C'est partout un sans nombre de minuscules étonnantes de vérité partielle et circonscripte.

On dirait le détail, le relief et la précision de l'art flammand, mais avec la légèreté, le sourire, le jour de votre atmosphère. Et aussi, parfois, de loin en loin, sous des trainées lumineuses, de grands tableaux, qui par leur vigueur et par leurs, coloris deviennent de véritables obsessions pour la mémoire du spectateur, le suivent hors de la galerie et lui hantent le sommeil. Que de réalité, quelle puissance, quelle vie dans ces créations indélébiles, Ce n'est pour vous quelquefois qu'un coup de baguette, des miracles sans efforts, des fleurs de jouissance intellectuelle que l'on dirait poussées à l'abandon. Vos bagatelles même sont des bijoux. Il y a des évocations de votre pinceau, qui ne vous content qu'un instant. Il nous arrive de les rencontrer de temps à autre, à impreviste au milieu d'un fourneau peut que vous pardonner tous les péchés de votre âme payenne comme celle des chrétiens de la Renaissance, lorsqu'on voit jaillir de votre pellete ces prodiges d'inspiration créatrice. Je n'ai jamais pu oublier ce vieillard hirsut et robuste qui, dans Le puits de Saint Claire, après avoir fixé le ciel à travers le feuillage, en souriant

arrêta sur Fra Mino un regard ingénu. "Dans les rides profondes de son visage, ses yeux bleus et limpides brillaient comme l'eau d'une source entre l'écorce des chênes". Qu'est-ce qui manque à cette apparition pour qu'elle nous parle? Y-a-t-il rien de plus saisissant dans la peinture, rien de plus achevé dans l'expression, de plus puissant dans la plastique?

Ce serait assez pour emplir une toile magnifique, dans l'atelier d'un maître d'Italie. Et cependant ça n'a été pour vous qu'un bref épisode, l'affaire de quelques mots. C'est la gloire de la parole humaine que de peindre continuellement, instantanément, où qu'elle se pose, comme le soleil, dont les musées ne comporteraient pas les tableaux, par cela même qu'ils sont innombrables et fuyants dans leur inenarrable beauté."

Encerrando aqui este pequeno parêntesis comparativo, mais uma vez se convence o autor de que a explanação da vida ruianá, com o intuito de tornar conhecido o verbo-convertedor não pôde ser obra de um homem, senão de uma geração votada ao pacifismo-racional, à implantação do pacifismo no mundo para o gozo intelectual de todos.

Qual o crítico que lançou na Imprensa página mais delicada e suave? Quem defenderia a ginástica como ele em 1882?

Lançando à luz plena da crítica os seus trabalhos, Rui, só recebia louvores e aplausos, mestre que era da arte escrita e falada, no exercício da qual dominava como artista o choque das opiniões e promovia a nação e a humanidade.

Assim preencheu soberbamente as três fases da vida — esperar, realizar, recordar — iluminado, ao sol dos mais altos ideais: "Disse o Cristo que o homem não vive só de pão. Sim; porque vive do pão e do ideal. O pão é o ventre, o centro da vida orgânica. O ideal é o espírito, órgão da vida eterna." Foi no jornal um artista.

E prégava o ideal ao Brasil inteiro através da Imprensa.

Na sucessividade dos acontecimentos, servindo de ante-mural aos excessos governamentais e aos rancores republicanos com a sua ação serena no govêrno provisório do qual foi a figura principal, ou agindo com fulgor internacional, o artista sobreleva-se, instruindo e educando com profundeza, qual novo Anchieta a lançar a semente do evangelho cívico nas matas do Pindorama.

Tal o jornalista modelo que não somente noticiava, mas interpretava, previa, dominava. O seu segredo estava no método.

Afastada a montanha de lugares comuns anteposta pelos adversários do idealista, que afinal acabou sendo o guia mental da nação.

nalidade, o que confirma o pensamento de que o paradoxo de hoje é a realidade de amanhã, nos vai-e-vens da nossa vida republicana, Rui culmina e coroa a sua obra como jornalista. Por isso o último capítulo da sua biografia será este em que, já tendo realizado o consórcio das raças, em meio ao obscurantismo partidário, venceu e convenceu a humanidade, na labuta diária da Imprensa onde tantos têm conseguido a independência e da qual nenhum llucro lhe advém.

O seu último trabalho escrito foi um artigo jurídico sobre o Código Civil que deixou escrito até a 9.^a tira de papel, única encontrada por Afrânio Peixoto no velório de Petrópolis.

O destino criou uma nação tamanha, que os próprios homens da mesma raça, falando a mesma língua, chegam a ficar tão separados, que até parecem diferentes, adaptados a ambientes diversos, com costumes que não se confundem, com aptidões que não se assemelham e com hábitos impermutáveis.

Só a Imprensa os unirá. Rui sabia por ela despertar o interesse.

E a Imprensa no Brasil, quando bem orientada é e será sempre — Rui Barbosa, mentor absoluto e incontestado da nacionalidade durante todo o período da sua indestrutível formação democrática.

A nata dos jornalistas brasileiros compunha-se de discípulos de Rui, distribuidor de estímulos no campo das letras.

Afirma René Bazin que, ao se intentar a biografia de qualquer personagem histórica, se existem realmente méritos e grandezas no âmbito de sua existência útil, não há outro mistério a cuidar senão a narrativa simples dos acontecimentos, sem a preocupação de emoldurá-los em fantasias e adorná-los de pomposas retóricas. A vida, a grande vida em questão é o bastante para enaltecer todas as honras e sublinhar todas as virtudes. O mais consiste no relato da verdade, na exatidão documentária e rigorosa cronologia. E o indivíduo é o seu próprio biógrafo em ação.

A focalização e atualização de Rui Barbosa no presente deve ser tarefa de honra da Imprensa Brasileira. No exercício do jornalismo, profissão que exerceu com tamanha galhardia, sem outra finalidade que o cumprimento de um dever, sem outro intuito que o do bem servir a Pátria, excedeu-se a si mesmo, dando-lhe a última gota de sangue, a última baga de suor, a última lágrima.

A Pátria Brasileira, oferecendo ao mundo convulsionado o espetáculo edificante da mesma unidade de língua, de cultura, de religião, de sentimento, de acendrado espírito patriótico, impressiona e comove.

Cabe incontestavelmente a Portugal êste acêrvo de homogeneidade social e de fé, reserva do patrimônio espiritual da humanidade.

Atente-se para a calamidade dos métodos, para a violência dos processos, para a brutalidade das medidas de subjugação adotadas por outros dominadores, e ver-se-á que, graças à plasticidade da política colonizadora portuguesa, muito se conservou e se transmitiu à atual civilização brasileira da antiga e pitoresca fisionomia tipicamente nativa. O elemento indígena, aí está, palpitante de mistura com o negro nas artes, na religião, na moral, na economia, nos costumes, contribuindo, seguramente, para a formação definitiva de uma cultura social e política genuinamente democrática, nitidamente brasileira.

Nada contribuiu tanto para isso como a própria gloriosa e arrebatadora imprensa indígena, traço de união da nacionalidade, a qual prestaram o seu concurso, o mestiçismo de José do Patrocínio e de Rui Barbosa.

O mais forte traço de união nacional, cumpre-nos reconhecer, foi o jornalista mestiço que tanto apreciava pseudônimos ingleses o qual levou Benjamin Constant à decisão, preparou a eleição do primeiro presidente civil, inocentou Dreyfus e abalou com a campanha civilista toda a nação, lançando as sementes dêste frondoso carvalho que é o Brasil do século XX. Euclides escreveu o mistério de Canudos e nada mais.

João Luso, em folhetim no "Jornal do Comércio" de março de 1923, conta o seguinte fato que bem mostra o esmero e a atividade do maior jornalista brasileiro :

"Uma noite, antes de iniciarmos a nossa tarefa, (o escritor etra então secretário da A Imprensa, na segunda fase jornalística do valente órgão), preveniu-me o chefe da revisão de existirem no artigo quatro palavras que êle absolutamente desconhecia e debalde procurava nos dicionários da casa. Está claro que veio o desejo irresistível de, antes de mais nada, ver as palavras em questão. Com efeito eram-me desconhecidas e isso não me podia surpreender, depois da declaração do meu companheiro, profundo conhecedor da língua. Que partido tomar em tal emergência? A letra de Rui tinha particularidades traiçoeiras: os u u e os n n, por exemplo, não faziam a menor diferença. Os e e podiam se confundir com os e, e e os l, l, muito curtos, também com os e. e. Como averiguar, pois, se os tipógrafos teriam composto exatamente o que o articulista escrevera ou trocâdo alguma letra — o que, no dia seguinte, constituiria para Rui Barbosa grande contrariedade e para nós imenso vexame? Não havia siquer o recurso de telefonar ao chefe venerando, pois que êle subia então, tôdas as tardes, para Petrópolis e

não havia ainda o serviço entre as duas cidades. A nossa situação tornava-se deveras angustiosa. De repente, me lembrou que a redação recebera, dias antes, o dicionário de Cândido de Figueiredo, acabado de publicar, e do qual se dizia conter mais trinta mil vocábulos que qualquer dos anteriores. Corri ao armário onde guardára os dois volumes do novo dicionário... Lá estavam as quatro palavras, e tôdas quatro no primeiro volume — e então reparamos que tôdas quatro começavam por a... No artigo do dia seguinte havia também três ou quatro palavras que nunca tínhamos visto e que principiavam por a. Esta inicial manteve-se ainda alguns dias; depois, foi substituída pelo b: e pouco mais tarde apareciam as palavras em c... Quer dizer: Rui Barbosa que, como advogado tinha entre as mãos várias questões, entre elas a da carne verde, momentosas e absorventes; que exercia o seu mandato no Senado, onde não faltava nunca; que escrevia diariamente um artigo de duas ou três colunas; que acompanhava, com tempo certo de leitura tôdas as manhãs, as grandes revistas e os livros sensacionais — podia ainda procurar nos dicionários que apareciam as palavras não usadas, para as examinar, avaliar da sua serventia e, uma vez aprovadas, incluí-las no seu tão opulento vocabulário! Nada lhe escapava. Singular e edificante exemplo de trabalhador mental.

No Colégio Militar onde existe imponente aquarela de Rui composta por um dos professores daquela casa de ensino, o professor Manoel Teixeira da Rocha, houve quem dissesse com os arroubos da mocidade que aquele quadro era o retrato da Nação.

No mundo do futuro verdade e justiça constituirão os polos morais de rotação. Para defendê-los, basta uma pena — a pena de Rui.

Olhos fiços no triunfo, o Titão cuja imensa atividade se espria por tantos ramos da atividade mental, em tôdas brilhando como se a cada uma delas só dedicasse a sua vida, militou na imprensa, desde os bancos escolares até à morte, não precisando de quaisquer outros títulos para avultar no cenário nacional, pois exerceu como Evarista da Veiga e José do Patrocínio o que se denomina o quarto poder nas sociedades modernas, constituindo-se a mais legítima glória do jornalismo brasileiro. Parecia viver na solidão meditando para o jornal.

Em discurso pronunciado na redação do "Jornal do Comércio", a 30 de Novembro de 1895, quando adversários contumazes e inimigos figadaís, que sempre os teve, procuravam, em vão, fazer passar o infatigável batalhador da imprensa como rebelde, acusação que perdurou até 1897, por ocasião da campanha de Canudos na qual, infundada e injustamente o deram como implicado, pelo simples motivo de haver visitado a capital da Bahia naquela época, disse:

"Das minhas idéias fixas a que menos tem variado é esta: a do jornalismo. Por ela principiou muito cedo a minha vida. Para ela tem tendido muitas vezes insistentemente e, agora mesmo, na extinção precoce das minhas aspirações públicas, se alguma pudesse bruxolear ainda, seria a de abrir uma janela de minha alma, por onde me acostumei, durante tanto tempo, a conversar, tôdas as manhãs, para a rua com os meus compatriotas, na mesma plenitude da franqueza com que se me dirigisse para dentro de mim mesmo.

Vós não conheceis as minhas primeiras fainas no tirocínio desta profissão: foram longas e laboriosas e acabaram em paz. As duas últimas, porém, se passaram aos nossos olhos com uma conspicuidade que mais me presa do que me lisongeia. Sabeis o desenlace tempestuoso que lhe coube. Basta dizer que a primeira findou em 15 de Novembro, a segunda em 5 de Setembro."

Venceu no periodismo como em tôda a vida: porque foi sincero e sem sair da doutrinação, apenas com os meios suasórios da palavra soube mudar instituições. Paranoicos são todos os grandes homens e benfeitores.

Jamais conheceu o medo, antes mantinha contra a alcateia de aproveitadores profissionais de todos os tempos a sua mesma atitude de coerência, coerência da honestidade e da virtude inata e cultivada.

Combatente indefesso pelo liberalismo, característico proverbial do povo brasileiro e de tôda a América, o creador do pacifismo universal foi, antes de tudo — o jornalista modelo — enquanto as fôrças lhe permitiram. Militou até à morte.

Retirara-se do jornalismo para morrer. Sempre ardoroso, agora, no fim da jornada, na Prece do Natal, excepcionalmente revela-se terno:

"Mistério divino, em cujo seio, há mil e novecentos anos, se desenvolve a civilização humana, perdôa aos que dêste lugar de fraquezas e paixões ousam esflorar com a pensamento a tua pureza. Os moldes da única eloquência capaz de não profanar, quebraram-se com a última inspiração dos teus livros sagrados.

Desde então, de cada vez que o homem se desengana do homem, e a alma precisa do ideal eterno, na melancolia das épocas agitadas e tenebrosas, diante da injustiça ou da dúvida, da opressão ou da miséria, é no cristal das tuas fontes que se vai saciar a nossa sede. Deixaste-as abertas na rocha da tua verdade, e há dezenove séculos que borbotam, com o mesmo frescor sempre das primeiras lágrimas daquela, cuja maternidade virginal desabotoava hoje na flôr de redenção cristã.

Tamanha é a tua grandeza, que excede tôdas as do universo e a da razão: o tempo, o infinito, acima dos quais a cruz da tua tragédia

espantosa parece maior que os vãos da metafísica, as imensidades do cálculo e as hipóteses do sonho. Daí a palavra e a imaginação recuam assombradas, balbuciando. A creatura sente o teu amor, mas tremendo. Vê-se alvorecer a eternidade, na magnificência de um abismo que se rasga no céu, mas nas suas arestas alguma coisa há de sombra e ameaça. De onde, porém, tu penetras no coração de todos com a doçura de uma carícia universal, é daquele presepe onde a tua bondade nos amanheceu um dia no sorriso de uma criança.

Enquanto Cesar cuidava do Império, e Roma do mundo, assomavas tu ao canto de uma província e na vileza de um estábulo, sem que Roma, nem o Império, nem Cesar, te percebessem, para ficar à posteridade a lição indelével de que a política ignora sempre os seus mais formidáveis interesses. Tivestes por berço as palhas de um curral. A última das mães sentir-se-ia humilhada, se houvesse de reclinar o fruto do seu regaço no sítio abjeto, onde recebeste os primeiros carinhos da tua. Mas a mangedoura, onde só abriste os olhos à primeira luz, rescende até hoje o perfume da mais esquisita poesia, e o dia do teu natal fez-se para a cristandade o mais formoso dia da terra, o dia azulado e côr de rosa entre todos como o céu da manhã e o rosto das crianças.

.....

“Cura a nossa Pátria da aridês da alma que mata, semeando a tua semente nesta geração que desponta. Permite, enfim, que os nossos filhos possam celebrar com os seus, em dias mais ditosos, a alegria do teu natal.”

Verdadeira profissão de fé, esta bela página de literatura brasileira, serve de fêcho para o último capítulo de sua biografia. Conseguiram emudecê-lo, mas nunca lhe arrancaram a pena das mãos, em vida.

Extremamente liberal, embora, e com a cabeça sempre em ebulição de novas idéias e conceitos, mas conservando a idéia fixa da grandeza da Pátria, dentro da fórmula que intuitivamente adotara — “Cristianismo, Democracia, Pacifismo” — Rui Barbosa foi em tudo modelar, sendo maior ainda pela pureza da sua alma e dos seus intuitos do que pela sua grandiosa capacidade intelectual. Era um bom como se deduz da sua prece do Natal. O porquê da sua bondade estava na fé.

Lembremo-nos porém de que hoje, mais que nunca, a palavra diplomacia é sinônimo de economia e valem mais os canhões que as palavras.

Da tribuna do Senado o apóstolo já o dissera.

Não deixava, por isso, de ardentemente trabalhar pelo direito e pela verdade, tendo deixado, ao morrer, a sua vasta biblioteca, onde predominavam os livros jurídicos, tôda revolvida e anotada, o que mostra a sua atividade incansável e solerte pelo bem da humanidade, pelo cumprimento da sua missão apostólica, na defesa do direito e da verdade, mesmo na velhice e apesar das desilusões.

O entusiasmo ocultava-lhe o coração.

Em 1921 tentou retirar-se da vida pública, em vão, Não o deixaram. Era imprescindível ao País, mesmo mantendo-se na oposição.

Foi êle, sem dúvida, a primeira voz definitiva de nossa civilização, aquela que nos integrou na consciência nacional, que nos deu a oportunidade feliz de olharmos, rosto a rosto, todos os povos, mas que ainda não foi compreendida por todos os brasileiros.

O Brasil marcha; tudo indica uma nova era venturosa de renascimento, compreensão e união nacional, sob a égide da lei nova e da verdade democrática que a cultura irá desenvolvendo.

Aquele que despertou com a sua palavra o indiferentismo nacional, hoje, mais do que nunca, deve ser ouvido pela mocidade que pensa, que sente e que quer, como inspirador da Juventude Brasileira.

Não atravessou a atmosfera em céu escampo; não navegou na viagem da vida como na superfície tranquila de um lago sereno; não se chafurdou jamais no lodaçal do comodismo e do medo; enfrentou a montanha da ignorância e da descrença e unicamente com as armas da palavra e da pena, ungidas pela fé, legou-nos a doutrina da paz e da ideologia política, consubstanciadas em sua obra, que foi por assim dizer, o sopro divino no vácuo imenso do organismo nacional, a definitiva magna carta da nacionalidade que não precisa ser trasladada de outros povos.

Sigamo-la decidida e patrioticamente, obedientes à sua inspiração, seguindo os seus exemplos de coragem cívica e devotamento e faremos o Brasil Novo — cristão e democrata, liberal sem anarquia, pacífico sem temor, ordeiro sem extremismos, progressista sem submissões, solidário sem imposições, civilizado sem imitações, cada vez mais forte, cada vez mais livre, cada vez mais brasileiro e mais independente.

O Brasil não pôde renunciar ao seu verdadeiro guia, aquele que melhor interpretou a índole democrática do seu povo, que mais alto falou ao sentimento nacional, que mais exaltou a brasilidade e os ideais de concórdia e de paz, que mais os solidificou.

Colimando a política, sobredeitou a diplomacia e as letras no dealbar do século das armas, fazendo do seu programa, a sua vida.

O jurisperito máximo do mundo, no afan bendito de colocar o direito acima da força, como o Criador colocou no homem a cabeça acima dos braços, tornou-se talvez, segundo a opinião de alguns críticos apressados, prolixo e por demais incisivo e agressivo.

Vinte anos decorridos de sua morte bastaram, certamente, para amadurecer a sua doutrina e transformá-la em imperativo para a nacionalidade, e para o mundo hodierno.

No respeito à dignidade do homem e à independência dos povos que souberam se manter em ordem, é que repousa a evolução social, a paz e a tranquilidade da humanidade.

Por maiores que sejam os interesses contrariados, tanto no país como no exterior, pela adoção dessa salutar predicação política e social, urge revivê-la, para defesa dos interesses vitais e maiores do Brasil, da América e da Humanidade.

O mundo necessita de ruismo, hoje, o qual deve ser proclamado por um clarim universal, anunciando a alvorada de uma era nova de entendimento contínuo. Rui se fez o Arauto da Paz Universal.

O Brasil antes de chegar a ser, como tudo o indica, a forja e o celeiro do mundo, deverá ser o seu cérebro e coração. Rui não é só do Brasil; é do mundo inteiro, posto que caracteristicamente nosso.

Pela sua fórmula pacificadora Rui foi a cabeça universal que teria evitado as duas guerras mundiais e que poderá impedir a terceira que se delineia, pelo manejo da táboa da Lei, sempre eficaz e oportuna.

Coelho Neto, o maior autor da língua portuguesa, o escritor dos cem livros, disse que ninguém se aproximava do égregio brasileiro que sabsse com as mãos vãsias. Repetimos as suas palavras.

Chegou a hora da família humana ir buscar algo no acervo imenso de seus ensinamentos. Quanto a nós, brasileiros bastar-nos-á recorrer, séria e confiantemente, nesta hora grave e decisiva, à prata de casa, pondo de lado preconceitos e animosidades, interesses pessoais e opiniões próprias, despeitos e paixões, e abrindo de par em par ao mundo as janelas da verdade e da justiça — deixar entrar o sol da democracia e do arbitramento, que reflete fielmente a doutrina propagada, há 1947 anos pelo divino rabi da Galiléia, a qual há de atravessar os séculos e os milênios a despeito da mecanização total e bárbara de hoje.

Rui Barbosa, o homem, do Brasil e do mundo, o único que consubstanciou o direito internacional numa fórmula exequível e subordinou a paz ao direito, o único que no país realmente interpretou a democracia e a liberdade, que exerceu sem deslize o quarto poder e que sintetizou tôdas as grandes conquistas da civilização numa palavra sa-

grada para todos os homens de boa vontade — Lei — precisa ser exumado, conhecido, estudado e meditado nos seus escritos como jornalista, por todos os que aspiram a uma vida melhor, no país e no exterior consentânea com o progresso material do mundo.

Retirado o invólucro genuinamente literário no qual, apesar dos seus esplendores, por muitas vezes castigou a gramática e a ortografia, por conta da sua autoridade de vernaculista consumado, a sua doutrina ressaltará luminosa no presente e no porvir, apresentando as diretrizes do homem, como verdadeira mensagem de paz ao mundo contemporâneo que luta entre o comunismo e a democracia, e que indo à Rui não voltará de mãos vazias.

Ele disse a verdade.

Ele teve sempre em sua vida a força, a graça e a coragem de dizê-la.

Sempre que era preciso dava altivamente o seu testemunho, oferecendo uma resistência granítica.

A verdade foi sempre o norte da sua vida e ainda que considerasse como dizem os ingleses — no leste ou no oeste o lar como o melhor lugar nunca desertou da luta nem se eximiu de qualquer trabalho ou fadiga, para sustentar a verdade e defender a liberdade certo de nestas palavras resumir a vida do jornalista.

CAPÍTULO XII

A ÚLTIMA ETAPA

No Sertão e na Cidade

Epitácio, à 6 de setembro de 1919, convidou Rui a representar o Brasil na Liga das Nações. E Rui logo lhe respondeu que, “em princípio”, aceitava. Mas acrescentou: “A minha lealdade, entretanto, me dita a conveniência de lhe requerer atenção para uma circunstância importante. Não tenho remédio senão ir envolver-me agora numa luta, que daria tudo por evitar. Não posso deixar de combater pela salvação do meu Estado no pleito eleitoral de 29 de dezembro. Não me assiste o direito de contribuir, pela minha abstenção, para que a Bahia se encharque, ainda mais quatro anos, na política inominável da bancarrota, dilapidação e anarquia, em que está submergida. Tive esperança de que essa gravíssima questão se lograsse discernir conciliatòriamente. Mas os nossos adversários mostraram os caninos à solução apaziguadora, opondo-lhe a fórmula vermelha da candidatura do seu caudilho, a que a Bahia se opõe inteira, moralmente. A campanha não se agoira bem: porque eleições estaduais ali não há: o governo lhes fecha materialmente as urnas. Mas um caso de vida e morte nos constrange a travá-la, se bem que nela entremos sem sombra da mais leve garantia de legalidade. É nestas condições desesperadas que, arrastados por uma necessidade inexorável, empreendemos reivindicar a própria existência da Bahia, virtualmente extinta, se a próxima eleição a não salvar, dando-lhe um governo íntegro e capaz, um governo eleito por ela e dela digno. A honra de ir ajudá-la nesse propósito, cumprindo, assim, um dever sagrado, não me seria lícito a mim renunciá-la em trôco de outra qualquer, por mais egrégia que seja, se acaso uma não pudesse coexistir com a outra”.

Nota do Autor — Os dados para este capítulo foram colhidos do Livro — Rui — O Estadista da República, de João Mangabeira, que acompanhou Rui ao Sertão.

Aproximava-se a eleição para governador da Bahia, que já deveria realizar-se a 29 de dezembro. A 20 de setembro, redigia Rui o **Manifesto Circular**, que assim começa: "A oposição baiana, acudindo ao sangue de seus irmãos, derramado nos sertões da sua terra, e à sua honra enxovalhada até no estrangeiro pelo desprezo dos seus mais sagrados compromissos, vêm aconselhar-lhes o único meio de salvação, que, no momento, lhe parece eficaz, numa reação legal, em que o povo do nosso Estado, aproveitando a próxima eleição de governador, nela intervenha pela primeira vez seriamente, decidido a fazê-la, custe o que uctar, levando às urnas, em 29 de dezembro, uma candidatura, por **êle mesmo suscitado em uma assembléia de representantes seus**, que preceda os comícios eleitorais, e de antemão lhe assegure a vitória do seu escolhido."

Nesse documento se propõe a convocação de uma grande convenção para escolher o candidato. Assinam o documento, além de Rui, também Luiz Viana, Rodrigues Lima, Leão Veloso, Alfredo Rui, João Mangabeira, Pires de Carvalho, Otávio Mangabeira, Pedro Lago. Isto é, dois senadores e sete deputados federais.

Aberta estava a luta. Em entrevista ao **Correio da Manhã**, de 19 de outubro, entre outras coisas, Rui dizia: "Como sabe, imaginamos a possibilidade de uma conciliação. Era dever nosso tentá-la. Não foi a Rui possível. Não queria isso a situação ali dominante, de que Seabra era o chefe". E Rui acrescentava: "Nestas condições o nosso dever, dever imperioso, obrigação iniludível, é arrostar a luta. Preparamo-nos para a campanha. Com os ônus do movimento de reação, dispensamos quaisquer de suas vantagens. Nenhum de nós é candidato". E mais adiante: "Eu dizia: já que não foi possível a paz, adjurada de um modo tão elevado, aceitamos a luta. Trata-se de uma resolução inabalável, disposta a todos os sacrifícios". E depois de examinar a situação da Bahia e a natureza da Convenção que ali se ia reunir e da candidatura que deveria dela resultar, termina a entrevista com estas palavras: "Afim de contas, aceitamos a luta, como no-la propõem. Espero que Deus me permita assistir, na Bahia, à convenção e à eleição". E iniciou a jornada cívica, preparando as conferências.

Ainda assim, ninguém supunha que Rui fechasse o escritório, deixasse a sua casa, embarcasse para a Bahia e demorasse ali por dois meses, numa áspera campanha, através do recôncavo e sertão, por uma candidatura que não era a sua, e nem sequer de um seu amigo. Não acreditava nisso Seabra. Eptácio não acreditava nisso. Quando lhe afirmavam que Rui iria fazer a campanha pela sucessão na Bahia, dizia-lhes sorrindo: "Não creiam nisso. Não vai. Seria realmente uma loucura. Na hora resolve o contrário". Pereira Teixeira — amigo de

Seabra e de Rui — apostava como êle não embarcaria. Quando asseguravam que êle iria, todos sorriam, como zombando dos ingênuos. Em S. Clemente, todos, absolutamente todos da família de Rui eram contrários a essa viagem. Até mesmo porque todos temiam que a sua saúde já ressentida, não resistisse a êsse abalo. Uma tarde, quase às vésperas do embarque, quando com êle em sua biblioteca, conversava sôbre o assunto, Dona Maria Augusta, para demovê-lo, num esforço último, objetou: "Se tu fores, eu desta vez não irei". E êle: "Tu és cruel. Vês uma deliberação já tomada e ainda insistes!" E ela, incontinenti: "Bem sabes que estou brincando. Eu nunca te faltei". A 5 de novembro fez Rui setenta anos. E a 14 embarcava para a Bahia: com os olhos em lágrimas, da amurada do navio, acenava com o lenço aos filhos que ficavam. Não compreendiam o seu esforço.

Esquecendo todos os interesses materiais, já dobrados os setenta invernos, a saúde já debilitada, e partindo para uma campanha áspera, sem conforto, pelo interior baiano, em favor da candidatura de um homem, quase a êle desconhecido, mas na defesa do restabelecimento da Democracia em sua terra natal, escrevia Rui, do ponto de vista moral, a página mais alta de sua grande vida. Sacrifício igual jamais homem político nenhum fizera em tôda a extensão da História. Poderia, de bordo do vapor que se afastava, olhando o cais repleto e fitando o céu iluminado do estio, dizer a Deus e aos homens que ensinara, "mais com o exemplo do que com a Democracia em sua pátria". Acima de tudo colocava o bem da Pátria.

O Correio da Manhã, dirigido por Leão Veloso, um dos signatários do Manifesto Circular, já tomara atitude. A êsse jornal já havia Rui dado a entrevista de outubro. Mas, antes de partir, dirige a Irineu Marinho e Macedo Soares as seguintes cartas:

"Meu caro sr. Irineu Marinho: — Não é sem razão que já se disse pelos jornais ser a luta, que se vai travar na Bahia, sôbre a eleição de governador, uma luta nacional. É, na verdade, um caso típico da situação política brasileira o dessa oligarquia acastelada em sua legislação eleitoral impenetrável e o dêsse Estado em plena insolvência, em bancarrota geral, quando a sua renda e a sua produção estão quase quadruplicadas em cerca de quatro anos, calculando-se que, no atual, a primeira se elevará, talvez, a quarenta e a segunda a cento e cinquenta mil contos.

"Assim, empreendendo uma ação decisiva na eleição do mês vindouro, contra a perpetuação do govêrno, que se agarrou como um vampiro àquela pobre terra, não cometo uma obra de partido; e por isso entro nela, sem ser candidato ou capitanear candidatos da minha vida. Abalançando-me a tão arrojada temeridade, só em um aliado me atrevo

a pôr as minhas esperanças : na opinião pública, a cuja porta vou bater. Mas a minha aldraba é fraca. Preciso da imprensa, e, com os olhos nela, hei de necessariamente apelar, para êsses órgãos dela, que, como *A Noite*, não vivem do estipêndio de ninguém, e gozam da confiança dos que os lêem." Delirava. A imprensa atendeu-o gratuita..

"Meu caro dr. Macedo Soares. — Acabando de ler o seu comovente editorial de hoje, abraço-o, reconhecido, não tanto pelas finezas, que me prodigaliza, como pelo acendrado civismo que as suas palavras revêem ao definir o caráter da questão, que se vai dirimir agora na Bahia.

"A consubstanciação em que com ela me acho, me autoriza a ser o órgão dêsse agradecimento para com *O Imparcial* e o seu digno diretor, pela atitude com que nos tem acompanhado e animado, nesta reação legal contra a pior das oligarquias brasileiras". Envolvia-se numa política que o levaria à morte.

Na Bahia repetem-se as mesmas cenas de março. É a mesma multidão. É o mesmo delírio. E, desta vez, não sòmente na capital, mas em tôdas as cidades do interior aonde êle foi. Êle mesmo descreveu, na conferência de Nazaré, as "cenas inolvidáveis" que o envolveram no sertão : "Essas matronas, que me osculavam como a um irmão de volta à casa cheia de saudades e alvoroço, essas moças, que me beijaram tôdas a mão como a um pai querido e festejado, tôda essa passarinhada travêssa de crianças aos bandos, aquela pequerruchada em júbilo, que, ora, livres, ora no colo das mães, me levavam, com o suave nome de avô, os beijos da sua inocência, — isto tudo exalava um aroma de suavidade, uma expressão de entusiasmo, de fé, de recônditas virtudes, aspirações ardentes e cândidas esperanças, que só em uma sociedade transbordante de ardor seriam concebíveis. Porque eu não tinha a auréola das missões religiosas. Era apenas um emissário da terra, um pregador de idéias liberais". E por mais de dois meses, isto é, de 16 de novembro a 26 de janeiro, alí permaneceu alerta.

No dia 20 de novembro, abrindo a Convenção, é assim que êle inicia o seu discurso, com uma página de alta eloquência, cuja chama, ardendo numa grande labareda, dir-se-ia irromper, crepitar e subir das brasas da mocidade e não das neves da velhice : "Se a presidência, em que me assentastes, desta assembléia, fôsse o derradeiro ato da minha vida, bem coroada se acharia esta, agora, por um fato grandioso, que valeria tôda ela, e por amor de chegar ao qual, ainda sem o merecer, como o não mereço, mas só para o ver e contemplar, valeria a pena de a ter vivido tôda, com os seus setenta anos de travessia agitada pelos mais duros ventos do quadrante do nosso destino. Valeria a pena, torno a dizer, valeria a pena de lhe ter palmilhado, até agora, os abrolhos, de lhe haver laborado com os trabalhos, de lhe tragar o curso dos amargo-

res, para galgar, afinal, êste cimo, para surdir um dia nesta assomada, para arrojá-lo hoje do peito, em um largo resfolgar de vida, os maus ares da viagem, nestas alturas da esperança, com o porvir despontando pela frente num amanhecer de céu tropical, como o sol no horizonte, aos pés do bandeirante empenado nas agulhas de um alcantil, ou à orla de um chapadão de serra, vendo as imensidades da paisagem a doirarem-se de repente dos primeiros raios de luz, que apanham de longe as arestas da montanha.

"A cena que me estais oferecendo é, com efeito, senhores, a de um dia que alvoreja da noite, a de um sonho que se transmuda em realidade. Os membros dessa grandeza que se chamava "a Bahia", membra disjecta gigantis, os troços dêsse corpo de titão esquartejado e lançado aos cães, os ossos dessa estrutura de colosso, esbrugados pelo rosto das aves de rapina, agora se lhes arrancam das unhas, reagem à sanha do bando sinistro, fogem aos dentes dos sabujos, e já não são carniça: já o calor da vida, que lhes torna, os recobre de músculo e nervo; já o sôpro do espírito, que os reanima, lhes roxeia de honra as faces; e dos restos esparsos do gigante, do arcabouço repartido entre os bicos dos corvos, dos sobejos do banquete das alimárias do monturo, à voz, ao aceno, ao milagre do Senhor, que cria os vivos, e ressurgem os mortos, se ergue esta aparição: um movimento, não se sabe donde, atrai os órgãos dispersos, junta o colosso espotejado, restitui-lhe as formas perdidas, evoca na sua majestade o vulto de outros tempos. E ei-la, ei-la outra vez a Bahia daquelas eras, eila que se encosta ao solo, como Anteu, ao solo dos seus sertões, para levantar irresistível, ao solo das suas chãs e pradarias, ao leito dos seus rios e ao coração das suas rochas, onde as veias de ouro dormem no carcão do granito. Ei-la que se vai soerguendo; ei-la que se ergue; ei-la em pé. Ei-la de novo, a antiga Bahia, a senhora, a soberana, a magnífica, a mesma do velho Brasil, a primeira na guerra e a primeira na paz, a primeira na riqueza e a primeira na inteligência, a mãe dos poetas, dos heróis e dos estadistas, banhando nas rutilações do seu passado o fundo não remoto da nossa história, e já colorindo dos reflexos da sua nova auréola os longes do tempo vindouro".

Tão magnífica oração, entrecortada de aplausos, assim conclui por entre as aclamações do auditório: "O que aqui está, portanto, em equação proposta ao Brasil e ao seu governo, não é política de uma eleição: é a salvação de um Estado. Eis o que se vai decidir nesta assembléia magnífica, marco de uma era na política brasileira." Pagava o seu tributo à terra natal.

"Há, no país, um grande movimento da atenção política. Uma atmosfera de imensa expectativa nos rodeia. O solo quente dos sertões pal-

pita ao sol numa aspiração ardente de paz e trabalho. Direis que as suas montanhas nos circundam, aguardando a palavra salvadora. A terra sertaneja ensangüentada cresce no vulto dos seus emissários, homens de silêncio, de honra e de ação. No círculo dos que ouvem e esperam, bate apressado o coração de todos. A capital do Salvador, a metrópole entregue pelo abandono do seu governo à epidemia devastadora, suspende a vigília dos seus doentes e dos seus mortos, para trazer à grande assembléia o testemunho da sua miséria enxovalhada e se sente que está respirando conosco neste ambiente de ansiedade. Todo o torrão baiano ondeia empolado por uma corrente interior; e, de cada ponto da sua superfície sulcada pelas calamidades, surgem evocações da saudade infinita ou grandiosa majestade. É o pretérito que se levanta; é o porvir que se anuncia, é Deus que intervém entre o presente e o passado; é a consciência popular que, estremecendo sob a mão da Providência, atravessa o cenário da política nacional.

"Segui-a, senhores, e cumpri o vosso dever. Pela fé, pelo direito, pela liberdade, e com o Senhor, com a lei, com a justiça! União, vontade, confiança; e vencereis. Em tão divina causa ainda perdendo vencereis. Mas desta vez, fiemos das leis divinas que haveis de vencer, vencendo". Impossível dizer mais.

Em 3 de dezembro está em Alagoinhas, "o pórtico do sertão". Aí profere a sua famosa conferência, cujo exórdio sobre "o sertão e o mar" figura nas antologias e coletâneas literárias. É assim que ele começa: "Ao pôr os pés no limiar dos sertões baianos, alguma coisa me atalha e suspende o ânimo, prêso de um sentimento novo, tal como imagino havia de ser o do navegante à beira de um mar desconhecido. De proa posta ao rumo, de velas tendidas ao vento, não se detém o barco na rota deliberada, nem a mão do timoneiro lhe fraqueja no leme, ou o coração do piloto lhe treme no peito. Mas uma impressão desusada se insinua no ânimo do mareante, atraído pela vocação da honra ou do destino ao seio do mistério, que lhe acena do pego ou do horizonte"... Assim prossegue na beleza dessa eloquência, na pureza dessa língua e na perfeição dessa forma alabastrina.

Depois de analisar a situação do Estado e do sertão, passa a estudar a legítima defesa de um povo, em caso de esbulho do seu direito, tal como é reconhecido a todo indivíduo cujo dever principal é defendê-lo.

Expõe, aconselha e justifica: "No círculo sagrado, que as noções de legítima defesa traçam à volta de cada ser pensante, cabem, além da vida humana, a da integridade pessoal, o domicílio, a família, a honra, a propriedade individual das coisas. Como não havia de entrar, por-

tanto, aí, a função eleitoral, escudo jurídico de todos os direitos do homem? Se é, não só natural, mas legal a legítima defesa desses direitos, nos termos em que os códigos penais os definem e a formulam, como não o seria, aplicada às condições de que todos esses direitos essencialmente dependem, aplicada ao direito que constitui o baluarte de todos eles?"

Discorre sobre a liberdade fundamental: "Em nos privando a nós da liberdade política, cidadão livre, de eleger o seu governo, em cometendo esse atentado, os governos arbitrários se arvoram em senhores do terreno, onde as constituições modernas estabelecem as liberdades individuais. Violando esse compromisso fundamental, não há inviolabilidade que subsista.

"Destruído o sistema representativo, cuja sustância consiste na escolha do governo pelo povo, nenhuma das liberdades humanas, das liberdades cristãs, das liberdades democráticas, poderá mais existir, senão por tolerância do usurpador. Deixa as éle ou éle as tira, e as suporta, ou as cerceia, consoante lhe apraz, ou lhe convém. A justiça, a propriedade, a honra, o lar doméstico, a vida mesma passam a ser, desde então, dádivas da tirania, que as regula a seu bel-prazer, que, segundo a sua generosidade, as liberaliza, ou, conforme a sua avareza, as regateia.

"Todos os direitos que as constituições declaram irrenunciáveis, intangíveis e inalienáveis, se coassociam e coexistem num feixe. Mas a liberdade política, da qual a condição prática está no voto, é o liame que, nesse feixe, os enlaça a todos, estabelecendo entre eles a união, por onde se conservam e impõem.

"Assim que, senhores, todo aquêle que defende o seu direito de votar, defende a sua consciência, defende a sua religião, defende a sua casa, defende os seus bens, defende a honra sua e dos seus, defende a própria vida. Se, pois, quereis gozar desses bens supremos, não como de outorga oficial, não como mimos dos nossos opressores, não como concessões de uma tirania benévola, mas como existentes por vós mesmos, como coisas inseparáveis da vossa própria existência, e de que, nem a trôco desta mesma, vos deveis apartar, — cidadãos brasileiros, austeros sertanejos baianos, exercei a todo o custo, e defendei a todo o transe o vosso direito político, o direito de dardes o vosso voto, o direito de constituirdes o vosso governo.

"Defendei-o sim, defendei-o intransigentemente, defendei-o indômitamente, defendei-o com o cabedal, o peito, o sangue; defendei-o, como se estivésseis defendendo o fruto do vosso trabalho, o abrigo da vossa família, a existência de vossas espôsas e filhos; defendei-o com o sacrifício até de vossa vida, defendei-o até à morte, defendei-o com tôdas as fôrças, por todos os meios e em todos os terrenos, que a lei escrita vos

permite, quando vos assegura, no direito de legítima defesa, o direito dos direitos”.

Finalmente, num apêlo ao sertão, a cujo íntimo dos seus mais remotos penetrais “quiseram levar as verdades”, que lhe “saem da bôca”: lembrai-vos, pois, destas verdades, às quais deploro não saber dar, na minha linguagem, a unção de que deviam ir saturadas, para calarem n'alma e não a deixarem mais nunca”.

Que linguagem mais acurada haveria na terra?

Em seguida, assim precisa e enaltece o valor do voto: “Nas sociedades modernas o cidadão é o envoltório protetor do indivíduo. Do mesmo modo a cortiça, a casca espessa e rija de uma planta, seu corte lenhoso e rude lhe abriga o melindroso do âmago, o tecido vital do cerne, assim as liberdades políticas protegem os direitos individuais, a legítima defesa das liberdades políticas. Não vos esqueçais, pois, senhores. Renunciando ao voto, não fazendo questão do voto, consentindo que vos arrebatem o voto, deixando, assim, que vos pupilem com o governo que quiserem, estareis como se, no intuito de porpardes a vida, não ousásseis defender o teto, a fortuna, a honra e a prole. O futuro dela, o vosso, o da pátria, tudo o porque a vida vale a pena de se viver, tudo se vai, quando os indivíduos supõem salvar as suas franquias de homens, imolando as suas garantias de cidadãos. Dizer-vos isto que vos digo, pregar-vos isto que vos prego, doutrinar-vos isto que vos doutrino, não é, senhores, convidar-vos à revolução, não é dar razão aos que anunciam que eu viria aos sertões, para os revolucionar. Bons amigos meus, a minha velhice não desmente a minha vida. Caros conterrâneos meus, eu não missiono revoluções.. O que faço é, pelo contrário, evangelizar a lei. A lei vos confere o direito de voto. Esse direito, para as democracias de agora, já não é só um direito: é um dever imposto até debaixo de sanções penais. Eu vos exorto a cumprirdes o dever, e observades a lei, votando e, a todo o poder que possais, não deixando por maneira alguma, que inibam de votar.

“O domicílio é a fortaleza do indivíduo. O direito é o presidio do homem. O voto é a praça de armas do cidadão. Quando êle se encerra em qualquer dêsses abrigos invioláveis, e, de dentro de um dêles, opõe a defensiva à ofensiva, a legalidade à usurpação e a fôrça à fôrça, em tal caso, senhores, a fôrça do que se vê constrangido a defender-se é a fôrça conservadora, a fôrça jurídica, a fôrça legal, a sagrada fôrça da legítima defesa”.

No dia seguinte, 4 de dezembro, sertão a dentro, fala em Serrinha. E sempre censurando os políticos que fogem ao contacto das reuniões populares, entregando-se “ao jôgo das facções ou manobras pessoais”. Sempre lutando contra a máquina eleitoral e os seus maquinistas.

Define a sua carreira: "Prezo-me de não ter seguido jamais essa vereda estreita, e haver procurado sempre a estrada real da opinião pública, freqüentando os comícios populares, nos quais, há cinquenta anos, me dirijo ao povo brasileiro.

"Há cinquenta anos, senhores, porque nessa tribuna me estreei, em 1869, fazendo, ainda estudante em São Paulo, a primeira conferência popular celebrada sobre a abolição; nessa tribuna advoguei, na Bahia, em 1874, a eleição direta; nessa tribuna agitei, até 1888, a causa da emancipação dos escravos; nessa tribuna sustentei, em 1909, a luta civilista; a essa tribuna volvi, não há mais de oito meses, para insistir na revisão constitucional, cuja necessidade, vai já por mais de vinte anos, que envido tudo por mostrar.

"Candidato duas vezes, em 1909 e 1919, à presidência da República, por dois movimentos da opinião nacional, um contra as ditaduras militares, outro contra as oligarquias civis, em ambas as ocasiões trouxe a minha candidatura diretamente ao seio do povo, abrindo, em cada uma delas, uma campanha de comícios populares, visitando o coração do eleitorado nos grandes Estados da República, expondo, aí, às multidões, em assembléias de grandeza nunca vista, entre nós, as minhas idéias de política interna e externa, os meus programas de ampla reforma nas instituições, nas leis e nos costumes. A experiência não me foi desanimadora. Em 1909, o eleitorado brasileiro me investiu na Presidência da República, de que o Congresso Nacional me esbulhou, e em 1919, com quarenta dias apenas de trabalho, contra o governo da União e dezenove governos de Estados, uma votação, estupenda para nós, de cerca de cento e quarenta mil sufrágios deu, às aspirações que o meu nome representava, a sanção evidente do sentimento nacional. Enquanto os politiquinhos e politicotes, os politiquilhos e politicalhos, os politiqueiros e politicastros dos nossos conventículos, corrilhos e quadrlhas políticas se esgueiram pelas vielas, betesgas e carrochos da intriga, enquanto vão ziguezagueando a vida pelas viravoltas e recambios, onde serpeia tortuosamente a velhacaria dos interesses, ponho eu sempre o meu timbre em me entender rosto a rosto com as populações reunidas em imensas assembléias, e tenho a honra de ser o primeiro brasileiro, sendo, também, o único, até hoje, que confiou as suas candidaturas presidenciais à tribuna popular. Não vai nisso mérito meu: porque este é o meu feitio, esta é a minha índole, esta a minha educação, e eu não sou mais que uma resultante dessas causas". Pregava aí a liberdade de candidatura.

Caracteriza nestas expressões verdadeiras e candentes a corrupção dos governos absolutos: "Quando o governo, instituído pela vocação

normal para assegurar à sociedade a política do bem e o império da lei, entra em comércio carnal com a violência, e nela assenta o seu domínio, em vez de o assentar no consenso livre dos governados, esmagado, assim, o direito, proscritas as virtudes que o sustentam, a duração do roubo consumado contra a soberania do povo não se pode manter senão pelo roubo do seu dinheiro.

“O absolutismo venaliza os homens, para os ter resignados à compressão. Só o ouro, quebrando a varonilidade dos cidadãos, os acomoda à privação habitual da liberdade. A moralidade pública traz em continuo perigo o despotismo. O seu instinto, pois, o leva a cultivar os apetites da cobiça, como único sistema certo de adormecer os instintos de resistência. É assim que os governos espúrios e violentos são, de seu natural, governos prostituídos, e, das brutalidades da usurpação política, se evolve, necessariamente, aos escândalos da voracidade administrativa. De sorte que nesta geração não há bastardia”

No dia imediato, já em pieno sertão, fala ao povo de Bomfim. E na sua conferência, assim se descreve num capítulo intitulado — *Pertinaz em não recuar*: “Sou assim de bem moço, dos mais verdes anos da vida, pertinaz e testudado nas minhas idéias do bem e da verdade. Creio, louvado seja Deus, que me vem do berço o defeito. Deve ter encruado com os anos, e, aos setenta de hoje, há de estar, já se vê, no ponto de anquilose, ou esclerose, como quiserem, sobremaneira duro ceder. Não recuei ante essas visagens e medos em 1888, quando o barão de Cotegipe, declamando, no Senado, contra o espírito revolucionário, de que buscava premunir o governo descuidado, exhiba à veneranda assembléia conservadora, como sintoma característico da invasão dessa ruim semente e seus estragos já óbvios, o meu então, recente discurso daquele ano, pronunciado aqui na Bahia, sobre a iminência da abolição e sua inevitabilidade. Não recuei em 1889, quando me denunciavam de revolucionário, por estar mostrando à monarquia que ela se despenhava, resistindo à federalização do império, reforma cuja oportunidade, arvorada por mim em bandeira de campanha, granjeara a sanção, até, de Sua Majestade o imperador. Não recuei ante a mesma vozeria, em 1892 e 1893, quando, no *Jornal do Brasil*, no Senado e no Supremo Tribunal, combatia, com a Constituição em punho, o governo da espada, rebelde às leis e acastelado nos estados de sítio, nos decretos de proscricção, no acasernamento do regime republicano. Não recuei em 1879, quando, através dos mesmos clamores, me revoltava contra as jacobinadas, a perseguição dos monarquistas, as masorcas protegidas na capital e os degolamentos de Canudos. Não recuei em 1909, quando, resistindo ao mesmo sistema de intimidação, levantei o país contra o ensaio de militarismo, com que nos ameaçava a candidatura Hermes, nem

de 1910 a 1914, quando, vencida ela nas urnas e vitoriosa pela minha depuração no Congresso, empestou o Brasil durante quatro anos. Nunca recuei, pois, nem recuarei nunca, enquanto, na minha consciência, e com a opinião pública, estiver convicto, e sobejas razões tiver, como tenho, para me sentir certo de que estou com a ordem contra a desordem, certo de que a desordem são eles, êsses do berrêgo, os que a fazem, certo de que é a ordem a que eu defendo. Cícero bradaria: Gracos denunciando sedições". Poderíamos gritar, dando à paráfrase natural a côr da atualidade: "Réus de apito na bôca". Acusa antes que te acusem.

Mais adiante, assim continua noutro capítulo, cujo título é: Onde a Revolução?: "Onde, pois, a revolução? e que é a revolução? Juridicamente, revolução é a destruição da ordem. Mas, também, juridicamente, a ordem é a lei. Logo, juridicamente, na destruição da lei é que consiste a revolução. Revolucionários são os que se revoltam contra a legítima autoridade. Mas a autoridade legítima é a autoridade legal. Mais, ainda, a autoridade legal é a que observa a lei. Logo, se a autoridade não guarda a lei, não é legítima. Logo, em não sendo legítima, não serão revolucionários os que contra ela se levantam. O direito à submissão dos povos cessa, nos govêrnos, onde começar, por êle, a troca da lei em arbítrio. O dever de obediência aos govêrnos expira nos povos, desde que os mudam em regime de fôrça o regime da legalidade. A usurpação de uma autoridade, que as leis não lhe atribuem, deslegitima o poder. Ora, o ilegítimo é, de sua natureza, um poder revolucionário. Nesse poder encarna a revolução. Revolucionários como êle são, pois, os que se põem da sua parte. Os que a embargam, os que lhe desobedecem, os que trabalham pelo reduzir à impotência, êsses é que são os verdadeiros conservadores, lidando, como lidam, por manter a ordem jurídica, aniquilada ou abalada pelo govêno rebelde ao direito".

Do sertão, donde falara, a 5 de dezembro, em Vila Nova, desce para a Capital e daí segue para o recôncavo, onde, a 19, faz a conferência de Nazaré, a 20, a de Santo Amaro, a 21 a de Caochoeira.

Nessa campanha, em pleno verão, em estrada de ferro, ou através de rios, em pequenas embarcações e até em canoa, dependendo das marés, que o forçavam a sair de madrugada, obrigado, aos setenta anos, a todos os dias mudar de leito e de cozinha, nessas agrestes viagens não o pôderia acompanhar a cara companheira de seus dias, coagida a permanecer na Capital. E, nas horas em que os companheiros de jornada repousavam, tinha êle que escrever as conferências, quase tôdas compostas por entre os atropelos dessa dura excursão. Nas outras campanhas eleitorais, a de 1909 e a de 1919, sustentando a própria candi-

datura, o seu trabalho se fazia, a sua excursão se realizava nas grandes capitais, cercado de todo o conforto, que elas proporcionavam, e do carinho da espôsa fiel. Agora, era através de cidades do interior, sem as comodidades a que se achava habituado, e em plena canícula, numa jornada áspera de sertão a sertão. Assim, a 24, está de novo às portas do sertão, falando em Feira de Sant'Ana, e, pela primeira vez após seu casamento, passando isolado o Natal. Não parecia o jovem de Plataforma, franzino e desanimado.

Não era insincero, pois, quando, na campanha civilista, afirmava que muito maior esforço despenderia, se outro fôsse o candidato. Que o fato de se tratar da própria candidatura era o que lhe peava os ímpetos e lhe constringia o desenvolvimento da ação. Tinha, então, sessenta anos. A campanha desdobrara-se num período de vários meses por entre o conforto dos trens especiais ou dos transatlânticos, e das hospedagens régias das grandes capitais. Dez anos depois, daria a prova material da sinceridade de sua palavra, numa rude luta de quarenta dias, passados em grande parte, através das estradas poeirentas do sertão abrasado pelo estio, e das águas frias dos rios, descidos ou subidos, pelas madrugadas, em demanda de cidades do interior baiano inhóspito e adusto.

Por isso mesmo, do ponto de vista do idealismo e do sacrifício, a campanha da Bahia marca o ponto mais alto da cordilheira daquela vida, pontilhada tôda ela de agulhas altaneiras e pinos erectos. Nessa última campanha de uma existência que já chegava ao seu têrmo; com essa campanha rude e agreste, onde, a bem dizer, consumiu as últimas reservas da sua vida, gastas em benefício de uma candidatura que não era a sua, com êsses sacrifícios, que ninguém, absolutamente ninguém, na política brasileira, seria capaz de fazer, dava Rui, aos derradeiros dias da velhice, a prova máxima de que ensinava, "mais com o exemplo do que com a doutrina, o culto da legalidade e da Democracia". Dir-se-ia que visava o Poder. Era tarde. O sol descambava..

Na véspera do Natal, termina a campanha eleitoral pelo interior baiano, tendo feito sete conferências, além de dezenas de discursos e alocuções. E de tudo se pagava com o espetáculo do entusiasmo e carinho, com que as multidões o recebiam e acatavam.

É em Feira de Sant'Ana, que êle faz a 24 de dezembro a sua última conferência. E assim descreve as cenas que aos seus olhos deslumbrados se descobriram: "Aí está o que vimos. Vimos, de tôda a parte; afluir ao nosso encontro as populações urbanas ou campestinas, vimo-las encher as estações, orlar a beira das estradas, até os sítios onde não passavam os comboios e, nas cidades ou povoados, juntar-se a mul-

tidão em tremendas vagas humanas. Vimos correr ao nosso encontro, não só as turbas, senão também as famílias, as matronas, as moças, em verdadeiras demonstrações femininas, e com elas, a população infantil, em comoventíssimas solenidades; numa palavra: não só o comum do povo, mas a sociedade tôda, as dignidades sociais, o sacerdócio, os párocos, os magistrados, os homens de letras, os intelectuais de tôdas as categorias, a mocidade das escolas, os operários, numa unanimidade inaudita. E tudo isto em lugares onde, até hoje, só as procissões e os fogos de artifício eram capazes de reunir multidões. Vimos alterarem-se todos os hábitos consagrados, fechar o comércio, fecharem os estabelecimentos industriais, enquanto as igrejas abriam, e algumas, como expressão ainda mais visível das suas bênçãos, abeiravam das portas, ao passarmos, as imagens dos seus padroeiros”.

E mais adiante, demonstrando que não se enganara nas suas previsões, assim reafirma:

“Nós não nos enganávamos. De Alagoinhas a Vila Nova, de Vila Nova a Feira de Sant’Ana, de Nazaré a Santo Amaro, de Santo Amaro a Cachoeira, de Cachoeira a Conceição da Feira, S. Gonçalo dos Campos, onde quer que surde a nossa propaganda, em tôda a parte onde se anuncia a nossa presença, uma corrente elétrica levanta as populações, coa-lham-se as ruas de multidões, nas regiões mais alongadas, umas das outras, nos centros de evolução social entre si mais opostos, a Bahia inteira, da Capital ao recôncavo aos sertões, é uma só gente, um povo só, uma só aglomeração humana, o mesmo instrumento arrebatado pela mesma vibração, como se o sopro de um vento do céu, varrendo tôdas essas extensões, estremecesse numa emoção única o Estado inteiro”.

Nessa conferência êle prega a lei do amor, que é a lei dos Evangelhos, e estabelece a diferença entre ela e a lei do apetite.

Assim nós fala dessa lei: “Se o poder se regesse pela lei do Evangelho, regido seria o mundo pela lei do amor, que é a lei de Jesus. Mas o poder não conhece o Evangelho senão para o desprezar. Tôda essa gente, que nos olha de cima para baixo, vai à missa, ou se ajoelha nos templos veste a opa, nas procissões, ou beija as mãos aos ministros do Senhor, brilha nas devoções, ou priva com o clero. Mas enchem de fel a vida ao próximo, acossam de iniquidades os pequenos, e espremem até o sangue o coração dos seus semelhantes. É que não conhecem do Evangelho senão o avêssio; e, por isto, nas sociedades rebaixadas e barbarizadas, o a que se chama govêrno ignora a lei do coração e adora a lei do apetite”. Era o mesmo homem de fé zeloso e investigador do passado.

Assim descreve os vários apetites : “Todos os apetites servem o poder, e se cevam na política. Os apetites gástricos da cobiça, da intemperança e da incapacidade. Os apetites hepáticos do ódio, da vingança e da inveja. Os apetites sexuais do luxo, da sedução e da luxúria. De todos eles se utilizam, a todos eles se entregam e com todos eles comérciam essas excepcionais cerebrações, êsses portentos de gênio, êsses aventureiros de raça, a quem, no Brasil, entregamos os nossos destinos, e que, na sua trajetória gloriosa de ignorância opróbrios e desastres, tudo imolam às vísceras subalternas do homem, e só não se entendem com aquelas, onde se oxigena, renova e distribui o sangue, onde arfa a coragem, onde pulsa a indignação, onde se inflama o brio. Essa política, entre nós consagrada como a Política, é a política da servilidade, a política da voracidade, da imoralidade. Não admite ela complacência com o coração ; porque o coração é o sacrário da consciência, do remorso e do arrependimento, é o órgão da reação, da regeneração e da crença. Não convém homens que se conheçam, que se arrependam, que se emendem. Não convém cidadãos, que se doam, e corem, que se envergonhem e resistam. O que se deseja, são peças de metal inerte, para a grande máquina, para o extintor mecânico, mercê dos quais se automatiza, apaga e extingue a consciência, pública, a opinião nacional”.

Finda a campanha eleitoral, com a eleição a 29 de dezembro, recomeça a luta sob outra forma. A Bahia, a Bahia inteira estava, por assim dizer, com a oposição. E onde as urnas se abriram, esta venceu. A 7 de janeiro de 1920, Rui publica o seu primeiro manifesto comunicando a vitória, e nêle conclama o povo a não desistir do seu dever, a não deixar que lhe roubem os frutos do seu triunfo. O manifesto tinha a assinatura de dois senadores e sete deputados federais.

A 26 deixa a Bahia, à qual dirige, pela imprensa, outro manifesto, em que aconselha a não se deixar esbulhar do seu direito de assentar no governo o candidato que ela escolhera nas urnas. A 5 de fevereiro publica na imprensa desta capital um longo manifesto, em que examina a situação da Bahia, a essa hora já com os chefes sertanejos em armas, e, de vitória em vitória, rumo da capital, para assegurar a posse do candidato eleito. Rui examina o problema sob todas as faces. E aconselha a intervenção do presidente “para restabelecer na Bahia a observância da Constituição baiana e da Constituição federal”. Em resumo : manter a votação dada pela Bahia ao governador notoriamente eleito, e assegurar ao governador, assim escolhido, a investidura no governo que lhe pertence”.

Em fins de fevereiro as forças sertanejas estão às portas, a bem dizer, da Capital, que as receberia em delírio. Estaria, assim, garantida a apuração e a posse do governador eleito. Seria a primeira vez que a

Democracia se viria triunfante, no Brasil, por um movimento exclusivamente popular. Porque à voz de um homem — mas esse homem era um apóstolo — as multidões se levantaram. As forças do sertão, embora mal armadas, vinham, de vitória em vitória, apoderando-se das localidades, que se entregavam sem luta, enquanto a força policial, não raro, com elas se congregava. Era o maior espetáculo de vitória popular que já se presenciara entre nós. De nada valeu a boicotagem militarista a Rui.

Mas o governo do Estado contra isto pede a intervenção federal e Epitácio lhe concede por decreto de 23 de fevereiro. E envia seis mil homens para esmagar o movimento triunfante e assentar no governo o candidato estrondosamente derrotado.

Quando a oposição baiana começou a tratar do caso da sucessão no governo daquele Estado, com Epitácio várias vezes se entendeu Otávio Mangabeira. O presidente não acreditava no êxito da linda campanha. A princípio não queria acreditar que Rui fôsse à Bahia e tomasse a direção pessoal da luta. Depois, não acreditava que a oposição vencesse, nem mesmo na Capital. E, como argumento máximo, dizia, a Otávio Mangabeira: “Mas ainda quando os senhores com o Rui à frente, vencessem na Capital, seriam esmagados pela votação do interior”. E quando Otávio Mangabeira lhe replicava que sobretudo nos sertões estava a nossa grande força, êle sorria e afirmava que era engano nosso. E à véspera da partida de Otávio Mangabeira para a Bahia, como êste lhe garantisse que o sertão se levantaria em armas contra o esbulho do eleito, êle lhe disse: “Dr. Mangabeira, eu não creio na vitória da oposição. Muito menos no interior. Não gosto, como sabe, do Seabra. Desejo, mesmo, que os senhores vençam. Mas a lealdade política me obriga a dar ao Seabra tôdas as demonstrações de prestígio. Assim, lhe darei tôdas as nomeações para os cargos federais, como venho fazendo. De uma coisa porém, pode o sr. ficar certo: não mandarei para a Bahia um soldado”. Cumpriu a palavra. Porque, quando mandou, não foi um: foram seis mil. Foi a maior expedição militar brasileira.

Epitácio foi, sem contestação possível, o homem de maior inteligência e cultura, dentre os nossos Presidentes. E nenhum, pessoalmente, mais bravo do que êle. Nenhum mais orgulhoso. E no entanto cedeu à pressão política, no caso em que não devia ceder; e que lhe devia assinalar o começo da impopularidade, que o acompanhou desde esse dia. Duas vezes esmagou Epitácio a Bahia, podendo salvá-la, e salvar ao mesmo tempo a Democracia e a Lei. A primeira, em 1912, com o seu voto nos habeas-corpus, em razão do bombardeio; a segunda, intervindo, com seis mil homens do exército, para assegurar a posse, no governo da Bahia, do candidato derrotado, e contra o qual o povo se levantava. E de ambas as vezes, opondo-se a Rui, a quem admirava. E em favir de Seabra, a quem de-

testava e que lhe dava o mesmo trôco. Nas conversas particulares, era de ver-se a opinião de um sobre o outro. Estraçalhavam-se. E duas vezes entregou Epitácio, e contra a lei, a Bahia ao governo de Seabra. Como são terríveis os caprichos da sorte! Os homens só fazem o que podem.

A 24 de fevereiro, em carta a Epitácio, Rui, ante a intervenção na Bahia, se declara incompatível para representar o Brasil na Liga das Nações, por considerar aquêle ato uma rétratação ao convite, pois, com aquêle "inopinado arbítrio, anula a eleição da Bahia, restabelece a servidão de que ela já se podia considerar emancipada, inutiliza o trabalho meu, de meus amigos e dos meus conterrâneos moralmente unânimes nesta esplêndida, incomparável e já triunfante reação". E termina com essas palavras doloridas, amargas e pungentes: "Boa coroa dos meus cinqüenta anos de serviços à nossa Pátria no país e no estrangeiro. Não queira v. excia. que os seus, tão brilhantemente retribuídos hoje venham a granjear-lhe algum dia a doçura de tão generosa recompensa".

Como era sábio, como conhecia o coração humano aquêle jesuíta perseguido — Antônio Vieira — quando nos dizia que a uma pessoa, a quem amasse, antes desejaria "um grande delito que um grande merecimento. Um grande crime muitas vezes achou piedade; um grande merecimento, nunca lhe faltou a inveja".

Mas Rui não deserta. No cumprimento do dever não recua. De doutrinar não desiste. E, de 26 de fevereiro a 15 de abril, numa série de artigos, analisa e combate o ato presidencial da intervenção. Reuniu-os, depois, num volume editado sob o título: **O artigo 6º da Constituição e a Intervenção da Bahia**, e dedicou-o "à geração dos bacharéis de 1870", e como "homenagem da fidelidade guardada neste meio século às tradições do fervor jurídico daquele tempo, pelo obstinado estudante".

Findava, assim, a 15 de abril de 1920, a grande campanha de Rui iniciada a 14 de novembro de 1919, quando embarcou para a Bahia. Nella se desdobrou, em conferências, discursos, mensagens, artigos, cartas, manifestos e, por fim, um livro. Jamais tão grande soma de esforços despendera. Jamais tantos sacrifícios fizera. De nenhum incômodo se esquivara. A nenhum trabalho se poupava. Nenhum pedido, inclusive o da família, o demovera. Nenhuma dificuldade o detivera. Todos os aborrecimentos e amarguras suportara. E tudo isso ao setenta anos! E tudo isso por uma candidatura alheia! Impossível ensinar-se mais, "com o exemplo do que com a doutrina", a prática da Democracia, o culto do Dever e o amor ao Ideal. Tudo dera pelos conterrâneos.

Foi, aliás, o que êle próprio proclamara, ao fim de sua campanha, na Bahia: "Como quer que seja, senhores, cumprimos o nosso dever. Cumpram os outros o seu. Cumprimos o nosso dever, sem consideração de canseiras ou ameaças, de riscos, nem sacrifícios. Cumprimos, traçando o

nosso programa, e levando-lhe à execução, linha a linha, até ao último termo, com uma tenacidade sem quebra. Cumprimo-lo com amor, com devoção, com entusiasmo, com esperança”.

Não houve homem, que, em caso análogo, pudesse, no Brasil, dizer isso, à face da multidão, de cabeça erguida.

Em setembro de 1920, o Rei Alberto e a rainha Elisabeth visitaram o Brasil. Rui havia sido o grande paladino da causa dos Aliados, e, sobretudo, através de conferências e discursos, o defensor da Bélgica. Em favor da Bélgica redigira uma bela mensagem. Epitácio, como vários brasileiros ilustres, fôra simpático à Alemanha, antes que o Brasil se encontrasse com ela em guerra. Presente ao cortejo real, seria Rui, depois do Rei, a figura central, aclamada pela multidão, e junto à qual o presidente passaria obumbrado e despercebido. A vaidade de Epitácio Pessoa procurou fugir a essa situação e a êsse confronto, não convidando Rui para nenhuma das festas oficiais. Como acontece presentemente inverteram-se os papeis. Convalescia, então, Rui de uma grave enfermidade. Resolveu terminar a cura com uma estação em Palmira, para onde partiu. Doeulhe, porém, essa injustiça, verdadeiramente monstruosa do governo, para com aquêles que havia sido a grande voz que se alteara pela Bélgica, nos seus dias terríveis. Num envelope, existente em seu arquivo e onde juntara jornais daquela época, escreveu: “A vinda do Rei Alberto. Rui excluído intencionalmente das manifestações; Epitácio — Rui; Confrontos da imprensa e linguagem dela”. De fato, no dia da chegada do Rei, Epitácio pompeava junto a êle sua pacholice, livre da presença importuna de Rui em meio ao préstito. O apóstolo não figurava no cortejo, em que o cristão-novo dava, sòzinho, o testemunho das ardências de sua recente fé. O fato não passou despercebido à Imprensa.

Epitácio era um homem de talento e ótima cultura de direito positivo. Não tinha, porém, ou pelo menos jamais deixara entrever que tivesse, nenhuma cultura literária. Certamente nunca se perdera pelos Anais de Tácito. Senão, se teria lembrado daquela passagem do final do livro terceiro, quando, sob Tibério, se realizam os funerais de Júnia, viúva de Cássio e irmã de Bruto: “O Príncipe não se opôs a que se fizesse da tribuna o elogio fúnebre e se realizassem, com a pompa do costume, os funerais. Nêle figuravam as imagens de vinte famílias ilustres. Dos Manlios, dos Quintos e de outros nomes da nobreza: Sed prefulgebant Cassius atque Brutus, eo ipso quod effigies, eorum non visebantur”. “Más, Cássio e Bruto a todos excediam no brilho, por isso mesmo que ali não se viam suas effigies”. Foi o que aconteceu. No cortejo da recepção real, a todos excedeu no brilho e na presença Rui, que ali não figurava. Porque surgiu, incontinenti, no sentimento nacional, um protesto uníssono e unânime contra a iniquidade clamorosa de sua exclusão, traduzido em aclamações ao seu nome através de todo o percurso do préstito oficial. O escândalo

lo estourou na imprensa. E o rumor da reação chegou até aos ouvidos reais. Primou pela ausência, castigando a vaidade de Epitácio.

Manifestou o Rei desejo de receber pessoalmente Rui. Por sua vez, endereçou-lhe este, de Palmira, a seguinte carta, que, para o Rei, era uma linda missiva de homenagem, para Epitácio uma carta de alfinêtes que o espetava por todos os lados: "Convalescente de uma longa enfermidade, que me afasta do Rio, não poderia, contudo, esquecer meus deveres para com os Augustos Soberanos, que, neste momento, encham meu país com a felicidade de sua visita. Em meio às pompas reais com que a República Brasileira procura se embelezar, para responder à honra inestimável da presença entre nós das duas figuras imortais, ousou esperar que, maiores ainda por sua bondade que por seu heroísmo, se dignem de baixar um instante seus olhos até minha obscuridade, e acolher com um olhar a humilde homenagem de admiração e entusiasmo do último dos brasileiros, que não é entretanto, o último dos amigos da Bélgica. Ele não a ignorou, quando ela sangrava, cravada na cruz do seu suplício, para só a reconhecer, após a sua ressurreição, na força do seu direito e na irradiação da sua ressurreição, na força do seu direito e na irradiação da sua glória. Estas palavras comovidas não traduzem, pois, senão um sentimento antigo: o amor leal duma nobre causa, que a fé de um crente abraçou, lacerada e desprezada nas horas de angústia, e que se sente feliz de reencontrá-la hoje vitoriosa e coroada".

A 21 de setembro, dirige o Rei, por intermédio do seu secretário, um telegrama a Rui, em que lhe manifesta o desejo de recebê-lo, antes de voltar à Bélgica. A Rui, o seu estado de saúde não lhe permite vir incontinenti ao Rio. Somente ao fim da primeira dezena de outubro pôde aqui chegar, onde o povo o recebeu com a grande manifestação, a que alude, em 1921, o orador do Clube Militar, afirmando que tamanha foi a sua comoção, ante aquêle espetáculo grandioso, que os olhos se lhe arrasaram de lágrimas.

Em 1920, os bacharelados de S. Paulo o elegem paraninfo. O seu estado de saúde não lhe permite ler o discurso no ato da colação do grau. Leu-o Reinaldo Porchat, a 29 de março de 1921. É uma oração maravilhosa, que produziu no país a mais viva comoção. Foi a última grande conferência que, por inteiro compôs. Porque deveria deixar interminada a que, após a sua morte, foi lida, em benefício do Abrigo dos Filhos do Povo, a que se destinava, e cujo título é — *A Imprensa e o Dever da Verdade*. No discurso aos bacharelados de São Paulo, lhes dá os mais nobres conselhos e os mais altos ensinamentos. Parece que ele fala como se sentisse que a vida lhe fugia. Entrementes havia renunciado ao mandato de senador pela Bahia. E é assim que a isso se refere, com uns tons melancólicos na voz: "Mercê, porém, de circunstâncias inopinadas, com o encêrro do meu meio século de trabalho na jurisprudência, se ajusta o

remate dos meus cinquenta anos de serviços à nação. Já o jurista começava a olhar com os primeiros toques de saúde para o instrumento, que, há dez lustros, lhe vibra entre os dedos, lidando pelo direito, quando a consciência lhe mandou que despisse as modestas armas da sua luta, provavelmente inútil, pela grandeza da pátria e suas liberdades, na parlamento.

“Essa remoção da metade total de um século de vida laboriosa para o desentulho do tempo não se podia consumir sem abalo sensível numa existência repentinamente decepada. Mas a comoção foi salutar: por nal, me chegava a conhecer a mim mesmo, reconhecendo a escassez de que o espírito encontrou logo o seu equilíbrio na convicção de que, afinal, me chegava a conhecer a mim mesmo, reconhecendo as minhas reservas de energia, para acomodar o ambiente da época as minhas idéias de reconciliação da política nacional com o regime republicano. Era presunção, era temeridade, era inconsciência insistir na insana pretensão da minha fraqueza. Só um predestinado poderia arrostar empresa tamanha. Desde 1892, me empenhava eu em lutar, com êsses mares e ventos. Não os venci. Venceram-me êles a mim. Era natural. Deus nos dá sempre mais do que merecemos. Já me não era pouca graça, pela qual erguia as mãos ao céu, de abrir os olhos à realidade evidente da minha impotência, e poder recolher as velas, navegante desengano, antes que o naufrágio me arrancasse das mãos a bandeira sagrada. Tenho o consôlo de haver dado ao meu país tudo que me estava ao alcance: a desambição, a pureza, a sinceridade, os excessos de atividade incansável, com que, desde os bancos acadêmicos, o servi. Preguei demonstrei, honrei a verdade eleitoral, a verdade constitucional, a verdade republicana. Pobres clientes, êstes, entre nós, sem armas, sem oiro, nem consideração, mal achavam, entre uma nacionalidade esmorecida e indiferente, nos títulos rotos do seu direito, com que habilitar o mísero advogado e sustentar-lhe com alma, com dignidade, com sobranceira, as desprezadas reivindicações. As três verdades não podiam alcançar melhor sentença no tribunal da corrupção política, do que o Deus vivo no de Pilatos. Quem por uma causa destas combateu, abraçado com ela, em vinte e oito anos da sua Via Dolorosa, não se pode ter habituado a maldizer, senão a perdoar, nem a descrer, senão a esperar. Descrer da cegueira humana, sim, mas da Providência, fatal nas suas soluções, bem que tarda nos seus passos, isso nunca”.

Em seguida, esta página de alta eloquência, raríssima num homem que já havia feito setenta e um anos: “Assim que a bênção do parafólio não traz fel. Nem azedume, nem despeito. Os maus só lhe inspiram tristeza e piedade. Só o mal é o que o inflama em ódio. Porque o ódio ao mal é amor do bem, e a ira contra o mal, entusiasmo divino. Vêde Jesus despejando os vendilhões do templo e Jesus provando a esponja amar-

ga no Gólgota. Não são o mesmo Cristo êsse ensangüentado Jesus do Calvário a aquêlê outro, o Jesus iroso, o Jesus armado, o Jesus do látego inexorável? Não serão um só Jesus o que morre pelos bons e o que açoita os maus?

"Nem tôda ira, pois, é maldade; porque a ira, se, as mais das vêzes, rebenta agressiva e daninha, muitas outras, oportuna e necessária, constitui o específico da cura. Ora deriva da tentação infernal, ora da inspiração religiosa. Comumente se acende em sentimentos desumanos e paixões cruéis, mas não raro flameja do amor santo e da verdadeira caridade. Quando um braveja contra o bem, que não entende, ou que o contraria, é ódio iroso, ou ira odienta. Quando verbera o escândalo, a brutalidade, ou o orgulho, não é agréstia rude, mas exaltação virtuosa; não é soberba, que explode, mas indignação que ilumina; não é raiva desajamada, mas correção fraterna. Então não sòmente não peca o que se irar, mas pecara não se irando. Cólera será, mas cólera da mansuetude, cólera da justiça, cólera que reflete a de Jesus, face também celeste do amor, da misericórdia e da santidade. Dela esfuziam centelhas, em que se abrasa, por vêzes, o apóstolo, o sacerdote, o pai, o amigo, o orador, o magistrado. Essas faúlhas da substância divina atravessam o púlpito, a cátedra, a tribuna, o rosto, a imprensa, quando se debatem, ante o país, ou o mundo, as grandes causas humanas, as grandes causas nacionais, as grandes causas populares, as grandes causas sociais, as grandes causas da consciência religiosa. Então a palavra se eletriza, treme, lampeja, atroa, fulmina. Descargas sôbre descargas rasgam o ar, incendeiam o horizonte, cruzam em raios o espaço. É a hora das responsabilidades, a hora das apóstrofes, imprecações e anátemas, quando a voz do homem reboia coimo canhão, a arena dos combates da eloquência estremece como campo de batalha, e as siderações da verdade, que estala sôbre as cabeças dos culpados, revolvem o chão, coberto de vítimas e destroços incruentos, com abalos de terremoto. Eis aí a colérea santa! Eis a ira divina!

"Quem, senão ela, há de expulsar do templo o renegado, o blásfemo, o profanador? quem, senão ela, exterminar da ciência o apedeuta, o plagiário, o charlatão? quem, senão ela, banir da sociedade o imoral, o corruptor, o libertino? quem, senão ela, varrer dos serviços do Estado o prevaricador, o concussionário e o ladrão público? quem, senão ela, precipitar do govêrno o negociismo, a prostituição pública ou a tirania? quem, senão ela, arrancar a defesa da pátria à cobardia, à inconfidência ou à traição? quem, senão ela, a cólera do celeste inimigo dos vendilhões e dos hipócritas? a cólera do justo, crucifixo entre ladrões? a cólera do verbo da verdade, negado pelo poder da mentira? a cólera da santidade suprema, justificada pela mais sacrílega das opressões? Todos os que nos dessedentamos nessa fonte, os que nos saciamos dêsse pão, os que adora-

mos êsse ideal, nêle vamos buscar a chama incorruptível. É dela que, ao espetáculo ímpio do mal tripudiante sôbre os reveses do bem, rebenta em labaredas a indignação, golfa a cólera em borbotões das fráguas da consciência, e a palavra sai, rechinando, esbraseando, chispando como o metal candente do seio da fornalha. Êsse metal nobre, porém, na incandescência da sua ebulição, não deixa escória. Pode inflamar por momentos o irritado coração, donde jorra. Mas não o degenera, não o macula, não o resseca, não o caleja, não o endurece; e no fundo são da urna onde tumultuavam essás procelas, e donde borbotam essas erupções, não assenta um ódio, uma inimizade, uma vingança. As reações da luta cessam e fica, de envôlta com o aborrecimento ao mal, o relevamento dos males padecidos”.

E para logo acrescenta: “Nesta alma tantas vêzes ferida e traspasada tantas vêzes, nem de agressões, nem de infamações, nem de preterições, nem de ingratidões, nem de perseguições, nem de traições, nem de expatriações, perdura o menor rasto, a menor idéia de revindita. Deus me é testemunha de que tudo tenho perdoado. E, quando lhe digo, na oração dominical: “Perdoai-nos, Senhor, as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores”, julgo não lhe estar mentindo; e a consciência me atesta que, até onde alcança a imperfeição humana, tenho conseguido, e consigo todos os dias, obedecer ao sublime mandamento. Assim, me perdoem, também, os a que tenho agravado, os com quem houver sido injusto, violento, intolerante, maligno ou descaridoso”.

Nestas palavras sublimes, há o encanto, a doçura, a pureza, a tristeza, o desapêgo, a resignação, a santidade de quem já sente que a morte se aproxima. Lauro Müller, por êle tantas vezes alvejado, dissera que as leira com lágrimas nos olhos. Tão grande a comoção que a beleza e a sinceridade dessas palavras lhe haviam provocado.

Rui em seguida continua: — “Estou-vos abrindo o livro da minha vida. Se me não quizerdes aceitar como expressão fiel da realidade esta versão rigorosa de uma das suas páginas, com que mais me consola, recebei-a, ao menos, como ato de fé, ou como conselho de pai a filhos, se não como o testamento de uma carreira, que poderá ter discrepado, muitas vêzes, do bem, mas sempre o evangelizou com entusiasmo, e o procurou com fervor. Desde que o tempo começou, lento, lento, a me decantar o espírito do sedimento das paixões, com que o verdor dos anos e o amargor das lutas o enturbavam, entrando eu a considerar, com filosofia, nas leis da natureza humana, fui sentindo quanto ela necessita da contradição, como a lima dos sofrimentos a melhora, a que ponto o acerbo das provações a expurga, a tempera, a nobilita, a regenera. Então vim a perceber, vivamente, que imensa dívida cada criatura da nossa espécie deve aos seus inimigos e desfortunas. Por mais desagrestes que sejam os contratempos da sorte, e as maldades dos homens, raro nos causam mal

tamanho que nos não façam ainda maior bem: Quanto ao que é da minha parte, o melhor do que sou, bem assim o melhor do que me acontece, frequentemente acaba o tempo convencendo-me de que não me vem das doçuras da fortuna propícia, ou da verdadeira amizade, senão, sim, que o devo, principalmente, às maquinações dos malévolos e às contradições da sorte. Que seria, hoje, de mim, se o veto dos meus adversários, sistemático e pertinaz, me não houvesse poupado aos tremendos riscos dessas alturas, "alturas de Satanaz", como as de que fala o Apocalipse, em que tantos se têm perdido, mas a que tantas vezes me tem tentado exaltar o voto dos meus amigos? Amigos e inimigos, estão, a miúdo, em posições trocadas. Uns querem mal, e fazem bem. Outros almejam o bem, e nos trazem o mal.

Em verdade que teria sido dêle se houvesse ocupado a presidência? Teria tido forças para cumprir todos os seus compromissos? Obteria êxito em tôdas as suas reformas? Quiseram-lhe o mal e lhe fizeram o bem. Porque as presidências passaram. Mas o apostolado ficou. E os frutos hão de perdurar na posteridade agradecida e "no chão mais velho da civilização brasileira".

A 15 de dezembro de 920, num discurso proferido na Liga da Defesa Nacional, defendeu Rui a volta ao Brasil das cinzas do Imperador. Era a um desejo nacional que êle prestava o apoio da sua autoridade oracular. Entre outros fundamentos, assim êle próprio, justificando êsse ato, ao mesmo tempo se justificava: "Os que fizeram a República federativa não têm reivindicações contra as cinzas do velho Imperador, cujas virtudes eram muito maiores do que os seus defeitos. O seu longo e memorável reinado teria acabado em paz, se a sua vontade tivesse conseguido impor o mesmo respeito que dantes. Em 1889, êle queria, aceitava e considerava oportuna a federação. São históricas as suas declarações neste sentido. Os partidos, a política do seu tempo foram os que lhe recusaram, tirando-lhe, assim, ao seu reinado, a mais gloriosa das coroas.

"Na própria galeria republicana, há, portanto, um lugar, e grande, para D. Pedro II. A ouvirem-no, o que não quiseram, teríamos visto consumir-se a federação sob a Monarquia; e, obtida a federação, a República não viria senão mais tarde, mais a tempo, mais sã, mais madura, mais consciente, mais apoiada na opinião nacional".

Eram, como se vê, palavras de justiça, de verdade, e de bom-senso. Todavia, os invejosos — e êle os tinha em grande número — e um pequeno e insignificante grupelho de negadores sistemáticos das virtudes do segundo Imperador, volveram-se contra Rui, não somente atacando-lhe a defesa do ato, mas qualificando-o de contraditório.

E, a 21 de dezembro, Rui fala de novo na Liga de Defesa. Reafirma tudo quanto dissera em favor da proposta que fizera e demonstra a justiça do sentimento nacional de desejar que descansem para sempre, no

Brasil, os restos mortais dos seus antigos imperantes. Prova que jamais negara virtudes a Pedro II. Não o fizera jamais, nem às vésperas, ou aos primeiros dias da República. E responde aos que o acusaram de contraditório. Várias vezes havia êle desfeito essa arguição, ora demonstrando, como no Senado, a diferença fundamental que existe entre contradição e variação, ora fazendo galardão de não ser um homem a quem o tempo não ensina nada, e cobrindo de sarcasmos os que se aferram a opinião errada e não variam. Ao nosso ver, porém, jamais se justificou melhor e melhor se retratou do que nas palavras que aí vão, com que desenha a sua carreira e pinta o seu caráter: "Acoimem-me os inventores de contradições, acoimem-me do que lhes parecer. Desprezo êsse estribilho vão, com que a malignidade morde os melhores atos da minha vida. De todos os méritos me tenho por vazio. Mas sempre me restará o mais modesto dêles: o de ser um só de mim para comigo mesmo; o de ter feito do meu rumo, em cinqüenta anos de vida, uma reta determinada por dois pontos. que o mais insuspeito dos meus juizes um dia indicou: o direito e a liberdade.

"O primeiro que me encontrar entre os injustos, entre os violentos, entre os cruéis, entre os perseguidores, entre os tiranos; o primeiro que me colhêr em flagrante de esposar a causa do poder contra a justiça, da riqueza contra a miséria, da força contra a fraqueza, das autocracias ou aligarquias contra a liberdade, êste terá pôsto o dedo na primeira contradição realmente digna de tal nome. O homem não se contradiz, verdadeiramente, senão quando contravém à substância das suas idéias essenciais. Dentro delas pode variar, sem contradição, evoluendo, melhorando, emendando os próprios erros".

E os discólos não replicaram. Nem poderiam jamais ter encontrado Rui a serviço da ilegalidade, da injustiça, da ditadura, ou da opressão. No campo adverso, e exposto a todos os perigos, sim, aí sim, o teriam encontrado sempre, naquele passo mesmo o encontravam, e sempre o encontrarão, como depois se verá, até os derradeiros alentos da vida.

Após a intervenção de Epitácio, com Seabra no Governo, a oposição baiana, que parecia esmagada, pleiteia a primeira eleição federal. Foi um assombro. No primeiro distrito, elegeu um deputado. No segundo, porém, dois eram os primeiros votados e venceu a eleição de senador.

No terceiro distrito, elegendo um deputado. No segundo, porém, dois eram os seus candidatos oficiais: todos dignos. Mas Wanderley de Pinho, um dos seus grandes elementos eleitorais, apresentara-se como candidato oposicionista avulso. Cuidava-se que seria possível eleger os três. A bem dizer, dois, de fato, eram os candidatos avulsos. Porque, com o seu assentimento, todo o partido oposicionista, inclusive Otávio Mangabeira, telegrafou aos chefes locais fazendo questão fechada em torno de Alfredo Rui. E ainda à véspera do pleito, todos telegrafavam de Ilhéus

aos seus amigos de Cachoeira, para darem dois terços da votação a Alfredo Rui, como êste lhes pedia, quando fôra combinado que, ali, os votos seriam meio a meio. Terminada a eleição, porém, verificou-se o seu engano. Só conseguiram eleger um deputado, um, colocado em último lugar, nos eleitos, e, assim mesmo, beirando a derrota. A soma total dos votos demonstrou que poderiam ter eleito dois deputados se não houvessem concorrido às urnas com três nomes. Mas começaram desde logo os jornais governistas na obra surda de intriga: derrotara Alfredo Rui. Ante essa intrigalhada sentiam-se constrangidos, embora tivessem em mãos os documentos da sua absoluta lealdade, e os resultados do pleito, em que roçavam a derrota, não fizessem senão abonar a lisura do seu procedimento. Mas temiam que o coração magoado do pai, se ressentisse pelo desastre do filho. Nesta situação embarcam na Bahia, donde, quando chegam do interior, já Alfredo Rui havia partido. Ao chegar aqui, Rui e todos os seus estavam ainda em Petrópolis. Deveriam dentro de dois ou três dias, cumprir o seu dever de fazer uma visita a Rui, e não podia adivinhar como estaria o seu espírito, recebendo-os e ao eleito com seu filho derrotado. Mas à véspera de subir a Petrópolis encontra com Pereira Teixeira, ao lado do Hotel Avenida, na rua Santo Antônio. Tinha Teixeira chegado de Petrópolis. E, abraçando-se, ao eleito: "Vou contar-lhe uma coisa que lhe honra, porém, muito mais, ao Rui". E continuou: "Hoje fui conversar com êle sobre um parecer e, na conversa, sem nenhum espírito de intriga, comentei o telegrama da Bahia, que transmitia o resultado da eleição pela qual você fôra eleito e Ruizinho derrotado. E Rui, incontinente, e com um tom de sinceridade absoluta: "Felizmente que se salvou o João. Preferia a eleição dêle à de Ruizinho. Porque na Câmara êle é mais útil". "Mas", acrescentou Teixeira, "disse isto com simplicidade tal, que me comoveu. D. Cota (era como Teixeira, Palma e outros chamavam D. Maria Augusta) ia chegando. E lhes disse: "D. Cota, sabe o que o Mestre está me dizendo? Que preferia a eleição de João à de Ruizinho". E ela, incontinente: "Já sabia disso. Isso mesmo êle me disse, logo que soube da notícia. Mesmo antes de Ruizinho chegar". Não era, quando Alfredo Rui foi reconhecido e o outro, apesar, de eleito, depurado: "Do Rio — 10 junho 12 — Dr. João Mangabeira — Baixa da Graça — Bahia — Abraço caro amigo, com quem sou solidário na revolta contra sua depuração. Admissão meu filho com eliminação sua e mais representantes Bahia nenhum prazer me deu. Não me consolo sua falta Câmara Deputados. Rui Barbosa".

E no entanto, àquele ano de 1912, eram recentes suas relações com Rui. E um tanto cerimoniosas. Ao depois de 1915, elas se estreitaram. Porque, só em maio de 1909, travaram relações, após a sua estréia imprévisita e tumultuosa na Câmara, mas consagrada pela vitória, por um voto, de Henrique Borges sobre Sebastião de Lacerda, quando o reconheci-

mento dêste era tão certo, que estava na ante-sala, para ser empossado, e aquê se havia retirado para Vassouras. No dia seguinte, estava êle na bancada, conversando com Leão Veloso, quando Alfredo Rui entregou um envelope azul. Abre. Era um cartão de Rui. Lê-o, rapidamente, e mette-o na carteira. Mas Veloso adivinhara. E diz-lhe: "Isso é uma carta do Rui, não"? Responde-lhe que sim e passa-lhe às mãos o cartão azul, que assim dizia:

"134 - S. Clemente - Rio de Janeiro. 'Rui Barbosa dá parabéns ao seu colega Dr. Mangabeira pela sua vigorosa, feliz e aplaudida estréia na Câmara dos Deputados. 28 maio, 09".

E Veloso paternalmente: "V. é um menino. Não podia ser deputado! Muita gente boa dava contos de réis para ter um cartão destes. Isto é uma condecoração. E v. atira na carteira, como se não valesse nada, quando deve ser publicado. E v. tem hoje mesmo que ir pessoalmente a Rui agradecer-lhe". Combina então que iriam juntos. E à noite foram. Começaram assim suas relações com Rui. Mais tarde, em junho, por delegação de sua bancada, fez ele de verdade a sua estréia, respondendo ao discurso com que Hasslocher abria a campanha em favor do Marechal. À noite houve uma reunião da bancada baiana, em S. Clemente. Nada lhe disse Rui. No dia seguinte, entregava-lhe Alfredo Rui a seguinte carta.

"Rio, 2 de agosto, 909. - Meu caro Dr. Mangabeira. - Nada lhe disse ontem, porque é por escrito que lhe queria dar os parabéns pelo seu notável discurso, com os meus agradecimentos pela bondade com que nêle tanto me honrou. Queira aceitá-los uns e outros, com a expressão sincera da estima do seu colega e amigo - Rui Barbosa".

Era Rui dêsse extremo de delicadeza, máxima, quando se tratava, como no seu caso, de um estreante aqui totalmente desconhecido. Depois dêste discurso, cresceu sua confiança. Tanto assim que, por designação sua, foi o incumbido, dentre os congressistas, para fazer-lhe a defesa, e responder a Hasslocher, quando êste, em 1910, pronunciou o seu discurso, por ocasião do reconhecimento do Marechal. E foi por êle também indicado para assumir o lugar de redator-chefe do *Diário de Notícias*, quando Pinto da Rocha foi à Europa. Mas as suas relações com êle só depois de 1915, quando volta à Câmara, se tornaram íntimas, sendo êle um dos mais assíduos frequentadores de sua casa.

Pôde então, graças a essa intimidade, que, ao fim, se transformou numa convivência diária, apreciar certos aspectos do seu caráter, tão desconhecido em alguns pontos. Era comum, por exemplo, dos que o não conheciam tomar por timidez o que era orgulho. Êsse mesmo um dos seus defeitos, que tantas vêzes o prejudicou e malserviu à causa a que se devotava. Irritava-se, contudo, quando lhe aludiam ao orgulho, que, a pés

juntos, dizia e redizia não ter. No entanto, o tinha, e de sobra. E, quando melindrado, deixava transparecer, sem cobertura, toda a consciência que tinha de sua força, fôsse qual fôsse o tamanho intelectual do adversário. Conta Tobias Monteiro que uma feita, logo depois que Manuel Vitorino entrou para o lugar de Rui, na Comissão de Finanças do Senado, os intrigantes foram levar-lhe a falsa notícia de que aquele iria, à primeira oportunidade, atacar a gestão financeira do Governo Provisório. E Tobias descreve: "Os olhos de Rui fuzilaram. O semblante tomou uma expressão tigrina. E ele explodiu: Tomara que o faça. Eu o esfaqueio." E fez, instintivamente, com o rosto e os queixos, o movimento do cão que dilacera uma lebre". E o adversário seria Manuel Vitorino! Um dos maiores talentos que já fulguraram na política brasileira, um dos maiores oradores do seu tempo.

Orgulho, consciência de sua força, sentir-se invencível, sempre. Timidez, nunca. O que parecia, aos que o não conheciam, timidez era apenas orgulho. Hesitava ao assumir grandes encargos, não por timidez, mas por orgulho. Leão Veloso, cuja inteligência era muito maior do que se julgava, com uma argúcia, uma percepção, uma penetrabilidade raramente encontradas, tinha exatamente sobre Rui, que ele conhecia desde moço, como as palmas das mãos, essa opinião. E, de uma feita, dizia dele: "Vocês não conhecem Rui. Não é homem que a perspectiva de um escândalo intimidade. Não tem medo de escândalo nenhum". E era exato. Não era possível um homem mais certo de sua força, dela mais orgulhoso e nela mais confiante.

Outro aspecto interessante era o desprezo que tinha pelo dinheiro. Era preciso um grande esforço para lhe arrancar um parecer, embora regiammente pago. Até um amigo perdia, às vezes, meses e meses, para obter de Rui o parecer, mesmo depois que, tendo conhecimento do assunto, opinasse favoravelmente. O que ele amava eram os pareceres políticos, as causas gratuitas, as discussões doutrinárias, as campanhas pelo bem público. Aí era todo ardor, presteza e atividade. Mas no trabalho pago, era indiferente, ronceiro e retardado. Ele próprio o declarou: "Se o trabalho não fôsse, como infelizmente creio que há de ser até o término dos meus dias, o instrumento de minha subsistência, não é aos áridos labôres forenses que eu consagraria a minha vida. A minha vocação reclama um ideal mais alto. Os que me conhecem a natureza hão de reconhecer que, com os meus instintos e os meus gostos, não pode ser voluntária a minha absorção no comércio dos autos".

Somente premido pela necessidade se dedicava ao trabalho retribuído de pareceres ou autos. Prova-o esta carta: "Rio, 9 de st., 921. Meu caro Dr. João Mangabeira: A repetição dos meus incômodos não me consentiu dar o parecer, que prometera, quanto ao caso da Comp. Port

of Pará. Queiram perdoar-me a demora inevitável. Só agora começo a volver ao trabalho, e, se ainda fôr tempo, convindo-lhes, poderei, nêstes dez ou doze dias, concluir o exame da questão, e enviar-lhes a consulta, devidamente justificada. Queira comunicar-me o que determina ao seu amigo — Rui Barbosa”.

Era um parecer que estava em suas mãos por vários meses. Durante êsse prazo escrevera *Oração aos Moços*, *A Imprensa e o Dever da Verdade*, fizera os discursos da posse do Marechal Hermes no Clube Militar, falara no Senado. Escrevera a série de artigos, enfeixados em livro, sobre a intervenção na Bahia. Dera pareceres gratuitos a funcionários ilegalmente demitidos. Mas à consulta, cuja resposta paga deveria render cem contos, trancou no seu arquivo! E só houve parecer quando, esgotados os recursos pecuniários de que dispunha, não teve outro jeito senão desarquivar a consulta sobre um fato que já conhecia e sobre o qual, em pessoa, a vários já opinara. A consulta versava sobre a interpretação de cláusulas contratuais. Não estava em jogo nenhum problema de ordem pública. Um ano depois, novamente a *Port of Pará* a êle voltou com outra consulta. Desta vez estavam nela envolvidos princípios fundamentais do direito administrativo e constitucional. Apaixonado pelos princípios em jogo, não se demorou Rui em responder. Foi o último dos seus grandes pareceres. O ato de força do governo é arrasado. A lógica do parecer é irretorquível. A energia da frase revela a indignação do jurista contra o atentado da força, e o lume de uma inteligência, ainda à véspera da morte, em todo o seu esplendor. Tem a data de 9 de dezembro de 1922. Dois meses e dias depois é a morte. Vê-se o vigor, o brilho de forma dêsses períodos, lavrados pela mão de um artista, num trabalho de advogado:

“Assim, o pagamento das garantias de juro aos concessionários está regularizado, autorizado, decretado, sancionado e legalizado por tôdas as autoridades constitucionais, parlamentares e financeiras, numa longa sucessão de anos: pelo poder executivo, que o requisitou; pelo Tribunal de Contas, que o aprovou; pelo Corpo Legislativo, que o concedeu; pelas Leis de Orçamento, que determinaram.

“É, portanto, uma jurisprudência compacta, insistente, invariável da autoridade administrativa, da autoridade financeira, da autoridade legislativa, sem uma contradição, sem uma falha, sem uma vacilação, na afirmativa conteste dos direitos legais dêsses concessionários na percepção de vantagens e da obrigação do Tesouro Público, da sua responsabilidade no reconhecimento de tais encargos.

“Não sabemos se haveria outro país no mundo, onde, ante tamanha muralha de autoridade, tamanha solidez de razão jurídica, tamanho deslumbramento de evidência, se pudesse articular uma contestação uma dúvida, quanto mais uma solene impugnação da autoridade pública, do go-

vêrno, associado à responsabilidade na constituição desse regime legal, desde as Leis de 1869 e 1883, até aos Decretos de 1903 e 1907, coroados com um lustro de Leis orçamentárias, quais as de 1917 a 1921”.

“Se fôsse possível vingar a iniciativa que toma hoje o governo de, abdicando da sua própria coerência e fazendo malbarato da do Tribunal de Contas, alvitrar ao Congresso Nacional que trate a sua com o mesmo desprezo, não haveria nada que, neste país, resistisse à ventania da desordem, pois os poderes constituídos para a defesa da estabilidade legal seriam os que se juntassem em ludibriá-la.

“Mas procuremos, nesta crise de anarquia orientar-nos serenamente, atendendo-nos ainda aos elementos jurídicos, que lhe resistem e a condenam”.

E é todo no tom dessa veemência e no primor dessa forma o parecer, lavrado, por assim dizer, à beira da morte.

Eleito Juiz da Côrte de Haia, pelo modo surpreendente e glorioso a que já nos referimos, de todo o país se ergueram os clamores do entusiasmo pelo grande homem, cuja vida, nos dias extremos da velhice, assim se coroava. Tôdas as associações de cultura, todos os círculos da vida nacional, todos os expoentes da sua nobreza e do seu poder se juntaram no côro dessas aclamações, às quais tôda a imprensa e o Poder Legislativo se aliaram. Nem lhe faltou na sagração o Supremo Tribunal, que, por uma comissão, falou a Rui, em sua casa, e pelo órgão de um grande juiz, juiz de verdade, daqueles nos quais a inteligência e a cultura se levantam de uma alma forte, temperada na prática das mais nobres virtudes. Fôra Edmundo Lins quem lhe falara. Mas no Senado, Félix Pacheco pensou traduzir, como de fato traduziu, o sentimento nacional, apresentando um projeto, pelo qual se conferia a Rui um prêmio de cinco mil contos. Mas, em carta de 28 de agosto de 1921, Rui declara não aceitar a recompensa. Fê-la nestes termos: “Não é que não reconheça às nações o direito de outorgar recompensas dessa ordem. Não é que esta não me viesse facilitar o cumprimento de certos deveres sagradas, quando êles começam, talvez, a pesar sobre uma vida consumida no trabalho. Mas, além de que a consciência me atesta não estar eu na altura de galardão tão excepcional, a minha condição de homem político e membro da legislatura me não permitiria agora aceitá-lo, numa situação como a deste momento, quando cada um, acima de tudo, deve cuidadosamente velar pela independência de sua atitude e insuspeição do seu voto”.

Mas Félix Pacheco insiste. E Rui, novamente, em carta de 31: “Mas, por meu mal, o meu espírito se atém à opinião de quê, enquanto senador da República, não devo aceitar favores pecuniários dos cofres da nação”.

Treze anos antes, em 1908, recusara igual homenagem, quando, ao voltar de Haia Lôbo Jurumenha apresentou à Câmara um projeto concedendo a Rui um prêmio de mil contos. Recusar um homem, duas vezes, uma recompensa que o Poder Legislativo do seu país lhe outorgava, e que, em ambos os casos, o tornaria rico, e, no último, lhe "facilitaria o cumprimento de deveres sagrados", que já começavam "a pesar sobre uma vida consumida no trabalho"; e tudo isso tão somente por um excessivo escrúpulo moral, como o que fundamenta as duas recusas; e continuar, por isso, pobre e velho, a trabalhar para viver, até o último dia da existência; tudo isso, hoje contado, seria havido como fábula, se porventura, não existissem os documentos que atestam a verdade real da narrativa. O homem que assim procede pode, sem hipocrisia, sustentar que ensinou "mais com o exemplo do que com a doutrina". E pode-se medir toda a delicadeza dos seus escrúpulos e todo o seu desprezo pela recompensa pecuniária, porque, em 921, derredor dêle, toda a sua família e todos os seus amigos opinavam pela aceitação.

A 10 de março de 921, renunciou Rui ao lugar de senador pela Bahia. No ofício de renúncia, assim dizia: "Busquei servir ao meu país e ao meu Estado enquanto estive no erro de supor que lhes podia ser útil. Mas, acabando, por fim, de ver que não tenho meio de conseguir nada a bem dos princípios, a que consagrei a minha vida, e que a lealdade a essas convicções me tornou corpo estranho na política brasileira, renuncio ao lugar, que, em quase contínua luta, ocupo neste regime, desde o seu começo, deixando a vida política, para me volver a outros deveres".

Mas o país não se conformou com essa renúncia. Não se compreendia o Senado sem a presença de Rui, enquanto vivo. Os apêlos erguiam-se do país inteiro. A 5 de junho, a Bahia, unânime, o reelegia. Levantara a reeleição o próprio Seabra, a quem êle acabara de rudemente combater e que se achava no governo do Estado. Reeleito, comissões da Câmara e do Senado, mediante voto dessas casas, foram a Rui pedir-lhe que reocupasse o pôsto a que a Bahia, unânime, o reelegera, e a Nação unânime lhe suplicava que aceitasse. Acedeu. E ao tomar posse, a 30 de julho, assim falou, referindo-se à renúncia: "Quando renunciei, em 10 de março dêste ano, à cadeira de senador, que, pelo Estado da Bahia, ocupo, seguidamente, desde a Constituição Republicana (com o breve intervalo de outra renúncia, encerrada, também, por uma reeleição imediata) — formalmente designei, na minha carta, daquela data, ao Senado, os motivos, que a tal resolução me levaram". Eajuntava: "Não era nova, em mim, essa triste e dolorosa impressão". E comprovava: "Nem era senão reflexo do que dentro no meu espírito sentia acêrca de mim mesmo grande parte do que escrevi sobre o sr. Quintino Bocaiúva, a propósito de idêntico ato seu, num editorial da Imprensa, de novembro

de 1899, transcrito agora em 25 de abril de 1921, pelo *Jornal do Comércio*, quando pela segunda vez resignei o mandato legislativo.

"Não sei se as palavras, nesse escrito, nos traçariam tão fielmente a psicologia daquele chefe republicano quanto deixaram transluzir a minha própria, em lanços como este:

"De resoluções como a em que se acaba de fixar o sr. Quintino Bocaiuva, quando tomadas por um espírito como o dêle, não há debaixo do céu, tribuna habilitada para julgar exatamente, senão a da consciência mesma, onde se assentaram. São condensações morais de causas íntimas, antigas, persistentes, em que a síntese do ato definitivo, lentamente desenvolvida por um trabalho semi-reflexivo, semi-inconsciente, amadurece, um dia, na intuição de uma necessidade, a que o ânimo honesto obedece como a dever revelado e imperioso. Não se contesta que certos nomes tenham grandes responsabilidades para com a sua época. Mas esta não as deixa de ter, também, para com êles. E, quando a fraqueza do indivíduo se sente desarmada ante a fatalidade dos destinos de seu tempo, uma ação invencível para a obscuridade, um enjôo mortal da luta, um sentimento esmagador do nosso nada se apodera das índoles mais nobres, dos caracteres mais fortes. Aquêlê que da sua existência consagrou à de seus pais tão larga parte, e com tamanha dignidade, fêz o que podia; e, se, por fim, sem deixar o seu ideal, já se não sente capaz da antiga fé na harmonia entre êle e o presente, ninguém tem o direito de lhe pedir contas pelo último ato de sinceridade e energia, que pratica, ausentando-se da cena".

.....

"Os sentimentos expressos há vinte e um anos, nesta serena e justa linguagem, eram, evidentemente, os mesmos, que, há quatro meses, explicavam a minha retirada à vida particular, quando acabei, por fim, de ver que não tenho meio de conseguir nada, a bem dos princípios a que consagrei a minha vida.

"Tão assente estava já em mim, e de tão longe, êsse intento, que, mais de uma vez, da própria tribuna parlamentar, deixei transparecer a minha tendência a êle, e anda já por mais de um decênio que, na sinceridade íntima das relações de pai e filhos, escrevendo a um dos meus, numas férias logradas no Rio das Pedras, Campinas, em carta de 28 de dezembro de 910, lhe escrevia eu, deliberada e tranqüilamente: "A velhice não me tem endurecido a alma. Sômente a tem voltado para a família e para Deus, graças a êste, que me vai aliviando, com a fé, os sofrimentos. Para o que eu me vou tornando imprestável, minha filha, é para a política, de que não tardarei muito em me desprender inteiramente. Convenci-me da minha inutilidade à pátria, e todo o meu sonho,

hoje, é concentrar-me na felicidade íntima dos meus, devotando aos filhos e aos netos o que, até agora, tão estérilmente, busquei dedicar ao bem dos meus concidadãos.

.....

"Ninguém será capaz de vislumbrar o mais tênue laivo de azedume, queixa, ou desconsôlo nessas expressões, de suave e contente resignação, que o papel amarelado pelo tempo me guarda como documento precioso de um desses momentos do coração, em que ele mergulha na verdade como num banho de sol reanimador.

"A sorte das minhas idéias e trabalhos na renovação presidencial de 1910, na de 1914, na de 1918, na de 1919, e tantas outras circunstâncias, qual a qual mais notável, que encheram a nossa história nestes últimos dez anos, longe de me reconciliarem com a política republicana, ou de me darem a ver menos inacessível às reformas, cuja necessidade considero essenciais à conservação do regime, me desenganaram, reiteradas vezes, de alcançar qualquer coisa pelo melhoramento das instituições nacionais".

Quer salvar o Brasil. Prossegue, já então examinando o recurso único para a salvação do Brasil: "Mais que madura estava, pois, no íntimo de mim, essa decisão, quando a tomei. A salvação do país estava na revisão constitucional. A política brasileira, intransigente, a repelia. Essa intransigência, bem fora de ceder, se obstinava, e irritava ainda com a insistência da minha propaganda. Logo, tudo me aconselhava a abandonar um papel inútil, neste cenário, antes que ele acabasse de consumir a minha vida, sem vantagem para ninguém.

"Divergiu de mim, agora, a nação, pelas suas manifestações destes quatro meses, entendendo que me cumpria reconsiderar a renúncia consumada. Mas essa renúncia obedecia a uma causa, declarada, real e justa. Como reconsiderá-la? Terá porventura, neste entremeses, sucedido alguma novidade, que a removesse, ou atenuasse a sua causa? Não. Pelo contrário. O que, neste meio tempo, se tem visto, é que, dividindo-se em duas correntes, para se resolver sobre o governo da nação no próximo quadriênio, a política brasileira se encarnou em duas soluções presidenciais, irredutivelmente concordes entre si em não tolerar a revisão constitucional".

E depois de aludir à sua campanha pela federação para salvar o trono, acrescenta: "Qual era "a aventura comprometedora"? A providência de nós outros, os que aconselhávamos entregar ao mar tempestuoso as obras mortas, para salvar a embarcação? Ou a rotina perversa, que abandonava o leme, agulha e casco aos ventos e ondas, para livrar delas os bordos já rotos do navio e a sua avariada carga?

"Onde os ideólogos? os temerários? os subversores? Entre os que enxergiam a república iminente, ainda a tempo de se prevenir? Ou entre os que, já no momento da catástrofe, a não divisavam? Agora estamos com a mesma perspectiva por devante: um regime que garra para a costa, ao som das músicas do barco, empenhadas em abafar o rumor das vagas espedaçadas nos recifes, já próximos. E' a mesma coisa de então, com diferença apenas que agravam imensamente as condições da nau a pique de sinistro".

Temia-se a revolução. E pouco depois, examina os perigos de uma revolução: "Eis o problema brasileiro, num momento em que a situação universal carrega de pesada obscuridade, por tôda a parte, as questões interiores. Ninguém hoje pode invocar a revolução como pôrto seguro da liberdade. Nesses surgidoiros insidiosos ninguém sabe o que a espera. Massas disformes atalham o acesso a êles; fórmulas estranhas e tenebrosas cercam-lhes a entrada; surpresas terríveis, acidentês monstruosos, como êsses que, de súbito, inundaram as mais gigantescas monarquias do mundo, submergindo, na Europa, os três grandes impérios militares fundados no direito divino, e, de Londres a Washington, as mais sólidas organizações republicanas.

"Quem se poderia responsabilizar, hoje, por um movimento popular uma vez sôlto? Quem poderá ter confiança em o dirigir, uma vez declarado? Enquanto as revoluções eram políticas, tinham praias, que as circundavam, e lhes punham raias visíveis. Depois que se fizeram sociais e (sociais são hoje tôdas), tôdas beiram êsse Mar Tenebroso, cujo tórvo mistério assombra de ameaças as plagas do mundo contemporâneo. Acreditando eu que as instituições se conservam, quando adotam a tempo, as reformas necessárias, convenci-me de que, sem a revisão, a carta republicana de 1891 está perdida. Vendo, por outro lado, que os interesses oficiais da política brasileira, senhores absolutos do país, estão invencivelmente coligados em negar a revisão constitucional; crendo que essa resistência desvairada nos levará, próximamente, à revolução, e sabendo que as revoluções, nesta fase climatérica da história da humanidade, levam a rumos desconhecidos, — julguei-me coacto entre as pontas de um dilema, que me obrigaria ou a emudecer na tribuna, ou, procedendo com desassombro, concorrer para a violência de reivindicações, a cuja extensão ninguém, depois, lograsse traçar extremas.

"Para não me sujeitar a nenhuma de tais alternativas, dissimulando com a consciência, ou envolvendo-a em responsabilidades, que ela rejeitava, devolvi ao eleitorado o mandato senatório, que já não podia exercer, como o entendo". Temia e antevia o comunismo.

E, em seguida, examinando a própria reeleição: "A reação, porém, não só dos meus eleitores, senão do país todo, criou-me uma situação moral, que substitui pela dêle a minha vontade. A conclusão irrecusável

dos fatos, da situação política existente, era que eu não podia senão insistir na renúncia; e a isso estava decidido. Mas a reiteração do mandato que veio envolta em circunstâncias de um imperativo absoluto, que me não deixava arbítrio, para me escusar.

"Não é só a posição da Bahia, com o exemplo, que deu, de um caso de unanimidade eleitoral, talvez inteiramente novo, a unanimidade rigorosamente unânime, pelo concurso de todos os votos baianos, sem desvio de nenhum, em torno do meu nome. Não é só isso. São, ainda, essas manifestações do Brasil inteiro, as mais altas e eloqüentes, que abrangendo as várias categorias de órgãos do sentimento brasileiro, desde os políticos, o Congresso Nacional, Câmara e Senado, Assembléias Estaduais e Municipais, até os órgãos morais, como a imprensa, sem distinção de parcialidade, nem opiniões, instituições populares, associações profissionais, corpos literários, todos a se juntaram em constituir, realmente, uma verdadeira declaração da vontade nacional.

"E' diante desta, assim expressada, soleníssima, imperativa, que me sinto, não desconvenido, mas vencido na opinião, ainda constante em mim de que, subsistindo os motivos pelos quais resignei o mandato, não o devia reassumir, embora categoricamente renovado.

"Assim, com efeito, me determinava a lógica. Mas a lógica está (pelo menos em caso tão extraordinário), a lógica está abaixo da gratidão; e um homem, que põe o seu sentir individual, em matéria de honra e civismo, acima do sentir de uma nação inteira, quando esta é a sua, e lhe implora, ou exige os serviços, bem arriscado vai a ser tido, com boas aparências de justiça, entre os seus naturais, como tipo de egoísmo, orgulho e insensibilidade".

Obedecer é tão nobre como mandar. Ante isso, não lhe cabe senão obedecer. E nesses termos: "Já não quero, pois, saber se acerto, ou desacerto: obedeco. E' um ato de obediência, em que abduco da minha liberdade, para me submeter à exigência do meu Estado natal, e à imposição da nossa grande pátria comum. Cativo dela, entrego-me a esta necessidade inexorável, por não incorrer na suspeita injuriosa de que deserto o país, revoltando-me contra a honra da sua confiança, e cometo deliberadamente um ato de solene desprezo para com a nação.

"Desta experiência, a que me sujeito de antemão desiludido, não espero senão tirar, mais uma vez, a prova do meu desvalor. Mas creio que me permitirão só lhe aceitar as contingências dentro das condições decorrentes da situação, em que me é imposto este mandato; isto é: não para mergulhar de novo nas agitações da tribuna, para moirer no labor diuturno do parlamento, para militar nas colisões ordinárias dos partidos, mas para, bem longe da política subalterna em que se consome a nossa terra, e alheio de ligações partidárias, dar ao serviço geral o muito pouco de que ainda seja capaz, onde e como o possa, quando Deus me dê forças, me dê

enjo, me dê ânimo, e algum interesse maior da nação requisi-te, no meu concurso, o de um homem de fé e verdade.

“Não volto a esta cena (quero dizê-lo hoje, aqui, alto e bom som) senão para estar à mão de cumprir esse irrecusável e modestíssimo dever. Daí não sairei uma linha. Não tenho, nem terei pretensão alguma. Não adoto, nem adotarei as de ninguém. Na arena das candidaturas ao governo nada tenho que dever. Onde surgir o princípio da revisão constitucional, com as garantias de ser executado capaz e lealmente, aí estará o meu voto, que não é mais do que um voto. Não tenho compromissos, a não serem os das minhas convicções, perfeitamente definidas e conhecidas”. E, concluindo: “Agora vós, senhores senadores, os que com a honra de vosso apêlo, tanto contribuístes para me dar a coragem de obedecer às ordens da Bahia e da nação, aceitando a renovação deste mandato, valei-me com toda a indulgência que acaso vos mereça este meu sacrifício, se não quereis que acabe em nada esse mesmo pouco, hoje esperável dos meus recursos, já pouco menos de nulos nestas paragens da vida, onde quase nada resta ao homem, para o absorver, senão a consciência e a fé nas coisas eternas”.

Neste discurso, o último, a bem dizer, que proferiu, a visão do homem de Estado, numa profecia do futuro próximo, desenha-se com um vigor, uma precisão e uma beleza surpreendentes num setuagenário, cuja vida se abeirava do seu termo.

Mais uma sucessão. Em julho de 1921, agitava-se a sucessão de Epitácio. E a 15 daquele mês, Rui envia a Nilo Peçanha a seguinte carta: “Renovando a v. excia. os meus agradecimentos pela visita com que me acaba de honrar para conversar comigo sobre os seus passos acerca das questões das candidaturas presidenciais, acredito conveniente, para clareza de minha posição neste momento, deixar escrito em suma a conclusão do que disse como expressão de minhas idéias e resoluções com relação à grave matéria de nossa palestra. Elas se resumem desta forma:

“Comprometido há mais de vinte anos com a política de revisão constitucional, que busquei traduzir na plataforma de 1910, não me é lícito dar o apoio e a aprovação de meu voto senão à candidatura presidencial ligada a essas idéias e que conte com as simpatias do elemento militar. Considero o concurso delas imprescindível neste momento, pois tenho a situação atual do país como mais grave que a de 1889, e vejo nesse elemento a força única da estabilidade e da reorganização que resta ao povo na dissolução e na anarquia geral que nos arrasta. Peço licença a v. excia. para dar publicidade a esta carta, se me fôr necessário”.

Quinze dias depois, no Senado, ao tomar posse de sua cadeira, reafirmou, como já vimos, as idéias expendidas nesta carta.

Surgem as cartas falsas. A campanha presidencial de 1921 desenrolava-se apaixonada mas normalmente, entre os candidatos à sucessão Epi-

tácio, quando surgiram as cartas falsas atribuídas a Artur Bernardes. Hoje não há ninguém, absolutamente ninguém, que não esteja certo da falsidade daqueles documentos. Naquela época, porém, a paixão exaltou-se a extremos jamais entre nós vistos. A impopularidade de Bernardes, nesta capital, era evidente e formidável. Nilo tinha por si o povo desta metrópole, e os jornais populares. O Exército, inflamado pela propaganda, acreditava, em sua maior parte, na autenticidade de tais cartas. Foi numa situação dessa ordem que Barbosa Lima, a 15 de janeiro de 22, apelou para Rui, numa carta que se encerrava nestes termos: "Estou certo de que o homem que levantou do exílio o seu protesto, em nome da justiça, contra o sacrifício de Dreyfus ao ódio de raça, não deixará de responder a êste apêlo, cedendo ao ímpeto da justiça, que tem sido a força motora de toda a sua grande e nobre vida". E respondeu.

Rui não se iludia sobre os dissabores que a sua resposta lhe iria acarretar. Teria que enfrentar a impopularidade. Teria que dissentir dos jornais que sempre o apoiaram. Afrontar a vaga das paixões exacerbadas. E tudo isso, à beira do túmulo, para onde a moléstia fatal o arrastava. E tudo isso em favor do homem que, em 919, por intermédio de Raul Soares, organizara o mundo político contra a candidatura Rui. Mas a sua fé não deserta. A sua chama apostolar não se apaga. A sua inquebrantabilidade moral não se abate. Na conferência, que havia começado e a morte não deixou concluir, sobre a *Imprensa e o Dever da Verdade*, tomara como signo — *Patria cara, carior Libertas, Veritas carissima*. Cara é a Ptria, mais cara áa Liberdade, a Verdade mais cara que tudo. E nesta conjuntura terrível, não enrola a bandeira; não abandona o lema preferido; não arreda a taça de fel que o destino lhe reserva. Enfrenta todos os sacrifícios, arrosta todas as amarguras, e dá o laudo pela falsidade das cartas. Não há, do ponto de vista moral, ato mais nobre em sua vida. E o pratica em favor de um candidato a quem não apoiara, e que recebera mal, como ao seu competidor. Mas, ante o espetáculo da injustiça de um homem de bem vitimado por uma campanha de calúnia, a sua alma não pode hesitar. E não hesitou. Poderia repetir as palavras do Senhor diante de Pilatos: *Et ad hoc veni in mundum, ut testimonium perhibeam veritati*. "E eu vim ao mundo para dar o testemunho da verdade". E êsse testemunho êle o deu numa hora amarga. Ainda uma vez "ensinava mais com o exemplo do que com a doutrina".

Grande era o seu desprendimento em prol da verdade. A 5 de julho troam os canhões de Copacabana. E com êles ainda troando, Rui vota o estado de sítio que o governo, dentro da mais estrita constitucionalidade, solicita. Alquebrado pela moléstia que o minava, mal podia falar. Meia dúzia de palayras apenas, para frisar que votava o sítio com as restrições que sempre lhe opusera. Num dia daqueles, seu caráter não lhe permitira ficar em casa, para ver em que paravam as modas. Tinha

que tomar uma atitude. E outra não podia ser a dum homem da lei, senão a que tomou, uma vez que o pédiço do govêrno se enquadrava exatamente dentro dos têrmos precisos da Constituição. Defendeu a legalidade.

Pouco depois, em agôsto, passa por uma crise mortal, da qual milagrosamente escapou — um edema pulmonar complicado com uremia. Deu-lhe a comunhão monsenhor Rangel. Escapo do perigo iminente, os médicos disseram a D. Maria Augusta que a vida de Rui estava por um fio. Pouco saía do quarto. Foi aí que recebeu Hughes e proferiu em inglês um pequeno discurso, composto de sete pequenos períodos, dos quais transcrevemos os dois últimos. Fê-lo com grande esforço, cuidando prestar um serviço ao Brasil, no salientar a nossa união e a identidade do nosso destino com o da grande República. Foi no quarto, e sem discurso, que recebeu Antônio José d'Almeida — presidente de Portugal. Quando se sentia melhor, ia até a biblioteca. E, para escrever, usava de uma pequena mesa de oleado, portátil e dobrável, que êle próprio levava de um lugar para outro e de um pequeno tinteiro de vidro azul. A mesa deu-a d. Maria Augusta a Miguel Calmon, após a morte de Rui, e o tinteiro a Mangabeira. Foi num dêsses dias em que podia ir até a biblioteca que Macêdo Soares planejou e quase levou a cabo uma cena de teatro. Assim é que, entrando Mangabeira em casa de Rui, foi logo ao corredor que conduzia à biblioteca, avisado por Alfredo Rui, que tivesse muito cuidado em falar com o seu pai. E explicou-lhe: "Os médicos disseram a mamãe que a menor comoção pode matar o velho. E' indispensável poupá-lo a qualquer esforço. Mas hoje o Macedo, que acaba de sair, e há muitos menses não vinha aqui, trouxe um rapaz, jornalista, o Mota, que estivera prêso e fôra maltratado. E o velho está indignado, dizendo que, se melhorar, irá ao Senado protestar. O Macedo podia, sem querer, ter morto papai". De fato, logo que entrou na biblioteca e sentou, Rui perguntou-lhe se sabia qualquer coisa de novo. Respondeu-lhe que não. E êle, ato contínuo: "O Macedo acaba de sair, e trouxe-me um moço jornalista, um rapazola que acaba de ser pôsto em liberdade, e que foi seviciado na prisão. E' uma infâmia! Não se pode armar com o sítio govêrno nenhum. Dá-se esta medida grave a um jurista, a um ministro do Supremo Tribunal, e êle a degrada com a prisão de criançolas, sem responsabilidade política que justifique êste ato. E' a brutalidade policial pura e simples". E ia-se animando ao falar. E d. Maria Augusta: "Rui, não te exaltes. Não há necessidade disto. Prejudicas tua convalescença". E êle: "Hoje ou amanhã é impossível. Mas, se nestes dias me sentir com fôrças, irei ao Senado protestar. Narrarei o fato e levantarei o meu protesto". Escutavam calados. Acalmou-se. À tarde encontrou Macêdo no Monroe, e êle lhe disse: "Coitado do Rui! Está morto! Tinha preparado uma cena dramática. Mota Lima saíra da prisão maltratado.

Pede-lhe que se conservasse tal como estava e diz a Nilo: "Vou ao Rui, com o Mota. E vai ver. Hoje ou amanhã estará no Senado, protestando. Será o rompimento com o Governo. E tudo se transformará com a entrada do Rui na campanha". Nilo ficou silencioso um instante. Mas, em seguida, objetou: "Nossa campanha está perdida. Mas temos a popularidade. Ficávamos, ao menos, com esta glória. E, agora, no fim de tudo, você vai chamar este velho. E logo que ele entrar tomará conta por completo do cenário. Não seremos mais nada. Tudo será para ele". E José Tolentino, que estava presente, advertiu: "Macedo põe o ramo numa porta e vende na outra". Queria dar a entender que a sua admiração real era pelo "velho", e não por Nilo. Mas como, na política fluminense, apesar de dedicado a Nilo, sempre foi um franco-atirador, a nada atendeu e foi ao Rui. Mas voltou triste e disse a Nilo: "Tudo perdido. Rui está morrendo". E era exato. Rui morria. Não fôra isso e no dia seguinte estaria no Senado protestando. O golpe de Macedo não teria falhado. Eram favas contadas.

Chega o 7 de Setembro de 1922. Por ocasião dos festejos do centenário da nossa independência, Epiácio, mais bem orientado que no momento da visita do rei Alberto, e tendo aprendido com a repulsa nacional, que então se manifestou contra o seu procedimento, convidou Rui, em termos carinhosos, para, ao seu lado, assistir às comemorações daquela data gloriosa. Enfermo e preso ao leito, não pôde Rui comparecer às cerimônias para que fôra convidado. Enviou, porém, ao presidente da República, o telegrama que vamos, na íntegra, inserir nesta biografia: "Rio, 7 de setembro de 1922. — Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Epiácio Pessoa, digno presidente da República. — Do fundo do meu humilde leito, receba v. excia., com os meus agradecimentos ao carinho do seu convite para assistir, ao seu lado, às solenidades comemorativas do Centenário, a minha homenagem por esta antevisão do Brasil futuro, que v. excia. realiza tão nobremente, e que eu não vejo, mas a que assisto presente em espírito e de coração.

"Praza ao Altíssimo Pai e Senhor de tôdas as coisas, das Repúblicas, como dos Impérios, que, quando o sol rasgar a pertinaz nublação, que há tanto nos envolve, o mundo não veja neste quadro, senão o que vós quisestes fazer: a reunião dos povos civilizados, laboriosos e livres em torno do lar de uma nação que se reconstrói; nem se escutem neste imenso oceano de vagas humanas senão os rumores da nossa adesão ao Evangelho dos bons.

— "Deus vos abençoe para celebrardes com autoridade, no altar das esperanças do século, o Offício Divino do culto, que lida por substituir, ao carcomido nune do Estado arquipotente, a aspiração, cujo dia se aproxima, do Estado reto, limitado e justo. — Rui Barbosa".

Assim, comemorando a grande data com este telegrama é, ainda uma vez, o apóstolo, o homem de Estado, que prevê os acontecimentos que hão de vir. A "pertinaz nublação que nos envolvia" não se dissipou. O "neme do Estado arquipotente" não tombou do seu pedestal de barro, umedecido de sangue. Mas a "aspiração do Estado reto, limitado e justo" se aproxima com a derrota dos regimes totalitários. Que importa que a aspiração levasse mais vinte anos para se realizar?! O certo é que ela se avizinha da realização. O sistema totalitário, que banuiu o apoio do povo das deliberações do governo; que suprimiu o voto livre das nações pela vontade individual dos ditadores; que aboliu no indivíduo todos os direitos inerentes à dignidade da pessoa humana, transformando-o numa peça insignificante da máquina do Estado, que os déspotas manejam ao seu sabor; essa máquina infernal que se mantém pela aparelhagem das polícias secretas, pela delação, pelo sangue e pela desonestidade, está prestes a desaparecer dos próprios países que tais regimes ocuparam pela força e dominam pelo terror e pela corrupção, esmagados pelos exércitos das grandes democracias, onde as armas têm como honra suprema, assegurar o exercício do direito e da liberdade.

Mesmo ainda enfêrmo, recebe em sua casa, a 10 de setembro de 22, a visita de Hughes, ministro de Estado dos Estados Unidos, e que deveria ser, depois, presidente da Corte Suprema Norte-Americana, da qual já fôra um dos juizes, e a cujo pôsto renunciara para ser candidato à presidência daquela República. Pronuncia Rui, em seu quarto, onde o recebeu, um pequeno discurso em inglês, no qual afirma: "Nós temos, senhor, numa palavra, o mesmo destino que vós. Nós temos o destino comum aos Estados Unidos; o destino de cooperar convosco, tanto quanto pudermos, na fase da liberdade das nações, na moralidade da política e no progresso do gênero humano".

Não era, porém, novo em Rui êsse sentimento. Não era uma opinião de momento para cortejar o notável estadista norte-americano. Sobre o assunto, como sobre todos os grandes problemas brasileiros ou humanos, não tinha Rui uma opinião oportunista, ao sabor das conveniências partidárias, mas um parecer seguro, uma convicção enraizada nos mais sérios estudos e na mais sincera e profunda meditação. Assim falando a Hughes, não fazia senão repetir, em palavras sucintas, o que dissera na Bahia, de volta de Haia, em 29 de dezembro de 1907, quando nestes termos afirmou que o princípio da igualdade jurídica dos Estados, que sustentara e vencera em Haia, era o único compatível com a solidariedade pan-americana: "A América não é um agregado eventual de grupos humanos: é um todo providencial. Deus a fez integral, solidário, indissolúvel, sob a divergência superficial dos elementos, saxônios ou latinos, que nela preponderaram. Através das suas diversidades originárias e dos seus transitórios antagonismos, tôdas essas nações aderem umas às outras por um

laço de cooperação natural, não menos necessário, e mais estreito ainda, que o do equilíbrio político entre as velhas potências do mapa europeu.

"Era a essa integridade suprema do hemisfério americano que se vinha opor a teoria da desigualdade jurídica dos Estados. Ela reduziria o continente americano, o continente do futuro, a uma justaposição grosseira, de humilhações e privilégios, de cobiças e espoliações, de exclusões e precedências. Banindo abertamente das relações entre os governos o princípio da igualdade perante a lei, que constitui a base fundamental de todas as sociedades livres, retirava à independência dos fracos toda a sua garantia jurídica, toda a condição lógica da sua realidade, abrindo para a vida americana uma era de ambições e receios, de prevenções e surpresas, de misérias e atentados, incalculavelmente nefasta. Dêsse perigo nos salvou um movimento geral de reação entre as nações americanas. Nos próprios Estados Unidos, a própria opinião pública lhe sorriu com simpatia. Não houve, pois, vencedores, nem vencidos; e se ao Brasil tocou a honra da iniciativa da resistência, às suas irmãs americanas coube a unanimidade no apoio. São dois papéis que se completam, e da fusão dos quais resultou o advento da América triunfante nas serenas regiões do direito. Tal, na sua síntese evidente, a lição do drama de Haia, que a intuição das suas testemunhas mais diretas imediatamente classificou, sem contestadores, como o novo descobrimento da América, o seu descobrimento político, a revelação do peso dêsse grande fator, até então desconhecido, na vida internacional".

Assim prossegue, mas, ao mesmo tempo que pregava a solidariedade das nações americanas, por outro lado o seu alto e sadio nacionalismo não cessava de avisar que nos preveníssemos contra a ingenuidade de confianças excessivas e a facilidade de abdições injustificáveis. E aos moços, aos bacharelandos de São Paulo, assim falava, em março de 921, já, por assim dizer, despegado dos interesses terrenos: "O Brasil, em 1917, plantou a sua bandeira entre as da civilização nos mares da Europa. Daí não se retrocede facilmente, sem quebra da seriedade e do decôro, se não dos próprios interesses. Mais cuidado tivéssemos, em tempo, com os nossos conselhos, nos conselhos da paz, se nêles quiséssemos brilhar melhor do que brilhamos nos atos da guerra, e acabar sem contratempos e dissabores.

"Agora, o que a política e a honra nos indicam é outra coisa. Não busquemos o caminho de volta à situação colonial. Guardemo-nos das proteções internacionais. Acautelemo-nos das invasões econômicas. Vigiemmo-nos das potências absorventes e das raças expansionistas. Não nos temamos tanto dos grandes impérios já saciados, quanto dos ansiosos por acharem tais à custa dos povos indefesos e mal governados. Tenhamos sentido nos ventos que sopram de certos quadrantes do céu. O Brasil

é a mais cobiçável das prêças; e, oferecida, incauta, ingênua, inerme a tôdas as ambições, tem, de sobejo, com que fartar duas ou três das mais formidáveis.

“Mas o que lhe importa é que dê comêço a se governar a si mesmo, porquanto nenhum dos árbitros da paz e da guerra leva em conta uma nacionalidade adormecida e anemizada na tutela perpétua de governos, que não escolhe. Um povo dependente no seu próprio território e nêle mesmo sujeito ao domínio de senhores, não pode aspirar sèriamente manter a sua independência do estrangeiro”.

Ouçamos ainda Mangabeira em sua conferência. Vem agora o seu último discurso, entre amigos. Aproximando-se a sucessão no govêrno da Bahia, Seabra manda Pereira Teixeira a Petrópolis sugerir a Rui o nome do desembargador Palma, amigo íntimo de ambos, para candidato de conciliação. E Rui lhe responde que aceitaria com prazer a indicação, caso, como estava certo, os seus amigos políticos a aceitassem. A 25 de fevereiro, à bôca da noite, estava em sua casa conversando com Pedro Lago, quando pelo telefone o chamaram de Petrópolis. Era Alfredo Rui que lhe dizia que seu pai lhe pedia que fôsse ter com êle na manhã seguinte, mas não comunicasse isto a ninguém. Impossível, pois Lago estava presente e viu, desde logo, quem podia querer, de Petrópolis, lhe falar. A 26 estava na casa da rua Ipiranga. Disse-lhe, então, Rui que se por acaso lhe coubesse a honra de indicar um candidato a Governador da Bahia, não seria Palma, mas não podia deixar de aceitar o nome do mais antigo dos seus amigos, de uma lealdade a tôda prova, e digno do cargo. Quisera, porém, dar-lhe a notícia, antes de transmiti-la a outro qualquer amigo. Agradeceu-lhe a prova de estima especial, que assim lhe dava, e disse-lhe que êle e todos os outros companheiros aceitariam Palma com prazer. Mandou, então, Alfredo Rui convocá-los — a Pedro Lago, Miguel Calmon, Aurelino Leal e a êle (Otávio Mangabeira estava na Bahia) — para uma reunião no dia seguinte. E no dia seguinte lá estavam, exceto Aurelino — interventor no Estado Rio — que enviara por Calmon a carta que adiante se verá. Reunidos no salão do andar térreo. Rui enfêrmo, gravemente enfêrmo, a bem dizer às portas da morte, abre a reunião, com voz enfraquecida, e, em poucas palavras, comunica o que se passa. Todos se pronunciam de acôrdo com êle, aceitando, sem discrepância, o que êle resolvesse. No caso, era a aceitação do nome de Palma como candidato conciliatório. Calmon observa, então, que Aurelino Leal não pudera vir e o encarregara de entregar a Rui a carta que apresenta. Pede-lhe Rui que a leia. É a seguinte: “Niterói, 27 de fevereiro de 1923. — Meu eminente mestre e grande amigo sr. cons.^o Rui Barbosa: Meus cumprimentos. — Motivos supervenientes me impedem de cumprir a ordem de v. excia., subindo a Petrópolis. Prevendo que a conferência de hoje se referirá a uma nova proposta relativa à

sucessão baiana, declaro que o meu pensamento será o de não criar embaraços a qualquer combinação que satisfaça plenamente s. excia., o sr. presidente da República. Como tive ocasião de dizer aí a v. excia., afigurar-se-me que a nossa ação, no caso, não deve tirar ao homem a quem vamos dever a libertação da Bahia, um amplo poder de exame próprio. O ponto de vista em que me coloco, nem só me parece político, como não produz solução de continuidade no meu ponto de vista pessoal, quero dizer no meu modo pessoal de ver a questão, desde o início da propaganda da candidatura do atual presidente. Talvez valha consignar nestas linhas como mera informação, que vários amigos nossos, em palestras com s. excia. o sr. presidente da República, já têm espontaneamente aludido à colaboração com que s. excia. nos deve honrar na questão, julgando-a indispensável. Duas grandes autoridades, pois, devem presidir a essa negociação política: v. excia. e ele. Chefe dos chefes entre nós, e político experimentadíssimo, a quem nós outros veneramos com carinho verdadeiramente filial, v. excia. dará ao caso a orientação que melhor lhe parecer. O meu voto, porém, pelas minhas ligações desde o começo da campanha e por utilidade política, é o que fica exposto. Permita-me v. excia. beijar respeitosamente a mão de mme. Rui Barbosa e subscrever-me de v. excia. discípulo, correl.^o am.^o e admor. — Aurelino Leal”.

Neste momento Rui transfigura-se. A expressão semi-agonizante do seu rosto transmuda-se na energia borbulhante da vida. Os olhos fuzilam. E a voz irrompe da garganta com a força, o ímpeto, o timbre dos seus grandes surtos tribunícios. Era de vê-lo, quase que às vascas da agonia, nos últimos momentos da vida, sustentar e defender os princípios que pregara e a que devotara a sua existência de estadista e de apóstolo. Assim, agradece os termos carinhosos e quase filiais da missiva, contesta, porém, com tôda a veemência a tese que ela apresenta. Coloca-se em absoluto antagonismo com a doutrina da carta e sustenta que, de trinta milhões de brasileiros, somente um não pode ter candidato ao governo da Bahia. É exatamente Artur Bernardes. Porque é presidente da República e tem que exercer, no caso, a alta magistratura do seu cargo. Como negou a Epitácio o direito de intervir para colocar no governo Seabra derrotado, contesta a Bernardes o poder de intervenção para derrubar Seabra, ou de ser parte no problema da sucessão. Em extremidade tal, ficaria ao lado de Seabra, porque ficava em defesa da autonomia do Estado e da Democracia, cuja livre expressão, manifestada no voto, não se pode efetivar se o presidente entra na liça com a compressão das armas do seu Poder. Preferiria mil vezes apoiar Seabra, a submeter-se e submeter a Bahia à humilhação de combinar com o presidente da República a escolha do seu governador. Não seria nos seus últimos dias fôsse renegar os princípios por que se batera tôda a sua vida. E falava tão alto, que na

rua Ipiranga os transeuntes pararam e d. Maria Augusta veio do interior da casa para ver de que se tratava. E todos ali a lhe assegurarem a solidariedade com o que elle resolvesse, fôsse como fôsse. E Calmon a dizer que, ministro de Bernardes, com êste conversara antes de subir a Petrópolis. E o presidente lhe dissera que, na sucessão da Bahia, não tinha, nem podia ter opinião que não fôsse a de Rui. Fôsse quem fôsse o candidato que Rui apoiasse, contaria com a simpatia dêle Bernardes. Mas, durante cerca de vinte minutos, viram Rui, a rugir, como nos seus grandes dias. A mesma energia, a mesma fé, a mesma flama ardendo aos seus olhos, numa labareda intensa, que lhe consome as últimas reservas da vida. Ainda uma vez "ensinava, mais com o exemplo do que com a doutrina, o culto da Lei, o exercício da Liberdade e a prática da Democracia".

Assim, quis a Providência que a vida de Rui não se extinguísse morrendo lentamente, na triste esterilidade dos dias inúteis. Não. Rui morre, por assim dizer, no campo de batalha. Seu último alento de vida, suas derradeiras energias, êle as consagra e as consome na defesa dos princípios a que devotara a sua vocação apostólica. O seu último ato da vida foi êsse impetuoso, ardente e rápido discurso, ao meio-dia de 27 de fevereiro de 1923 em Petrópolis.

Dêle jamais se poderia dizer o que André Gide, aliás com evidente injustiça, dissera de Romain Rolland: *L'aigle a fait son nid; l'aigle se repose*. Não teve descanso em vida.

A última pregação, o último ato da vida de Rui foi o pequeno e impetuoso discurso ao meio-dia de 27. Horas depois era o início da morte. E êsse discurso êle o profere em defesa dos princípios a que se devotara, como estadista e como apóstolo. E, como sempre, não se poupa. Fala com a mesma veemência intrépida de sempre, prega, como sempre, com a mesma sinceridade profunda, que abrasa a sua fé e arde na sua eloquência. Que lhe importam as derradeiras gotas do óleo da vida? Êle as consome, herôicamente, na chama que ilumina o último apêlo do seu apostolado. Imerge na eternidade envôlto nesse clarão. Ainda nos haustos derradeiros "ensina, mais com o exemplo do que com a doutrina", a devoção a êsses valores morais onde, na matéria humana, se reflete um raio da fortaleza divina. Era absolutamente exato, o que é raro na espécie humana, Alcindo Guanabara, quando escrevera, de referência a Rui, que "a vida dêsse grande cidadão pode ser simbolizada por uma reta traçada entre a Liberdade e o Direito".

Lutou pelo Direito. Quanto ao Direito, êle próprio, num artigo da Imprensa, assim definiu o seu apostolado: "Êsse, aos nossos olhos, não tem acepção de pessoas, interêsses, ou opiniões. Na ínfima das criaturas, na máis aviltada, na máis perdida, projeta os seus raios imaculados, como o sol resplandecendo com a mesma pureza no cristal do oceano ou

no lôdo dos charcos. Quanto mais se rebaixa o ente humano, quanto mais se alonga da sua origem, quanto mais abandonado parece do céu e da terra, mais jus tem a essa proteção da justiça, que não conhece precipícios nem alturas, não varia dos palácios às choupanas, dos tronos às enxovias. Ela acompanha o réu no tribunal, o prêso no cárcere, o próprio condenado no patíbulo, enquanto, com o último alento ainda não respirado, lhe resta a hipótese de um apêlo, a emergência de um êrro descoberto, o imprevisto de uma reabilitação extrema. Aos piores criminosos, ao infanticida, ao parricida, ao regicida, aos autores dos atentados mais subversivos, aos que conspiram contra as constituições, aos que empunham armas contra o Estado, aos que se arguem de traição à pátria, estende a égide da lei contra as iras do poder, da multidão, ou da própria humanidade revoltada. Nesse patrimônio de garantias, de formas de recursos, de defesas passivas e ativas contra a prepotência do número, da riqueza ou da autoridade, ninguém, neste mundo, tem o direito de tocar, — rei, parlamento, ou povo. Tôdas as soberanias param nessa barreira, como os mares impetuosos de encontro à sua. E diante dela, as minorias não valem menos que as maiorias, o indivíduo não é menos sagrado que a universidade. Dentro nesse perímetro inviolável um só homem, com a sua consciência, a sua idéia e a sua palavra, arrosta as iras da força com a mesma independência que um monarca no centro das suas prerrogativas. E' por aí, sobretudo, que a civilização se distingue da barbaria, o cristianismo da gentildade, a ordem da servidão, as instituições estáveis das transitórias, as constituições livres das cartas do cativo.

"E aqui está onde reside a nossa coerência, a unidade da nossa orientação, através de um regime que a falsa educação política dos seus diretores tem arrastado para a intolerância, o exclusivismo, o horror à crítica, a intransigência com a censura, o ódio às oposições. De cada vez que uma opinião ameaçada se debata contra uma ditadura, de cada vez que a lei sofra num dos nossos semelhantes, estaremos invariavelmente a seu lado. Pouco nos importa o seu nome. Não temos nada com o seu passado. A sua impopularidade não nos demove. E' nosso inimigo? Pouco se nos dá. Tentou contra a nossa própria vida? Nada tem com isso o nosso dever público. Professa convicções inconciliáveis com as nossas? Tanto melhor. Assim justamente se assinalará com eloquência mais solene a santidade de um princípio, em cuja presença se desarma, se fraternizam as mais fundas separações pessoais. Essa a escola, caluniada, mas impoluta, deserta, mas invencível, que temos aberto, desde que as responsabilidades da Constituição atual impuseram à honra do redator desta fôlha a obrigação de mostrar que, se colabora na transformação de um para o outro regime, foi com a lisura de quem trabalha para um progresso, não com a malícia de quem arranja para os seus correligionários o monopólio inamovível de um partido".

Era um liberal. A liberdade, êle a amou sôbre tôdas as coisas e por ela arrostou todos os sacrificios e padeceu todos os sofrimentos. E sôbre ela assim falou: "Liberdade! entre tantos, que te trazem na bôca sem sentirem no coração, eu posso dar testemunho da tua identidade, definir a expressão do teu nome, vingar a pureza do teu evangelho; porque, no fundo da minha consciência, eu te vejo incessantemente como estrêla no fundo obscuro do espaço. Nunca te desconheci; nem te trairei nunca; porque a natureza impregnou dos teus elementos a substância do meu ser. Teu instinto derivou para êle das origens tenebrosas da vida no temperamento inflexível de meu pai; entre as mais belas tradições da tua austeridade oscilou o meu berço; minha juventude embebeu-se na corrente mais cristalina da tua verdade; a pena das minhas lides aparou-se no fio penetrante do teu amor, e nunca se imbuíu num sofisma, ou se dissimulou num subterfúgio, para advogar uma causa, que te não honrasse. De pôsto em pôsto, a minha ascensão na vida pública se graduou invariavelmente pela das tuas conquistas; as vicissitudes da minha carreira acompanharam o diagrama das alternativas do teu curso".

E 25 anos mais tarde, 6 meses apenas distante da morte, saudando aos Jangadeiros do Norte — "Irmãos outrora na luta e agora na saudade" — poderia terminar essa formosa saudação prevendo, para o futuro, que, no Brasil, os Estados, "terras livres, ouvirão ressoar-lhes n'alma a canção da fôrça, os hinos da glória, sentindo que o mais tremendo e irresistível dos amores é o santo amor da liberdade".

Foi um magistrado. E pregando o Direito e defendendo a Liberdade exerceu Rui, durante tôda a sua vida, uma grande magistratura, mais forte do que a de todos os governos, que passaram, mais alta do que a de todos os juizes, que cederam. E durante trinta e três anos êle é no Brasil a própria voz do Direito, da Justiça, da Democracia e da Liberdade.

Governos, Tribunais, Câmaras, Potentados, todos temiam a voz daquele homem inerme e quase sempre isolado, cujo protesto, porém, era o brado de uma consciência indomável na defesa daqueles princípios supremos, servido pela voz mais radiante do Brasil.

Foi o exercício da mais alta magistratura que já houve entre nós, incorruptível no culto imaculado dos mais austeros deveres, e da qual nada o demovia — nem ambições, nem ameaças, nem trabalhos, nem desganhos, nem lisonjas, nem calúnias, nem sacrificios, nem perigos, nem a própria ameaça de morte.

E na atmosfera abafada do sítio, quando a imprensa emudecia, as Câmaras calavam e a Justiça se acovardava, era por sua bôca que trovejavam as reações do Direito, em defesa da Liberdade perseguida. Ante os tribunais êle é que era, nos dias de perigô, a voz intemorata da justiça e os juizes a palavra tibia das vacilações da complacência. Por isso, ante êles, podia, com severa autoridade, assim falar: "A justiça é a grandeza

da lei dominando, na serenidade do seu órgão supremo, a impotência das opiniões radicais, a rebeldia dos incrédulos da legalidade. A justiça é essa força interior, que me diz: "Entre esse governo, a quem fizeste o maior sacrifício da tua vida política, dando-lhe o estado de sítio, quando te diziam que êle dependia do teu voto, e os inimigos, de quem todos os antagonismos te separam, toma a causa dos teus contrários contra o teu aliado, para seres, perante os tribunais, a testemunha viva do direito".

"E aqui está porque a minha voz, nesta impetração em que tenho empregado toda a minha alma, se eleva acima do diapasão ordinário, e porque, através do clamor das paixões, a minha palavra, neste momento, há de chegar aos ouvidos do país, se não tocar os vossos. E' que eu não sou parte, é que não sou interessado, é que estou advogando contra todos os meus afetos, é que, deixai-me dizer-vos, a minha situação singularíssima nesta conjuntura, me habilita a falar também, moralmente, como juiz. Há sobre êstes ombros, hoje, uma grande magistratura: a de uma consciência que se eleva acima dos pequenos sentimentos humanos, para defender, contra uma das mais tremendas armas do absolutismo indígena, o futuro do país".

Era bem viva a palavra de um apóstolo. A verdade nos lábios de um justo, ante a hipocrisia dos fariseus do templo.

Apóstolo e foi por ter apostolado o Direito e a Liberdade, por ter embebido sua alma dessas essências santas, que amou a Democracia e por ela se bateu, pregando a doutrina e doutrinando com o exemplo, até os últimos instantes de vida. E' que a Democracia outra coisa não é senão o regime da Liberdade, limitada pelo Direito. E' o sistema único, até hoje descoberto, que consagra e consorcia êsses dois princípios, êsses dois valores morais, inerentes e essenciais à dignidade da pessoa humana. Fora dêle tudo é arbítrio, tudo despotismo, tudo cativoiro. Tudo escravidão, tudo desonra, tudo ignomínia. Mas, por isso mesmo, tudo perecível, tudo caduco, tudo passageiro. Porque a maldade é precária. Porque o erro é efêmero. Porque o despotismo é transitório. Mas as grandes causas morais — como o Direito, a Liberdade e a Democracia, podem ter eclipses. Atravessam, porém, mais tempo, menos tempo, o período de obumbrção que as oculta, e resplandecem de novo em toda a sua luz". "Tal o privilégio destas causas imortais. Depois de arrastadas ao Calvário e justicadas, quando a última pedra lhes parece ter selado o sepulcro, e tudo se dizia acabado, aí é que vai começar a ascensão, e amanhecer o triunfo. Pouco importa a miséria dos homens, a imoralidade da sorte, o silêncio da multidão, as friezas da indiferença, os desdêns da soberba, os conchavos do egoísmo, as glorificações da baixeza, as vitórias da crueldade. Deus arrebatá as criaturas na corrente caudalosa dos fatos, e submerge as resistências do nosso lodo no abismo da sua Providência benfazeja e criadora".

São as palavras do apóstolo. E' a visão do estadista, que, entre nós, mais divisoou no futuro. E por isso mesmo, abandonando a chamada Democracia Liberal, e prevendo as transformações sociais, que agitam o mundo, já em 1919, se declarava partidário da Democracia Social, visando o bem-estar de todos.

Salvou o futuro. Por isso mesmo, sejam quais forem as formas de que os governos se revistam ou as funções que desempenhem, se a liberdade de opinião se exerce, garantida nos meios por que se exterioriza, ali teremos a Democracia. Se, ao contrário, sob a pressão dos poderes do Estado, aquela liberdade se suprime ou arbitrariamente se restringe, embora com eleições, Câmara legislativa e rótulo de Democracia, o regime, de fato vigorante no território assim escravizado, não será senão autocracia ou oligarquia. Mas, até aí temos somente a fórmula política, a superestrutura de Democracia, que não passará todavia de um símbolo vazio, senão de um embuste vil, se não assentar numa base econômica também democrática, pela transformação do sistema atual de distribuição dos bens essenciais ao livre desenvolvimento da vida do homem. E a produção, por sua vez, não mais se desenvolverá no quadro de uma economia cujo objetivo supremo e em verdade exclusivo é o lucro. São essas transformações de base, são essas transformações da estrutura econômica, são essas transformações nas relações da produção, que neste após-guerra inevitavelmente hão de surgir. E com elas a verdadeira Liberdade, a Democracia verdadeira. A própria Pátria não existe senão como embuste, simulacro e ficção, nos regimes totalitários, donde desapareceu a Liberdade.

A verdadeira Democracia ainda é um ideal. Em casos tais, a própria noção, o próprio sentimento de Pátria desaparecem, sob o cativo que os esmaga. "A Pátria não subsiste sem a existência de certos princípios morais, inerentes à sua substância. Dentre eles nenhum sobreexcede ao de certas garantias individuais intransponíveis pelo Estado, e ao da liberdade legal de opinião que assegura e consagra a legitimidade do Poder. Fora desta, sob regimes de feitoria e escravidão, sejam quais forem as dimensões dos territórios, haverá sempre uma senzala, maior ou menor, mais truculenta ou mais branda, segundo o temperamento do senhor; mas sempre senzala. Pátria é que não será nunca. Ela extingue-se, perdida a sua substância moral, com a supressão da liberdade.

O cativo no eito, submetido à vontade incontrastável do senhor, não tem Pátria. O que tem é o quadro maior ou menor da feitoria, onde vegeta explorado e envilecido. Como o enjeitado não tem mãe, porque dessa função sublime se despiu a mulher que o enjeitou. O que teve, como todos os animais, foi uma procriadora. Mãe é que não teve. Esta a triste condição dos povos explorados e escravizados pelos regimes de força bruta, sem o apoio do Direito e sem a luz da Liberdade".

Tal o seu sentir. Foram êsses grandes sentimentos do amor ao Direito, à Liberdade e à Democracia, que Rui, num longo apostolado, imprimiu na alma do nosso povo. E por isso mesmo, vinte anos depois de morto, êle vive na consciência nacional. Era preciso que um homem tivesse uma vida sem falhas e sem transigências, para poder, rosto a rosto com Pinheiro Machado, lançar-lhe, em pleno Senado, a 29 de dezembro de 1914, e por entre o silêncio geral, esta interpelação peremptória: "Estive ao lado do nobre senador por algum tempo. S. Ex. que diga se alguma vez sentiu fraquear, debaixo das suas influências, as minhas idéias, se eu me prestei a algum ato com o qual desmerecesse a minha reputação de homem notável nas minhas convicções, se sacrifiquei algum interesse político da situação em que nos achávamos juntamente às idéias que eu notoriamente professava e a que estava notoriamente obrigado, que o diga S. Ex., pela sua consciência e pela sua voz aos seus amigos, se é capaz de servir à justiça com lealdade e franqueza. Sempre, senhores, sobrepus os interesses do país aos dos partidos. Na minha opinião, os partidos é que são obrigados a transigir com os interesses do país e não o país com os interesses dos partidos. Na minha carreira pública, desde os seus primeiros tempos, sempre que a ação do meu partido colidia com uma grande idéia de liberdade ou justiça, eu não trepidava em o deixar, para servir à Nação. Foi isso o que me levou, há quase trinta anos, a romper com o Partido Liberal, então chefiado por Saraiva, quando eu pugnava pela abolição imediata, ampla e sem restrições, e aquêle eminente e poderoso estadista divergia do radicalismo das minhas idéias. Em uma conferência abolicionista, que proferi nesta cidade, em 2 de agosto de 1885, já eu antepunha os direitos da Nação aos das agremiações partidárias, nestas palavras que tanto serviam para explicar porque eu, então, me separava do sr. Saraiva, como podem servir hoje para mostrar porque me separei do sr. Pinheiro Machado e de outros amigos, quando êles abraçaram a candidatura Hermes: "Muito vale, senhores", dizia eu, "a união do meu partido, mas mais vale a união da minha consciência com a consciência do meu país".

Quantos homens poderiam, entre nós, atacando os seus adversários, fazê-los emudecer com essa linguagem inatacável?

Era íntegro. E' que a palavra nos seus lábios não era senão a projeção fulgurante de seus atos. Jamais se prostituíra na manifestação de sentimentos ou na propagação de idéias que suas ações contrariavam. Nenhuma covardia equivale, em sua abjeção, à do homem público que sustenta doutrinas, que se cobre com princípios ou se rotula com títulos, que, de fato, são o oposto da prática da sua vida, do curso da sua carreira, da realidade dos seus atos. A prostituição da palavra, em casos tais, é apenas o reflexo da alma profanada, na torpeza com que o próprio vício se degrada, de mentira em mentira, até o sacrilégio. Mas o sacrilégio, que exalta os valores morais, quando, de feito, propina a mentira e propaga

a corrupção, recebe, no desprezo dos justos e na condenação dos pósteros, o castigo perpétuo do seu crime. Rui foi sempre sincero e fiel à pregação.

Muitos se enganavam com êle. Num dos seus grandes rasgos tribunícios, Silveira Martins bradava: "O Poder é o Poder"; dando a sentir a invencibilidade absoluta dessa força. Enganava-se o grande tribuno gaúcho. Nem tudo pode o Poder. Há coisas que o Poder não pode: — vencer a virtude e forçar a imortalidade. Na couraça de sua virtude, o mais humilde dos homens resiste e vence a tôda a corrupção do Poder. Encerrado na masmorra, ou torturado no martírio, afronta e vence a cólera ou a vingança do Poder. A imortalidade, essa, então, zomba dos poderosos. A falsa glória não lhe força as portas de ferro. O côro das bajulações pagas não lhe chega aos ouvidos. Só os valores autênticos merecem a sua coroa. De quantos poderosos naqueles dias combateram Rui, perseguiram-no, negaram-no, preteriram-no nos postos do comando; contra êle urdiram, teceram, conspiraram; quantos foram triunfantes no esplendor do poder ou na libré da famulagem palaciana, todos êles estão mortos, bem mortos, absolutamente mortos. De uns não há mais nem a lembrança dos nomes. De outros, que bem serviram o país, a morte os sepultou, embora com honras. Não participam da vida nacional. Não fazem parte da existência histórica. Pertencem ao ossuário da história. Pode ser que, de vez em quando, o historiador lhes vá buscar um osso venerável, para confrontos ou pesquisas. Mas na imortalidade não puderam entrar. Nela não se penetra, como, às vêzes, no Poder, com empenhos, tramóias, ou traições. Rui, porém, está vivo. Está presente. E' personagem de todos os dias. E' leader da atualidade. Para o Brasil e para o Mundo. É uma relíquia universal.

Organizou a revolução. Construiu a República, erigindo-lhe as instituições. Assegurou-lhe a estabilidade, pela sua gestão financeira. E por mais de trinta anos pregou o Direito, apostolou a Justiça, defendeu a Liberdade, abriu um curso prático de Democracia. E dêsses princípios impregnou o nosso ser. E o que existe entre nós de estável, de perpétuo, através de tôdas as decepções, desenganos e derrotas, é o nosso instinto democrático, o nosso sentimento jurídico, a nossa aspiração de Liberdade. Eis porque êle é o estadista da República. Ao Brasil sempre presente. Vivo, era o maior dos nossos homens. Morto, é o maior dos nossos símbolos. Um brasileiro não pode pensar na Democracia ou na Liberdade, ou sangrar nos atentados perpetrados contra elas, sem que ao seu pensamento ou sentir surja desde logo Rui, como se êle com aquêles valores se houvesse consubstanciado. Êle está sempre presente.

E nos dias sombrios que atravessamos, em meio à noite densa, êle vive em nossa alma e enche com a sua presença o espaço moral da Nação. Êle próprio afirmou que "só o que escreveu nas almas não morrerá". E através dum longo apostolado, escreveu em nossas almas o amor ao

Direito, à Democracia e à Liberdade; e o ódio à injustiça, à ditadura e à opressão. Por isso mesmo, quando as vagas do mal ameaçam inundar e cobrir com o seu lodoso cativeiro todo o campo da Democracia e da Liberdade, e se chamam a postos, para uma guerra santa, os que não perderam a fé na vitória final daqueles princípios supremos, obumbrados num eclipse que não tarda a passar, sentimos Rui viver em nós, concitando-nos ao cumprimento do dever. Sentimos em nosso meio a presença do imortal. Seus ensinamentos nos inspiram. Seus exemplos nos alentam. Suas palavras nos inflamam. Nesta luta sagrada para a restauração definitiva da Democracia e da Liberdade, Rui está presente, e, como sempre, nos comanda, nos dirige, nos lidera.

Venceu a última etapa com a mesma galhardia das primeiras da sua vida de moço. O velho Rui foi um eterno jovem espiritual e entusiasta, que viveu e praticou o verdadeiro trabalhismo — trabalhando, pregando, exemplificando — lutando pelas legítimas reivindicações sociais de assistência, ensino e oportunidades iguais para todos os cidadãos. A Baía que acaba de assistir ao maior eclipse solar, viu nascer em seu sólo o maior luminar da inteligência universal.



CAPÍTULO XIII

A MORTE DA ÁGUIA

Rui foi sempre uma dessas figuras que no decorrer de suas atividades transcendem o princípio da relatividade humana.

Desde a última vez que compareceu ao Senado e defendeu a concessão do estado de sítio ao governo Arthur Bernardes, zeloso das normas constitucionais, mostrava-se enfermo e abatido. A sua enfermidade durou meses, agravada por uma discussão sobre a política de sua terra, sempre agitada, quando, vitimado por uma paralisia bulbar, caiu sem fala a 27 de fevereiro de 1923. Até ali trabalhou com a pena.

Petrópolis, a cidade das flôres, é também a cidade dos políticos. Encerrou a existência discutindo política por entre as hortensias simbólicas da sua expressão verbal, azul e profunda como o céu do Brasil.

Tôda a população brasileira acompanhava com o mais vivo interesse a marcha da moléstia. A sua morte seria uma perda nacional irreparável. Aquela, porém, seguia o ritmo da fatalidade.

Repetiam-se as síncope da mocidade. Perdera a fala.

Enchia-se de amigos o palacete da rua Ipiranga.

Em sua escrivanía estava ainda em folhas esparsas o último trabalho que escrevera sobre o Código Civil nas palavras enigmáticas — “que os membros”...

Aberto ainda deixou um volume de literatura francesa. Cultivou-a até à morte. Amava aquele francês “le plus noble et le plus pur.”

Lá fóra sentia-se ainda o triste presságio de que Rui deixaria de pensar pelo Brasil. O batalhador tombara. A Pátria ficaria em pranto.

No gabinete de S. Clemente — a menina dos seus olhos. Já não se via uma cabeça prateada que surgia com o sol.

As suas rosas cobriam-se de lágrimas do aljôfar.

Afinal, nos braços de um franciscano, Frei Celso, de quem recebeu os sacramentos, às 20 horas e 25 minutos de 1 de Março de 1923, tomou a águia.

Só a morte o afastaria dos adversários. Os inimigos silenciaram.

Todos os jornais abriram as suas manchetes para registrar o acontecimento. Era a Pátria Dolorosa.

Tôda a Imprensa teceu-lhe os maiores elogios.

Todo o Brasil chorou seu Rui e cobriu-se de luto.

Ninguém falou então melhor que Lemos Brito, em nome da Bahia:

"Dorme tranquilo, amigo meu. A tua Pátria será grande como quizesse que ela fôsse. A Bahia há de renascer como era de teus anos. As gerações que ali amanhecem não carecerão de envelhecer para escutarem os clarins da vitória que lhes preparaste com o teu próprio sacrifício. Dorme tranquilo, porque juramos diante do povo e dos teus despojos, bem queridos: o teu esforço e a tua fé não morrerão!

Aproxima-se a hora da glorificação final...

Prepara-te para ela. A multidão espera-te como um oceano, e se não lhe escutas a voz frenética é porque chora. Quando a justiça dos homens tarda, a de Deus desce da altura, com o ímpeto do raio e esperta de um golpe as consciências. Não és mais da Bahia, porque és da Pátria. Não és somente da Pátria, porque os povos vizinhos já te proclamaram o cidadão da América. O teu monumento não se apoia já sobre as colunas graníticas dos Alleghanis e da Serra dos Órgãos; porque de todo o orbe te consagram o cidadão do mundo! Tua alma integrou-se na alma de todos os povos. Onde houver um liberal e um crente, aí viverás eterno. A morte, contigo, não cantará vitória: leva-te o misérrimo invólucro material, mas deixa intangível o teu espírito. Serás eternamente o símbolo de tua raça, o sagrado amuleto da Nação, o nume tutelar desta República que fundaste e que tantos profanaram."

De Petrópolis onde falecera, o seu corpo, depois de embalsamado, foi transportado para o Rio onde recebeu as maiores honras fúnebres — as de Chefe de Estado — depois de exposto por três dias na Biblioteca Nacional, o local mais próprio e condigno, transformado num templo florido.

Há palavras que podem ser gravadas para a eternidade. Segundo o epitáfio por ele mesmo ditado, escrever-se-ia lá no Cemitério de São João Batista:

"Estremeceu a Pátria, viveu no Trabalho e não perdeu o Ideal".

Rui Barbosa fechou a porta ao comunismo e abriu pelo respeito mútuo entre as nações a era nova da Democracia.

A humanidade aproveitará sempre o nobre esforço dêste grande homem: Todos hão de sempre lembrar Rui Barbosa; a parte notável que êle tomou na 2.^a Conferência da Paz em Haia, o novo princípio de Direito Internacional por êle apresentado e defendido, colocando-se ao lado das pequenas nações — o da equidade de soberanias.

Seu brilhante trabalho presentemente já é História, não poderá nunca mais ser esquecido... Por sua eliquência e sucesso ali, êle atraiu a atenção do mundo civilizado. Não somente das duas Américas, das 21 Repúblicas irmãs, mas do mundo inteiro sequioso de paz.

Nesta hora de reconstrução do mundo, de estabelecimento, senão definitivo, no menos longamente duradouro de uma nova ordem que conserve a paz entre as nações, Rui Barbosa deverá ser o seu natural inspirador, o guia espiritual que as conduzirá à Terra da Promissão.

Manter um mapa geográfico justo e equidoso, evitar uma paz prevenida como a de Versalhes, sustentar o princípio da igualdade de soberanias de tôdas as nações da terra, vencendo o comunismo totalitário e destruidor pelo cristianismo construtivo — tal deve ser o objetivo da próxima Conferência da Paz.

A História não é senão a biografia dos grandes homens, que servem de guias para os seus pósteros.

Rui estava tão envolto na política nacional e internacional do seu tempo que somente a morte poderia na sua eloquência apresentá-lo tal qual êle era em tôda a sua verdadeira grandeza, qual filho augusto e unigênito do consórcio santo da ciência com a eloquência.

O erudito e grandiloquo delegado do Brasil à 2.^a Conferência de Haia, que foi a primeira voz a defender a causa de Dreyfus, vergastando o embuste militarista da França decadente do seu tempo e que foi sempre um dos mais frequentes speakers no Senado Brasileiro e na tribuna popular do seu país em defesa da liberdade e da Paz, estará sempre presente pela memória às próximas Conferências da Paz Universal.

Morre um liberal mas não morre a liberdade e um quarto de século após à sua morte a sua memória ainda é comemorada com o mesmo calor cívico e a gratidão nacional já o imortalizou com um monumento no Largo da Carioca, no Rio e vários outros Estados e na Polônia escravizada e altiva lá está êle em estátua.

O imortal brasileiro queria a paz universal, baseada no princípio que julgava sagrado da igualdade de soberanias das Nações, na obediência fiel à legalidade, único meio capaz de alcançá-la.

Foi por êle que lutaram os nossos gloriosos Expedicionários com bravura inexcédível nos campos da Itália e nos mares do Atlântico.

Esta é a questão no mundo de após-guerra de 1947. Rui Barbosa exclama da imortalidade do seu nome: — Construamos o mundo novo, unido e livre para a Paz.

Legou ao mundo, como testamento político universal, anticomunista, sua última profecia: — “Quando êsse melancólico fenômeno anoitecer o mundo, os países ingleses serão talvez a única zona da civilização moderna, onde os princípios liberais não se terão apagado.” Anoiteceu. No jardim de São Clemente, permanece simbolicamente uma águia dominando a serpente do mal. A Democracia vencendo o totalitarismo. A aliança anglo-americana permanece invencível.

Que Rui Barbosa lá do alto — como Águia de Haia — afugentando a guerra, vele pelo Brasil Novo, sob os auspícios da nova Constituição de 1946, que raiou em 18 de Setembro, numa aurora de novas esperanças, e pela união de todos os povos da terra.

EPÍLOGO

O apostolado cívico e humanitário de Rui Barbosa atinge em cheio a hora presente. A política dos dois mundos substituiu a das duas doutrinas. O espantallo da guerra parece ameaçar novamente o já tão castigado gênero humano. A sua grande filha espiritual — a Carta de 91 — precisa ser restaurada para o bem dos brasileiros, pois que esta é a sua oportunidade.

Não importam as formas de que os govêrnos se revistam, desde que haja bem estar, liberdade e franquia de opinião para todos os que respeitam a lei e as instituições. O Mestre já previa a anarquia do mundo contemporâneo e porisso pregava a democracia social, em 1919, como remédio. Quanta à vida nacional, basta ler a Carta abaixo que mostra o seu sentimento.

Chegamos assim ao termo do livro com uma bela — síntese da sua vida — feita pelo próprio biografado. Escrever é sintetizar. A vida de Rui Barbosa foi uma batalha. Rui foi Rui. Foi êle mesmo e sòmente êle — o Grande Rui.

Muito discutido, festejado, respeitado, com os cabelos prateados cobrindo-lhe o olhar ainda vivo, homem de gênio com um ar professoral, Rui Barbosa fecha-se numa casa modesta de Petrópolis durante longos meses. O povo tem entusiasmo pelo político. Ama-o com ardor. Povo explorado, já fatigado de palavras e promessas, depois de sofrer o jugo de Pinheiro Machado, os embustes do consorcio Minas — S. Paulo, encontra sabor nas profecias de Rui, apesar de velho, ainda em pleno fastígio da inteligência. Compreende-o sem dúvida alguma, a classe académica e a elite da Nação. Pelo menos, de caso pensado, sabe colocá-lo no seu cartaz. O povo nas grandes capitais já não era rude e estranho às letras. Ao contrário, em 1918 consagrava e aureolava Rui.

De uma feita, ao procurar certo livro na biblioteca imensa, cai de uma escada portátil. Enferma. No outro dia lá estava na faina diária. Rio Branco, o demarcador de fronteiras, vivia dia e noite agarrado aos mapas. Rui viveu preso aos livros, porque neles fundamentava o seu ideal, a sua vida, a sua missão — o sacerdócio da Lei neste século social.

Rui está *presente*. Não era um demiurgo e sim um profeta, um cristão e um reformador, conforme se deduz da carta abaixo na qual se mostrava inteiramente descrente da política :

CARTA DE RUY BARBOSA AO SR. J. E. DE MACEDO SOARES

S. Clemente, 25 de junho de 1914.

Meu caro amigo Sr. Macedo Soares

Muito senti não ter podido responder ontem mesmo à sua boa carta, que guardarei com as anteriores, como documentos preciosos de um capítulo dos mais memoráveis na história destes tristes dias. Êste 24 de junho me fica tarjado em negro como um dia de eclipse das nossas esperanças. A justiça podia-nos abrir o caminho da ordem para a liberdade. Obstruiu-o. Juntou-se ao Congresso nesse trabalho de perdição. Agora o rebenque pode ousar tudo, com prévia noção das doutrinas dêste aresto, em cujo sistema de inconseqüência, anarquia e ductilidade cabem a cômodo tôdas as surpresas do arbítrio e da fôrça. Já será muito que ela não torne às tradições do Satélite e da Ilha das Cobras. Deus o permita.

Com êste suicídio dos "Guardas da Constituição" quebrou-se-nos nas mãos a arma sagrada, em que devíamos esperar para a luta legal pelo direito oprimido. Agora já não sei que fazer. Improrarmos, talvez, o céu, como os tripulantes da nau que perdeu a derradeira amarra, e garra, à mercê da corrente, por entre baixios, açoitada pela tormenta. Nunca se deve perder a fé naquele, cuja misericórdia faz voltar à vida os moribundos, e ressurgem até os mortos. Eu não a perco nunca, através de tôdas as minhas fraquezas, e abenção sempre êsse poder e essa bondade, que se servem do sofrimento, para nos purificar das nossas culpas, e retemperar no cadinho da amargura a melhor parte de nossa alma.

Os sandeus da família reinante e sua côrte fizeram dêste estado de sítio e da Razão de Estado, em que o molduram, uma tela imensa para a figura de uma só vítima. Felizmente ela se tem mantido na altura

das honras, que lhe rendem. A serenidade, a retidão e a fortaleza do seu espírito, nestas longas e aflitivas tribulações, revelam, no diretor do O IMPARCIAL, um homem, gema rara nesta quadra de semi-homens e não homens. Não deixe apagar a chama bendita destas virtudes, que lhe reservam um lugar no futuro da nossa pátria. De que nem todos vejam a Terra de Promissão, não se segue que a ela não tenhamos de chegar. Seus pais devem sentir-se venturosos, por terem merecido a Deus a bênção de um tal filho. Eu lhe quero quase tanto como se meu fôsse, encantado com êste exemplo de energia moral, civismo e confiança no direito, dado por um moço aos moços e velhos de seu tempo. Nestas palavras, meu caro amigo, vai todo o meu coração. Espero que o tempo me não desmentirá êste juízo e êstes sentimentos.

RUI BARBOSA

BIBLIOGRAFIA

- 1 - Actes et Discours - Mr. Ruy Barbosa - 1907
- 2 - Alvaro de Alencastre - Rui - 1933
- 3 - Coleman Natal e Silva - Rui Barbosa - 1929
- 4 - João Leda - Vocabulário de Rui Barbosa - 1924
- 5 - José Maria Belo - Rui Barbosa - 1946
- 6 - João Mangabeira - Rui - O Estadista da República (2.^a edição) 1946
- 7 - Liberato Bitencourt - Rui Barbosa - 1924
- 8 - Luiz Delgado - Rui Barbosa - 1945
- 9 - Luiz Viana Filho - A Vida de Rui Barbosa - 1942
- 10 - Fernando Nery - Rui Barbosa - 1932
- 11 - Clodomir Cardoso - Rui Barbosa - 1923

Foram utilizadas na presente obra as seguintes fontes :

- O Papa e o Concílio, Rio, 1877.
- Reforma do Ensino Primário, Rio, 1877.
- Emancipação dos Escravos, Rio, 1884.
- O Ensino e a Arte Industrial, Rio, 1884.
- Discurso no banquete oferecido pelo Jornal do Comércio, Rio, 1895.
- Cartas da Inglaterra, 1896, Rio
- Discurso no Senado em 13 de outubro de 1896. Ed. de Ouro Preto, 1897.
- O Partido Republicano Conservador, Rio, 1897.
- Discurso no Colégio Anchieta, Friburgo, 1903.
- Discursos e Conferências, Porto, 1907.
- Plataforma, Bahia, 1910.
- Problemas de Direito Internacional, Londres, 1916.
- Queda do Império, Rio, 1921.
- A Imprensa e o Dever da Verdade, Bahia, 1924.
- Anais do Congresso Nacional (Constituinte).
- Anais do Senado Federal.
- Novos Discursos e Conferências, S. Paulo, 1933. Org. por Homero Pires.
- Comentários à Constituição Federal Brasileira, S. Paulo, 1932, id.
- Correspondência, S. Paulo, 1932. Org. por Homero Pires.
- A Questão Social e Política No Brasil. Revista do Brasil, IV 1919
- Coleção do Diário de Notícias (1889).
- Coleção do Jornal do Brasil (1893).
- Coleção de A Imprensa.
- Obras Completas - Edição Oficial da Casa Rui Barbosa. Vários Volumes.
- Originais do Arquivo da Casa de Rui Barbosa.
- Rui Barbosa - Américo Jacobina Lacombe.
- Reforma do ensino primário, Rio, 1883.
- O Ensino e a Arte Industrial - Rio, 1884.

PRINCIPAIS OBRAS DE RUI BARBOSA

- A Igreja e o Estado — Conferência do Vale dos Beneditinos em 1876. Rio, 1913, Tip. Hildebrand.
- O Papa e o Concílio, de Janus. Versão e introdução de Rui Barbosa. Rio, 1877, Brown e Evaristo.
- Decenário de Castro Alves — Elogio do Poeta. Bahia, 1881. Tip. Diar. da Bahia.
- Reforma do Ensino Secundário e Superior — Parecer e Projeto. Imp. Nac. 1882.
- O Desenho e a Arte Industrial — Rio, 1882. Tip. Leuzinger.
- Reforma do Ensino Primário — Parecer e projeto. Im. Nac. Rio, 1883.
- Uma Escaramuça Conservadora em 1883. Rio, 1884. Tip. Nac.
- Féria Política — Traços para a história da oposição — Artigos publicados com o pseudônimo de Salisbury — Rio 1884. Imp. Nac.
- Homenagem ao Ministério Dantas — Rio, 1885. Tip. Central.
- Emancipação dos Escravos — Parecer acerca do projeto n.º 43 — Rio, Imp. Nac. 1884.
- Homenagem a José Bonifácio — São Paulo, 1887. Tip. King.
- Primeira Lições de Coisas de N. A. Calkins — Versão e adaptação da 40.^a ed. Rio, 1886.
- SWIFT — Prefácio às Viagens de Gulliver. Rio, 1883. Laemmert.
- O Ano Político de 1887 — Rio, Tip. Gazeta de Notícias, 1888.
- Relatório do Ministério da Fazenda. Rio, Imp. Nac. 1891.
- O Estado de Sítio, Sua Natureza, Seus Limites — Rio, 1892. Comp. Impressora.
- Finanças e Política da República — Discursos e Escritos. Rio, 1892. Comp. Impressora.
- Visita à Terra Natal — Bahia, 1893. Tip. do Diário da Bahia.
- Os Atos Inconstitucionais do Congresso e do Executivo Ante a Justiça Federal, Rio, 1893, Comp. Impressora.
- A Culpa Civil das Administrações Públicas, Rio, 1898. Tip. Jorn. Comere.
- O Juri e a Responsabilidade Penal dos Juizes. Rio, 1896. Tip. do Jornal do Comércio.
- Anistia Inversa — Caso de teratologia jurídica. Rio, 1896. Of. Jorn. do Brasil.
- Cartas de Inglaterra — Rio, 1896. Tip. Leuzinger.
- O Partido Republicano Conservador — Rio, 1897. Casa Montalverne.
- Posse de Direitos Pessoais. Rio, 1900. Tip. de Olimpio de Campos.
- Preservação de Uma Obra Pia — Rio, 1901. Jorn. do Brasil.
- Parecer sobre a Redação do Projeto de Código Civil. Rio, 1902. Imp. Nac.
- Réplica às Defesas da Redação do Projeto de Código Civil — Rio, 1903. Imp. Nac.
- Discurso de Paraninfo no Colégio Anchieta. Friburgo, 1903.
- Seguro Marítimo — Rio, 1904. Comp. Sip. do Brasil.
- Limite Entre o Ceará e o Rio Grande do Norte — Rio, 1904. Comp. Tip. Brasil.
- Vendas e Trocas Entre Ascendentes e Descendentes — Rio, 1904, id.
- O Acre Setentrional — Rio, 1906, Tip. do Jornal do Comércio.
- A Transição do Acre no Tratado de Petrópolis. Rio, 1906. J. Comércio.
- Discursos e Conferências. Porto, 1907. Empr. Lit. e Tip. Ed.
- Luz e Energia Elétricas. Bahia, 1907. Tip. da Gazeta do Povo.
- Deuxième Conférence de La Paix. Actes et Discours. La Haye, 1907.
- Os Privilégios Exclusivos na Jurisprudência Americana. Rio, 1908. Jorn. Com.
- Ação Rescisória. Manoel Lavrador c/Fazenda Municipal. Rio, 1908. Tip. Jorn. Com.
- Anatole France — Discours à l'Académie Brésilienne. Rio, 1909. Impr. Nac.

- Contra o Militarismo - Campanha eleitoral, Rio, 1910. Jacinto R. dos Santos.
 - Excursão Eleitoral ao Estado de São Paulo - S. Paulo, 1909. Casa Garraux.
 - Excursão Eleitoral aos Est. da Bahia e Minas Gerais - S. Paulo, 1910, id.
 - Plataforma. Bahia, 1910.
 - Memoria Sobre a Eleição Presidencial - In Anais do Congresso Nac. 1910.
 - Direito do Amazonas do Acre Setentrional. Rio, 1910. Tip. Jorn. Comerc.
 - As Cessões de Clientela - Rio, 1913. Tip. Foto-mecânica.
 - Ação de Nulidade de Arbitramento Movida Pelo Est. do Esp. Santo Contra Minas Gerais na Questão de Limites Entre Estes Dois Estados - Rio, 1914, Pap. Americana.
 - Nulidade de Arbitramento Por Excesso de Poderes Arbitrais - Razões de Apelação do Estado de Minas Gerais para o S. T. F. na ação contra aquele movida pelo Dr. Américo Werneck. Rio, 1916. Tip. Jorn. Com.
 - Oswaldo Cruz - Discurso. Rio, 1917. Manguinhos.
 - Admissão do Curador Geral de Orfãos - Rio, 1916. Tip. Jorn. Com.
 - A Grande Guerra - Conf. em Petrópolis. Rio, 1917. Tip. Jorn. Comércio.
 - Problemas de Direito Internacional - Conferência na Fac. de Direito de Buenos Aires. Londres, 1916. Truscott & Son. Ltda.
 - Questão Minas Werneck - Rio, 1917. Tip. Jorn. Com.
 - A Questão dos Portos no Brasil - Bahia, 1919. Est. dos Dois Mundos.
 - Americo Werneck versus Minas Gerais - Sustentação de Embargos, Rio, 1918.
 - Campanha Presidencia (1919). Bahia, 1921. Liv. Catilina.
 - Oração aos Moços - S. Paulo, 1921. "O Livro".
 - O Art. 6.º da Constituição e a Intervenção de 1920 na Bahia - Rio, 1920. Liv. Castilho.
 - Queda do Império - Rio, 1921. Livre. Castilho. 2 vols.
 - Colaboração em Jornais: Diário da Bahia (1871-1878), Diário de Notícias (1889), Jornal do Brasil (1893), A Imprensa (1898-1901), Diário de Notícias (1910-1912).
- Coletâneas: Pages Choiesies de Ruy Barbosa. Trad. de Clement Gazet. Rio, 1917. Brigueit. Pref. de Paul Deschanel.
- Páginas Literarias. Bahia, 1918. Liv. Catilina. Org. Por Homero Pires.
- Estante Clássica da Rev. de Língua Portuguesa. Vol. I Rio, 1920.
- Coletânea Literaria org. por Batista Pereira. C. Ed. Nac. 1928.
- Diretrizes de Rui Barbosa, org. por Batista Pereira. A Ed. Nac. 1932.
- Correspondência: Cartas Políticas e Literárias - Bahia, 1919. Liv. Catilina. Org. de Homero Pires.
- Correspondência (Íntima, literária e política) - Bahia, 1921. Imp. Official do Est. Col. de Afonso Rui.
- Correspondência - S. Paulo, 1932. Saraiva, col. por Homero Pires.
- Mocidade e Exílio - S. Paulo, 1934. C. Ed. Nac. - Org. de Américo Jacobina Lacombe.



ÍNDICE

	Prefácio do autor	9
Cap. I	— O Homem	17
Cap. II	— O Propagandista	53
Cap. III	— O Constitucionalista	71
Cap. IV	— O Advogado	79
Cap. V	— O Estadista	89
Cap. VI	— O Homem de Letras	
	1. ^a parte : o beletриста	107
	2. ^a parte : o filósofo	129
Cap. VII	— O Líder Civilista	
	1. ^a parte	141
	2. ^a parte	161
Cap. VIII	— A Águia de Haia	
	1. ^a parte : o embaixador	169
	2. ^a parte : interpretação doutrinária	193
Cap. IX	— O Homem de fé	209
Cap. X	— O Apóstolo da paz e da liberdade	
	1. ^a parte	225
	2. ^a parte : aviso ao mundo	248
Cap. XI	— O Jornalista	251
Cap. XII	— A Última etapa	
	no sertão e na cidade	265
Cap. XIII	— A Morte da águia	317
	Epílogo	321
	carta	322
	bibliografia	325



COMPOSTO E IMPRESSO NAS
OFICINAS PRÓPRIAS DE ARTES
GRÁFICAS INDÚSTRIAS REUNI-
DAS S. A. (AGIR), EM LUCAS,
RIO DE JANEIRO - BRASIL,
EM JULHO DE 1947







